



## Universidades Lusíada

Rodrigues, Maria Cristina Simões, 1973-

### **Movimento CERCI em Portugal : 40 anos de vida, do movimento social à institucionalização**

<http://hdl.handle.net/11067/1744>

#### **Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	2015-11-24
<b>Resumo</b>	Intitulada “O Movimento CERCI em Portugal: 40 anos de vida, do movimento à institucionalização”, esta dissertação de mestrado tem como eixo central, o estudo do Movimento CERCI no nosso país, contribuindo para a construção da história deste movimento social e da história do Serviço Social em Portugal. Este trabalho, caracterizado predominantemente por uma investigação de carácter histórico e qualitativo, consiste na construção empírica da tese, através de um estudo de caso - Movimento CERCI - c...
<b>Palavras Chave</b>	Educação especial - História - Portugal, Crianças com deficiência - Assistência em instituições - Portugal, Cerci (Portugal) - História
<b>Tipo</b>	masterThesis
<b>Revisão de Pares</b>	Não
<b>Coleções</b>	[ULL-ISSSL] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-05-03T16:46:45Z com informação proveniente do Repositório



**UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA**

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa

Mestrado em Serviço Social

**Movimento CERCI em Portugal: 40 anos de vida, do movimento social à institucionalização**

**Realizado por:**

Maria Cristina Simões Rodrigues

**Orientado por:**

Prof. Doutor Duarte Gonçalo Rei Vilar

**Constituição do Júri:**

Presidente: Prof.<sup>a</sup> Doutora Marina Manuela Santos Antunes

Orientador: Prof. Doutor Duarte Gonçalo Rei Vilar

Arguente: Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Júlia Faria Cardoso

Dissertação aprovada em: 23 de Novembro de 2015

Lisboa

2015



**U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A**

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa

Mestrado em Serviço Social

**Movimento CERCI em Portugal: 40 anos de vida, do  
movimento social à institucionalização**

Maria Cristina Simões Rodrigues

Lisboa

Agosto 2015



**U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A**

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa

Mestrado em Serviço Social

**Movimento CERCI em Portugal: 40 anos de vida, do movimento  
social à institucionalização**

**Maria Cristina Simões Rodrigues**

Lisboa

Agosto 2015

Maria Cristina Simões Rodrigues

## Movimento CERCI em Portugal: 40 anos de vida, do movimento social à institucionalização

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Doutor Duarte Gonçalo Rei Vilar

Lisboa

Agosto 2015

## Ficha Técnica

**Autora** Maria Cristina Simões Rodrigues  
**Orientador** Prof. Doutor Duarte Gonçalo Rei Vilar  
**Título** Movimento CERCI em Portugal: 40 anos de vida, do movimento social à institucionalização  
**Local** Lisboa  
**Ano** 2015

### Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

RODRIGUES, Maria Cristina Simões, 1973-

Movimento CERCI em Portugal : 40 anos de vida, do movimento social à institucionalização / Maria Cristina Simões Rodrigues ; orientado por Duarte Gonçalo Rei Vilar. - Lisboa : [s.n.], 2015. - Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - VILAR, Duarte Gonçalo Rei, 1954-

#### LCSH

1. Educação especial - Portugal - História
2. Crianças deficientes - Assistência em instituições - Portugal
3. Cerci (Portugal) - História
4. Universidade Lusíada de Lisboa. Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - Teses
5. Teses - Portugal - Lisboa

1. Special education - Portugal

2. Children with disabilities - Institutional care - Portugal

3. Cerci (Portugal) - History

4. Universidade Lusíada de Lisboa. Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - Dissertations

5. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

#### LCC

1. LC4043.P8 R63 2015

“Dedico este trabalho ao meu pai e à minha  
filha Maria Rita.”





## **AGRADECIMENTOS**

Os trabalhos de investigação são sem dúvida uma produção de conjunto e não um processo individual. Sem o apoio, colaboração e incentivo de uns, o espírito de sacrifício e o apoio emocional de outros, este trabalho não estaria concluído.

Assim, agradeço de forma sincera e humilde a todos aqueles que contribuíram para a edificação deste projeto, e foram muitos, num processo de construção pessoal e profissional.

Em primeiro lugar, ao Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, escola onde me licenciiei, participando activamente enquanto aluna e dirigente associativa, por acreditar na importância dos valores que me foram transmitidos, ao longo dos anos, e na importância de se “fazer escola”.

Aos autores referenciados, pelo contributo teórico na construção da dissertação e na minha construção, pessoal e profissional, enquanto Assistente Social.

Aos entrevistados, pela disponibilidade e testemunho impar de um conhecimento vivido e participado, contribuindo com os seus discursos para a (re)construção da história (António Rodrigues, Élia Gonçalves, Ivone Félix, Jorge Rato, Julieta Sanches, Leonor Santos, Luísa Rodrigues e Rogério Cação).

Às CERCI, pela sua existência e missão, em especial à CERCI Lisboa a quem devo o meu percurso profissional.

À FENACERCI, por toda a disponibilidade no apoio e cedência de informação, em especial à Águeda Coelho e Carla Silva.

À Universidade Lusíada, em particular ao Dr. Hélder Machado e Catarina Graça, a quem agradeço todo o empenho e rigor na revisão do trabalho.

Fico particularmente agradecida aos professores que me incentivaram e apoiaram, contribuindo com o seu conhecimento e cedência de documentação, em particular Alcinda Martins, M.<sup>a</sup> Augusta Negreiros, M<sup>a</sup> João Pena, Marlene Rodrigues, Alfredo Henriques, Francisco Branco e Júlia Cardoso.

Aos colegas de profissão, que me deram força nos momentos de maior angústia.

À minha família e amigos, por me lembrarem que a derrota não faz parte da minha crença e em especial ao meu pai, que partiu a meio deste percurso, por acreditar em mim e me incentivar em todos os momentos. Um obrigada especial ao João, por “exigir” a conclusão deste trabalho e me incentivar a fechar mais um ciclo da minha vida, abrindo portas a novos projetos.

Não obstante, gostaria de agradecer de forma especial ao meu orientador, Professor Doutor Duarte Vilar, pelo saber transmitido e pelas orientações nas “*desorientações*” deste processo que pacientemente apoiou. Agradeço a amizade, a dedicação e a resiliência em todo este processo, sabendo esperar pela sua conclusão.

Por último, um especial bem haja, a todos aqueles que ao longo de 40 anos, lutaram por este ideal, dando o seu contributo para aquilo que é hoje o Movimento CERCI em Portugal,

A todos a minha sincera gratidão.

“[...] não se pode falar de democracia sem se falar neste Movimento.”

GONÇALVES, Élia, (2005) – [Entrevista] . Entrevista realizada por Cristina Rodrigues . Portela : [s.n.]. Entrevista realizada à Professora Élia Gonçalves, Sócia Fundadora da CERC1 Lisboa, no dia 22 de Setembro de 2005 na sua residência na Portela.



## APRESENTAÇÃO

Movimento CERCI em Portugal: 40 anos de vida, do movimento social à institucionalização

Maria Cristina Simões Rodrigues

Intitulada “O Movimento CERCI em Portugal: 40 anos de vida, do movimento à institucionalização”, esta dissertação de mestrado tem como eixo central, o estudo do Movimento CERCI no nosso país, contribuindo para a construção da história deste movimento social e da história do Serviço Social em Portugal.

Este trabalho, caracterizado predominantemente por uma investigação de carácter histórico e qualitativo, consiste na construção empírica da tese, através de um estudo de caso - Movimento CERCI - construído com base no quadro teórico, assente na análise documental e nas entrevistas exploratórias realizadas, como forma de recolha de dados.

São dois os objectivos que se pretende alcançar com o estudo do Movimento CERCI: i) compreender qual a relação entre movimentos sociais e políticas sociais, no processo de institucionalização; e ii) quais as alterações do movimento ao longo do seu percurso histórico.

Em resumo, o objectivo do trabalho de investigação, que nos propomos realizar, consiste na compreensão do Movimento CERCI em Portugal e na sua importância no contexto da reabilitação, entendendo este movimento como um processo social que perspectivou diversas mudanças sociais; qual a sua acção histórica; qual a natureza do movimento; quais os factores, condições, agentes de mudança e protagonistas que dele fizeram parte.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais, Deficiência Intelectual, Políticas Sociais, CERCI, FENACERCI.



## PRESENTATION

### Movimento CERCI em Portugal: 40 anos de vida, do movimento social à institucionalização

Maria Cristina Simões Rodrigues

Entitled "CERCI movement in Portugal: with 40 years of history, from change to institutionalization", this master dissertation has as its central axis, the study of the CERCI Movement in our country, contributing to the construction of the history of this social movement and the history of Social Service in Portugal. .

This work, characterized predominantly by a historic and qualitative research, consists in the empirical construction of the thesis, through a case study-CERCI Movement built on the basis of the theoretical framework, based on documented analysis and exploratory interviews conducted as a means of data collection.

The two main objectives to study the CERCI Movement, are: i) to understand what is the relationship between social movements and social policies, in the process of institutionalization; and ii) what changes did the movement have along its history.

In summary, the research work, which we propose to accomplish, is to understand the CERCI Movement in Portugal and its importance in the context of rehabilitation and to look at it

as a social process that brought, in reality, several social changes; what is its historical purpose; what is the nature of the movement; what are the factors, conditions, the agents of change and protagonists who took part in this endeavor.

**Keywords:** Social Movements, Mental Handicap, Social Police, CERCI, FENACERCI





## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Ilustração 1 - 1ª Comissão diretiva da CERC Lisboa, 1975. (Alves, 2001) .....	65
Ilustração 2 - 1º Centro nos Olivais, 1975. (Alves, 2001) .....	67
Ilustração 3 - 1º Logo, João Calçado, 1975. (Alves, 2001) .....	69



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Fases do movimento CERCI .....	100
-------------------------------------------	-----



## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- APD - Associação Portuguesa de Deficientes
- CAO - Centro de Actividades Ocupacionais
- CEACF - Centro de Estudo e Apoio à Criança e à Família
- CECD - Centro de Educação para o Cidadão com Deficiência C.R.L.
- CERCI - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas (1975);  
Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados (2000);  
Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidade (2013, designação atual)
- CI - Caixa da Indústria
- CLA - Comissões Locais de Avaliação
- CNP - Centro Nacional de Pensões
- CNR - Conselho Nacional de Reabilitação
- COOMP - Centro de Observação e Orientação Médico-Pedagógico, (actualmente designado por CEACF)
- CRI - Centro de Recursos para a Inclusão
- FENACERCI - Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social FCRL
- GEPAE - Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa
- IAACF - Instituto António Aurélio da Costa Ferreira
- INR - Instituto Nacional para a Reabilitação
- IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social
- LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil
- MDP/CDE - Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral
- MEN - Ministério da Educação Nacional
- MES - Movimento de Esquerda Socialista
- NEE - Necessidades Educativas Especiais
- ONG - Organizações Não Governamentais
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PCP - Partido Comunista Português
- PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
- PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
- PREC - Processo Revolucionário em Curso
- PS - Partido Socialista
- SNR - Secretariado Nacional de Reabilitação
- SNRIPD - Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (actualmente designado por INR)
- UDP - União Democrática Popular
- UE - União Europeia
- UNESCO - United Nations Educational Scientific and Cultural Organization, ou Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas
- UNIVA - Unidade de Inserção na Vida Ativa



## SUMÁRIO

1. Introdução .....	23
1.1. Apresentação da pesquisa e justificação do tema .....	24
1.2. Pergunta de partida .....	26
1.3. Objectivos da pesquisa .....	27
2. Enquadramento Teórico da Problemática .....	29
2.1. Políticas sociais, movimentos sociais e terceiro sector no contexto da reabilitação .....	29
2.1.1. Deficiência e Direitos Humanos uma evolução através da história .....	29
2.1.2. Direitos Sociais e de Cidadania como erradicação da Exclusão Social ....	32
2.1.3. Movimentos Sociais promotores de Mudança Social .....	34
2.1.4. O papel dos Estados no Espaço Europeu .....	38
2.1.5. A influência do Terceiro Sector na construção das Políticas Sociais.....	41
2.1.6. O Papel das Cooperativas de Solidariedade Social .....	44
3. Percurso Metodológico da Pesquisa .....	47
3.1. A importância da investigação em Serviço Social.....	47
3.2. Natureza do estudo .....	49
3.3. Metodologia da Pesquisa .....	50
3.3.1. Definição do campo de análise e da amostra .....	51
3.3.2. Técnicas de Recolha dos Dados .....	52
3.3.3. O Instrumento da Pesquisa – Guião da Entrevista.....	53
3.3.4. Técnicas de Análise e Tratamento dos Dados.....	54
4. O Movimento CERCI – Estudo de Caso .....	57
4.1. Breve percurso histórico da Reabilitação e da Educação Especial em Portugal - apoios prestados antes de 1974 .....	57
4.2. Como nasceu o Movimento CERCI .....	61
4.3. O Papel do movimento CERCI .....	72
4.3.1. Criação de novas medidas de política .....	72
4.3.2. Mudança de mentalidades.....	74
4.3.3. O direito à educação especial, um direito à escola .....	75
4.3.4. Criação de novas respostas .....	76
4.4. FENACERCI – 30 Anos Hoje .....	77
4.4.1. A advocacia social na construção das políticas sociais .....	81
4.4.2. O papel da FENACERCI junto das CERCI .....	84
4.5. Mudanças no movimento CERCI.....	88
4.6. Profissionalização – a aposta na formação de ativos melhorando os serviços prestados.....	92
4.7. Mudanças na organização – processo de institucionalização.....	95

4.8. O Movimento ainda se perpetua?.....	101
4.9. A importância do Serviço Social na organização dos movimentos sociais.....	104
5. Conclusão .....	107
Referências .....	115
Bibliografia.....	123
Apêndices.....	125
Lista de apêndices .....	127
Apêndice A.....	129
Apêndice B.....	133
Apêndice C .....	167
Apêndice D .....	193



## 1. INTRODUÇÃO

O dia-a-dia das pessoas com deficiência intelectual, vai para além das questões básicas de saúde, educação, formação, emprego, transportes, acessibilidade e muitos outros direitos que têm sido conquistados e alcançados com o esforço de várias gerações. Observando a conjuntura nacional e internacional, os direitos consagrados às pessoas com deficiência não têm mais de quarenta anos. Nas últimas décadas, é evidente o empenho e a mobilização da sociedade civil, para alcançar respostas sociais para esta população.

É no contexto sócio-político da Revolução de Abril, que um conjunto de cidadãos conscientes das lacunas ao nível da Educação Especial em Portugal se mobilizaram para a construção de um dos movimentos sociais mais significativos e pragmáticos do nosso país – O Movimento CERCI.

O projecto de dissertação aqui apresentado faz parte integrante do Mestrado em Serviço Social, e visa o estudo do Movimento CERCI em Portugal. O presente trabalho pretende assim, justificar o tema e delinear diversas propostas de investigação e reflexão para o estudo, através da construção de uma matriz elaborada com base nos conceitos analisados.

São assim, brevemente descritos em seguida: a apresentação da pesquisa e justificação do tema em análise; a formulação da pergunta de partida; e os objectivos da pesquisa.

O presente trabalho encontra-se estruturado em duas partes: a primeira aborda o enquadramento teórico, através da construção da problemática e o percurso metodológico da pesquisa; e a segunda parte, remete-nos para a construção empírica da tese, através de um estudo de caso - Movimento CERCI - construído com base no quadro teórico, na análise documental e nas entrevistas realizadas.

Por fim, serão apresentadas as conclusões gerais do trabalho e enunciadas algumas pistas de reflexão futuras.

"[...] os movimentos funcionam para o resto da sociedade como um tipo específico de veículo, cuja função principal é revelar o que um sistema não expressa por si mesmo [...] Movimentos são meios que se expressam através de acções."

(Melucci, 1997, p. 12)

### **1.1. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA**

No pós 25 de Abril de 1974, um grupo de pais de crianças deficientes, técnicos e amigos, impulsionados pelo contexto social e político da época, ganharam força para lutar contra a desigualdade de direitos e a ausência de equipamentos e/ou respostas sociais ao nível do Ensino Especial em Portugal.

Tal como nos relata Julieta Sanches, "Apelava-se então a todos os pais com filhos deficientes que aderissem e se juntassem à Cooperativa para que a mesma criasse uma dimensão que respondesse, em termos educacionais, à criança deficiente e ajudasse as famílias a encontrar um maior equilíbrio na sua dinâmica. Procuravam-se soluções às quais, e até então, as estruturas estatais não tinham dado resposta." (Sanches, 2001, p. 3)

"Assim, a CERCI Lisboa, através dos seus elementos fundadores, percorreu o país de lés a lés, sensibilizando, dinamizando, estimulando outros pais e outros técnicos a unirem-se e a criarem os seus próprios centros por todo o território português." (Sanches, 2001, p. 3)

Passados quarenta anos, só agora temos o distanciamento necessário que nos permite reflectir com outro olhar o percurso deste movimento social. Ficando para trás a resolução de problemas e de necessidades básicas do dia a dia, e apostando cada vez mais na qualidade dos serviços prestados, é hoje possível dedicarmo-nos à investigação deste movimento, desde o seu surgimento até à sua institucionalização, estudando o percurso de transformação do mesmo. Acreditamos que a pesquisa, possa contribuir para um melhor entendimento deste movimento social, com o objetivo

de clarificar a sua emergência e institucionalização, e ainda, para fornecer bases orientadoras para uma melhor intervenção.

Para compreender alguns fenómenos no presente, perspectivando o futuro, é fundamental o conhecimento da história destas organizações, da sua filosofia, missão, visão e valores.

São dois os objectivos que se pretende alcançar com o estudo do Movimento CERCI: i) compreender qual a relação entre movimentos sociais e políticas sociais, no processo de institucionalização; e ii) quais as alterações do movimento ao longo do seu percurso histórico.

No decurso do trabalho, o texto apresenta-se dividido em pequenos temas, de modo a beneficiar a leitura e a torná-la acessível a todos. No entanto, a construção assenta numa lógica de relação e encadeamento entre as questões em análise.

Desta forma, o tema da pesquisa será analisado no contexto dos Direitos Humanos, do Terceiro Sector e das Políticas Sociais, quer a nível nacional, quer no espaço europeu. Pretende-se problematizar várias questões relacionadas com o contexto histórico do Movimento CERCI, tais como: contexto sócio-político da época; surgimento e institucionalização; análise do movimento enquanto movimento social, protagonista de mudança social; valores, princípios e ideologias dos actores que participaram no seu surgimento. Serão também definidos os objectivos de trabalho, as estratégias metodológicas a percorrer e a construção do modelo de análise.

Desta forma, é a partir de uma análise conjuntural que se pretende compreender os fenómenos do Movimento CERCI e dos que participaram nele, até à sua institucionalização.

Considera-se importante este tipo de análise, dado que “[...] o estudo da conjuntura permite decifrar o significado das práticas na sua relação com as regularidades sociais; são as situações da conjuntura que permitem estabelecer uma matriz de inter-relação entre as práticas e as estruturas [...] é desta forma particular de articulação, que as práticas, os objectivos e as formas de organização e representação, adquirem significado” como escreve Juan Mozzicafredo (Mozzicafredo, 1984, p. 38).

Assim, podemos classificar este estudo, como uma **investigação de carácter histórico**, pelo facto de abarcar o estudo, a compreensão e a explicação de

acontecimentos passados. Como nos referem Hermano Carmo e Manuela Ferreira, “[...] o propósito da investigação histórica é testar hipóteses ou responder a questões que digam respeito às causas, aos efeitos ou às tendências de acontecimentos passados, que possam ajudar a explicar acontecimentos actuais e a prever acontecimentos futuros.” (Carmo, 1998, p. 211)

Como **interesse pessoal/epistemológico**, o tema é justificado por estar relacionado com a prática profissional desempenhada e, enquadrado na temática da reabilitação à qual nos temos debruçado nos últimos anos. Assim, este trabalho permitirá perceber de uma melhor forma as dinâmicas e o funcionamento destas organizações, o que facilita a planificação, organização e intervenção da prática enquanto Assistente Social, constituindo-se como base essencialmente motivadora para a concretização deste trabalho.

No que se refere ao **interesse organizacional**, a necessidade de sistematização do conhecimento científico no percurso de quarenta anos de intervenção, é necessária para um balanço, avaliação e reflexão estratégica sobre as práticas de intervenção, intimamente relacionada com a orientação e sustentabilidade futura destas organizações.

Pelo facto de ter sido um movimento social e cooperativo, que permitiu a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, através de uma luta incessante pela conquista dos seus direitos, pretendemos com esta pesquisa, realizar uma análise compreensiva do fenómeno, tendo em vista o seu contributo para as políticas sociais na reabilitação.

## **1.2. PERGUNTA DE PARTIDA**

A pergunta de partida, que deu início ao projeto, colocou em evidência os processos sociais, económicos e políticos – que permitiram compreender melhor o fenómeno do Movimento CERCI – assim como os acontecimentos observáveis, obedecendo aos critérios formulados por Raymond Quivy (1992), que a tornaram clara, exequível e pertinente.

Tendo em conta estes pressupostos, resultantes de uma reflexão empírica e de uma primeira revisão bibliográfica, esta pergunta irá funcionar como linha orientadora da investigação onde procuraremos saber:

“Qual o impacto político e as mudanças do movimento CERCI enquanto Movimento Social”.

Para responder a esta questão, são delineados de seguida os objectivos gerais e específicos, que irão colocar a pergunta de partida em acção.

### **1.3. OBJECTIVOS DA PESQUISA**

Os objectivos que se seguem, foram definidos a partir da questão enunciada anteriormente e da pesquisa bibliográfica realizada, podendo definir-se como:

#### Objectivo Geral

Estudo da relação entre movimentos sociais e políticas sociais e, simultaneamente, da modificação operada no Movimento CERCI nas últimas quatro décadas, partindo de um “Estudo de Caso”.

#### Objectivos Específicos

Identificar, definir e descrever o movimento social, ou seja, o que é que este perspectivou e quais as suas consequências; percepção da forma porque este movimento foi importante e significativo para a reabilitação, na medida em que as questões do ensino/integração se correlacionam com as formas de participação; e por último, identificar as estratégias utilizadas, na medida em que o Movimento CERCI se caracteriza por uma correlação de forças em presença que deram origem à mudança social.

Deste modo, os objectivos específicos da pesquisa podem sintetizar-se nos seguintes termos:

- identificar os fenómenos que estiveram na base do surgimento das CERCI;
- relacionar movimentos sociais e políticas sociais no período considerado;
- compreender o papel efectivo que o movimento teve na mudança/criação de políticas sociais para a Reabilitação, analisando o seu impacto;
- compreender o papel da FENACERCI e das CERCI em todo este processo;

- compreender as mudanças organizacionais operadas no próprio Movimento CERCI dando origem à sua institucionalização.

A materialização do estudo na persecução destes objectivos vai ser delineada através dos pontos que se seguem.

O ponto dois diz respeito ao enquadramento teórico através da construção da problemática. Irá contextualizar a importância do terceiro sector na sociedade civil; os movimentos sociais como protagonistas de mudança social; as políticas sociais no contexto da reabilitação, tendo como pano de fundo os direitos de cidadania da pessoa com deficiência.

O ponto três, irá abordar a metodologia da pesquisa adoptada para a realização do presente trabalho, contendo o modelo de análise e a metodologia utilizadas. Este ponto fará também referência à importância da investigação em Serviço Social.

Todos os outros pontos, remete-nos para a construção empírica da tese, através de um estudo de caso, contemplando uma descrição sucinta da Educação Especial em Portugal e dos apoios prestados antes de 1974; o percurso histórico do Movimento CERCI até aos nossos dias; e o papel da FENACERCI no contexto das organizações sociais enquanto Cooperativas de Solidariedade Social. Por último a conclusão da pesquisa

Em resumo, o objectivo do trabalho de investigação, que nos propomos realizar, consiste na compreensão do Movimento CERCI em Portugal e na sua importância no contexto da reabilitação, entendendo este movimento como um processo social que perspectivou diversas mudanças sociais; qual a sua acção histórica; qual a natureza do movimento; quais os factores, condições, agentes de mudança e protagonistas que dele fizeram parte.

## **2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA PROBLEMÁTICA**

### **2.1. POLÍTICAS SOCIAIS, MOVIMENTOS SOCIAIS E TERCEIRO SECTOR NO CONTEXTO DA REABILITAÇÃO**

O ponto dois diz respeito ao enquadramento teórico através da construção da problemática. Neste ponto, irá ser feita uma pequena abordagem aos direitos humanos e aos princípios de cidadania, consagrados às pessoas com deficiência e a sua evolução através dos tempos; será abordada a importância dos direitos sociais e de cidadania como promotores da erradicação da exclusão social; os movimentos sociais como protagonistas de mudança social; o papel dos Estados no espaço Europeu; a importância do terceiro sector na sociedade civil como contributo para as políticas sociais; e por fim, uma breve referência ao papel das Cooperativas de Solidariedade Social.

#### **2.1.1. DEFICIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS UMA EVOLUÇÃO ATRAVÉS DA HISTÓRIA**

“Artigo 1.º Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem ser fundamentadas na utilidade comum.”

(EIRAS, 1999, p. 20)

Por vezes é significativa a distância entre os direitos consagrados na lei e a sua aplicabilidade na prática. Citando Pedro Morato (1995) e fazendo uma breve retrospectiva histórica da “[...] deficiência em geral e da deficiência mental em particular, não é um conhecimento do qual a Humanidade se possa orgulhar do ponto de vista dos direitos humanos.” (Morato, 1995, p. 9)

O conceito de deficiência mental tem evoluído de uma forma natural, isto é, progredindo conforme as mentalidades, atitudes e ideias das sociedades de cada época. As transformações são produto da história, que é feita pelos homens.

Na História, a atitude social ambivalente ora de rejeição e segregação (selecção ao nascimento; apedrejamentos em hasta pública; institucionalização/prisão; esterilização/eutanásia; holocausto; escola especial), ora de protecção (pensamento misericordioso); protecção mágico-religioso face à deficiência, pode-se analisar na razão da influência do conhecimento científico sobre a ordem moral, como conjunto de regras que determinam os comportamentos das pessoas. (Morato, 1995, p. 9)

Já quase duzentos anos passados da revolução científica, podemos verificar que persiste uma lentidão na mudança de uma nova ordem moral face à deficiência mental, que se traduz ainda pela manutenção de uma atitude social de rejeição/segregação em desfavor de uma atitude de aceitação e compreensão da diferença.

Outro conceito não menos importante estudado por Goffman diz respeito ao estigma, em relação à pessoa com deficiência.

É frequente que as pessoas (nós todos) atribuam características negativas – são incapazes, incompetentes – às pessoas com deficiência, de forma indiscriminada. Estas reacções negativas que envolvem rejeição e caridade, além de constituírem obstáculos à inserção social provocam uma forma particular de sofrimento nas pessoas atingidas por deficiência e suas famílias. Elas contribuem para a interiorização de uma imagem de incapacidade, de não aceitação pelo outro, de menoridade social. Contra essa imagem interiorizada – interiorização do estigma – que se cola à sua identidade, são muito poucas as capacidades de defesa subjectiva. (Reto, 2001, p. 221)

As primeiras referências à deficiência mental só são identificáveis nos finais do séc. XVIII, princípios do séc. XIX. “Considera-se que o 1º período teve início a partir de 1800 até ao seu final, caracterizando-se como um período de grande desenvolvimento científico da Biologia e da Psicologia cujo impacto social é constatável pela evidência das propostas de identificação e classificação da deficiência mental relativamente a outras deficiências e em particular da doença mental.” (Morato, 1995, p. 10)

Os estudos de Esquirol constituem uma referência fundamental do início da perspectiva humanista pela salvaguarda dos direitos e das condições de vida da população com deficiência, pois este propõe as primeiras definições de deficiência mental.

É ainda neste período, que surgem as perspectivas educacionais e terapêuticas constituindo do ponto de vista científico, as primeiras referências objectivas à reabilitação das pessoas com deficiência mental. Desta forma os conceitos de “[...] educabilidade da inteligência; a importância da actividade sensorial no desenvolvimento cognitivo; o conceito de estimulação precoce; o próprio conceito de desenvolvimento, são sem dúvida concepções duma genialidade filosófica e científica [...]” (Morato, 1995, p. 10), que ainda hoje se reconhece como indispensável o seu conhecimento.



O 2º período, que se situa entre os finais do séc. XIX até à 2ª Guerra Mundial, caracteriza-se ou é caracterizado pelas preocupações de definição e classificação da deficiência mental.

Segundo este autor, “o suporte das primeiras perspectivas de caracterização da deficiência mental foi desenvolvido em função da correlação geralmente encontrada entre uma medida baixa de capacidade «intelectual» com a incompetência revelada da dificuldade em aprender (Binet, 1909). A utilização de técnicas de análise factorial permitiram estabelecer a correlação das medidas das capacidades intelectuais com outras medidas de conhecimento escolar, o que veio a sustentar a assunção de uma entidade comum subjacente, designada inteligência (O’Connor, 1987).” (Morato, 1995, p. 11)

O 3º período tem início no pós-guerra até à actualidade. É caracterizado “por uma atitude de mudança marcada pela evolução científica e pelo reforço do movimento humanitário em defesa dos direitos, pela reivindicação em defesa dos grupos desfavorecidos socialmente, os deficientes da guerra, as minorias étnicas, o movimento associativo de pais e crianças/jovens com deficiência, associados ao desenvolvimento dos ideais da democracia pela igualdade de direitos.

Um dos problemas mais frequentes expressos neste período é a dificuldade de definição e classificação da deficiência mental, ou seja, a dificuldade de uma definição conceptual da inteligência com todas as consequências ao nível dos direitos de assistência, da escolarização, sociabilização e integração profissional das pessoas com deficiência mental (Zigler, Balla & Hodapp, 1984; Campione, Brown & Ferrara, 1986; Barnett, 1986).” (Morato, 1995, p. 11)

O conceito de Deficiência Mental tem algumas variações consoante os autores, mas de uma maneira geral expressam a mesma ideia. A Organização Mundial de Saúde define a Deficiência Mental como: “Funcionamento intelectual geral inferior à média, com origem no período do desenvolvimento associado a uma alteração do ajustamento ou da maturação, ou dos dois, na aprendizagem e na sociabilização (Ajuriaguerra, 1974).” (Morato, 1995, p. 13)

Em Portugal, a intervenção ao nível da deficiência mental, teve durante muito tempo uma perspectiva assistencialista. Hoje em dia, trabalha-se num discurso ético para um maior envolvimento nas situações, nas mudanças de atitude e na mudança de

mentalidades. A deficiência passou a ser vista como um problema das sociedades modernas, passando a existir a preocupação de reabilitar estes cidadãos, numa perspectiva de integração plena.

Citando Rogério Cação (2000), ele afirma que “quanto mais aprofundamos a nossa reflexão em torno de um conceito de reabilitação associado à consagração de direitos e defesa de igualdade de oportunidades, mais se torna evidente que a acção que desenvolvemos, os sistemas onde nos situamos e todos os agentes que neles interagem, estão implícita ou explicitamente subordinados a uma moral que comporta valores divergentes, quer ao nível das atitudes individuais quer da participação no colectivo. A consciencialização desta realidade torna imperativo o debate ético, não por uma questão de moda mas porque dele depende no essencial a clarificação do papel dos diferentes protagonistas de processos que pretendemos potenciadores de direitos individuais e, sobretudo de cidadania”. (Cação, 2000, p. 22)

Acresce ainda referir que, “tal como afirmam a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos e outros instrumentos relativos a direitos humanos, as pessoas que sofrem de deficiência devem poder exercer os seus direitos civis, políticos, sociais e culturais em condições de total igualdade em relação às pessoas não deficientes.” (Pinto, 2002, p. 21)

### **2.1.2. DIREITOS SOCIAIS E DE CIDADANIA COMO ERRADICAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL**

Analisando de forma mais particular a questão do exercício dos direitos sociais e de cidadania, consolidados no pós-guerra, através da construção do Estado-Providência, J. Pereirinha (1997) considera que a “[...] crise e transformação recentes do Estado-Providência, ao traduzirem-se na rutura do modelo em que assentou a sua construção, consubstanciam-se numa crise de valores e de capacidade de realização dos direitos sociais enquanto elemento central dos direitos de cidadania.” (Pereirinha, 1997, p. 131)

Segundo o autor, “Quando nos referimos actualmente aos direitos de cidadania, como quadro de análise para reflectir sobre o Estado-Providência no momento actual, a referência fundamental continua ainda a ser fortemente marcada pela forma como esses direitos foram definidos por Marshall (1950) [...] onde [...] se estabelecem três

grandes domínios [...]: os direitos civis (séc. XVIII), os direitos políticos (séc. XIX) e os direitos sociais (séc. XX).” (Pereirinha, 1997, p. 131-132)

Torna-se então evidente a interdependência entre estes três grandes domínios dos direitos, estando a capacidade de realização dos direitos sociais, dependente do exercício pleno dos direitos civis e políticos. Tal concepção, remete-nos para a análise de que “[...] os direitos sociais pressupõem assim um quadro socioeconómico e de solidariedade que suportem a possibilidade da sua realização individual. Exige um quadro institucional que garanta o acesso individual aos bens e serviços que garantam a sua realização”. (Pereirinha, 1997, p. 133)

Desta forma, colocamo-nos, como refere o autor, “[...] perante um duplo desafio e um profundo dilema. Por um lado, a necessidade de encontrar soluções que possibilitem a realização dos direitos sociais que constituem o cerne das democracias modernas, [...] por outro lado, perante os problemas sociais que actualmente defrontamos, e a necessidade de lhes fazer face no contexto socioeconómico em que surge e se manifesta, resulta a própria insuficiência dos direitos sociais, [...] para neles assentar a construção da cidadania”. (Pereirinha, 1997, p. 133)

Por outro lado, segundo Pedro Hespanha (1997), “[...] o problema central que está em jogo – e quase nunca equacionado – é de natureza político-cultural e não de ordem financeira. Ele consiste na incapacidade de o modelo de solidariedade orgânica instituído pelo Estado ser incapaz de envolver todos os cidadãos na resolução dos problemas sociais. Uma prática autêntica de cidadania assenta em direitos e responsabilidades e pauta-se por um princípio de solidariedade [...]. Para haver cidadania social é preciso que as pessoas sintam como suas as instituições de protecção social e, para isso, que participem na condução do seu destino. O grande distanciamento que notamos existir em relação às instituições dos sistemas de saúde, de segurança social, da educação, etc., traduz precisamente o sentimento de que estas são assunto do Estado e não de cada um de nós.” (Hespanha, 1997, p. 123)

Na perspectiva de problematizar a questão dos direitos sociais e de cidadania como forma de erradicação do problema da exclusão social das pessoas com deficiência, deparamo-nos com uma perspectiva diferente de abordar este problema. Isto é, “[...] as sociedades consagram um conjunto de direitos sociais (direito ao trabalho, à habitação, a um nível de vida mínimo, à educação, à saúde) às quais correspondem instituições sociais próprias do Estado-Providência tendo em vista garantir o exercício

desses direitos. Exclusão social é então, nesta perspectiva, uma situação de incapacidade individual de realização desses direitos que radica no funcionamento destas instituições e/ou em factores de natureza social que limitam o acesso dos indivíduos à realização desses direitos. Por outro lado, outra perspectiva de conceptualização da exclusão social remate para o funcionamento da sociedade e para a identificação [...] de factores que marginalizam os indivíduos, gerando situações de precarização e vulnerabilidade a riscos sociais. Nesta concepção, exclusão social é identificada como ruptura dos laços sociais que ligam o indivíduo à sociedade de que faz parte [...]” (Pereirinha, 1997, p. 140)

Para terminar esta reflexão, e “pelo que já foi dito tona-se evidente que na descrição de Marshall da cidadania e da classe social existe uma teoria de mudança social. Diz ele que o crescimento da cidadania é *«estimulado tanto pela luta por obter esses direitos como pela sua fruição depois de obtidos»* (1950:92).” (Barbalet, 1989, p. 23)

É sem dúvida complexo para a maioria das pessoas com deficiência terem acesso de forma autónoma aos direitos sociais e de cidadania referidos anteriormente. Na grande maioria, são as organizações, exemplo disso as CERCI, um veículo para a efectivação e fruição dos direitos das pessoas com deficiência, contribuindo em grande parte para a erradicação da exclusão social deste grupo, promovendo o acesso à cidadania.

### **2.1.3. MOVIMENTOS SOCIAIS PROMOTORES DE MUDANÇA SOCIAL**

Os movimentos sociais, centram-se actualmente na investigação das mudanças sociais operadas nas sociedades e têm sido estudados desde os turbulentos anos 60 nos Estados Unidos, “[...] onde a sua acção teve uma rara visibilidade, em termos de protesto, de reivindicação de direitos, de exigência de mudanças substanciais nos diversos aparelhos da sociedade.” (Bessa, 2002, p. 71)

É importante definir este conceito de movimento social e separá-lo do conceito de massa. “A massa não tem organização, reúne-se por motivos efémeros e age por contágio e irracionalmente, e é por isso que pode ser tão destrutiva. O agregado é momentâneo, tem uma unidade mental frágil, predominantemente emotiva, que o torna irresponsável e lhe fornece ao mesmo tempo um sentimento de força incomensurável, capaz de desafiar perigos imensos, o que aliás convive com uma credulidade básica e uma acção instantânea. A duração é, na realidade, um facto decisivo: logo que cessa o motivo da movimentação, a massa dispersa-se [...] o

movimento social constitui-se segundo objectivos criticamente definidos na conjuntura, aponta não raras vezes etapas para a realização do seu objecto e fixa uma organização.” (Bessa, 2002, p. 72)

É pois verdade que na segunda metade do séc. XX, e segundo Bessa (2002), os tempos não foram de massas mas sim de movimentos sociais, que passaram a cobrir todas as áreas no campo da acção social.

Antes de entrar na problematização dos movimentos sociais promotores de mudança social, no contexto do tema em análise – Movimento CERCI – será importante auscultar algumas definições de movimento social.

Segundo definição recolhida no Dicionário de Sociologia (1990) “Podemos no entanto perguntar-nos com A. Touraine (1973) se o advento da sociedade «pós-industrial» não terá fornecido a emergência de «novos» movimentos sociais trazidos por «novos actores» [...]. Todo o movimento social supõe uma mobilização prévia dos actores que a compõem.” (Boudon, 1990, p. 168)

“Igualmente aberta é a definição clássica que se recolhe do dicionário de Fairchild: «Movimento Social é acção ou agitação concentrada, com algum grau de continuidade, que um grupo plena ou vagamente organizado, unido por aspirações mais ou menos concretas, segue segundo um plano traçado e orientando-se para uma mudança das formas ou instituições da sociedade existente ou para um contra-ataque em defesa dessas instituições». Para John Markoff, que estudou a influência dos movimentos sociais no movimento para a democratização, o movimento social «é um desafio aberto, colectivo, sustentado, aos modos dominantes de fazer as coisas». Ou seja, Markoff estuda o fenómeno no sentido da mudança social e na perspectiva do impacto na sociedade [...]. Além disso, sublinha a duração, já que se ocupa de estabelecer a sustentabilidade do movimento, e o desafio, porque o movimento está contra algo de errado na sociedade global que os promotores e aderentes do movimento querem obviamente mudar. Finalmente há que fazer uma referência obrigatória a Anthony Giddens, [...] para ele, um movimento social é «uma tentativa colectiva para desenvolver um interesse comum ou assegurar um objectivo comum através de acção colectiva fora da esfera das instituições reconhecidas».” (Bessa, 2002, p. 75-76)

Partindo da compreensão de que o Movimento CERCI tem um **carácter histórico**, neste sentido, o seu papel social altera-se de acordo com a conjuntura, as condições concretas vivenciadas pelos pais e técnicos, as ideologias e concepções políticas que permeiam as suas lideranças e as articulações que o movimento estabelece com outros movimentos, partidos políticos e demais sujeitos colectivos. A ideologia, a direcção e as alianças caracterizam a natureza e acção do movimento, adquirindo um conteúdo próprio no processo de organização e mobilização, em contextos historicamente determinados.

Consciencializados da abrangência do Movimento CERCI no contexto histórico português, verifica-se que são raros e pouco conhecidos entre nós, trabalhos científicos no âmbito das ciências sociais, principalmente no que diz respeito aos interesses que despertaram, relevância social, política cultural que adquiriram, e que trajecto percorreram.

Importa salientar que o movimento reveste-se de grande pluralidade e complexidade. Os movimentos não revelam uniformidade nos objectivos e nos procedimentos; pelo contrário, conforme a época concretizam-se em acções e intenções diferentes.

Podemos entender o Movimento CERCI como um movimento social na medida em que se define como “[...] uma organização nitidamente estruturada e identificável, que tem como finalidade explícita agrupar membros em vista da defesa ou da promoção de certos objectivos precisos, geralmente com uma conotação social. O movimento social caracteriza-se sobretudo pelo facto de ser essencialmente reivindicativo: procura fazer reconhecer e triunfar ideias, interesses, valores, etc.” (Rocher, 1989, p. 115)

“Todo o movimento social, para existir enquanto organização reivindicativa, tem de resolver certos problemas de definição de si próprio; deve, segundo a expressão de Alain Touraine, reunir certos princípios de existência.” (Rocher, 1989, p. 116)

Assim, é possível afirmar que o que confere carácter específico ao movimento social e orienta a sua acção é a resposta que dá a estes problemas, quer dizer, a forma como resolve os princípios de existência. Segundo Alain Touraine, há três princípios que se devem encontrar em todo o movimento social: o princípio de identidade; o princípio de oposição; e o princípio de totalidade. A par dos princípios existem também três funções definidas que são elas: a função de mediação; a função de clarificação da consciência colectiva; e a função de pressão.

Nesta perspectiva, torna-se pertinente clarificar o conceito de movimento social, como é exemplo o Movimento CERCI, como promotor de **mudanças sociais**. Em primeiro lugar, a mudança social é necessariamente um **fenómeno colectivo**, ou seja, deve implicar uma colectividade/associação; deve afectar as condições ou as formas de vida, ou ainda o universo mental de mais que uns poucos indivíduos. Em segundo lugar, a mudança social deve ser uma **mudança de estrutura**, isto é, deve ser possível observar uma modificação de totalidade ou de certas das componentes da organização social. Em terceiro lugar, a mudança social supõe a possibilidade da sua **identificação no tempo**, ou seja, deve ser possível descrever o conjunto das transformações ao longo do tempo. A mudança social só é susceptível de ser apreciada e medida em relação a um **ponto de referência** no passado. É a partir desse ponto de referência que se pode dizer que houve mudança, o que é que mudou e em que medida houve mudança. Em quarto lugar, toda a mudança social para ser efectivamente uma mudança de estrutura, deve dar provas de uma certa **permanência**, ou seja, as transformações observadas não devem ser apenas superficiais, efémeras ou passageiras. (Negrito nosso)

Com efeito podemos definir mudança social como sendo “[...] toda a transformação observável no tempo, que afecta, duma maneira que não seja provisória ou efémera, a estrutura ou o funcionamento da organização social duma dada colectividade e modificar o curso da sua história.” (Rocher, 1989, p. 221) De acordo com esta definição, é possível afirmar que o movimento CERCI dá origem a mudanças sociais aos mais diversos níveis, quer do ponto de vista da sua organização, quer ao nível das respostas dadas.

Outro conceito a ter presente diz respeito à **acção histórica**. Definimos acção histórica como “[...] o conjunto das actividades dos membros de uma sociedade que se destinam ou são de natureza a provocar, intensificar, reforçar ou impedir as transformações da organização social no seu conjunto ou de algumas das suas partes.” (Rocher, 1989, p. 221) A acção histórica refere-se desta forma à influência desses elementos activos, desses agentes de mudança, ou seja, a mudança que resulta da acção histórica de certos actores ou de certos grupos. (Negrito nosso)

Desta forma estes movimentos devem ser entendidos como **processo social**. Devemos interpretá-lo como a sequência e o encadeamento dos acontecimentos, dos fenómenos, das acções, cujo conjunto constitui o curso da mudança. “O processo diz-

nos como é que as coisas se passaram, que ordem apresentam e de que modo se combinam. Não nos explica a mudança, conta-nos o seu desenvolvimento no tempo.” (Rocher, 1989, p. 223, **negrito nosso**)

Enquanto **factor de mudança** é efectivamente um elemento de uma dada situação que, pelo simples facto da sua existência ou pela acção que exerce, implica ou provoca uma mudança. (**Negrito nosso**)

As **condições da mudança** “[...] são elementos da situação que favorecem ou desfavorecem, activam ou moderam, encorajam ou atrasam a influência de um ou vários factores de mudança.” (Rocher, 1989, p. 224) (**Negrito nosso**)

No que diz respeito aos **agentes de mudança**, são, como já vimos, as pessoas, os grupos, as associações, que introduzem a mudança, a apoiam, a favorecem ou se lhe opõem. Os agentes são portanto os actores e os grupos cuja a acção social toma, sob certos aspectos, o carácter de uma acção histórica. “São os actores e os grupos cuja acção é animada por fins, interesses, valores, ideologias, que têm impacto sobre o devir de uma sociedade.” (Rocher, 1989, p.225) (**Negrito nosso**)

É num momento de reflexão, sobre os princípios nos quais assenta e se desenvolve o Movimento CERCI em Portugal, que são encontrados factores relevantes para a realização de uma pesquisa, cujo tema sugere uma resposta reflexiva e questionável – compreender o que levou o Movimento Social à sua institucionalização - na medida em que este movimento contribuiu para diversas alterações ao nível das políticas de reabilitação em Portugal.

#### **2.1.4. O PAPEL DOS ESTADOS NO ESPAÇO EUROPEU**

É fundamental fazer referência ao papel da União Europeia no quadro das responsabilidades, relativas à integração das pessoas com deficiência. Assim sendo, é de salientar, que todas as normas e recomendações da UE, só fazem sentido com a implicação efectiva dos Estados-Membros, das Organizações Não Governamentais e de toda a sociedade civil numa postura de união e parceria.

A acção da UE é “uma acção limitada, mas importante, que demonstra a este sector importante de pessoas das nossas sociedades, que a União política e social da Europa não é uma mera construção abstracta de teóricos e tecnocratas mas um valor



acrescentado às soberanias nacionais ao serviço dos valores humanos, da coesão económica e social, da justiça e da paz.” (Moura, 1996, p. 28)

Seria, indubitavelmente, extensa a lista de documentos acerca deste assunto. Desde há muito que a tentativa de integração das pessoas com deficiência, tenta efectivar-se, pondo em prática um conjunto de teorias, declarações e/ou recomendações. São exemplo disso a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada em 10 de Dezembro de 1948 pela ONU; a Declaração dos Direitos dos Deficientes, também aprovada pela ONU através da Resolução 3447 de 9 de Dezembro de 1975; a Declaração dos Direitos da Criança, aprovada em 9 de Dezembro de 1959 na assembleia geral da ONU; a Declaração dos Direitos Gerais e Particulares dos Deficientes Mentais, proclamada em Outubro de 1968 em Jerusalém pela ILSMH e aprovada pela ONU em 18 de Março de 1971; a Convenção n.º 159 para a Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência, aprovada em 20 de Junho de 1983 pela OTI.

Ainda no âmbito das Nações Unidas, o Conselho da Europa faz publicar em 9 de Abril de 1992, a Recomendação n.º R (92) 6, adoptada pelo comité de Ministros aos Estados Membros relativa a uma política coerente para as pessoas com deficiência, sendo definido um programa orientador da política de reabilitação e integração, para as autoridades nacionais.

É publicado em 2003 a Declaração de Madrid sob a égide da “Não discriminação mais acção positiva igual a inclusão social”, procurando alcançar uma sociedade inclusiva para todos.

“As mais recentes orientações no campo da educação e da reabilitação (nomeadamente a Declaração de Salamanca, UNESCO 1994, e as Normas sobre a Igualdade de Oportunidades, ONU 1994) preconizam a inclusão das pessoas com deficiência em todos os domínios da vida social e o seu direito à plena cidadania.” (Reto, 2001, p 220)

Ainda em 2004, são definidas as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoas com deficiência, através da Lei n.º 38/2004 (Lei Bases da Reabilitação). Como nos refere o Artigo 3º - Objectivos - “Constituem objectivos da presente lei a realização de uma política global, integrada e

transversal de prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência, através, nomeadamente, da:

- a) Promoção da igualdade de oportunidades, [...] que permitam a plena participação na sociedade;
- b) Promoção de oportunidades de educação, formação e trabalho ao longo da vida;
- c) Promoção do acesso a serviços de apoio;
- d) Promoção de uma sociedade para todos através da eliminação de barreiras e da adopção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência.”

Apesar do vasto leque de leis e normas existente, “o Conselho Europeu analisou a situação da deficiência no Espaço Europeu e concluiu que apesar de todo o investimento financeiro e humano por parte da União Europeia, as pessoas com deficiência continuam segregadas e isoladas. A maior parte das pessoas com deficiência, tem capacidade para o desempenho de um papel activo na sociedade, desde que possam ser integradas em adequados processos de reabilitação funcional e treino vocacional. Deficiência não é sinónimo de incapacidade.” (Reto, 2001, p. 220)

Diariamente, o debate em torno dos direitos das pessoas com deficiência é uma constante, prova disso é o Projecto de Lei Ant-discriminatória, aprovado no dia 20 de Julho de 2006 e publicado em Diário da República a 28 de Agosto do mesmo ano – Lei n.º 46/2006 - que proíbe as discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na deficiência. Este processo teve início em 2000, por iniciativa da APD, e tem como objectivo “exigir a punição de actos que violem a igualdade de direitos no acesso a áreas tão essenciais como a educação, o emprego, a saúde, a habitação, etc., o que torna este diploma um instrumento de defesa dos direitos dos cidadãos com deficiência.” (Almeida, 2006, p. 8)

Contudo, é importante referir, que o Estado Português está longe de cumprir os seus deveres redigidos constitucionalmente, na área da reabilitação, cingindo-se na sua globalidade, à participação financeira, através de acordos de cooperação e de gestão. Prova disso é a resposta dada pela sociedade civil, e não pelo Estado, através das

Cooperativas de Solidariedade Social, das Associações de Pais, das IPSS, das ONG, ou seja, da resposta dada pelo terceiro sector.

### **2.1.5. A INFLUÊNCIA DO TERCEIRO SECTOR NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

A função do Terceiro Sector na sociedade, traduz-se no trabalho realizado por vários vectores da economia social, como são o caso das Mutualidades, IPSS, ONG e o sector Cooperativo.

Citando Manuela Coutinho (2003), ela afirma que “uma variedade de iniciativas ao nível local e regional vêm seguindo caminhos inovadores que se ligam a um grande número de movimentos de solidariedade [...] como o movimento das cooperativas, das associações mútuas, da economia solidária e social ou do terceiro sector. O conjunto de iniciativas tende a ser globalmente reconhecido como um sector de utilidade pública, não estatal e não lucrativo [...]” (Coutinho, 2003, p. 63)

Para melhor compreender esta abordagem, iremos definir na sua globalidade o conceito de terceiro sector através da autora citada anteriormente. “Ao lado do privado (1º sector) e do público (2º sector), há um terceiro sector que actua da mesma forma da economia privada, mas tem objectivos sociais, porque os seus serviços não são feitos na base de obrigações legais, ou outras obrigações formais. Os três sectores podem assim ser definidos por características específicas. O primeiro sector baseia-se em mecanismos de mercado e os seus incentivos são provenientes do sistema de preços, em função do nível do lucro e da satisfação das necessidades privadas. O segundo sector assenta a sua actuação em objectivos de política estipulados por decisões governamentais, através de mecanismos burocráticos. [...] Tal não acontece com o terceiro sector, tradicionalmente considerado de economia social, no que se incluem, entre outros componentes, o “sector voluntário”, o “sector mercantil”, o “sector sem fins lucrativos”, [...] e a “sociedade civil”. Enfim, o terceiro sector é um sector interdependente – depende mais de mecanismos voluntários de associativismo e envolve processos de negociação no funcionamento e na tomada de decisão.” (Coutinho, 2003, p. 64)

É de salientar que este tipo de organizações de carácter social, têm a sua génese onde os grupos sociais são mais fragilizados, e a ausência de respostas figura, por falha do sector público. O nosso país, despertou tardiamente para este tipo de

movimentos. “O percurso histórico da sociedade portuguesa nesta matéria encontra-se ligado à necessidade de se substituir o Estado na resolução dos problemas da educação especial de crianças e jovens deficientes. Por esta razão, os movimentos sociais a favor da pessoa com deficiência foram pioneiros na reabilitação.” (Reto, 2001, p. 243)

Desta forma, podemos encontrar uma correlação entre terceiro sector, políticas sociais e reabilitação, isto é, a pressão exercida pela sociedade civil, através dos movimentos sociais, desencadeados predominantemente no pós revolução – movimento cooperativo, associativismo, etc. – devido à ausência de respostas por parte dos Estado e ao problema das pessoas com deficiência em geral, e das crianças com NEE em particular, levou à criação de novas respostas e à alteração e/ou criação de novas políticas sociais para esta área.

Tal concepção parece ser sustentada por Fátima Reto e Manuela Ramos (2001), aquando da “[...] instauração da democracia e da liberdade de associação e de expressão, a sociedade civil tomou consciência das graves lacunas no campo da educação especial, reabilitação e integração social das pessoas com deficiência. Os movimentos associativos e cooperativos dinamizados por pessoas com deficiência, pais, técnicos e outros agentes sociais, além de terem fundado as suas próprias organizações, obrigaram o Estado a agir. A reboque dos movimentos associativos e cooperativos as políticas sociais portuguesas nesta área, começaram a ganhar algum movimento.” (Reto, 2001, p. 243)

Deste modo, os últimos trinta anos, foram favoráveis ao aparecimento de várias ONG. “Do ponto de vista genético o aparecimento destas organizações relaciona-se intimamente com o avolumar dos problemas das modernas sociedades industriais, com o eclodir dos novos movimentos sociais e com a crise do Estado-Providência. As tendências recentes para a autonomia local, para a descentralização, para a desregulação e para o reconhecimento dos direitos dos cidadãos à livre escolha contribuíram também para a emergência das ONG. A designação ONG é também uma categoria muito abrangente que compreende dentro de si uma enorme variedade de formas organizativas e de finalidades, umas mais directamente ligadas aos movimentos sociais a que pretendem dar expressão, outras mais orientadas para a produção de serviços sociais ou de interesse público” (Hespanha, 2000, p. 152-153)

Hoje em dia são exemplos de ONG as ligadas às pessoas com deficiência, diabetes, lúpus, doenças cardiovasculares, HIV, entre outras. “Estas Associações além de desempenharem uma função de harmonização da vida social «encarregando-se, por vezes, do processo de socialização de pessoas estigmatizadas», afectam a sociedade em que se inserem e em que operam. Pelo seu esforço e pelas suas actividades procuram afectar a estrutura social através de campanhas informativas tendentes à erradicação dos preconceitos que perseguem muitas doenças crónicas e deficiências e à reivindicação de uma inserção social análoga à das pessoas ditas normais.”(Reto, 2001, p. 244)

No que diz respeito às iniciativas ligadas a estes movimentos, principalmente depois de 1974, estas caminham até hoje numa tentativa da erradicação da exclusão social assente numa filosofia de cidadania. “Em grande parte elas correspondem à expressão de uma nova cultura de participação e de uma ideologia política de democracia popular surgidas do derrube da ditadura e inspiradas nos projectos da esquerda socialista.” (Hespanha, 2000, p. 160)

Um fenómeno, não menos importante a ter em conta, são as diferentes formas de institucionalização destas organizações, dependendo dos seus objectivos e missão. “O princípio associativo [...] que está na origem da criação de uma boa parte das instituições de solidariedade social tende a esbater-se à medida que as exigências de uma organização funcional e de uma orientação profissional impostas pela concorrência num mercado de bens sociais vão fazer generalizar uma lógica de gestão quasi-empresarial, à semelhança do que aconteceu há muito com as cooperativas (Hespanha, 1995)” (Hespanha, 2000, p. 163)

Como nos refere o autor Pedro Hespanha (2000), “[...] as instituições tendem a afastar-se progressivamente dos objectivos fundadores visados pelos cidadãos e as condições entre os interesses destes e os das instituições tornam-se mais frequentes.” O autor defende que uma das causas para o processo de institucionalização se deva ao facto de que “a institucionalização da sociedade-providência, através da conversão ou integração de certas formas de acção em instituições privadas de fins não lucrativos, sob a tutela do Estado, conduz a uma inevitável perda de flexibilidade e de autonomia” (Hespanha, 2000, p. 164)

Outros estudos apontam que o processo de institucionalização se fique a dever à excessiva profissionalização dos seus agentes ou à rigidez da gestão administrativa.

### **2.1.6. O PAPEL DAS COOPERATIVAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**

O papel das Cooperativas de Solidariedade Social, é uma referência do terceiro sector como agente propulsor da construção e reforma das políticas sociais no nosso país. Acresce lembrar que, segundo fonte da Aliança Cooperativa Internacional, uma cooperativa é uma associação autónoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades económicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida.

As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda e responsabilidade próprias, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos outros. Os princípios cooperativos são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam à prática os seus valores.

Desta forma, estão consagrados no código cooperativos os seguintes princípios: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos membros; participação económica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e interesse pela comunidade.

Nesta perspectiva, é com base na dissertação de Mestrado realizada por Ferreira, S. (2000), sob o tema «O papel das organizações do terceiro sector na reforma das políticas públicas de protecção social», o autor foca a importância do sector cooperativo, apurando que, no que se refere à “[...] distribuição por actividade progressiva, as cooperativas de solidariedade social estão sobretudo presentes na acção social para pessoas com deficiência [...] onde estão presentes, em esmagadora maioria, as Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas (CERCI) [...]” (Ferreira, 2000, p. 289).

O autor chama atenção para a crescente diversidade de respostas dadas para além do apoio às pessoas com deficiência, como é o caso do “[...] apoio à infância, à juventude e a idosos, há ainda algumas de prática clínica em ambulatório, de formação profissional e de criação de emprego [...]” (Ferreira, 2000, p. 289) advertindo para o facto das cooperativas de solidariedade social poderem vir a aumentar em número, pela transformação de algumas cooperativas que ainda permanecem no ramo do ensino ou de serviços.

“Os equipamentos de acção social das cooperativas de solidariedade social são predominantemente na área da invalidez e reabilitação. Trata-se, sobretudo neste caso, dos equipamentos das CERCI, que constituem, de certa forma, o núcleo das cooperativas de solidariedade social. O movimento CERCI surgiu após o 25 de Abril, tendo 81% das cooperativas sido constituídas entre 1975 e 1979, propondo-se como alternativa às formas organizativas assistenciais existentes na área da deficiência mental. Tornaram-se pioneiras na criação de Escolas de Educação Especial para crianças com deficiência mental, rompendo com a tradição de atendimento assistencial. [...] Este movimento está profundamente enraizado nos movimentos populares de base que surgiram então, nomeadamente as comissões de moradores ou de bairro, possuindo uma enorme capacidade de mobilização das populações locais [...]” (Ferreira, 2000, p. 289)

Em 1985, é criada uma Federação que vem congregar todas as CERCI a nível nacional, e que nasce da dinâmica do trabalho realizado, isto é, “[...] resultou da constatação da necessidade de implementar uma estrutura que pudesse representar o interesse das Cooperativas e, simultaneamente, apoiar e incentivar de várias formas a qualidade dos serviços prestados.” (Cação, 1995, p. 4). Esta Federação, constitui hoje um recurso indispensável na dinamização e sensibilização da opinião pública para os problemas das pessoas com deficiência mental e suas famílias.

Denotam-se pois, várias alterações ao longo dos últimos anos neste sector. Um dos exemplos mais significativos, é a passagem das cooperativas de ensino, como é exemplo disso as CERCI, para cooperativas de solidariedade social.

Segundo o Presidente do INSCOOP, Manuel Canaveira de Campos (1998), as “Cooperativas de ensino eram-no de facto e exclusivamente quando o trabalho desenvolvido decorria totalmente no âmbito da educação especial. O evoluir das crianças e jovens a quem se dedicavam, fez contudo que a actividade se alargasse a outras áreas mais ligadas à formação e à integração. Nesta perspectiva surgiu a hipótese de criar na legislação cooperativa, o ramo das Cooperativas de Solidariedade Social.” (Campos, 1998, p. 7)

É então em 1996, com a revisão do Código Cooperativo (Lei n.º 51/96, de 7 de Setembro) criado o ramo das Cooperativas de Solidariedade Social, e em 1998 é feita a regulamentação deste novo tipo de cooperativas através da publicação do Decreto Lei n.º 7/98, de 15 de Janeiro.

É de salientar que em 1997, foi adquirido o estatuto de IPSS para estas cooperativas, “[...] passando-lhes a ser aplicado o mesmo estatuto de direitos, deveres e benefícios fiscais (Lei n.º 101/97 de 13 de Setembro). Esta qualidade é reconhecida pela Direcção-Geral da Acção Social, não deixando, todavia, de se lhes aplicar o Código Cooperativo e o reconhecimento pela entidade credenciadora do sector, o INSCOOP.” (Ferreira, 2000, p. 288)

Contudo, a esfera “[...] da Solidariedade Social, não se limita à educação e reabilitação de crianças, mas de qualquer forma é justo reconhecer que foram os responsáveis por essas cooperativas que primeiro se deram conta da necessidade da existência das Cooperativas de Solidariedade Social.” (Campos, 1998, p. 7-8)

Assim, podemos afirmar que as Cooperativas de Solidariedade Social, “[...] surgem como alternativa às respostas públicas e privadas e afirma-se num conjunto de princípios e valores de funcionamento e gestão abertos e democráticos, de grande proximidade com os problemas e com as soluções. As cooperativas são estruturas que se identificam com os parâmetros da economia social, que do ponto de vista organizacional aliam os pressupostos de gestão empresarial aos mecanismos associativos de mobilização e coesão. A FENACERCI, Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social, participa de forma activa na divulgação da acção cooperativa nos diferentes domínios e na afirmação do sector como alternativa económica e social para o desenvolvimento.” (FENACERCI, 2005)

Após construção cuidada do enquadramento teórico que sustenta a problemática em análise, encerra-se assim o ponto dois, onde de seguida é apresentado o percurso metodológico da pesquisa.



### **3. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

Antes de encetarmos a descrição do modelo de análise e da metodologia da pesquisa utilizada para a realização do trabalho, iremos abordar de forma global a importância da investigação para o Serviço Social.

#### **3.1. A IMPORTÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Ao realizar uma investigação, está-se a percorrer um caminho que se pretende que seja científico, traduzindo-se no aumento do conhecimento sobre uma dada realidade, o que nos remete para uma atitude crítica face a um tema, neste caso, o Movimento CERCI.

Desta forma, a actual investigação visa de forma sistemática, conhecer o fenómeno social desencadeado pelo movimento e as mudanças operadas por este, nas últimas quatro décadas, percurso este, também marcante para a história do Serviço Social Português.

No entanto, é importante reflectir sobre o tema da pesquisa em Serviço Social. É com base no autor Vicente Paula Faleiros (1986), que se reflecte acerca de três problemas à investigação nesta área, são eles: i) o pragmatismo; ii) a acomodação; iii) e a insuficiência de formação. O autor chama atenção para o facto de haver uma tendência nas profissões ligadas à prática, contrariamente daquelas mais ligadas à teoria, em não produzir conhecimento através da pesquisa.

Todavia, “[...] muito se deve à orientação pragmática que essas profissões vêm adquirindo no contexto da acção social. O pragmatismo consiste numa atitude voltada para a solução de problemas imediatos, sem pensar e reflectir as consequências teóricas e históricas desta acção imediata.” (Faleiros, 1986, p. 5)

Consequentemente, o dia-a-dia das organizações espelha a fragmentação de saberes, através da intervenção directa, na resolução dos problemas sociais das pessoas com deficiência, que se reflecte na ausência de sistematização do conhecimento e de investigação nas mais diversas áreas, como é o caso dos Assistentes Sociais, dos Psicólogos, dos Terapeutas entre outros.

Outro dos problemas, assenta no escasso investimento por parte dos técnicos em aumentar o seu conhecimento acerca da temática/problemática em que intervêm, na medida em que, “não estudam pesquisa, não utilizam estudos baseados em pesquisa para a melhoria profissional, não realizam pesquisa depois da sua formação [...]”. Esse conjunto de características resulta da acomodação. O que se tem observado na prática do Serviço Social é que também há pouca produção científica [...]” (Faleiros, 1986, p. 6)

Por último, a insuficiência de formação, é outro dos factores que contribui para a pouca produção científica nesta área. “As instituições não demandam pesquisas e a população também não as exige directamente dos profissionais. [...] Para se produzir pesquisa não basta ler, não basta se dispor para a leitura. É preciso uma organização sistemática para a produção de saber e de uma produção que tenha possibilidade de difusão e de comunicação.” (Faleiros, 1986, p. 6-7)

Desta forma, há uma necessidade crescente de estimular a pesquisa, aumentando a sua qualidade e o seu rigor metodológico. “A pesquisa se solidifica a partir do trabalho continuado, de base. Para isso é fundamental a criação de núcleos de pesquisa em cada instituição, em cada universidade. Que as universidades libertem professores para fazerem pesquisa, que as instituições libertem profissionais para fazerem pesquisa [...]”. (Faleiros, 1986, p. 9)

Assim, o facto do presente estudo de caso ser de carácter qualitativo, pretende compreender alguns dos fenómenos da história destas organizações, com o objectivo de perspectivar o futuro, na tentativa de aumentar a eficácia e a eficiência da intervenção. “Para repensar a prática do Serviço Social e encontrar alternativas de pesquisa é preciso desmontá-lo teoricamente e reconstruí-lo na busca do seu fundamento. Fundamento é a condição da possibilidade da génese e da articulação das contradições num processo. Não se trata apenas de considerar a génese, mas a articulação estrutural do todo na história. A construção da teoria passa por essa crítica histórica. A história nos coloca diante das condições objectivas de surgimento dos fenómenos, diante do momento e da totalidade, para a construção do objecto.” (Faleiros, 1986, p. 15)

Por todas estas razões, é importante “[...] criar uma correlação de forças afim de mudar o próprio objecto de estudo e acção, é necessária a pesquisa, não só da história individual, mas da história das associações de moradores, da história dos

movimentos de bairro, da história das comunidades, da história das populações, da história das instituições, todas relacionadas com o processo histórico global.” (Faleiros, 1986, p. 17)

Outro dos autores que reflecte sobre a produção do conhecimento do assistente social, é Ursula Karsch (1988). A autora defende que o assistente social deve, em primeiro lugar, pesquisar o que conhece, isto é, “[...] por causa da sua prática, tem a experiência institucional de um lado, e a vivência com o povo, por outro, [...] é um profissional privilegiado para a actividade de investigação. «Não se pode pesquisar o que se desconhece, pelo contrário, é uma exigência da investigação social que se investigue o que se sabe, o que se conhece e se tem estudado» (Urrutia, 1985)” (Karsch, 1988, p. 122-123)

Em segundo lugar, o assistente social, não deve desperdiçar o material com que trabalha diariamente (registos, documentos, relatórios, manuais, etc.), pois segundo a autora, o técnico trabalha com instrumentos de pesquisa, ou seja, “[...] aquilo que tem por finalidade cumprir as exigências técnicas e administrativas [...] constitui-se em um arsenal de informações de dados que, per si, permitem verificar situações aparentemente claras, e que precisam ser elucidadas na lógica das relações sociais. [...] os instrumentos cuja função parece ser somente burocrática escondem mecanismos de representação [...] que organizam e justificam o instituído quotidiano.” (Karsch, 1988, p. 123)

Um terceiro aspecto, não menos importante é o trabalho no directo com a população, que permanentemente nos fornece novos problemas, temas de discussão e instrumentos de pesquisa. É o acesso directo ao objecto de trabalho/estudo, uma mais valia que permite estabelecer novas concepções teóricas e aumentar a produção do conhecimento.

### **3.2. NATUREZA DO ESTUDO**

O ponto dois do trabalho, diz respeito à revisão bibliográfica e teve como objectivo inventariar todas as leituras realizadas, relacionadas com o tema da pesquisa, através do conhecimento de vários autores.

Perante um tão vasto tema, é necessário proceder à delimitação do objecto de estudo. A opção é pois circunscrevê-lo ao impacto político, das mudanças geradas no

movimento e, à influência deste na construção de Políticas Sociais para a Reabilitação.

Desta forma entende-se por objecto teórico, o Movimento CERCI, e por objecto empírico a institucionalização deste movimento como processo de mudança.

Conforme se poderá constatar, optou-se por não formular hipóteses analíticas a partir dos objectivos, pelas seguintes razões: não cabe na natureza do trabalho, tal como foi referido anteriormente, pois pretende assumir apenas um carácter exploratório; visto que pretende recolher o maior número de informação acerca da temática, de modo a realizar uma análise o mais alargada possível, o que não seria exequível se fossem formuladas hipóteses.

Por se verificar alguma escassez ao nível de estudos efectuados no âmbito do Movimento CERCI, o principal objectivo deste trabalho é inventariar o máximo de informações acerca do percurso do movimento social até à sua institucionalização. É de salientar que foram elaborados pressupostos que constituem - em substituição das hipóteses - o fio condutor do trabalho.

A reconstituição da história está feita com base na pesquisa bibliográfica, na análise documental e na análise de conteúdo das entrevistas, sendo os eixos centrais deste trabalho: i) a transformação interna das CERCI; e ii) o contributo das CERCI na transformação das Políticas Sociais.

Resumindo as características de um estudo de caso qualitativo, podemos sustentar que ele é: “[...] **particular** – porque se focaliza numa determinada situação, acontecimento, programa ou fenómeno; **descritivo** – porque o produto final é uma descrição «rica» do fenómeno que está a ser estudado; **heurístico** – porque conduz à compreensão do fenómeno que está a ser estudado; **indutivo** – porque a maioria destes estudos tem como base o raciocínio indutivo; **holístico** – porque tem em conta a realidade na sua globalidade. É dada uma maior importância aos processos do que aos produtos, à compreensão e à interpretação.” (Carmo, 1998: 217, negrito nosso)

### 3.3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a presente investigação, a escolha relativamente ao método, foi de carácter qualitativo, ou seja, foi utilizado o método indutivo. Desta forma, como nos refere

Hermano Carmo e Manuela Ferreira (1998), a construção parte da observação, isto é, “os investigadores tendem a analisar a informação de uma «forma indutiva». Desenvolvem conceitos e chegam à compreensão dos fenómenos a partir de padrões provenientes da recolha de dados. Não procuram a informação para verificar hipóteses. A teoria é desenvolvida de «baixo para cima» [...], tendo como base os dados que obtiveram e estão inter-relacionados. Esta teoria designa-se por «teoria fundamentada» (Glaser e Strauss, 1967).” (Carmo, 1998, p. 179-180)

### **3.3.1. DEFINIÇÃO DO CAMPO DE ANÁLISE E DA AMOSTRA**

Para a definição do campo de análise é necessário circunscrever de forma clara o período de tempo analisado, a zona geográfica abrangida, os actores, as organizações, entre outros agentes considerados importantes para circunscrever claramente o estudo.

O nosso universo é composto por oito entrevistados. Através de uma amostragem probabilística, foi tido em conta a necessidade de seleccionar um grupo de pessoas representativas, mais concretamente elementos que tiveram um papel activo na génese do movimento CERCI tais como, pais, técnicos e pessoas interessadas; à actual Direcção da FENACERCI; e ainda, a elementos pertencentes a actuais Direcções. No que se refere à área geográfica abrangida esta foi circunscrita ao Distrito de Lisboa.

Desta forma, foram seleccionados, através de uma amostragem aleatória simples, vários elementos de carácter representativo, dos critérios referidos anteriormente, na medida em que “[...] a investigação qualitativa tipicamente focaliza-se em amostras relativamente pequenas, ou mesmo casos únicos, seleccionados intencionalmente.” (Carmo, 1998, p. 191)

Na mesma linha de pensamento, Isabel Guerra (2006) define a opção como amostragem por caso único, isto é, “[...] consiste na escolha de uma pessoa, situação ou local para fazer uma análise intensiva, do tipo «estudo de caso»” (Guerra, 2006, p. 44)

A amostra foi adequada a alguns factores a ter em conta, tais como, a disponibilidade e acessibilidade dos entrevistados e entrevistador, tempo disponível para a pesquisa, e a rentabilização dos recursos utilizados.

O principal objectivo a ter em conta na definição do campo de análise e da amostra, foi o de reunir o máximo de dados que permitisse uma imagem global do problema em análise, para que a recolha da informação através das entrevistas e da análise documental fosse a mais representativa possível.

### **3.3.2. TÉCNICAS DE RECOLHA DOS DADOS**

As técnicas de recolha dos dados utilizadas na pesquisa foram: a) pesquisa bibliográfica; b) análise documental; e c) entrevista semi-directiva (ou estruturada) e de profundidade.

Considera-se que a pesquisa bibliográfica é o “[...] levantamento de toda a bibliografia já publicada e que tenha relação com o tema em estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contacto directo com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto.” (Lakatos, 1985, p. 57-58)

Com o objectivo de reunir o máximo de informação possível, foi com base na pergunta de partida e nos objectivos delineados para a pesquisa que se realizou uma exploração preliminar sobre o tema, a fim de auscultar os diversos contributos já existentes; numa segunda fase, foi feita uma pesquisa mais aprofundada. Para tal, foram seleccionados de forma diversificada, vários locais onde as pesquisas se realizaram.

A análise documental foi fundamental na elaboração deste trabalho na medida em que veio complementar e elucidar a informação recolhida através das entrevistas. Foram analisadas várias fontes (escritas e não escritas), tais como filmes, vídeos, fotografias, actas, boletins, jornais diários, discursos, etc.

Desta forma, a construção empírica do trabalho assenta na edificação complexa da correlação entre as fontes bibliográficas, os dados das entrevistas, as fontes primárias e as fontes secundárias, isto é, as “[...] fontes primárias são aquelas que surgem durante o período de investigação (ou seja, as actas das reuniões do conselho directivo da escola). As fontes secundárias são as interpretações dos acontecimentos desse período baseadas nas fontes primárias [...]” (Bell, 1997, p. 91)

É de salientar o importante contributo da imprensa na reconstituição histórica do movimento CERCÍ. “Como bem sabemos, a imprensa, diária ou semanal, fornece

notícias e factos. É igualmente um dos veículos privilegiados da publicidade. Ilustra as opiniões de grupos ou de categorias sociais determinadas e, por isso, desempenha um papel essencial na vida política e social.” (Albarelo, 1997, p. 23)

No que concerne ao tipo de entrevista realizada, optou-se pela entrevista semi-directiva (ou estruturada) e de profundidade, na medida em que, “[...] o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista.” (Ghiglione, 1993, p. 70)

Este tipo de entrevistas tem a sua origem em estudos sociológicos e antropológicos. “En este sentido, aparece como esencial llegar a obtener el conocimiento del punto de vista de los miembros de un grupo social o de los participantes en una cultura. La entrevista es uno de los medios para acceder al conocimiento, las creencias, los rituales, la vida de esa sociedad o cultura, obteniendo datos en el propio lenguaje de los sujetos.” (Gómez, 1996: 168) Segundo o autor, a preparação destas entrevistas requer uma certa experiência e relação com o objecto de estudo, a fim de procurar aquilo que se deseja conhecer.

### **3.3.3. O INSTRUMENTO DA PESQUISA – GUIÃO DA ENTREVISTA**

Apesar da ordem das questões, elas permitiram que os entrevistados usassem liberdade no discurso. O guião foi antecedido de um pré-teste realizado a dois dos entrevistados, permitindo aferir algumas questões, para atingir os objectivos específicos que lhes estão associados. O guião definitivo é composto por sete perguntas com várias questões implícitas. (Apêndice A)

É de salientar que para alcançar os objectivos propostos para este estudo, foi preponderante a relação entrevistador-entrevistado. “Esa relación es tan importante que llega a condicionar la calidad de la información recibida. Si tuviésemos que resumir en un concepto el carácter de esa relación seguramente hablaríamos de confianza. De este modo, podríamos decir que la entrevista en profundidad es un proceso de entendimiento y confianza mutua entre entrevistador y entrevistado.” (Gómez, 1996, p. 171)

Todas as entrevistas foram gravadas, permitindo registar com exactidão o discurso dos entrevistados. Desta forma, o facto de gravar os discursos, permitiu ao

entrevistador estar com mais atenção ao que foi dito, favorecendo a interacção entrevistador-entrevistado. Foi criado com todos os entrevistados uma relação empática, o que permitiu reunir através das oito entrevistas os dados essenciais para a persecução do estudo.

### **3.3.4. TÉCNICAS DE ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS**

Para a análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, seguido algumas das propostas feitas por Isabel Guerra (2006), tais como, a transcrição, a leitura das entrevistas e a construção das sinopses.

Segundo a autora, e no que se refere à transcrição, “[...] esta deve ser integral e fiel ao que foi dito.” (Guerra, 2006, p. 69) Assim, houve um cuidado redobrado com os conteúdos das entrevistas, tendo as mesmas sido transcritas, revista a gravação várias vezes, e feita a redação do discurso com pontuação e supressão de elementos inúteis. (Apêndice B)

Após a transcrição, as entrevistas foram lidas cuidadosamente, deixando uma margem do lado direito da entrevista, para a realização de notas e identificação de conceitos chave, de forma a poder identificar o maior número possível de semelhanças entre os diversos discursos e as singularidades. (Apêndice C)

O passo seguinte foi a construção da sinopse das entrevistas. “As sinopses são sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados. Trata-se portanto de material descritivo que, atentamente lido e sintetizado, identifica as temáticas e as problemáticas. [...] As sinopses têm como objectivos centrais: reduzir o montante de material a trabalhar identificando o corpus central da entrevista; permitir o conhecimento da totalidade dos discurso, mas também das suas diversas componentes; facilitar a comparação longitudinal das entrevistas; ter a percepção da saturação das entrevistas.” (Guerra, 2006, p. 73) (Apêndice D)

No que concerne à análise de conteúdo, podemos concluir que “[...] o material sujeito à análise de conteúdo é concebido como o resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao analista construir um modelo capaz de permitir inferências sobre uma ou várias dessas condições de produção. Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um



processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise.” (Vala, 1986, p. 104)

Chegados ao final do ponto três, encerramos aqui a primeira parte do trabalho, que irá sustentar a construção empírica da tese. Após a recolha cuidada de informação e da construção de uma representação teórica sobre o tema em análise, e definido o percurso metodológico a seguir, é chegado o momento de operacionalizar o quadro conceptual deste estudo.



## **4. O MOVIMENTO CERCI – ESTUDO DE CASO**

Antes de entrar no tema proposto para este quarto ponto, é necessário rebuscar antecedentes históricos, que permitam a compreensão do tema em análise. Para isso será abordado sumariamente o tema da Educação Especial em Portugal, tendo em conta, os apoios prestados antes de 1974. Este enquadramento, que antecede a história do movimento, faz uma correlação directa com um dos objectivos gerais da pesquisa, e que se prende com: identificar o que esteve na base do surgimento das CERCI.

Este capítulo remete-nos também para a construção empírica da tese, através de um estudo de caso, construído com base no enquadramento teórico, referenciado anteriormente, na análise documental e nas entrevistas realizadas.

### **4.1. BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA REABILITAÇÃO E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PORTUGAL - APOIOS PRESTADOS ANTES DE 1974**

Reportando à obra de Carlos Veloso da Veiga (1999), *Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas: Uma Visão Global*, “Supõe-se que, no nosso País, as preocupações com o ensino de deficientes tenham as suas raízes no séc. XVI, remontando ao já longínquo ano de 1563 as primeiras tentativas para ensinar surdos-mudos. [...] Começaram a esboçar-se no cenário sócio-educativo português preocupações para fazer algo afim de dar resposta às necessidades educativas especiais de uma parte da população, ou seja, a consciência colectiva terá começado a encarar a questão como um problema de natureza social [...]” (Veiga, 1999, p. 17-18)

São exemplos disso, “[...] o Asilo-Escola António Feliciano Castilho, criado em 1888 em Lisboa, destinado à educação de crianças e jovens cegas; e em 1893 no Porto, o Instituto de Surdos. Em 1900 são fundados o Instituto de Cegos em Lisboa e no Porto, e o Instituto de S. Manuel, todos eles tutelados pelas Misericórdias locais.” (Veiga, 1999, p. 19)

Segundo o autor, “podemos constatar que a educação de crianças deficientes em Portugal começa a ganhar corpo a partir da 2ª metade do séc. XIX, com a criação de Asilos e de Institutos, que correspondem na época a uma perspectiva filosófica de

base marcadamente assistencialista nos primeiros e a uma perspectiva declaradamente pró-educativa, os segundos.” (Veiga, 1999, p. 19)

Nesta fase, o progresso da educação especial vai complementar-se em 1915, a partir da Casa Pia de Lisboa, e aberto pelo Dr. António Aurélio da Costa Ferreira, o Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia, posteriormente denominado por Instituto Psicopedagógico Médico-Social António Aurélio da Costa Ferreira.

É a partir de 1946 com a publicação do Decreto-Lei n.º 35 801, de 13 de Agosto do mesmo ano, que são criadas as “classes especiais” nas escolas primárias, cabendo ao IAACF a sua orientação e formação dos respectivos professores.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 43 752, de 24 Junho de 1961, este estabelecimento de ensino, integrado na acção educativa e pedagógica do Ministério da Educação Nacional, tinha competência para: (i) preparar os professores, que se destinavam ao ensino de crianças inadaptadas, através de cursos de especialização; (ii) proceder à observação psico-pedagógica das crianças tidas por inadaptadas; (iii) e orientar pedagogicamente todas as classes especiais que dependiam directamente do Instituto, e todas aquelas que funcionavam no país.

Segundo fonte do Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa (1967), do Ministério da Educação Nacional, este Instituto dispunha na altura de um Director, um Professor, cinco Professores Adjuntos, dois Médicos Neuropsiquiátricos, um Assistente Social e pessoal auxiliar. (GEPAE, 1967, p. 5)

Remontando ao início dos anos 50, como nos relata Ana Maria Benárd da Costa (2001), “a escola em Portugal estava reservada a parcelas reduzidas da população, dando-se um significativo salto quantitativo durante essa década e, sobretudo nos anos 60, na altura em que a escolaridade obrigatória passa para os quatro anos de escolaridade [...] A possibilidade de repetência era a única resposta perante o insucesso escolar [...]” (Costa, 2001, p. 97)

Segundo a autora, é neste contexto que as crianças e jovens com deficiência ficavam à margem das preocupações dos serviços educativos. “A escola não era para todos e entre os que ficavam de fora estavam, naturalmente, aqueles que apresentavam problemas e dificuldades a que a escola se considerava totalmente alheia.” (Costa, 2001, p. 97)

Desde a criação em 1946 das «classes especiais», que o investimento não foi significativo, na medida em que estas classes eram em número reduzido e quase unicamente em Lisboa e no Porto. É então na década de 60 que o Estado, a partir da Direcção-Geral da Assistência, assume a orientação do Departamento de Ensino Especial, alargando o seu nível de intervenção, criando novas escolas especiais e reestruturando pedagogicamente as já existentes.

A soma dos avanços relatados até ao momento, contribuíram para que ao longo dos anos 60 o surgimento de Associações e Organizações privadas e estatais, desse um vulto significativo à história da reabilitação em Portugal, que aliado ao contexto social e político da época começaram a delinear as bases para o surgimento do Movimento CERCI no nosso país.

Em 1960, é fundada por um grupo de pais a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, em Lisboa. Dois anos mais tarde, em 1962 com o apoio de uma Médica Psiquiatra Infantil, “um movimento social de índole associativa liderado por pais de crianças deficientes mentais cria a Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Mongolóides, posteriormente denominada APPACDM, (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) com delegações em várias cidades do País. Tratou-se de um movimento de pais tendo como objectivo criar as estruturas educativas em falta, para os seus filhos deficientes, as quais passaram a receber apoio da Assistência Social [...]” (Veiga, 1999, p. 20)

Outros casos surgiram na mesma época, tais como, em 1954 a Liga Portuguesa dos Deficientes Motores e a Liga Portuguesa da Profilaxia da Cegueira; posteriormente a Associação Portuguesa para o Progresso do Ensino dos Surdos-Mudos, a Liga de Cegos João de Deus, a Associação para a Recuperação dos Deficientes da Mobilidade, e a Liga de Recuperação de Surdos-Mudos.

Dependiam também do Ministério da Educação estabelecimentos particulares já existentes e outros criados também nos anos 60, como é o caso do Colégio Eduardo Claparéd, (secção masculina) em Lisboa, criado em 1948; Externato Feminino Eduardo Claparéd, em Lisboa, criado em 1961; Colégio de Reeducação Pedagógica (secção masculina) em Lisboa, criado em 1949; Colégio de Reeducação Pedagógica (secção feminina) em Lisboa, criado em 1954; Colégio Masculino e Feminino de S. Francisco de Assis, no Porto, criado em 1962; Externato Ana Sullivan, no Porto, criado em 1965.

Apesar do investimento realizado por todos estes estabelecimentos de ensino, criados no decurso das últimas décadas, muitas crianças e jovens com deficiência, permaneciam quase sem resposta, na medida em que o número de vagas era reduzido, não abrangendo o território nacional, associado ao peso das mensalidades praticadas por estes estabelecimentos.

É então criado em 1967 o Centro de Observação e Orientação Médico-Pedagógica (COOMP), “numa altura em que o modelo médico-pedagógico do pós-guerra se encontrava em crise profunda em alguns dos países ocidentais face à contestação social de que era alvo por parte dos pais, começando-se a adoptar os princípios da integração dos deficientes mentais em meio escolar normal.” (Veiga, 1999, p. 20)

É importante relatar, que durante esta década “[...] o número de classes especiais, a funcionar junto de escolas primárias cresce, excluindo da sala regular aqueles que de alguma forma e por qualquer razão se não adoptavam ao ritmo de aprendizagem e disciplina impostos na sala regular. Por outro lado, é também na década de 60 que a preocupação com a habilitação profissional dos trabalhadores começa a ser assumida pelo Estado. De tal é prova a criação em 62 do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra, para o qual é explicitada a finalidade de favorecer a mobilidade profissional, a reconversão e a readaptação profissional dos trabalhadores.” (Dantas, 1996, p. 63) Em 1979, o Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra, vem a ser substituído pelo actual Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Já na década de 70, “Como reflexo do crescimento do contingente de deficientes oriundos das guerras coloniais em África e sob pressão crescente da opinião pública portuguesa o Estado Novo publica em Janeiro de 1971 a Lei n.º 6/71, a qual constitui a primeira Lei de Bases da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência.” (Veiga, 1999, p. 20)

Com a Reforma Educativa de Veiga Simão, em 1973, assiste-se ao maior desenvolvimento neste sector, associado a diversos factores como foi a alteração das políticas educativas, à alteração dos conceitos de reabilitação e de educação especial, e ainda, ao papel das pessoas com deficiência na sociedade civil. Neste ano é criado no Ministério da Educação a Divisão de Educação Especial, que veio criar um conjunto de princípios orientadores, sobre o que deveria ser a educação da pessoa com deficiência mental, criando legislação para o efeito.

Como salienta Ana Maria Benárd da Costa (2001), “a década de 70 é, de facto, a década em que são lançadas as bases do chamado ensino integrado e em que se publica o primeiro diploma que consagra esta orientação (DL 174/77). A estratégia que foi desenvolvida para apoiar os alunos com deficiências sensoriais ou motoras nas escolas regulares consistiu, basicamente, na criação de Equipas de Ensino Especial, localizadas em diversas regiões do país e cuja expansão seria realizada à medida que se contasse com os recursos humanos necessários.” (Costa, 2001, p. 99-100)

## 4.2. COMO NASCEU O MOVIMENTO CERCI

*“I have a dream”*

**Martin Luther King**

Em 1974, acontecia em Portugal a Revolução do 25 de Abril. As mudanças estruturais e sociais, que acompanharam esse período, tiveram as suas repercussões a todos os níveis. Movimentos sociais surgiam por todo o lado e o espírito de solidariedade e resolução dos problemas sociopolíticos criavam uma dimensão que surpreendia e aliciava. Havia como que um «chamamento», que operacionalizava o verbo «fazer», através do espírito da liberdade.

As alterações que se operaram provocaram uma tomada de consciência mais clara dos problemas que o país atravessava, levando à denúncia de situações de injustiça, à reivindicação dos direitos, e ao mesmo tempo, permitiram uma participação mais ativa na solução dos problemas, por parte da população.

Desde sempre a tradição das tentativas de resolução dos problemas da deficiência, no espaço educativo especial português, nas várias categorias, partiu da sociedade civil, assentou nas iniciativas dos pais, dos técnicos e de outros agentes sociais, que adotando uma postura de convergência de interesses, constituíram a força propulsora das mudanças operadas que, simultaneamente, obrigou o Estado a agir, movido pela pressão social sobre si desencadeada. [...] A emergência dos movimentos sociais a favor da pessoa deficiente encontra-se ligada às condições gerais de acesso à educação existentes em Portugal, particularmente no período da segunda metade da década de 70. Esses movimentos representam o início de uma inversão de valores perante a educação de uma sociedade global, até então distanciada socialmente da escola, portadora de valores rurais, com uma economia débil, taxas elevadas de analfabetismo, num sistema escolar em que a escolaridade obrigatória era extremamente reduzida. Essa inversão de valores, atualmente bem visível e reconhecida, estendeu-se aos deficientes e suas famílias. (Veiga, 1999, p. 21)

Da análise da situação feita nesse período, reconhecia-se em particular alguns

pressupostos que deram o mote para o surgimento deste movimento social, foram eles:

- baixa cobertura a nível nacional do Ensino Especial;
- assimetrias acentuadas entre as grandes cidades e os meios rurais;
- escassez de vagas e onerosidade das mensalidades, nos Colégios de Educação Especial;
- reconhecimento da incapacidade do Estado para produzir iniciativas neste campo;
- reconhecimento de que grande parte das crianças e jovens com deficiência eram recetivos a respostas educativas;
- ausência de equipamentos, meios humanos e materiais;
- contextos familiares disfuncionais, dada a sobrecarga de uma criança com deficiência a cargo, impedindo um dos elementos do agregado de contribuir para a economia familiar;
- a insatisfação expressa de pais e técnicos (educação, serviço social, saúde) relativamente a tal situação.

Além destes pressupostos, é visível nos discursos dos entrevistados, no que se refere à justificação do surgimento do movimento, as respostas ao porquê da mobilização, são unânimes. A falta de respostas na educação é o ambiente favorável à mobilização.

Rogério Cação recorda que “[...] o facto de na área da educação não haver respostas educacionais estruturadas para crianças com deficiência mental, e grande parte delas tinham de ficar em casa ao encargo dos pais, que tinham assim um duplo problema. Por um lado, os filhos não participavam num espaço de desenvolvimento que é a Escola, com graves problemas daí provenientes, e por outro lado, também [...] tinham o problema de ter alguém que tomasse conta dos filhos, pelo facto de não estarem escolarizados”. (Cação, 2005)

Realidades que fizeram, ainda segundo Rogério Cação, “com que numa altura, em que estas questões de fundo, de cidadania eram muito facilmente colocadas à



discussão, estamos a falar num período pós revolucionário, estamos a falar nas comissões de bairro, nas comissões de moradores, estamos a falar dos movimentos para a igualdade dos cidadãos, estamos a falar do movimento para a democracia, entendido de uma forma plena, digamos que esta questão, este problema tornou-se emergente e mereceu a sensibilidade das pessoas e portanto, foi relativamente fácil mobilizar em torno de um conjunto de pais que tinham um problema, um conjunto de munícipes, de autarcas, de professores, de técnicos que partilhavam estas preocupações e que achavam que podiam ter um papel na construção de uma resposta”. (Cação, 2005)

Rogério Cação conclui que “as CERCI decorrem, por um lado da sinalização de um problema, e esse problema é esta ausência de resposta por parte da educação [...], e por outro lado, decorre também de um certo ambiente favorável à mobilização que decorria [...] de uma certa euforia, uma certa vivência democrática e de alguma maneira vibratória do 25 de Abril. Julgo que a conjugação das duas situações tornou possível a criação da CERCI Lisboa, que foi a primeira, e aliás a CERCI, continua a ser a CERCI de Lisboa porque é a primeira, todas as outras são por assim dizer filhas ideológicas da CERCI Lisboa, porque nascem exatamente a partir do modelo que se viu que funcionava”. (Cação, 2005)

Esta necessidade, como já foi dito anteriormente, decorre do facto de as crianças se encontrarem em casa e sem resposta. Era sem dúvida um problema de carácter nacional, bem descrito por Leonor Santos: “Essas pessoas estavam por todo o país, bastava [...] estar atento e percorrer aldeias [...] vilas [...] para se verificar que havia imensas crianças com deficiência mental que não tinham nem o Colégio nem a Escola. O ensino regular, era impensável nessa altura, nem tinham classes especiais, porque também existia o modelo classe especial [...]. Estavam em casa, na rua por exemplo, vi muitos na rua brincando entretidos sentados às soleiras da porta, vi muitos, sobretudo deficientes motores com comprometimento mental, vi muita, muita criança assim.” (Santos, 2005)

Foi por este conjunto de motivos, que um grupo de pais de crianças deficientes, acompanhados por técnicos e amigos, desencadearam um movimento crescente de respostas que se disseminou por todo o país. O movimento que deu origem à CERCI foi vivido com grande intensidade por todos os implicados no processo. A insuficiência de documentos que relatem historicamente os acontecimentos deve-se ao facto de

todas as atenções estarem centradas na ação e na conjugação do verbo «fazer», era o sentido de orientação daquele grupo de pessoas. Assim sendo, e segundo a sócia fundadora Élia Gonçalves “isto nasceu de uma vontade enorme do 25 de Abril, de fazer qualquer coisa de especial. Pessoalmente fazia-me muita impressão que as crianças portadoras de deficiência estivessem por aí [...] encafuadas em casa [...]. Os Colégios particulares que existiam, pouquíssimos e para bons níveis financeiros, respondiam a dificuldades de aprendizagem, mais nada. [...] classes especiais, também eram dificuldades de aprendizagem, que existiam na escola do regular [...]” (Gonçalves, 2005)

Assim, o movimento, recorda Élia Gonçalves, “surge, de uma conversa que houve, de uma primeira reunião [...] na Picheleira, [...] onde se encontrou um pequeno grupo e a partir daí decidimos: - **“Não! Temos de fazer qualquer coisa de diferente.”** Isto foi em Março de 1975 [...] e o que é certo é que nos começamos a organizar para fazer qualquer coisa, não se sabia o nome que se iria dar, não se sabia nada de nada, mas tinha-se de fazer qualquer coisa.” (Gonçalves, 2005, negrito nosso)

É no Vitória Clube da Picheleira que se realiza a primeira reunião, constituindo assim o primeiro marco para a história deste movimento social. Desta forma, são estes a quem nós poderemos denominar de agentes de mudança ou, os atores da ação histórica, que deram o mote para o surgimento da primeira CERCI. Os elementos que assistiram à reunião foram pais, técnicos e pessoas interessadas que estavam conscientes das graves carências com que se deparava o sector educativo. Não existiam números concretos, mas a deficiência mental era escondida e rejeitada, encobrindo de certa forma a dura realidade.

A primeira ideia base foi construir uma Escola em Lisboa, constituída sob a forma de cooperativa, pois seria a melhor maneira de responsabilizar um grupo de pessoas, obedecendo a uma lógica de partilha, com o intuito de participar ativamente na construção e orientação técnico pedagógica de um centro educativo e de reabilitação. Desta forma os cooperadores dispunham em igualdade, de deveres e de direitos, decorrentes do estatuto de sócio.

Segundo testemunho de António Oliveira Cruz, em entrevista à Revista Opção, defendia que “precisávamos de uma comissão, uma associação ou então de uma cooperativa; cooperativa essa alheia a motivos partidários que pudesse cabalmente satisfazer toda uma política educacional não existente até à data nestes moldes.

Optamos pela linha básica de cooperativa, porque achamos que o nosso Estado não tem uma capacidade de resposta aos inúmeros problemas que dia para dia agravam a subsistência das nossas crianças e, conseqüentemente, a sua integração na sociedade.” (Filho, 1976, p. 28-29)

Seguindo o ideal cooperativo de António Sérgio, e como explica Élia Gonçalves “decidimos ser uma cooperativa, precisávamos de dez elementos, foram quatro pais [...] duas Assistentes Sociais, um Psicólogo e três pessoas interessadas, que era um número de dez para ser cooperativa. O ser cooperativa foi pensado, não foi associação, foi cooperativa, exatamente para implicar toda a gente neste processo e nasceu desta vontade.” (Gonçalves, 2005)



Ilustração 1 - 1ª Comissão diretiva da CERCI Lisboa, 1975. (Alves, 2001)

O facto de não serem exclusivamente pais a compor a cooperativa foi pensado, pois a diversidade de vivências e opiniões, daria uma perspectiva mais lata na intervenção dos problemas. É através da rádio e da televisão, rentabilizando a capacidade de mobilização da comunicação social, que foram feitos vários apelos à mobilização, como conta Élia Gonçalves. “Fizemos apelos pela rádio e pela televisão e os apelos foram para nos juntarmos para ver o que é que nós poderíamos fazer. O primeiro foi no dia 25 de Junho de 1975, no Instituto Superior Técnico”. (Gonçalves, 2005)

Élia Gonçalves recorda que “estava à espera de meia dúzia de pais e apareceram mil pessoas, foi uma coisa impressionante. O auditório estava perfeitamente cheio, a abarrotar e as pessoas estavam sequiosas de uma resposta e pensavam que nós já

tínhamos a resposta, mas nós ainda [...] estávamos a construir a resposta. Era para construir conjuntamente com outras pessoas, de maneira que foi uma situação de facto caótica, para tomar o pulso aquela reunião, foi extremamente difícil, mas conseguiu-se. Depois no dia 13 de Julho fez-se uma segunda no LNEC, onde já apresentamos o espaço onde íamos trabalhar. Dissemos que íamos trabalhar exatamente nos Olivais. Explicámos qual era o espaço, o que é que se pretendia. E aí, anunciámos que as obras iriam começar no dia 15 de Agosto, que era um feriado. Convidávamos toda a gente a ir trabalhar, todos os que estivessem presentes a dar o seu melhor naquilo que soubessem e mesmo tarefas a que não estivessem habituados, tal como eu não estive. Eu nunca tinha pegado [...] em tijolos e baldes com massa etc. também o fiz ao mesmo tempo que observava crianças e conversava com pais. Naquela confusão total fazia-se de tudo. De facto nós anunciamos no dia 15 de Agosto que iríamos começar a construir a Escola e garantimos que em Outubro iria abrir a Escola, ninguém acreditou em nós [...] no dia 13 de Outubro a escola abriu, para espanto de toda agente e entraram os primeiros jovens na CERCI de Lisboa, nome que ainda não dizia nada a ninguém.” (Gonçalves, 2005)

Tal como foi referido, o primeiro centro localizou-se nos Olivais. A procura sem cessar, pelas ruas de Lisboa, de um espaço onde pudessem instalar-se, foi outra das grandes vitórias. “E o engraçado é que na diversidade política ou de tendências políticas estava ali um bocadinho de tudo, digo sem desagravo e sem desagrado que sou socialista mas tinha ao meu lado a UDP, e o MÊS, que iam muito pelo ocupar casas. Eu muito mais pacata e muito mais cautelosa dizia: - Ocupar não! Vamos ver de um sítio. Não se ocupa nada a ninguém, não vá agente todos ir parar à choldra, era sempre o que eu dizia e riemo-nos muito com isso.” (Santos, 2005) Como nos relata Élia Gonçalves, a solução para as instalações foi encontrada. “Foi divertidíssimo para descobrir o espaço. Não havia espaço para coisa nenhuma, ia-se aos Ministérios, ninguém pensava que nós iríamos fazer alguma coisa de jeito, porque naquela loucura do pós 25 de Abril, que fez com que houvesse muitos projetos, mas muitos também caíam, porque não eram concretizáveis, e aquele espaço foi depois de andar quilómetros e quilómetros por essa Lisboa a ver [...] passámos por várias Juntas de Freguesia a pedir se havia espaços, não havia espaços devolutos; a pedir aos Ministérios se haviam espaços devolutos, também nos diziam que não, e nós continuávamos. As noites todas eram passadas no carro à procura de espaços”. (Gonçalves, 2005)

A procura de espaço é classificada por Élia Gonçalves como uma situação

“engraçadíssima, porque depois no outro dia, estava toda a gente a trabalhar. Eu não dei uma única falta por causa disto, até que depois vimos que talvez arquitetonicamente fosse possível um espaço de um prédio social, da zona dos Olivais, [...] o prédio tinha o primeiro andar alto e não havia rés-do-chão, eram tudo colunas e portanto era fechar aquele espaço, pedir autorização para fechar aquele espaço e começar aí a escola primeira, [...] era da Caixa Nacional de Pensões que nos deu esse espaço por uma renda de 200\$00, desde que o fim se mantenha sempre para o apoio a crianças com deficiência. E assim foi, um prédio muito problemático [...] com muitas dificuldades, a implementação aí não foi fácil, foi preciso fazer um trabalho com todo o prédio. Fizemos cursos noturnos de alfabetização [...], toda uma maneira diferente de tratar com eles para ver se os cativávamos para a causa e inclusivamente integrámos pessoas que moravam no prédio, o caso da Luísa Rodrigues [...]” (Gonçalves, 2005)



**Ilustração 2** - 1º Centro nos Olivais, 1975. (Alves, 2001)

No seguimento desta narrativa, a entrevistada Luísa Rodrigues acrescenta que entrou na CERCI “a 1 de Setembro de 1975. Estava a ser levantado o chão e algumas paredes, do lado do ginásio estava-se a fazer a cozinha, e havia já umas divisórias que eram as possíveis salas, do outro lado da escola (...). Ainda acartei muito tijolo, muito cimento, fiz muita massa, com alguns dos sócios efetivos da CERCI. Fiz chão, tetos, coloquei lâmpadas, forrei chão com alcatifa, coloquei vidros [...] comecei praticamente tudo das paredes, do levantar das paredes [...]”.(Rodrigues, L. 2005)

A CERCI estava a ser construída, recorda Luísa Rodrigues “por alguns pais, com filhos portadores de deficiência mental [...] Arquitetos, Desenhadores [...] duas Assistentes Sociais, na altura que era da Caixa da Industria. Depois foi a população que morava por cima do Lote 2, que veio ajudar [...].” (Rodrigues, L. 2005)

O jornal Diário de Notícias, na sua edição de 6 de Agosto de 1975, publica:

A gravidade dos problemas que envolvem a educação das crianças portuguesas inadaptadas [...] foi bem patenteada numa reunião realizada no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em que participaram mais de seiscentas pessoas. O Plenário convocado pela CERCI tinha por objectivo mobilizar o maior número de pessoas interessadas em encontrar soluções para o grave problema. Logo de início, debatendo-se o caso das instalações para a escola [...] os edifícios antigos exigiam reparações avultadas, uma das soluções a enfrentar seria a dos novos edifícios assentes em pilares que deixassem livres entre si grandes espaços. Informou-se também que a Caixa Nacional de Pensões, autoriza já a instalação de uma destas escolas num dos seus edifícios na Avenida de Berlim, aos Olivais [...] Engenheiros e operários ofereceram-se para cooperar neste trabalho à noite, aos sábados e aos domingos [...] Foram ainda apresentadas propostas de actuação, nomeadamente tendo em vista a integração destas crianças no ensino normal para a sua formação e aperfeiçoamento no ensino infantil e primário; reabilitação de crianças cujo grau ou tipo de inadaptação não permita a sua integração em estruturas normais do ensino; introdução de equipamento escolar adequado; e modificação da legislação da construção urbana, nomeadamente o R.G.E.U. no sentido de se tornar acessível à utilização de todos os edifícios a deficientes motores [...]. (Barros, 1975)

Vários foram os agentes que participaram na construção da escola, como nos refere os relatos anteriores. Outros elementos, não menos importantes, participaram ativamente no movimento através do chamado Serviço Cívico Estudantil, como esclarece António Rodrigues: “Durante alguns anos foi criado um cargo ou uma transição que era o serviço cívico e então todos os alunos tinham que participar nesse serviço cívico, em várias instituições e julgo que na altura até a CERCI não estava incluída nessas instituições e foi requerido ao Ministério de Educação que a CERCI estivesse incluída e então eu e mais alguns amigos [...] participámos aqui nesse serviço cívico.” (Rodrigues, A. 2005)

O nome CERCI nasceu de uma vibrante discussão que correspondia ao sonho de todos. Desta forma foi necessário ter em conta algumas terminologias. Leonor Santos conta que “nessa altura, eu vinha de uma Escola Pedagógica, o Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, onde a Diretora era uma pessoa muito próxima do Jean Piaget, e na altura a terminologia encontrada para pessoas com deficiência a quem não se queriam chamar, nem débeis, nem idiotas, porque estas eram as classificações

antigas, passaram a chamar todo aquele indivíduo que fugia [...] do caminho cognitivo, [...] então chamar-se-iam a essas crianças inadaptadas. E foi numa reunião, à noite, entre técnicos e pais que se falou: - E que nome se dá à cooperativa? Se é para isso que vamos, para uma cooperativa.” (Santos, 2005)

A sigla é sem dúvida a descrição da missão da cooperativa, explica Élia Gonçalves. “Primeiro porque era C de **Cooperativa**, depois porque o ideal era a Educação em primeiro lugar e a Reabilitação, o E de **Educação** e o R de **Reabilitação**, (...) depois eram **Crianças**, porque de facto era o que nós tínhamos na altura, e o conceito **Inadaptado** foi por ser um conceito abrangente, para depois pensar-se posteriormente, se calhar, fazer outro tipo de triagem, mas na altura nós não sabíamos ainda o que íamos encontrar e este conceito era um conceito extremamente lato, foi por isso este nome.” (Gonçalves, 2005, negrito nosso)

Nesta sequência de intenções, Ana Dantas declara à revista FENACERCI, na sua edição de 1996, que “de facto, ainda que sem grande clareza quanto à forma que irá assumir, é apontada, desde logo, a intenção de promover o atendimento noutras faixas etárias, o que aliás se vem a confirmar na evolução das práticas posteriores”. As CERCI, ainda segundo Ana Dantas, “não irão restringir o seu campo de ação nem a determinadas faixas etárias, nem à distinção feminino/masculino, nem a qualquer tipo de deficiência ou a qualquer outra característica distintiva.” (Dantas, 1996, p. 77)

Foi durante uma das muitas reuniões, como nos relata Leonor Santos, onde um dos sócios fundadores, João Calçado, “de imediato fez o logo da primeira CERCI, que é a menina e a borboleta [...] vi-o, exatamente, traçando a bonequinha, a borboleta e todo o contexto do logo[...].” (Santos, 2005)



Ilustração 3 - 1º Logo, João Calçado, 1975. (Alves, 2001)

Paralelamente já se trabalhava na divulgação e na legalização do movimento, através do Diário da República. A primeira divulgação teve lugar no cinema Londres, através de um tímido peditório.

Com base na pesquisa documental realizada, pudemos apurar que, em 15 de Agosto de 1975, foi lançada a primeira pedra do centro, nos Olivais. Pais, técnicos, amigos e até a comunidade envolvente, residente no edifício, ajudaram, carregando cimento e tijolos. É ainda de realçar a ajuda das Comissões de Trabalhadores e Moradores que cederam algum material gratuitamente; e ainda, às entidades oficiais que garantiram a ajuda económica tais como MEIC, MAS, e a Gulbenkian.

Do trabalho de esclarecimento desenvolvido junto [...] das diversas fábricas e fornecedores de cujos materiais necessitávamos resultou que as matérias primas ou foram ofertadas ou fornecidas ao preço de custo, [...] algumas destas empresas vieram gratuitamente proceder à colocação dos materiais. Tínhamos começado com 30 contos resultantes da venda de cartazes de divulgação, e em Outubro estávamos prontos para abrir ... embora carregados de dívidas” (Vaz, 1976, p. 17)

A construção da Escola durou 58 dias e em 13 de Outubro, abre as portas a 70 crianças que anteriormente foram observadas. O corpo técnico era constituído por: 5 Professores Primários, três dos quais especializados, 1 Educadora, 1 Assistente Social, 1 Terapeuta Ocupacional, 2 Terapeutas da Fala, 1 Técnico Psico-Nutricionista e “[...] 7 vigilantes com cursos liceais e a participação de dez estudantes em cumprimento de Serviço Cívico, os quais, aliás, pediram para ser reconduzidos”. (Vaz, 1976, p. 17)

A Direcção Psico-Pedagógica estava a cargo de dois técnicos. As instalações dispunham de: seis amplas salas de aula, duas oficinas, ginásio, gabinete médico e psicológico, sala de ludoterapia e musicoterapia, além de cozinha, refeitório, três instalações sanitárias e balneários.

O movimento engrena com a boa vontade de todos, apesar de atravessar graves períodos de crise.

Sobre a situação actual da Cooperativa foi-nos referido que monetariamente a iniciativa vem alcançando um certo equilíbrio, apesar das sucessivas campanhas distorcedoras da verdade destinadas a boicotar o trabalho desenvolvido. Foi posto a correr que alimentávamos mal as crianças; [...] anunciava-se [...] falência. Constou ainda que o centro estaria votado ao abandono e mais recentemente que pedagogicamente era um falhanço. Sabemos que pedagogicamente este é uma das realizações mais bem



sucedidas, efectivamente aquilo que nos faz andar para a frente é ter uma lista de espera [...]. (Vaz, 1976, p. 17)

Legitimando as motivações dos pais “[...] face à incapacidade revelada pelo ensino oficial os mesmos viram-se forçados a agir, porque «tinham as crianças em casa e não tinham onde as colocar», ou seja, [...] o móbil da acção dos pais fundou-se no desejo restrito de encontrar um espaço físico que libertasse as famílias, especialmente o elemento feminino do casal, para um normal desempenho das suas actividades domésticas. Eventualmente, permitir a esse elemento exercer uma profissão. Aspecto importante para o equilíbrio da economia familiar das classes médias e baixas, que constituíam e constituem a generalidade dos pais interessados na criação destas organizações” (Veiga, 1999, p. 24-25)

Sem dúvida que neste período, o papel dos pais teve um peso importante em todo este processo. Tal concepção parece ser sustentada por Leonor Santos, quando nos afirma:

[...] No início eu lembro-me muito bem, que a maior parte das Direcções e das equipas que estavam nas CERCI, eram em grande parte formadas por pais, famílias [...] que sendo os principais interessados, porque tinham os seus filhos com problemas e queriam-nos numa escola especial, mas a maior parte das famílias não tinham preparação nenhuma pedagógica, nem técnica para poderem orientar as cooperativas. Provavelmente haverá ainda hoje algumas [...]. (Santos, 2005)

O papel dos pais e das famílias foi preponderante no aparecimento e na criação destas escolas, aliado ao suporte dos técnicos e de várias pessoas preocupadas com a situação. É com base nalguns relatos e comunicações, proferidas no Encontro Nacional de Educação Especial, realizado entre 14 e 16 de Março de 1979, sob a organização da Sociedade Portuguesa para o Estudo Científico da Deficiência Mental, e com o apoio da Universidade Clássica de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian, que podemos identificar vários processos de instalação destas Escolas, através dalguns exemplos que se seguem.

No caso do CECD – Mira Sintra, o projecto nasceu num Bairro, dito de habitação social, localizado na freguesia do Cacém, Conselho de Sintra. O Bairro, distante do Cacém cerca de 3 km, encontrava-se isolado e completamente desprovido de qualquer equipamento social. Tal situação levou os habitantes a encontrarem uma fórmula organizativa que permitisse desencadear acções tendentes à solução dos problemas graves com que se debatiam. Esta fórmula organizativa concretizou-se em

duas estruturas distintas: uma Cooperativa de Consumo e uma Comissão de Moradores.

Assim, a Comissão de Moradores estava dividida em onze pelouros, sendo um deles, destinado à «Educação e Cultura». Este pelouro tinha a seu cargo, entre outras responsabilidades, a solução do problema das crianças com deficiência. É desta forma que se cria um grupo instalador, do actual Centro de Educação para Crianças Deficientes. Este grupo era constituído por pais de crianças deficientes e por técnicos preocupados com este problema, residentes no bairro.

Outro exemplo, situado mais a norte do país, foi o caso da CERCI-IV. Em 1974 não existia nenhuma classe de ensino especial, nem em Aveiro nem no Distrito, apesar de existirem muitas crianças com problemas, que pelo facto de se encontrarem segregadas, iam agravando ano após ano o seu problema, com reflexos graves sentidos pelas famílias, agravando a sua condição familiar e social. Por estas razões e por iniciativa de um grupo de pais e de técnicos, foram conjugados esforços para transformar uma velha casa, que depois de restaurada, adaptada e equipada, abre as suas portas a um grupo de 72 crianças, com idades compreendidas entre os 4 e os 16 anos, nascendo mais uma oportunidade de apoio e de reabilitação.

Tal como estes dois exemplos, a CERCI Lisboa foi o modelo que se replicou a nível nacional, dando origem ao surgimento de mais cooperativas, espalhadas de norte a sul do país dando origem ao Movimento CERCI.

### **4.3. O PAPEL DO MOVIMENTO CERCI**

Com o surgimento da primeira CERCI, e tendo por base o seu principal objectivo – a criação de uma escola que desse resposta a crianças com necessidades educativas especiais – o papel do movimento foi ganhando corpo avançando em diversas frentes.

#### **4.3.1. CRIAÇÃO DE NOVAS MEDIDAS DE POLÍTICA**

Todos os entrevistados estão de acordo e partilham a mesma opinião, de que, o movimento CERCI provocou, enquanto movimento social, mudança social ao nível das políticas sociais. Foi o trabalho da organização social que gradual e progressivamente, com base nos princípios ideológicos definidos na sua génese, provocou o aparecimento de novas políticas que vieram ao encontro das suas necessidades. Para

a entrevistada Ivone Felix, “[...] é evidente que se não tivesse havido este movimento não tinha existido a visibilidade que as pessoas com deficiência mental hoje têm, e portanto, de certeza que isso acabou por impulsionar também mudança nas políticas sociais do nosso país.” (Felix, 2005)

Importa ainda reforçar que este movimento social extrapola o seu universo pois “[...] deu origem a um número apreciável de outras organizações do género, nomeadamente associações e centros de educação especial, tanto para deficientes mentais como para outras categorias de deficientes.” (Veiga, 1999, p. 25) É exemplo disso a CRINABEL que apesar de fundada em 16 de Julho de 1975, concretiza o seu processo de adesão à FENACERCI apenas em Junho de 2004.

Pelo facto de existirem graves lacunas ao nível do ensino especial em Portugal, ficando a dever-se as mesmas ao sector público, este movimento ganhou peso, obrigando o Estado a agir, fazendo com que as políticas sociais se dinamizassem através da sua operacionalização na prática, como são exemplo os apoios a nível das pensões, por parte da Segurança Social ou até, o apoio pedagógico, por parte do Ministério da Educação. É nesta sequência que se estabelecem acordos significativos com o Ministério da Educação. Segundo Leonor Santos: “[...] nasce a questão dos professores destacados virem para as CERCI [...].” Os destacamentos por parte do Ministério da Educação, não passam apenas pelos professores, mas também pelos auxiliares pedagógicos, professores de educação física entre outras áreas necessárias ao Ensino Especial.

Podemos desta forma referir, que este movimento teve uma participação activa na construção de políticas sociais para a pessoa com deficiência, e que foi sem dúvida um dos objectivos alcançados pelo movimento CERCI.

[...] as CERCI aparecem, [...] exactamente num sentido completamente contrário, ou seja, nós vamos construir qualquer coisa de novo e vamos afirmar, inclusivamente, as nossas ideias e os nossos projectos, as nossas propostas, e é [...] nesta lógica que se gera um movimento de mudança, que levou inclusivamente o próprio Ministério da Educação a reestruturar-se nos serviços de educação especial, na altura e que estabelecesse um quadro de parcerias que começaram a aparecer as primeiras tentativas de regulamentação da educação especial propriamente dita, não quer dizer que não houvesse já um edifício legal para sustentar aquilo que se fazia mas é com as CERCI e com esta dinâmica que começa a aparecer esta necessidade de criar ideias. E depois é assim, as CERCI estão presentes nos grandes debates que são feitos a partir de 1975/76 [...]. Desde logo [...] as CERCI tiveram sempre presentes em todos os

debates da integração ao longo dos tempos, onde estão presentes hoje nos debates sobre a Escola Inclusiva [...] (Cação, 2005)<sup>1</sup>

Outro dos objectivos, não menos importante, alcançados por este movimento social, prendeu-se com a criação de legislação aos mais diversos níveis, como já foi referido em alguns depoimentos anteriores. “Houve em primeira mão uma reivindicação, [...] as coisas foram acertadas, e boriladas, e trabalhadas no sentido da legislação se criar e isso foi logo um segundo direito que nós tivemos. Uma coisa foi criar a Escola, outra situação foi oficializar a Escola e isso logo à partida [...] foi um direito inalienável.” (Sanches, 2005)

O peso destas organizações torna-se evidente para o Estado e para toda a sociedade. Tal concepção parece também ser corroborada por António Rodrigues, quando constata que este movimento, que começou com a CERCI Lisboa e depois como bola de neve foi aumentando, sendo neste momento 53 CERCI, foi tomando um peso que coagiu o Estado e os Governos a criar legislação.

#### 4.3.2. MUDANÇA DE MENTALIDADES

Um outro papel, não menos importante que o impacto criado pela criação de novas políticas sociais para a área da reabilitação, foi sem dúvida o trabalho alcançado ao nível da mudança de mentalidades, lutando incessantemente pela erradicação de um estigma – a deficiência – que ainda hoje teima em existir, criado pela própria sociedade.

Este movimento, “[...] tem quanto a mim a vantagem de ter mudado mentalidades [...] ao criar um local, [...] um atendimento para as pessoas que estavam perfeitamente ignoradas, criou logo uma mente social da necessidade de dar respostas a essas pessoas, foi o mesmo que dizer: - Estes também têm direito a ter uma escola. Estamos a falar de Escola, na altura era uma Escola. E portanto, a partir daí, os pais, os familiares, os próprios técnicos, os professores, as pessoas amigas, começaram a ter uma mente social colectiva, de dar resposta às necessidades mais prementes que

---

<sup>1</sup> “Para se compreender o conceito de «Inclusão» é importante diferenciá-lo com o conceito de «Integração» [...]. **Integração:** Processo através do qual as crianças consideradas com necessidades educativas especiais são apoiadas individualmente, de forma a poderem participar no programa vigente – e, por vezes inalterado – da escola.

**Inclusão:** Empenhamento da escola em receber todas as crianças, estruturando-se de forma a poder dar resposta adequada à diversidade dos alunos.” (Costa, 2001, p. 102-103, negrito nosso)

era, não ter aquele indivíduo nem na rua, nem em casa, nem escondido. Estamos a falar também que havia crianças escondidas, e mostravam-nas. O próprio movimento ajudou os pais e as outras pessoas. “Mostrem”, não há nada para esconder, há apenas que arranjar respostas mais adequadas para os objectivos que vocês querem, para que os vossos filhos tenham um percurso de vida.” (Santos, 2005)

#### **4.3.3. O DIREITO À EDUCAÇÃO ESPECIAL, UM DIREITO À ESCOLA**

A conquista do direito à escola, foi outro dos factores preponderantes deste movimento social. A escola, veio por um lado dar visibilidade às crianças e suas famílias, dando uma resposta inexistente até então; e por outro lado, é a própria escola o motor que impulsiona a criação de novas políticas sociais.

Para Julieta Sanches, o direito à Escola, foi outro dos objectivos alcançados pelo movimento CERCI: “Depois do direito à Escola a criação de legislação que a CERCI Lisboa conseguiu, conjuntamente com o Ministério da Educação, que sempre entendeu que a educação deveria estar no mesmo ministério onde estava a educação das outras crianças, porque já avia as APPACDM mas que eram muito ligadas à Segurança Social [...] a CERCI Lisboa, neste caso a primeira CERCI entendeu que [...] o ideal seria nós ficarmos no Ministério da Educação e portanto essa foi a grande luta que se conseguiu [...] o Ministério da Educação fez legislação própria para absorver a CERCI Lisboa nesta situação [...] e mais três ou quatro que nasceram logo nesse ano, porque a CERCI Lisboa, além da defesa dos direitos das crianças que na altura agregou, andou pelo país fora a dinamizar, outras pessoas, outros técnicos e outros pais no sentido de nascerem mais CERCI e até ao fim desse ano nasceram mais três ou quatro CERCI e por conseguinte, entendeu-se que o primeiro passo seria criar legislação e criou-se essa legislação.” (Sanches, 2005)

Ainda no seguimento deste discurso, o papel do movimento, segundo Élia Gonçalves: “[...] veio fazer com que os deficientes aparecessem [...] empurrar legislação [...] Aos poucos e até agora houve um grande movimento no Ministério da Educação para integrara os jovens com deficiência. Tanto que nós passamos de integração para hoje termos a palavra inclusão. Desde a Declaração de Salamanca de 1994 já temos a inclusão. Portanto houve um grande processo e eu acho que nós impulsionámos também esse processo.” (Gonçalves, 2005)

Sem dúvida que não podemos perder de vista o contexto social e político da época em que todo este movimento se desenrola. “Com o 25 de Abril assistiu-se a um amplo movimento social favorável à pessoa deficiente, particularmente no domínio ao acesso à educação especial. Tal movimento passou a exercer uma pressão assinalável sobre as estruturas do Estado. Essa pressão terá sido determinante para que na Constituição da República Portuguesa de 1976 ficasse estabelecido no art.º 81, o princípio da igualdade no acesso dos deficientes ao ensino obrigatório, universal e gratuito. Este princípio sai reforçado com a revisão constitucional de 1982 onde expressamente fica definido o direito à educação especial. É, em suma, o reconhecimento definitivo do Estado de que o não acesso à educação pelas pessoas deficientes constitui um problema social.” (Veiga, 1999, p. 25)

#### **4.3.4. CRIAÇÃO DE NOVAS RESPOSTAS**

Percorrendo os últimos quarenta anos de intervenção junto da pessoa com deficiência, e tendo como ponto de partida o acesso à educação das crianças com NEE, podemos constatar que este objectivo pioneiro, elevou-se ao expoente mais alto da reabilitação, atingindo hoje de forma sectorial, diversos vectores de intervenção junto da pessoa deficiente, tais como, saúde, educação, formação, emprego, transportes, acessibilidade, desporto, apoio residêncial, apoio ocupacional e terapêutico, entre outros.

É evidente que as crianças foram crescendo e as respostas também elas tiveram que surgir, a par com a população atendida. Como nos afirma Jorge Rato: “[...] começou a partir da Escola de Educação Especial, criando depois respostas [...] como o CAO e a Formação Profissional, mais tarde as Residências. [...] apoio ao longo de toda a vida [...]” (Rato, 2005)

A mesma leitura é feita por Ivone Félix, acrescentando que “[...] as questões relativas também à sua integração, quer por exemplo, nas escolas regulares, ao nível da formação profissional [...], que estas pessoas podem estar no mercado de trabalho, que estas pessoas podem competir também em termos de mercado de trabalho. [...] a questão das acessibilidades, a questão do desporto adaptado, que é este movimento que acaba por trazer [...] novas metodologias e novas abordagens [...]” (Félix, 2005)

Em síntese, podemos inventariar alguns pressupostos que caracterizam o papel do Movimento CERCI, na sua génese, são eles: visibilidade da pessoa com deficiência;

consagração do direito à Escola; celebração de acordos com o Ministério da Educação, através do destacamento de técnicos e do apoio financeiro; alteração e criação de legislação; e ainda, a criação de novas respostas aliadas a novas metodologias de intervenção.

#### **4.4. FENACERCI – 30 ANOS HOJE**

A criação da FENACERCI, em 1985, segundo Rogério Cação (1995), “surgiu como resultado lógico da dinâmica assumida no terreno pelas CERCI espalhadas um pouco por todo o país e resultou da constatação da necessidade de implementar uma estrutura que pudesse representar o interesse das cooperativas e simultaneamente, apoiar e incentivar de várias formas a qualidade dos serviços prestados”. (Cação, 1995, p. 4)

Rogério Cação explica que “com o decorrer dos anos, e como consequência da constante afirmação das suas associadas ao nível da qualidade das respostas implementadas em diferentes domínios para a população com deficiência mental, a FENACERCI tem vindo a consolidar a sua importância quer no plano do relacionamento com os interlocutores institucionais, quer no plano da ligação a organizações e projetos internacionais. Na realidade, [...] a Federação deu um salto qualitativo e significativo e constitui hoje um recurso indispensável na defesa, afirmação e valorização da realidade global das CERCI.” (Cação, 1995: 4)

Mas, apesar de fundada em 1985 também a FENACERCI tem antecedentes em termos da sua génese e organização. Foi possível apurar que antes da criação da Federação, houve uma coordenação do Movimento CERCI, onde já em 1976, as CERCI existentes, se juntavam e faziam reuniões “inter-centrais”, assim denominadas à época.

“A primeira reunião foi no Barreiro com as quatro CERCI existentes na altura” refere Élia Gonçalves, acrescentando que “depois, fazíamos reuniões mensais, o que era extremamente interessante. Cada vez vinha mais um. Fazíamos em centros diversificados para conhecermos cada realidade física e até o próprio pessoal”. Este, ainda segundo a fundadora da CERCI Lisboa, **“foi o berço da FENACERCI”** acrescentando que “depois, no fim, dava sempre uma entrevista à televisão onde explicava o que é que tinha acontecido. A televisão era sempre chamada, porque era extremamente importante [...] poucos minutos que fossem ficava a imagem e, por

outro lado, tudo o que se tinha decidido era entregue nos vários ministérios”. Atitudes que Élia Gonçalves justifica por estar “centrada no sítio do poder, que era Lisboa, e já tinha a experiência, uma vez que tinha arrancado com os meus colegas nesta grande aventura”. (Gonçalves, 2005, negrito nosso)

Élia Gonçalves lembra que “desde o princípio se pensou numa Federação. Questionámo-nos: - E porque não uma Federação?” a fundadora conclui que “foi uma boa opção [...] porque era impossível ficar tudo centralizado numa ou duas pessoas, e tinha de ser uma estrutura. E uma estrutura que possa de facto dialogar com os vários governos.” (Gonçalves, 2005)

O jornal A Capital, na sua edição de 23 de Janeiro de 1981, refere que esse ano marca uma nova fase na reorganização do Movimento CERCI, afim de alcançarem os seus objetivos, em virtude das graves carências e dificuldades:

O Centro n.º 1 da C.E.R.C.I. de Lisboa foi o primeiro de uma longa série de instituições idênticas que hoje se espalham do Norte ao Sul do País, sendo considerada como a mais forte realidade na luta pela reabilitação e integração de crianças deficientes e inadaptadas e uma consequência directa do 25 de Abril. [...] «Da C.E.R.C.I. – afirmou Julieta Sanches – têm saído entre 6 a 10 alunos com a escolarização primária. Uns têm seguido para o Preparatório e outros para o emprego. Tanto quanto possível continuam a ser acompanhados até à integração». Face à explosão destas novas instituições – recordou Julieta Sanches – formou-se a certa altura o Movimento Cooperativo C.E.R.C.I., com um secretariado executivo, com vista a organizar tudo isto a nível nacional. O secretariado deixou de funcionar e surgiu depois a U.N.I.C.E.R.C.I., a que aderiram algumas «cercis», mas na prática não chegou a funcionar, sendo desmantelada um mês depois. A par do crescimento de vários centros por todo o País, em resultado das «necessidades esmagadoras» e das dificuldades que as «cercis» têm por falta de apoio do Estado, e depois de muitas divisões e isolamento entre elas, está em curso um movimento de reorganização do movimento a nível nacional, que possa levar à criação de uma entidade central e forte, que dialogue com os órgãos de poder e faça força para a solução dos problemas, sem que isso tire a identidade a cada uma das «cercis». (Lopes, 1981, p.5)

Em 1982, realiza-se o 1º Encontro Nacional das CERCI. “Essa iniciativa foi o resultado das aproximações sucessivas entre os mentores do Movimento CERCI e servirá para a consolidação do associativismo inter organizacional. Da sua organização se encarregou a designada Pró-Federação das Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas, sediada na cidade do Barreiro.” (Veiga, 1999, p. 29)

Começavam a surgir algumas uniões regionais como são exemplo a UNICOOPCERCI, a UNICOOPNORTE e a UNICERLIS (grande Lisboa). A presidente das direções da CERCI Lisboa e da FENARCI, Julieta Sanches, afirma que a



“FENACERCI foi criada mais tarde, onde a CERCI Lisboa esteve presente sendo assim uma das sócias fundadoras da FENACERCI. É evidente que ela foi criada exatamente para a defesa dos direitos e dos problemas comuns a todas as CERCI”. (Sanches, 2005)

A soma de todas estas iniciativas dá origem, em 12 de Abril de 1985, com escritura pública no Cartório Notarial de Peniche, à criação da FENACERCI – Federação Nacional das Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas, F.C.R.L. Dez anos depois da criação da primeira CERCI, a CERCI Lisboa, em conjunto com o CECD – Mira Sintra e a CERCISA, agrupam-se entre si para constituir a FENACERCI, enquadrando-se a constituída Federação no ramo do ensino, conforme o previsto no n.º 3 do artigo 81º do Código Cooperativo.

Algumas das conquistas alcançadas pela Federação são relatadas por Julieta Sanches. “Um dos primeiros trabalhos da FENACERCI foi realmente o direito ao ensino gratuito”. As crianças do ensino regular “não pagavam mensalidades, mas nós, as famílias de crianças que frequentavam a CERCI tínhamos de as pagar, além de haver uma comparticipação do Estado”. A ainda atual presidente da Federação sublinha “que foi das primeiras defesas que a FENACERCI fez, ou dos problemas que apresentou e reivindicou, e demorou tempo a ser contemplado mas finalmente conseguimos, foi realmente o ensino gratuito para estas crianças”. (Sanches, 2005)

A promoção dos direitos da pessoa com deficiência mental, “tem sido um dos papéis que a FENACERCI tem desempenhado, não só em Portugal, como também a nível Europeu e a nível internacional” afirma Julieta Sanches referindo que a “FENACERCI faz parte de várias organizações e associações europeias e internacionais que trabalham diretamente no Parlamento e na ONU, no sentido da defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Muitas das orientações que a própria União Europeia e a própria ONU determina em favor das pessoas com deficiência mental, são trabalho também da FENACERCI, porque trabalhamos em conjunto no sentido da promoção da defesa desses direitos”. (Sanches, 2005)

A presidente acrescenta que “a FENACERCI foi trabalhando também com a Segurança Social e mais tarde vem a modificar uma outra legislação em que de certa forma as cooperativas não tinham direito a verbas de PIDDAC para construção e para acordos com a Segurança Social”. (Sanches, 2005)

Nesta sequência, a tese de mestrado de Sílvia Maria Ferreira cita uma fonte da FENACERCI que relata o seguinte: “Isso foi uma grande luta que houve da parte do movimento cooperativo, porquê? Porque não fazia nenhum sentido que às IPSS fosse dado um conjunto de benesses, designadamente de natureza fiscal... não fazia sentido que às IPSS fosse permitido aceder a verbas do PIDDAC e que às cooperativas isso fosse vedado. A grande luta foi essa. Nós sempre dissemos, «nós não queremos ser IPSS, o que nós queremos é por força do objeto da nossa intervenção ter os mesmos direitos que essas organizações têm, no quadro daquilo que são atividades comuns...» (FENACERCI)” (Ferreira, 2000, p. 296)

A autora chama a atenção para o facto de “recentemente, e na sequência da criação da figura das cooperativas de solidariedade social, a Federação passou também a representar todas as cooperativas de solidariedade social, tendo passado a ser a Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, ainda que mantendo o nome de FENACERCI.” (Ferreira, 2000, p. 290)

A FENACERCI é uma estrutura de utilidade pública que congrega e representa 53 Cooperativas de Solidariedade Social. Estas prestam atendimento a nível nacional, direta ou indiretamente, a mais de dez mil crianças, jovens e adultos com deficiência mental e multideficiência e suas famílias.

A criação de condições para o reforço do papel das suas associadas na prestação de serviços de qualidade é a missão da Federação. A mesma tem como principais objetivos, “promover o reconhecimento dos direitos dos cidadãos com deficiência mental, defender os seus interesses e os das suas famílias; contribuir para que o atendimento que lhes é facultado tenha sempre como pressupostos de base critérios de qualidade, dignidade e adequabilidade; atuar junto dos interlocutores institucionais para assegurar a implementação de medidas político legislativas e de apoios financeiros, no sentido de serem criadas melhores condições de intervenção; sensibilizar e formar a opinião pública, intervindo junto dos meios de comunicação social, facilitando uma mudança de atitude que permita uma melhor integração das pessoas com deficiências mental.” (FENACERCI, 2005). É certo que os objetivos aqui enumerados são o reflexo do crescimento e da ação do Movimento CERCI, contribuindo para o seu processo de institucionalização.

Segundo Ivone Félix a FENACERCI “tem tido um papel importante, [...] todos os movimentos associativos têm que ter um papel importante e acredito que lutar sozinha

é completamente diferente de lutarmos todos juntos” afirma Ivone Félix sublinhando que “a FENACERCI conseguiu de facto congregar as CERCI e ter uma força e um peso que seria impossível cada instituição por si ter, e portanto conseguir também mais facilmente levar a quem tem direito, e nomeadamente aos decisores deste país, quer as preocupações, quer as necessidades desta população no seu todo. E quando falo na população falo de pais, falo das pessoas com deficiência mental, e falo também dos profissionais, entendendo aqui os profissionais também como os diretores que são profissionais não remunerados, mas que têm uma grande preocupação com esta temática e, portanto, penso que a FENACERCI tem conseguido tocar nalguns pontos sensíveis, [...] conseguido modificar com a sua pressão e com o seu conhecimento”. (Félix, 2005)

Sem dúvida e como já foi referido anteriormente por Pedro Hespanha (2000), as exigências, quer ao nível da organização funcional, quer da organização profissional, impostas pela concorrência do mercado, levam a um funcionamento quasiempresarial da sua gestão, observe-se pois o volume de negócios de algumas destas cooperativas. Jorge Rato corrobora com esta ideia, quando afirma que “[...] nós também devemos sublinhar o valores e enunciar os pressupostos éticos, mas pelo volume de negócios das CERCI [...] e é disso que falamos com mais facilidade, meramente o indicador do somatório do volume de negócios, que não é para negociar ações na bolsa nem é para especular no imobiliário. É objetivamente para dar respostas às necessidades concretas das pessoas [...] isso já fala por si e, é uma coisa muito grande. É um volume de negócios bastante [...]” (Rato, 2005)

#### **4.4.1. A ADVOCACIA SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

Sem dúvida que a pressão exercida pelo Movimento CERCI ao Estado Português é visível desde o primeiro momento. Foi legado na FENACERCI o papel de organização de cúpula que tem como objetivo representar todas as associadas e lutar pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência e suas famílias num processo de advocacia social.

O papel preponderante da FENACERCI é destacado também por Leonor Santos. Para esta antiga dirigente da CERCI Lisboa se a Federação “não o tivesse, não se teria justificado que se criasse uma Federação e ela foi criada com a CERCI Lisboa, a dizer que era necessário, e como tal essa Federação tem um papel importantíssimo, assim

ela seja considerada como um parceiro para discutir políticas sociais, educativas e da saúde e que seja respeitada nessa base”. (Santos, 2005) Tudo porque, segundo Leonor Santos, “quando a FENACERCI apresenta uma proposta qualquer, pensou muito a pessoa com deficiência no todo e não compartimentada em várias respostas, só que depois as políticas é que não respondem dignamente a essa situação”. (Santos, 2005)

Para melhor compreender este processo de advocacia social, Rogério Cação dá alguns exemplos. “Se quisermos um exemplo daquilo que é o contributo destas organizações, [...] refira-se o último trabalho que foi feito sobre Escola Inclusiva do Conselho Nacional de Educação onde lá constava o parecer emitido pela FENACERCI, e portanto isto dá de alguma maneira a ideia da preocupação que as CERCI e a sua organização mais representativa, a FENACERCI tem relativamente às matérias que tem a ver com a educação especial. Há, de facto, depois referências, se nós formos analisar a evolução da própria legislação e a Portaria 1.102/97 que é um marco do ponto de vista do enquadramento legal do funcionamento das CERCI [...] que formalizou esta perspectiva integradora do trabalho das CERCI, ao incluir as alíneas b) e c)”. Rogério Cação descreve que “a alínea b) que aponta para aquelas atividades complementares na intervenção no ensino regular e que permite hoje que a nível nacional as CERCI e as Escolas trabalhem em parceria com crianças com necessidades educativas especiais que estão integradas nas Escolas, e por outro lado, criou a alínea c) que foi a mãe dos projetos de intervenção precoce. Desde logo, nos aspetos negociais, ou seja, havia um interlocutor para ir junto do Estado, não falar em nome de 50 utentes ou clientes da organização a, b, c ou d, mas falar de 1000 ou 2000 clientes ou utentes, como se queira chamar, do conjunto das CERCI e alguém que inclusivamente aparecia como representante de um universo razoável, no sentido de fazer valer direitos das pessoas representadas. Havia alguém que inclusivamente podia, através de processos de economia de escala, promover processos ou caminhos para a modernidade através da formação, através da reflexão, através do debate, através inclusivamente do apoio jurídico, e portanto a FENACERCI tem um papel fundamental na mudança, na mediada em que procura ser a interprete, daquilo que para nós são as dificuldades das organizações, mas também procura depois, num movimento contrário, fazer chegar às organizações aquilo que são as orientações mais modernas, mais atuais, sobre não só os processos, como as metodologia, como as estratégias de ação e por aí adiante. Não é por acaso que, por exemplo, neste momento a FENACERCI elege como prioridades a ética e a qualidade. São duas

temáticas que hoje em dia são indispensáveis para a afirmação das organizações no quadro das intervenções que protagonizam.” (Cação, 2005)

Rogério Cação afirma que a FENACERCI “teve de facto um papel aglutinador, de extrema importância, mas também um papel contrário disseminador de importância, não menos relevante. Uma das ações bastante importante que a FENACERCI patrocinou, foi a Campanha Pirlampo Mágico, não propriamente enquanto iniciativa de recolha de fundos, porque se calhar seria importante, mas não é o fator mais decisivo que decorre da campanha, mas sobretudo porque a campanha teve dois ou três efeitos fundamentais: primeiro deu visibilidade à CERCI e ao dar visibilidade conferiu-nos responsabilidade, que é o segundo efeito, e em terceiro lugar permitiu um amplo debate em torno aquilo que era a pessoa com deficiência mental e suas famílias, contribuindo para mudar uma imagem, uma representação social que se tinha. Se hoje a representação social que se faz da pessoa com deficiência mental é substancialmente diferente daquela que existia há trinta anos atrás, onde se confundia muitas vezes a deficiência mental com a doença mental. Grande parte disto, deve-se a estes espaços de reflexão que foram disponibilizados a partir da Campanha Pirlampo Mágico. Isto é o exemplo de uma ação concreta que reflete a importância da FENACERCI, isto para não falar, por exemplo, de espaços de reflexão tão importantes como são os Encontros Nacionais”. (Cação, 2005) Espaços onde, segundo Rogério Cação “se juntam cem ou duzentas sensibilidades, cem ou duzentas experiências de várias regiões do país, cem ou duzentas expectativas, cem ou duzentas ambições e sonhos, e portanto, dessas centenas de realidades que se vão ali mesclando, a FENACERCI vai ao fim e ao cabo beber aquilo que são as bases para as orientações políticas que tem que defender junto dos interlocutores institucionais.” (Cação, 2005)

No trabalho desenvolvido por Sílvia Maria Ferreira (2000), acresce ainda citar um dos testemunhos que relata a forma como este processo se operacionaliza. “Nós temos uma estratégia que é assim, nós definimos os destinatários da ação em função da questão concreta, temos questões que nós só colocamos, por exemplo, ao diretor-geral de um determinado departamento porque são questões funcionais e que se ele nos esclarecer nós damos-nos por satisfeitos e depois temos questões de grande política onde vamos aos mais altos... vamos ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da República e quando fazemos vamos sempre aos grupos parlamentares ... portanto é sempre um trabalho concertado. Temos outras questões que são questões que de alguma maneira já têm algum enquadramento e para as quais se vão estudar

possibilidades de revisão de legislação e esses são votados num quadro de um ministério concreto (FENACERCI).” (Ferreira, 2000, p. 309)

#### **4.4.2. O PAPEL DA FENACERCI JUNTO DAS CERCI**

O papel da FENACERCI junto das associadas, tem como objetivo o desenvolvimento e crescimento destas, de modo a que todo o apoio fornecido às pessoas com deficiência e suas famílias assente em critérios de qualidade, dignidade e de adequabilidade.

É com base num estudo de Caracterização da Realidade CERCI, e dos testemunhos dos entrevistados que é possível interpretar qual o papel da FENACERCI junto das CERCI.

Desta forma podemos listar algumas das formas de atuação da Federação em relação às suas associadas, e são elas:

- Sensibilizar e formar a opinião pública, para a temática da reabilitação e das pessoas com deficiência mental;
- Assegurar a implementação de medidas político legislativas e de apoio financeiro para que possam ser criadas bases de sustentabilidade, com vista a uma melhor intervenção;
- Colocar à disposição das associadas serviços de aconselhamento técnico e jurídico, formação inicial e contínua, documentação e informação, abrangendo quer as equipas técnicas, quer as chefias intermédias (coordenadores/diretores), quer ainda as direções;
- Proceder ao levantamento de necessidades de formação e promove cursos para os profissionais;
- Promover a organização de encontros e seminários temáticos;

Será necessário evidenciar que nos “últimos anos, foram concretizados objetivos para que a dignificação da pessoa com deficiência mental seja efetiva. Consciencializar a sociedade de que a integração destas pessoas é um valor a ter em linha de conta, a sua diferença um valor a respeitar e a rentabilização do seu potencial um valor a

considerar e aproveitar, constituem as principais linhas de atuação da FENACERCI.” (FENACERCI, s.d., 17-18)

“A FENACERCI foi criada em 1985, numa altura em que o número [...] e a dimensão das CERCI já começava a ser grande, a ter alguma representatividade”, lembra Rogério Cação, vice-presidente da FENACERCI. “Estamos a falar na altura em que foi lançada a campanha Pirlampo Mágico exatamente, porque com o crescimento das CERCI começaram a avolumar-se os problemas, e aquilo que se fazia com meia dúzia de tostões, porque era tudo improvisado, começou a gerar necessidades de recursos, necessidades de meios, que obviamente eram superiores aqueles que estavam disponíveis na altura. Mas não só por isso” razões, que segundo Rogério Cação levaram “a ganhar consciência que as CERCI não poderiam ficar pelo seu espaço de intervenção, pelo seu “quintal” [...] e começou-se a chegar à conclusão que havia um conjunto de pontos de identidade, independentemente das diferenças culturais, geográficas, físicas das organizações, que havia um conjunto de pontos de identidade, os primeiros dos quais tinham a ver com os problemas que procuravam resolver, que eram os mesmos; os segundos dos quais tinham a ver com as pessoas que atendiam, que eram as mesmas, eram pessoas com os mesmos tipos de problemas eram parceiros ou pares, [...] e depois também com o mesmo tipo de dificuldades ao nível do relacionamento com os interlocutores institucionais”. Assim, Rogério Cação, garante que “era preciso criar alguma coisa, que congregando todas estas realidades, estes problemas, estas representações, pudesse depois reivindicar, representar esses problemas e essas organizações junto dos interlocutores institucionais, junto do Estado e não só, junto do Estado e da comunidade”. (Cação, 2005)

É de salientar que a campanha do Pirlampo Mágico, foi como referimos anteriormente, uma forma de dar visibilidade a estas organizações, aliada à necessidade de angariar fundos, apesar de que hoje em dia, esta campanha de solidariedade social exija novos contornos, visto que “é preciso educar os doadores de modo tal que possam reconhecer e aceitar os resultados” afirma Peter Drucker, para quem este “é talvez o avanço mais recente: ter a preocupação de que um doador não compreende automaticamente o que a organização está a tentar fazer. Os doadores estão a tornar-se demasiado cautelosos; já não podemos apelar para eles invocando a simples ideia de que a educação ou a saúde são boas, agora perguntam-nos quem educamos e para quê.” (Drucker, 1990, p. 70)

Dando continuidade ao discurso de Rogério Cação, o entrevistado acrescenta ainda que “a FENACERCÍ está no momento em que tem de rever o seu papel perante as CERCÍ. Não propriamente porque se tenha esgotado o papel principal para que foi criado, o papel de representação, de apoio e de coordenação se quisermos, mas porque começam a existir novas funções, novas tarefas que podem ser cometidas à FENACERCÍ, e sobretudo porque também a FENACERCÍ teve de entrar num processo gradual de modernização e de abertura [...] do aumento de recursos, da especialização, da melhoria, da capacidade de intervenção, da eficácia, mas também, ao invés também por um afastamento de alguns valores cooperativos”. (Cação, 2005)

Na opinião de Rogério Cação “nós continuamos a ser uma expressão evidente de um movimento social determinado, porquê? Porque nos identificamos com um conjunto de objetivos, mas dentro de um determinado modelo de organização social, que dá origem a um determinado modelo de intervenção. São modelos distintos, algumas IPSS, e são milhares em Portugal, cumprem o seu papel, [...] mas cumprem o seu papel de uma forma que eu diria rasoirada”. Para o dirigente da FENACERCÍ têm “sabido funcionar ao contrário, ou seja, construir coisas à medida das necessidades das pessoas mas dentro de padrões de qualidade e de dignidade que não abdicamos”. E enquanto for assim, “somos um movimento social claro, que é um movimento pela qualidade e pelos direitos e, nessa medida, faz todo o sentido que continuemos juntos esta caminhada. A partir do momento em que nós assumamos uma atitude de conformismo, de comodismo então nesse dia eu deixo de entender isto como movimento social e passo a entender isto como uma Federação qualquer que representa um conjunto qualquer de organizações” conclui Rogério Cação. (Cação, 2005)

O papel da FENACERCÍ junto das associadas tem vindo a mudar por motivos diversos, salienta Jorge Rato. “A FENACERCÍ a partir de certa altura, felizmente ligada ao desafio e ao paradigma de fazer as coisas, aduziu a isso a necessidade de haver enquadramentos legais facilitadores”. Uma sustentabilidade financeira “para dar respostas, nas tradições da nossa sociedade é uma coisa que cabe principalmente à Administração. Nós vivemos na sociedade em que vivemos e esse papel cabe mormente ao Estado, [...] coisa que a FENACERCÍ também faz, iniciar uma política ou contribuir para uma política de mecenato social [...] que é digno, que dignifique a todos [...] estruturando respostas, indo à procura dos meios que lhe dêem corpo... Tem feito muita coisa” refere Jorge Rato e “depois também veio a dimensão da elaboração e da



necessidade de contribuir para os enquadramentos legais e isso também, não aprendemos tudo sozinhos [...] a partir de certa altura, neste canto do mundo em que se vive há quase 60 anos em paz, que é a Europa, também proporciona alguns recursos às políticas sociais e eu acho que o Movimento CERCI soube tirar bom partido das hipóteses que a União Europeia pôs à disposição dos cidadãos [...]. Fomos buscar alguma coisa à experiência, não tivemos que fazer todos os erros, ficámos com alguma parte da cartilha, adaptámo-la, e eu acho que aí há várias matrizes das quais se pode falar”. Jorge Rato explica que “há uma matriz de valor e de exigências de qualidade no atendimento às pessoas com quem trabalhamos e às suas famílias, que fomos buscar lá fora. (Rato, 2005)

Jorge Rato realça que “a FENACERCI não deve esquecer [...] o objetivo primordial, que hoje tem [...] enquanto cooperativa de solidariedade social e depois em termos da missão das CERCI”. Para Jorge Rato a missão das CERCI “está muito centrada, não exclusivamente, mas centrada no apoio aos projetos de vida das pessoas com deficiência mental.” (Rato, 2005)

A FENACERCI, “até pela expressão na sociedade portuguesa, no âmbito das cooperativas de solidariedade social, ainda não foi solicitada, até ao momento, para assumir tarefas em relação a outras cooperativas que não as CERCI. Pode ser que isso venha a acontecer, há um sinal que nós mudamos, a FENACERCI hoje, já não é a Federação das Cooperativas de Educação e de Reabilitação...” é a Federação das Cooperativas de Solidariedade Social. (Rato, 2005)

Assim, é sem dúvida importante chamar a atenção das organizações para uma abertura à mudança, com o objetivo de alcançarem padrões de qualidade que “em consequência e em face dos novos contextos económicos e sociais, bem diferentes dos distantes anos em que o Movimento CERCI teve origem, foi aceite o princípio de que as nossas organizações para se consolidarem com dignidade e poderem prosperar num ambiente tão turbulento, terão necessariamente de implantar tão cedo quanto possível, mecanismos de gestão onde a “adaptabilidade”, a “flexibilidade” e a “mobilidade” terão de estar sempre presentes. Porque as nossas organizações são acima de tudo, prestadoras de serviços, importa que estes tenham qualidade e que sejam reconhecidos e validados pelos nossos clientes e pela comunidade onde estão inseridos.” (Cação, 1999, p. 9)

Assim, é fundamental apostar na (re)qualificação profissional, através da aposta na formação de ativos, renovação dos modelos de intervenção e na própria gestão organizacional.

#### **4.5. MUDANÇAS NO MOVIMENTO CERCI**

Várias foram as mudanças sentidas no Movimento CERCI ao longo da sua existência, apesar do seu significado enquanto movimento social ainda se manter.

Leonor Santos, na sua entrevista pontua essa diferença. “O movimento não tem mudado na essência, ele pode é ter mudado na existência. A essência do movimento foi demasiado bela e boa para mudar, ou seja, se hoje tivesse-mos de fazer mais um movimento, para qualquer outra coisa, ia-mos buscar a essência daquele e estava tudo bem.” Assim, Leonor Santos refere que “a existência é que tem mudado. O movimento de hoje não é o movimento de há quarenta anos em que havia uma CERCI, duas, três, quatro, cinco, seis... Hoje há 53”. (Santos, 2005)

De um modo geral todos os entrevistados apontam várias mudanças sentidas, quer positivas, quer menos positivas. Mudanças que passam pelas questões da participação, quer de pais, quer de técnicos; pela melhoria dos equipamentos e condições de vida das pessoas com deficiência; pelas alterações das equipas e metodologias de intervenção; até à própria gestão das organizações. Os excertos das entrevistas que se seguem, relatam de forma clara as alterações ocorridas.

Por vezes muda-se por impulsos exteriores refere Jorge Rato que defende que no “Movimento CERCI há uma coisa que contrariamente, por exemplo, a outros sectores da sociedade em que houve movimentos, a sociedade reagiu. Nós tivemos margem, para junto do conjunto da sociedade afirmar e instituir como uma meta, não só do movimento CERCI, mas do conjunto da sociedade, estabelecermos metas de alguma condignidade e de decência cívica e humana que devem ser atingidas, e isso tivemos hipótese de poder afirmar estes valores, ao contrário de outros movimentos, se calhar dos movimentos das iniciativas de base sociais, da altura em que o Movimento CERCI apareceu que foi logo a seguir à queda do regime forte da ditadura Salazarista, do Estado Novo, esta teve condições desse ponto de vista para não ser ostracizado pela sociedade, que é uma sociedade democrática e com parlamento, e com direitos democráticos mas que estabeleceu algumas regras”. [...] Essas cooperativas puderam-se afirmar diz Jorge Rato. No entanto “também não tiveram o caminho fácil,

portanto aí haverá uma história a ser feita. Por exemplo, da criação em termos legais do ramo das cooperativas de solidariedade social. O Movimento também mudou, porque, o dinheiro que hoje em dia se movimenta para dar corpo aos fins de apoio, aos projetos de vida das pessoas, por si só é um volume de dinheiro mesmo em termos de cada CERCI que exige alguma profissionalização na gestão”. (Rato, 2005)

Jorge Rato pensa que “se deve ter a humildade ou pelo menos o rigor histórico de dizer que houve um impulso e penso que todas as CERCI deram um salto grande. Deram-no numa certa fase, no início dos anos 90, com a criação da formação profissional, porque obrigou exatamente, e pelo volume de recursos que era afeto a essa démarche. Foi uma coisa que obrigou a um salto, no sentido de uma gestão mais empresarial” (Rato, 2005)

“O Movimento tem mudado e tem mudado muito nalguns aspetos positivamente, noutros negativamente [...]”, defende Ivone Félix, para quem “o envolvimento de pais e profissionais é completamente diferentes e aí eu acho que é um *aspeto negativo*. Cada vez menos as pessoas, sejam pais, sejam profissionais entendem isto como um movimento”. Ivone Félix explica que “os pais têm um serviço que necessitam e que portanto pagam, ou não, mas que é um serviço. Não se querem envolver de outra forma, assim como os profissionais. Para eles, este é um trabalho. Quando, às vezes, queremos fazer listas para uma nova direção, quando queremos movimentar os pais para exigir uma ou outra situação que se considera que é importante para os seus filhos... De facto as pessoas não se envolvem ou envolvem-se muito pouco”. (Félix, 2005)

Para Ivone Félix é “evidente que tem havido mudanças positivas. Hoje ao nível dos equipamentos, as coisas são diferentes. Houve um investimento grande e conseguimos ter equipamentos como o nosso e como outros que eu conheço que não têm nada a ver com a génese, com o início e que são uma resposta digna para as pessoas com deficiência mental e penso que para as famílias também, já lhe falei na questão da pensão social, na questão dos direitos da pessoa com deficiência, na acessibilidade... Há uma preocupação social maior face a este grupo de pessoas.” (Félix, 2005)

“O Movimento CERCI mudou para melhor e para pior.” Na opinião de Rogério Cação “mudou para melhor na medida em que é indiscutível que ganhámos em modernidade, ganhámos em eficácia, ganhámos em especialização... Nós hoje nas CERCI temos

estruturas bem equipadas, ganhámos em equipamento, temos recursos humanos, eu diria, especializados, temos meios de controlo e gestão financeira, relativamente sofisticados. Somos capazes inclusivamente de responder a processos de fiscalização por parte de entidades fiscalizadoras, coisas que não aconteciam em 1975. Nessa altura, era um dos voluntários que fazia as contas da cooperativa, era um professor que pegava nas carrinhas e ia distribuir as crianças e a educadora se fosse preciso fazia o lanche. Hoje em dia não” relata Rogério Cação. “Temos estruturas com dimensões muito razoáveis, [...] que são indiscutivelmente importantes no panorama da intervenção social em Portugal, quer no quadro do apoio às pessoas com deficiência mental, quer no quadro das parcerias locais para a intervenção social global. Não é por acaso que as CERCI estão em tudo o que são Comissões Locais de Educação, em Comissões de Crianças e Jovens em Risco que estão nas Comissões Locais de Acompanhamento (CLA) e em tudo o que vai aparecendo exatamente porque lhes é reconhecido essa capacidade de intervenção”. Para Rogério Cação as CERCI “evoluíram do ponto de vista do Marketing Social, mudaram símbolos. Por exemplo, antigamente os símbolos das CERCI eram todos iguais, com umas figuras humanas de mão dada com uma florinha no meio, evoluíram para imagens gráficas com algum grau de modernidade... As CERCI cresceram também ao nível dos processos de articulação com a comunidade, deixaram de ser espaços que eram as casas dos “tontinhos”, isto nos primórdios, e passaram a ser espaços abertos que são procurados pela comunidade. Quase todas as CERCI prestam serviços ao exterior, de natação, terapias, fisioterapias, das Unidades de Inserção da Vida Ativa (UNIVA) e de outro tipo de espaços de mediação. São espaços procurados pela comunidade, e aí há uma evolução positiva”. (Cação, 2005)

Hoje as CERCI são, segundo Rogério Cação, “organizações modernas, relativamente sólidas bem apetrechadas e com condições de, com algum conflito controlável, de se adaptarem a situações de mudança. O lado menos positivo, [...] é que nós somos cooperativas e neste progresso fomos nos afastando um bocadinho daquilo que são os valores e os princípios cooperativos, ou seja, nós no quadro cooperativas sempre defendemos sermos empresas, mas somos também associações de pessoas e com valores muito próprios para defender. Desde logo o valor da democracia interna, desde logo o valor da participação, desde logo o valor da voluntariedade, desde logo o valor da igualdade, e por aí adiante. E eu penso que este processo de crescimento, de consolidação, deixou-nos pouco tempo para aprofundarmos esses valores cooperativos.” (Cação, 2005)

Élia Gonçalves, também ela uma das sócias fundadoras da FENACERCI, faz uma retrospectiva desde o surgimento do movimento até à atualidade. “As CERCI cresceram, tiveram a sua maturidade, diferenciaram-se o que também é importante, porque as primeiras tinham todas um modelo muito homogéneo, depois foram crescendo como qualquer pessoa que cresce e são, de facto, diferentes umas das outras, e transformaram-se muito, hoje em dia, porque as políticas são outras”. (Gonçalves, 2005)

Ainda segundo Élia Gonçalves “pela inclusão, a esmagadora maioria dos miúdos estão nas escolas regulares. Teve que se ir muito mais para a via ocupacional e profissional, que era fundamental que se fizesse. Aliás quando nós sonhamos isto para lhe dar a ideia da nossa capacidade lírica no momento, quando nós sonhamos e em determinada altura sonhei uma coisa que é uma loucura e já agora conto-lhe a minha loucura: as CERCI deveriam ser espalhadas por todo o país e cada uma delas ia produzir coisas diferentes de tal maneira que nós éramos autos suficientes. Nós ainda na CERCI Lisboa começámos a construir brinquedos, que vendíamos a outras CERCI.” (Gonçalves, 2005)

Para Élia Gonçalves, “hoje as CERCI estão muito viradas para a parte ocupacional e profissional e que é extremamente importante, por uma razão muito simples, a inclusão é cada vez mais fundamental. Eu acredito na inclusão só que conheço muito bem estas populações e sei que no fim vão, e é isso que tem acontecido. A CERCI é sempre aquele suporte extremamente importante e começou a ter uma outra vertente, que antigamente não tinham que era a Intervenção Precoce, na altura não se falava ainda disso.” Ainda segundo Élia Gonçalves “a outra grande evolução que é extremamente positiva foi o contato com as Escolas do Ensino Regular e os projetos em conjunto. Isso é fundamental e é uma mais-valia para a escola do regular também, porque vai encontrar técnicos nas CERCI que a escola do regular não tem. Por sua vez, os alunos da CERCI podem ter os companheiros, os seus pares do regular e fazer algumas atividades com eles. Este foi o crescimento e este crescimento é perfeitamente normal que aconteça e foi muito positivo.” (Gonçalves, 2005)

Podemos assim constatar que as mudanças positivas no Movimento CERCI, prenderam-se essencialmente com as questões de modernização ao nível dos equipamentos, diversificação dos recursos humanos, especialização na intervenção, aposta na formação de ativos, melhorias ao nível da gestão financeira e com as

questões do marketing social. Menos positivas são as mudanças que se prendem com as questões de participação, ou seja, denota-se um afastamento dos valores e dos princípios cooperativos que estiveram na génese do surgimento deste movimento social.

#### **4.6. PROFISSIONALIZAÇÃO – A APOSTA NA FORMAÇÃO DE ATIVOS MELHORANDO OS SERVIÇOS PRESTADOS**

O aumento e a diversidade dos serviços prestados pelas CERCI, veio exigir um investimento por parte das organizações ao nível da profissionalização dos técnicos.

Em primeiro lugar, houve um crescimento de dentro para fora. “A diferença é abismal” salienta Luísa Rodrigues. “Enquanto nós trabalhávamos para dentro da nossa casa, e as coisas eram muito feitas ali. Voltámo-nos mais para o exterior, portanto crescemos, a instituição cresceu e nós crescemos também e a CERCI está muito grande, quando nós prestávamos só serviço dentro e agora criamos serviços para o exterior, alargámos portas e as coisas evoluíram [...] e ainda bem.” (Rodrigues, L. 2005)

Houve então a necessidade de criar novas respostas. Para Leonor Santos “as CERCI através de todo o seu caminhar nestes anos, foram encontrar respostas, diversificadas para públicos-alvo mais diferenciados. Esta questão está diretamente relacionada com as políticas educativas e com a escola inclusiva. São exemplo disso as atividades em meio aquático, as hipoterapias, os passeios, e o conhecimentos de toda a comunidade [...]” (Santos, 2005)

Além dos Centros Educacionais, hoje em dia quase inexistentes, consequência da escola inclusiva (Declaração de Salamanca), dos Centros de Atividades Ocupacionais e dos Centros de Formação Profissional, foram criados outros serviços tais como, programas de Intervenção Precoce na Infância, Centros de Recursos para a Inclusão com as escolas do ensino regular, integração em mercado de trabalho de jovens que frequentam CAO, através de Atividades Socialmente Úteis (Portaria n.º 432/2006 de 3 de Maio), Serviços de Apoio Domiciliário, Lares Residenciais, entre outros.

Para compreender esta evolução foi necessário apostar na formação de activos. Data de 1977 a realização do 1º Congresso Internacional da CERCI de Lisboa – O Desenvolvimento da Criança na Perspectiva de Jean Piaget. O congresso teve a

duração de cinco dias e esteve dividido em duas áreas: i) Psicopatologia; e ii) Psicossociologia. O mesmo decorreu em simultâneo no LNEC e nas instalações da Biblioteca Nacional. Estiveram presentes cerca de dez Congressistas Europeus e Americanos e de vinte Congressistas Nacionais. Esteve presente a equipa do Dr. J. Piaget e dela se distinguiu o Professor Gil Henriques sendo considerado como um elemento de referência na equipa, tinha a particularidade de ser Português. Estas iniciativas espelham o investimento feito pelo próprio movimento na sua melhoria e aperfeiçoamento constantes.

A formação foi, desde o início, uma aposta forte como defende Luísa Rodrigues. “Houve muita preocupação em 1978 e 1979, a fazer formação, e quem não tinha recebeu, na base da pedagogia. Foi através do Ministério da Educação e através da CERCI, que disponibilizou técnicos para fazer formação, dentro e fora das instalações”. Atualmente é diferente afirma Luísa Rodrigues. “Os técnicos que chegam à organização já são detentores de formação especializada. É diferente, embora se aposte na formação interna, o pessoal já vem com mais bagagem, também as coisas evoluíram. As Faculdades também abriram outras portas, eu penso que há uma preocupação maior em arranjar pessoal especializado para o nosso tipo de serviços, que são mais específicos.” (Rodrigues, L. 2005)

Nesta linha de pensamento, Élia Gonçalves acrescenta que a CERCI de Lisboa “fez várias conferências, com as melhores cabeças da época, que ainda hoje são consideradas, como a Maria de Lurdes Levy, a Maria da Graça Andrada, Gomes Pedro [...]. Fizemos cursos internos. Realizamos um curso muito interessante em que entravam além dos técnicos, todo o pessoal auxiliar, para «mudar as cabeças», mudar a estrutura, porque um dos nossos lemas no primeiro regulamento interno [...] dizia [...]: «qualquer pessoa que esteja neste centro é educador». Desde o pessoal da cozinha, ao pessoal da limpeza, passando por todos os outros técnicos fez esse curso também para mudar mentalidades. Portanto apostou-se muito nesse aspeto.” (Gonçalves, 2005)

Para Jorge Rato existe a necessidade de “alargar a todas as esferas de intervenção, paradigmas de qualidade e isso implica formação dos técnicos, também dito isso, nós somos cooperativas e somos empresas com um alto grau de formação académica nas suas equipas [...] há uma taxa bastante alta, de formação de vários técnicos [...],

formação com o pessoal é uma questão importante [...] isso também é uma coisa do Movimento Cooperativo [...].” (Rato, 2005)

É através da aposta na formação permanente que se dá um passo em frente na profissionalização dos técnicos, das equipas e do próprio funcionamento destas organizações, impulsionado pelo crescimento simultâneo da população atendida e das suas necessidades.

Os efeitos da formação são, também valorizados por Luísa Rodrigues para quem a “equipa técnica está muito mais rica, tem um leque maior de atendimentos e de pessoal especializado, enquanto há uns anos atrás não se tinha. Houve uma preocupação de formação e profissionalização, e arranjar pessoal mais indicado para estar nos nossos serviços, com os nossos miúdos [...]. Há pessoal mais especializado, que está mais apto, há uns anos não, o atendimento também era mais restrito [...].” (Rodrigues, L. 2005)

O processo de profissionalização foi gradual, explica Leonor Santos. “Digamos que isto dos corpos técnicos e das equipas técnicas foi sendo sempre construído a pouco e pouco, e como também, esta população, que era uma população da valência educativa, passou para uma população da valência ocupacional houve a necessidade de agregar outros técnicos mais ligados às problemáticas das pessoas com deficiência que vão tendo um percurso, vão ficando jovens, adultos, idosos. Daí que houve depois um disparar para outras categorias profissionais, estou a falar das técnicas de serviço social, estou a falar das fisioterapeutas, dos terapeutas ocupacionais, dos terapeutas da fala, para toda essa quantidade e esse leque diversificado de técnicos que no fundo foram responder às necessidades dessa população.” (Santos, 2005)

É visível a aposta na qualidade dos serviços prestados. “É evidente que hoje as CERCI já não são o que eram há trinta (quarenta) anos” afirma Julieta Sanches acrescentando que “tiveram realmente que se profissionalizar, e hoje os nossos quadros são altamente qualificados [...]. Procuramos sempre ter nos nossos quadros pessoas com habilitação própria, para a função que desempenha. Nunca tivemos tantos licenciados.” (Sanches, 2005)

Não só as equipas técnicas sofrem alterações significativas como também, segundo Élia Gonçalves, “a própria gestão passou a ser uma gestão diferente daquela que era.



Na primeira gestão havia muito amadorismo, havia muitas vontade, mas éramos amadores [...]” (Gonçalves, 2005)

Em conclusão, Ivone Félix esclarece o processo de profissionalização. “Penso que aí se deu um salto muito significativo, a maioria das instituições passaram a contar nos seus quadros e a ter essa necessidade de ter profissionais habilitados nas diferentes áreas para intervirem com as famílias, com os utentes, com a comunidade [...]. Penso que mesmo ao nível da gestão das instituições, que eu chamo uma gestão de mercearia – era muito o deve e o haver – cada vez mais há uma necessidade de se partir para as novas tecnologias, para novos mercados em termos da própria gestão, que a gestão já não pode ser, do meu ponto de vista, a técnica do serviço social ou a terapeuta. Hoje já se começa a pensar em atribuir a gestão a um gestor financeiro. Estas instituições, que no fundo já movimentam muito dinheiro e muito pessoal, já não são microempresas, já começam a ser médias empresas e algumas grandes com o volume que têm”. (Félix, 2005)

Também a FENACERCI tem contribuído para o elevado nível de profissionalização, baseado em mecanismos de gestão assentes na eficácia. “A estratégia desta Federação passa sobretudo pela tentativa de ir alterando mentalidades, procurando divulgar as novas filosofias e abordagens nos encontros nacionais das CERCI, e também promovendo encontros de dirigentes que possibilitem uma abertura para a mudança a partir de cima” (Ferreira, 2000, p. 314)

#### **4.7. MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO – PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO**

Desde o primeiro momento em que se pensa criar uma resposta social para um problema comum a muitas pessoas, este movimento social percorre um processo de institucionalização, desde a sua génese até à actualidade.

Há pois, uma coletivização de um problema, que se estende a toda a sociedade, atingindo uma amplitude nacional, através da disseminação territorial, do modelo destas organizações, e que exerceu pressão no sentido de influenciar as Políticas Sociais, associadas à problemática em causa. Este fator de globalização do problema, associado ao crescimento dos serviços prestados e consequentemente da

profissionalização dos técnicos, consubstancia-se no processo de institucionalização deste movimento social.

Presidente da CERCI Lisboa e da FENACERCI, Julieta Sanches questiona e responde. “O que é que mudou? Mudou tudo. As Escolas de Educação Especial, neste momento, as CERCI continuam com as suas escolas de educação especial, mas estão já a trabalhar em projetos diretamente com o ensino regular. Porque como houve a inclusão nas escolas do ensino regular, das crianças com deficiência, naturalmente as CERCI, acompanharam este movimento no sentido de ajudar à inclusão das crianças na escola. Não se limitam às suas escolas de educação especial.” Para a presidente da FENACERCI “é um passo em frente no sentido de ajudar, a que a escola seja melhor e possa receber todas as crianças. Em segunda mão, teve que dar respostas ocupacionais, dado que as crianças de outrora ficaram jovens e adultos e por conseguinte houve que continuar o trabalho. Depois nasceram as residências, porque entretanto começou-se a sentir o envelhecimento dos pais, o desgaste destes e portanto começaram as CERCI também a pensar em residências e hoje quase que todas as CERCI tem uma residência. Não são suficientes mas são aquelas que é possível”. (Sanches, 2005)

Ainda segundo Julieta Sanches “depois veio a formação, a pré-profissional e mais tarde a formação profissional, para encaminhar jovens, que tendo algumas capacidades poderiam perfeitamente ser trabalhados no sentido da integração socioprofissional e daí nasceram os centros pré-profissional. O nosso centro pré-profissional foi também dos primeiros e depois mais tarde com os fundos europeus veio a formação profissional”. A presidente afirma que “começamos a trabalhar com crianças dos zero aos seis anos de idade que antigamente não trabalhávamos, e dadas as necessidades e a procura que existia começamos a fazer programas também de Intervenção Precoce. Temos também programas de apoio domiciliário. [...] com a adesão à União Europeia começamos a trabalhar também com projetos europeus e por conseguinte digamos que trabalhamos as crianças desde os zero anos de idade até jovens e adultos com as respostas todas que é possível para esta população.” (Sanches, 2005)

O processo de institucionalização passa também pelo crescimento destas organizações, como afirma Jorge Rato, fazendo delas organizações mistas, ou seja, “só conseguem fazer isso se tiverem um quadro activo de interacção com o meio de

inserção, e então, para a dimensão das empresas portuguesas as CERCI são Empresas de Médio porte, eventualmente alto. Algumas CERCI têm 250 elementos nas equipas técnicas de atendimento e às vezes tem quadros de inserção laboral dos próprios utentes [...]” (Rato, 2005)

Um aspeto menos positivo prende-se com a perda de alguns valores inerentes ao facto destas organizações serem também elas cooperativas. Somos menos cooperativas “do que éramos em 1975” afirma Rogério Cação, dirigente da FENACERCI. “Houve uma mudança, há uma preocupação com a formação, houve uma preocupação com os quadros dirigentes, há inclusivamente, embora seja muito recente, uma tentativa de renovação dos quadros dirigentes. Nós passámos por períodos de cristalização, em que as pessoas que criaram algumas das nossas cooperativas pensavam que tinham com isso criado também um direito vitalício de lá poderem permanecer, mas que felizmente grande parte chegou à conclusão que era preciso ir dando lugar à gente nova, com novas ideias, com novas energias para enfrentar os desafios que são sucessivos”. Ainda segundo o dirigente “estamos num tipo de espaço de intervenção onde nada está acabado, onde nada é definitivo. Está em permanente mudança, trabalhamos com pessoas e portanto precisamos de gente nova, e isso também se está a assistir. Penso que se deve refletir também nesta mudança, a tal necessidade de aprofundar os princípios e os valores cooperativos. Valores esses que não era preciso aprofundar muito em 1975, porque eles eram emergentes, eram eles que determinavam a ação, mas hoje, penso que se torna a colocar na ordem do dia a necessidade de nos virarmos para esta nossa dimensão cooperativa [...] Penso que há aqui espaços de equilíbrio, onde nós podemos afirmar a nossa diferença enquanto modelo organizacional relativamente a outros modelos organizacionais e essa diferença só a podemos afirmar no quadro dos princípios e valores que defendemos, os valores cooperativos.” (Cação, 2005)

No que toca à expansão destas organizações, podemos identificar concretamente várias fases do seu processo de crescimento e institucionalização. Assim a 1ª Fase, é caracterizada por uma larga difusão multiplicadora ao nível do território nacional continental, impulsionada pela condição social e política que o país atravessava consequência da Revolução de Abril. Esta fase, identificada por vários autores, estende-se desde a criação da primeira CERCI em 1975 até finais dos anos 70. Nesta época o principal objetivo das CERCI era dar resposta às crianças com idade escolar, com NEE e dificuldades de aprendizagem.

Uma 2ª Fase é impulsionada pelo surgimento dos primeiros programas de pré-profissionalização, ou seja, em 1979 é criado o Instituto de Emprego e Formação Profissional, que veio abrir portas no que diz respeito à formação, reabilitação e integração profissional da pessoa com deficiência mental. É nesta fase que se começam a dar os primeiros passos no alargamento aos apoios prestados. Desta forma, os Centros Educacionais, à medida que as crianças avançavam em termos cronológicos e/ou cognitivos, transitavam para Centros de Actividades Ocupacionais ou para programas de pré-profissionalização, tendo em conta as suas capacidades.

Esta fase, estende-se até meados de 1986, ano em que surge a criação de Centros de Formação Profissional e de Emprego Protegido, como resposta de continuidade aos programas de pré-profissionalização, caracterizando-se assim como a 3ª Fase do processo de desenvolvimento do Movimento CERCI.

É de salientar que em 1996, com a alteração do Código Cooperativo, as CERCI passam do ramo de Cooperativas de Ensino para o ramo de Cooperativas de Solidariedade Social, na medida em que a intervenção destas organizações deixa de ser única e exclusivamente educacional para passar a uma intervenção multidisciplinar e multisectorial.

Possivelmente podemos identificar uma 4ª Fase com o surgimento da Portaria n.º 1102/97 de 3 de Novembro, que cria novas respostas, tais como, Programas de Intervenção Precoce e as parcerias entre estas organizações e as Escolas do Ensino Regular através da filosofia da Escola Inclusiva. Desta forma, prevê-se que as crianças e jovens dos 6 aos 18 anos estejam integrados no ensino regular, o que levou algumas das CERCI a transformar os seus Centros Educacionais em Centros de Actividades Ocupacionais. Assim, a resposta educacional passou a ser dada por estas organizações directamente nas escolas regulares através da celebração de projectos de parceria.

Actualmente caminhamos para uma nova fase, ou desafio, que se prende com a criação de novas respostas que perspectivem o acompanhamento mais abrangente da pessoa com deficiência intelectual (adulto/idoso) bem como o apoio de retaguarda das suas famílias, tendo em conta o envelhecimento global da população atendida. Nos últimos anos assistiu-se à criação de Unidades Residenciais e de Serviços de Apoio Domiciliário, os quais estão aquém de dar resposta às necessidades emergentes.

Em síntese, o quadro que se segue caracteriza as fases enunciadas e o ano da fundação de cada uma das 53 CERCI existentes.

Tabela 1 – Fases do movimento CERCI

Fase	Organização	Ano de Fundação
Pioneira	CERCI (Lisboa)	1975
	CERCIMB	
1ª Fase 1975 – 1979	CERCISA	1976
	COOP. S. PEDRO BARCARENA-CERCIOEIRAS <sup>2</sup>	
	CRINABEL <sup>3</sup>	
	CERCIAMA	
	CERCIIV	
	CERCICA	
	CERCIESPINHO	
	CERCIESTREMOZ	
	CERCIGAIA	
	CERCIMOR	
	CERCIZIMBRA	1977
	CERCIVAR	
	CERCIAG	
	CERCICAPER	
	CERCIDIANA	
	CERCIFOZ	
	CERCIG	
	CERCIGUI	
	CERCIPENICHE	
	CECD	
CERCIBEJA		
CERCIFAF		
CERCIGRÂNDOLA		
CERCIMIRA		
CERCISIAGO		
CERCICOA	1979	
CERCIESTA		
CERCIPOM		
2ª Fase 1980 – 1985	CEERDL	1980
	CERCI FLÔR DA VIDA	
	CERCIAZ	
	CERCIFEIRA	
	CERCIMARANTE	
	CERCIPORTALEGRE	
	CERCIFEL	1981
	CERCINA	
	RUMO	
	CERCIMA	1983
	CERCIPENELA	1984
	CERCIPÓVOA	
	CERCITEJO	
	CRACEP	
3ª Fase 1986 – 1996	CERCILEI	1986
	CERCILAMAS	1989
	CREACIL	1992
4ª Fase 1997 – 2015	CERCITOP	1998
	VÁRIOS	1999
	AVE	
	CERCIMAC	
	CERCIMONT	2011
	CERCIBRAGA	2013

Fonte: os dados aqui apresentados foram fornecidos pela FENACERCI

<sup>2</sup> Actualmente designada por CERCI Oeiras

<sup>3</sup> A CRINABEL, apesar de fundada em 1975 só vem juntar-se a este grande movimento social, com a sua adesão à FENACERCI em 4 de Junho de 2004, perfazendo assim um total de 53 Cooperativas de Solidariedade Social.

Assim em síntese, 1ª Fase - 1975 a 1979 – caracterizou-se pela criação de escolas de educação especial, para crianças com necessidades educativas em idade escolar. Em 1979 é criado o IEFP, que vem dar origem à 2ª Fase, de 1980 a 1985 com a transição das crianças dos centros educacionais para os centros de atividades ocupacionais e para os centros pré profissionais. Em 1986, dá-se a criação dos Centros de Formação Profissional, dando origem à 3ª Fase de desenvolvimento do movimento CERCI (1986 a 1996). Com o surgimento da Declaração de Salamanca (1994) a 4ª Fase, é marcada pela criação da Escola Inclusiva (Portaria n.º 1102/97) e pela Intervenção Precoce na Infância (Portaria n.º 52/97). Ao longo destes 40 anos, o Movimento CERCI foi crescendo e adaptando-se às medidas de política implementadas pelo Estado, contribuindo também para a alteração e/ou surgimento destas mesmas políticas. É de salientar o esforço de adequação das respostas sociais ao longo destas quatro décadas. Podemos constatar que hoje as respostas dadas não se ficaram pela educação especial e evoluíram de acordo com as necessidades ao longo das diferentes fases da vida destes sujeitos, ou seja, dos zero aos cem.

#### **4.8. O MOVIMENTO AINDA SE PERPETUA?**

Esta foi a última pergunta do questionário, colocada direta e intencionalmente com o objetivo de confirmar junto do grupo de entrevistados, se o Movimento CERCI ainda permanece “vivo”, enquanto movimento social promotor de mudança. Assim fica o testemunho de cada um dos entrevistados.

Para Leonor Santos “serão essas necessidades constantes, por mudanças políticas, por mudanças sociais que vão obrigar as instituições a adaptar-se e a criar novas respostas, porque se não as criarem [...] isso já pode ser um segundo movimento, já não é aquele movimento [...] do pós 25 de Abril, que a malta ia nos carros [...] responder a alguém que nos solicitava: - Como é que vocês fizeram, que agente também quer fazer? Se calhar daqui a uns tempos há um segundo movimento, que é: - Como é que vocês estão a olhar o presente e a dimensionar o futuro porque agente também quer ir por aí. Só assim se justifica a existência das CERCI [...]”. Assim, ainda segundo Leonor Santos, “o movimento social deve estar constantemente a querer mudar, a inovar, a reformular, a avaliar [...]. Há uma necessidade de manter esse movimento vivo para poder fazer fluir a informação, trocar experiências, implementar intervenções de acordo com as realidades locais [...] o movimento é o que mantém a filosofia e pode ajudar a criar outras respostas onde ainda não existem. [...] A filosofia

é esta, são estruturas que fazem falta [...] cada uma poderá ter as valências que quiser de acordo com as necessidades, mas é a única estrutura que localmente pode perceber o que a pessoa com deficiência e as famílias necessitam e o tipo de respostas, portanto é sempre um movimento vivo. [...] é esse movimento sincronizado de pequenas ondas circulares que se vão espalhando até às margens para atingir o objetivo. Não é por acaso que nós dizíamos que para alguns isto foi uma pedra no charco, porque realmente cresceu mais do que aquilo que se pretendia [...]. Porque esse movimento teve vários timings, vários tempos. No princípio seria informar e ir divulgar, hoje é intervir, trocar ideias, articular com outras CERCI, se necessário criar outras para que dêem respostas, mas eu continuo [...] ainda falta muito para atingirem o objetivo [...] serão respostas já muito diversificadas e muito mais alargadas a nível do país.” (Santos, 2005)

Ivone Félix também se questiona “em termos do futuro, não só destas instituições mas novas instituições que eu penso que há necessidade de criar, e que de facto não vejo um movimento nem de pais nem de profissionais no sentido de criar outras instituições que dêem resposta, de facto, a margens que neste momento não são atendidas. Se pensarmos um bocadinho nas listas de espera, que as várias instituições têm, aí às vezes questiono-me como é que vai ser”. Ainda segundo Ivone Félix “naturalmente estes movimentos têm pontos mais altos e depois perdem um bocadinho a força e depois muitas vezes voltam a retoma-la, quando à necessidade disso, e portanto penso que não é um movimento morto, mas um bocadinho adormecido nesta fase.” (Felix, 2005)

Jorge Rato não partilha a mesma opinião. Para ele “também é interessante ver [...] há um pequeno sinal disso, que é a CERCI MAC, a CERCI de Macedo de Cavaleiros que apareceu agora [...] no século XXI e ainda há algum território onde a existência de respostas deste cariz, não corresponde há existência de pessoas com necessidades de atendimento [...] mas as CERCI estão e as outras propostas estão, onde há população [...] as próprias CERCI também ainda têm bastantes coisas para fazer, a problemática mesmo relativamente ao apoio aos cidadãos com deficiência mental, há bastantes coisas feitas, mas não está tudo esgotado”. (Rato, 2005)

São também exemplo disso, a CERCIMONT e a CERCIBRAGA, criadas em 2011 e 2013, respetivamente.



A inovação nas CERCI é uma das características que Rogério Cação destaca. “Eu diria que as CERCI se têm algumas características [...] é de facto uma abertura total à inovação, uma participação efetiva nos debates, independentemente das posições mais ou menos compreensivas que se possam ter tomado ao longo dos tempos tem a ver também com a própria evolução do movimento cooperativo, e continua a ser hoje, e isso para mim é indiscutível, ou continua a ser hoje, ao nível de todos os debates que se fazem em Portugal, uma referência, por aspetos mais positivos ou mais negativos. Isso é discutível, mas uma referência a ter em conta, em matérias de decisão sobre questões que tinha a ver com a educação especial, particularmente de crianças com deficiência mental. Portanto, julgo que negar isto é negar evidências ao longo dos tempos. Isso é perfeitamente perceptível.” (Cação, 2005)

Rogério Cação afirma que o Movimento CERCI ainda se perpetua. “Eu acho que sim e aliás, há quem não goste da palavra Movimento CERCI. Eu gosto, porque movimento é isso mesmo, é dinâmico, gosto mais de movimento do que Espaço CERCI ou Universo CERCI, acho que movimento dá-nos ideia de qualquer coisa que está a andar, e o caminho faz-se a andar [...]. Eu acho que ainda há muita dinâmica que tem que ser potenciada, e portanto, continuo a ver este universo de intervenção, como um movimento social, na medida em que hoje é possível reproduzir algumas das razões que determinaram o aparecimento do movimento em 1975, porquê? Basta que nós tracemos um cenário que em 1975 era um cenário de transição do Estado Novo para um Estado Democrático, e portanto, uma mudança de mentalidades que era preciso impor e agora construímos aqui uma fronteira que é a fronteira entre um estado democrático e um estado que tem de conviver com uma sociedade de informação e com a globalização. Aqui surgem novos desafios que eu acho que implicam o retomar e o redimensionar o próprio movimento enquanto movimento social.” (Cação, 2005)

O Movimento CERCI continua vivo garante Julieta Sanches. “Eu penso que sim que se mantém a missão, e vai melhorando e vai inovando e por conseguinte eu acho que o Movimento CERCI continua vivo tal qual como no primeiro momento. Claro, e vai perpetuar-se por muito tempo e a prova é que ainda há muito pouco tempo nasceu uma CERCI e portanto a nossa vontade é que hajam mais CERCI, que se criem mais CERCI, porque as respostas ainda não estão todas dadas. Ainda há pessoas com deficiência mental a precisar de resposta, que ainda estão em casa.” (Sanches, 2005)

“Claro que sim sem dúvida nenhuma, sem dúvida nenhuma e é fundamental que assim seja e não vai morrer, é das conquistas do 25 de Abril [...] pode ter a certeza absoluta” afirma Élia Gonçalves acrescentando que “quando se fala em democracia, não se pode falar de democracia sem se falar neste Movimento”. (Gonçalves, 2005)

#### **4.9. A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

O presente trabalho vai para além do estudo do Movimento CERCI em Portugal, na medida em que este contribui de forma indirecta para o conhecimento do percurso histórico do Serviço Social Português, e de algum protagonismo dos assistentes sociais como agentes de mudança em todo o processo.

Não foi definido nenhum objectivo relativamente ao Serviço Social, propositadamente, mas as referências ao mesmo são constantes ao longo do trabalho, desde a sua participação como agentes fundadores do movimento, nos relatos dos entrevistados, referenciados em documentação vária, entre outros podemos assim confirmar a presença do Serviço Social em todo este processo.

Desta forma, o Movimento CERCI “[...] não surge no âmbito das políticas sociais do poder central. Pelo contrário, emerge no âmbito das preocupações sentidas pelas populações relativamente à total ausência de estruturas educativas vocacionadas para este tipo de problemática. «Os assistentes sociais da (ex.)Caixa da Indústria, protagonistas desta experiência, inseridos neste processo estiveram em contacto extremamente próximo com a população apoiando-a no seu movimento reivindicativo, no caso concreto, de equipamento social e de direitos no domínio de integração e de reabilitação das crianças diminuídas mentais.» (Negreiros, 1987, p. 113). É assim, que um grupo de pais com o apoio de Assistentes Sociais e de Psicólogos desencadeia um vasto movimento de consciencialização e organização, que culmina com a criação da primeira CERCI, o qual, como sabemos, se propagou ao país. [...] nas CERCI, não se partiu de uma programação a «partir de cima», pelo contrário, o projecto foi de encontro e partiu da vontade das populações que tiveram o apoio de Assistentes Sociais que souberam reconhecer as forças dinâmicas que o envolviam.” (Freitas, 1998, p. 29-30)

Assim, o pressuposto relativamente à actividade profissional “[...] consistia «em apoiar o processo de organização do grupo de pais que desencadeara esta iniciativa, e mobilizar a população em geral para a discussão e análise do problema, identificando alternativas de acção e de meios e recursos a utilizar» (Negreiros et al, 1987:123).” (Freitas, 1998, p. 30)

Foram duas as Assistentes Sociais pioneiras neste processo, e sócias fundadoras da CERCI Lisboa que desenvolveram um projecto de trabalho, que lhes deu o estatuto de mais valia em todo o processo, visto que, trabalhavam na Caixa da Indústria e conheciam de perto os problemas das famílias com filhos deficientes. Havia pois nessa altura uma grave carência de equipamentos sociopedagógicos para a educação e integração social destas crianças.

Desta forma, podemos analisar paralelamente a estas experiências do Movimento CERCI, as “[...] experiências e contribuições teórico-metodológicas do Movimento de Reconceptualização na América Latina que sentiram corresponder e dar resposta às suas inquietações profissionais, vindo a definir uma estratégia profissional assente em novos pressupostos e finalidades. Este trabalho de reflexão sobre as perspectivas teórico-ideológicas apontadas pela Reconceptualização, contribuiu, ainda, para o desenvolvimento de uma postura profissional em que revelou a necessidade do dimensionamento político da prática, e conseqüentemente, reforçou a tendência destes profissionais à vinculação com o movimento social.” (Queirós, 1994, p. 32)

O facto dos Assistentes Sociais pertencerem à CI, mantendo-se vinculados à administração pública, permitiu o desenvolvimento de um trabalho que passou de individual a colectivo, ou seja, “[...] organização dos utentes em torno da discussão da problemática das crianças inadaptadas, analisada como problema colectivo.

O trabalho dos assistentes sociais, no interior da organização empregadora – no caso a Caixa da Indústria – assumiu, ainda, uma outra institucionalidade: participação com outros trabalhadores da instituição, no processo de democratização dos serviços; diálogo com as estruturas dirigentes, da qual os assistentes sociais dependiam directamente, com vista à sensibilização dos responsáveis para a necessidade da acção do serviço social se desenvolver no exterior da instituição, nas áreas de residência dos beneficiários, em conjunto com outros profissionais de outros serviços de assistência e saúde.(Queirós, 1994, p. 35)

Desta forma, e com base no trabalho de M.<sup>a</sup> Augusta Negreiros (1992), podemos definir, além do que já foi descrito anteriormente, o papel dos assistentes sociais, durante a fase de expansão e consolidação do Movimento CERCI, ou seja, “[...]”

apoiar, sempre que solicitados, as iniciativas locais; orientar o processo de levantamento das crianças deficientes, em cada zona; contactar e mobilizar as estruturas e serviços oficiais de assistência, as autarquias, as comissões de moradores e outras estruturas organizativas de base territorial; apoiar o processo de organização local, articulando recursos e esforços. [...] reforçar a ligação das famílias das crianças deficientes às CERCI; estimular a articulação dos Centros com a comunidade; participar no Conselho Técnico-Pedagógico de cada CERCI e contribuir para a definição das grandes linhas de orientação.” (Negreiros, 1992, p. 102)

Esta experiência, como nos refere M.<sup>a</sup> José Queirós e Alfredo Henriques (1994), “[...] contribuiu para a construção de novas bases de legitimação social da profissão, evidenciando as potencialidades do Serviço Social para intervir no sentido da autonomia dos grupos excluídos.” (Queirós, 1994, p. 25)

Assim, é possível concluir que o Serviço Social teve um papel preponderante e activo na organização do movimento de forma enraizada, mantendo-se até hoje como uma classe profissional indispensável à inclusão da pessoa com deficiência e suas famílias.

## 5. CONCLUSÃO

“A cooperação entre associados e o processo de aprendizagem contínuo são o ponto de partida das iniciativas de economia social. São iniciativas que surgem do “ser pró-activo” que caracteriza a sociedade civil e as suas organizações, cujo nascimento parte de um objectivo real, partilhado por todos os membros.” (Coutinho, 2003, p. 263)

Foi através deste espírito de partilha, na tentativa de resolução de um problema comum a tantas famílias, que se ergueu uma vontade, sustentada num espírito voluntário e militante, acabando por se institucionalizar naquilo que é hoje o Movimento CERCI em Portugal.

O trabalho aqui apresentado, teve como objectivo principal, contribuir para o estudo do Movimento CERCI, na tentativa de i) perceber quais as alterações do movimento ao longo da história; e ii) qual a relação entre movimentos sociais e políticas sociais, no processo de institucionalização destas organizações.

O percurso da pesquisa teve como linha orientadora, a questão de partida onde se pretendeu saber “Qual o impacto político e as mudanças do Movimento CERCI enquanto movimento social.”

Desta forma, o caminho percorrido para a elaboração da dissertação, obedeceu a uma revisão bibliográfica cuidada, à análise documental e de conteúdo das entrevistas, partindo de um Estudo de Caso – O Movimento CERCI.

Com base nos objectivos específicos delineados para a pesquisa, podemos apresentar as seguintes conclusões:

1 – Foi possível, através dos testemunhos e da análise documental, identificar vários fenómenos que estiveram na base do surgimento das CERCI, foram eles: baixa cobertura a nível nacional do Ensino Especial; assimetrias acentuadas entre as grandes cidades e os meios rurais; escassez de vagas e onerosidade das mensalidades, nos Colégios de Educação Especial; reconhecimento da incapacidade do Estado para produzir iniciativas neste campo; reconhecimento de que grande parte das crianças e jovens com deficiência eram receptivos a respostas educativas; ausência de equipamentos, meios humanos e materiais; contextos familiares disfuncionais, dada a sobrecarga de uma criança com deficiência a cargo, impedindo um dos elementos do agregado de contribuir para a economia familiar; e ainda, a

insatisfação expressa de pais e técnicos (educação, serviço social, saúde, etc.) relativamente a tal situação.

Estas Cooperativas, nascem da iniciativa de pais de crianças com deficiência, técnicos e pessoas interessadas, construindo incessantemente uma resposta diversificada inexistente até ao momento.

Desta forma, o principal objectivo foi assim, prioritariamente o de criar uma resposta educativa para estas crianças, rompendo com uma intervenção meramente assistencialista, predominante nesta área. Hoje em dia, dignificar, reabilitar e integrar cidadãos com deficiência intelectual e multideficiência, têm sido os principais objectivos deste movimento social.

2 - No período considerado e no que diz respeito à relação movimentos sociais e políticas sociais foi possível apurar que este movimento emergiu a partir da mobilização de indivíduos e grupos que assumiram a responsabilidade de resolver os seus próprios problemas de forma coletiva e voluntária.

Tiveram a capacidade de mobilizar vários agentes da sociedade civil, em torno deste projeto, criando Cooperativas de Educação e Reabilitação para Crianças (hoje em dia Cidadãos) Inadaptadas, com o objetivo de dar resposta à incapacidade do Estado de garantir o direito à educação desta população. Não obstante importa referir que este era o esquema normal do surgimento destas e de outras respostas sociais, por uma forte movimentação política e social ocorrida no nosso país, mais concretamente o Processo Revolucionário em Curso (PREC), também conhecido pelo Verão Quente, que culmina com a aprovação da Constituição Portuguesa em Abril de 1976.

Esta época, única no nosso país, de forças e movimentos, muitos deles impulsionados por correntes políticas (MDP/CDE, MES, PCP, PCTP/MRPP, PS, UDP), influenciaram o surgimento de estruturas, como é exemplo o Movimento CERCI. Acresce dizer que apesar de terem existido influências significativas por parte de alguns elementos, o Movimento foi isento de partidarismos, existindo uma coesão em torno da ideologia pretendida para a criação da cooperativa, sob a égide do utilitarismo, onde as conquistas de direitos e de justiça social alicerçaram o pilar, naquilo que foi sem dúvida uma experiência impar.

Desta forma, estamos perante um movimento social, caracterizado por vários princípios, subjacentes à necessidade de agrupar membros com vista à defesa e promoção de vários direitos, com carácter reivindicativo. Como foi referido anteriormente, ao longo do trabalho, e segundo Alain Touraine, enquanto movimento social é possível identificar várias funções no seu percurso, tais como, função de mediação; a função de clarificação da consciência colectiva; e a função de pressão.

É desta forma, que o Movimento CERCI, enquanto movimento social teve um efeito multiplicador a nível nacional e adquiriu um peso que permitiu constituir-se como parceiro social de várias organizações, quer particulares quer públicas, contribuindo assim para a criação de medidas de política para a reabilitação.

Foi-nos possível concluir, que este movimento social, foi promotor de mudanças sociais, através de um fenómeno colectivo, com a criação das cooperativas. Provocou também uma mudança de estrutura, ou seja, são identificadas alterações ao longo dos quarenta anos, ao nível da organização social. E por último, é possível a sua identificação no tempo, isto é, houve um conjunto de transformações que são verificadas ao longo do tempo, podendo encontrar uma correlação entre terceiro sector, políticas sociais e reabilitação, ou seja, a pressão exercida pela sociedade civil, através dos movimentos sociais, desencadeados predominantemente no pós revolução – movimento cooperativo – devido à ausência de respostas por parte dos Estado e ao problema das pessoas com deficiência em geral, e das crianças com NEE em particular, levou à criação de novas respostas e à alteração e/ou criação de novas políticas sociais para esta área.

3 – Desde o seu surgimento que as CERCI tiveram um papel activo na construção e alteração de políticas sociais para a reabilitação. Como foi relatado pelos entrevistados, este movimento foi tomando um peso que o Estado e os Governos tiveram que transformar legislação. O Ministério da Educação fez legislação própria para absorver as CERCI; em 1976 a própria Constituição da República Portuguesa foi alterada relativamente ao acesso dos deficientes ao ensino obrigatório; a consagração do direito à Escola, celebrado através de acordos com o ME, efectivou-se pelo destacamento de professores e outros profissionais e pelo apoio financeiro; o direito à saúde, à segurança social, à formação; o acesso à integração em mercados de trabalho, entre outros.

A FENACERCI, enquanto representante de todas as associadas, contribuiu com a emissão de pareceres que vieram influenciar a alteração e/ou criação de nova legislação, como foi exemplo da Portaria n.º 1.102/97, marco legal da Intervenção Precoce e da Escola Inclusiva.

Outro exemplo, foi o trabalho conseguido junto da Segurança Social, modificando legislação, alcançando o direito a candidatarem-se a verbas de PIDDAC, à conquista do estatuto de IPSS e à celebração de acordos atípicos, acordos de gestão e de cooperação. Assim é possível compreender o papel efectivo que o Movimento teve na criação e alteração das Políticas Sociais, participando activamente em todos os debates desde 1975, onde a filosofia da integração e inclusão está patente até aos nossos dias.

Desta forma, podemos concluir que o facto de este movimento exercer pressão social, permitiu a participação activa na construção e alteração de políticas sociais, dando continuidade às suas iniciativas e intervenção, tendo um impacto ao nível das respostas dadas à população atendida, lutando sempre por garantir a efectivação dos direitos civis, políticos e sociais dos seus clientes e famílias.

4 – No que se refere ao papel da FENACERCI junto das suas associadas foi possível identificar várias formas de actuação, sendo elas: sensibiliza e forma a opinião pública, para a temática da reabilitação e das pessoas com deficiência mental; assegura a implementação de medidas político legislativas e de apoio financeiro para que possam ser criadas bases de sustentabilidade, com vista a uma melhor intervenção; colocar à disposição das associadas serviços de aconselhamento técnico e jurídico, formação inicial e contínua, documentação e informação, abrangendo quer as equipas técnicas, quer as chefias intermédias (coordenadores/directores), quer ainda as direcções; proceder ao levantamento de necessidades de formação e promove cursos para os profissionais; e ainda, promover a organização de encontros e seminários temáticos.

Não podemos deixar de referir que a FENACERCI teve um papel preponderante no processo de modernização destas organizações, promovendo a coesão social deste movimento, representando junto do Estado os interesses das pessoas com deficiência, e suas famílias, num papel pleno de cidadania, fazendo chegar a quem de direito, as suas reivindicações.



5 – Compreender as mudanças organizacionais operadas no próprio Movimento CERCI dando origem à sua institucionalização, foi outro dos objectivos da pesquisa. De facto foi o processo de desenvolvimento e crescimento destas organizações que deu origem à sua institucionalização, ou seja, chegou-se à conclusão que os modelos de funcionamento e gestão funcionavam associados ao facto de satisfazer necessidades que até então estavam a descoberto. Como nos refere Veiga:

Obtido o êxito inicial de instalação material e congregados adeptos para a sua causa, interessados nos serviços a prestar, as CERCI, puderam sobreviver, crescer e firmar-se. Adquiriram identidade própria, passaram a poder fornecer emprego estável e a desempenhar um papel socialmente reconhecido. Desenvolveram também à sua volta um conjunto de mitos e de ideologias tendentes a justificar a sua existência e necessidade de crescimento. (Veiga, 1999, p. 24)

De um modo geral todos os entrevistados enunciaram várias mudanças, quer positivas, quer menos positivas ao longo deste percurso. Assim podemos sintetizar alguns exemplos sentidos positivamente como sendo a criação de novas respostas, não ficando apenas pelas escolas de educação especial, passando a ser entidades prestadoras de serviços; assistiu-se a um forte investimento na formação dos recursos humanos e na sua especialização, conforme as necessidades de intervenção, melhorando num contínuo as metodologias de intervenção; ganhou-se em modernidade e eficácia, para a qual os financiamentos contribuíram, principalmente para a melhoria dos equipamentos/instalações e condições de vida das pessoas com deficiência; os níveis de proximidade com as comunidades onde as CERCI estão inseridas tornaram-se mais coesos, possuindo ainda hoje uma enorme capacidade de mobilização das populações locais; houve uma preocupação e evolução do ponto de vista do marketing social, apostando na visibilidade destas organizações; e até a própria gestão sofreu processos de modernização.

No que se refere a aspectos menos positivos, estes prendem-se com a diminuição dos níveis de participação quer de pais quer de técnicos, não esquecendo o contexto sócio político do pós Revolução em que este movimento foi criado, sendo que hoje existe uma estabilidade por parte destas organizações, que de certo modo dá azo a alguns níveis de conforto, pela confiança nas respostas dadas. Enquanto cooperativas, houve um afastamento daquilo que são os princípios e valores cooperativos. Apesar de consideradas empresas do terceiro sector, não nos podemos esquecer que são também organizações de solidariedade social sem fins lucrativos. Quando criadas a opção de serem cooperativas prendeu-se com a necessidade de um equilíbrio entre a

responsabilidade individual - de pais, técnicos e de outros agentes – e a contribuição colectiva, afim de satisfazer aspirações e necessidades económicas, sociais e culturais comuns.

É possível denominar as CERCI como Cooperativas mistas ao nível das respostas dadas, isto porque, os utilizadores, tendo em conta a sua idade, capacidades e aptidão, passaram a uma dupla condição de utilizadores de serviços e de trabalhadores. Desta forma “a ligação entre os utilizadores dos serviços e os prestadores dos mesmos serviços, é um facto de coesão e de comprometimento social que reforça a capacidade da cooperativa” (Campos, 1998, p. 8)

Assim podemos concluir que as mudanças operadas no movimento durante o seu percurso, associado ao aumento e à diversidade dos serviços prestados pelas CERCI, quer em número quer em qualidade, exigiram um investimento por parte das organizações ao nível da profissionalização dos técnicos, das equipas e do próprio funcionamento destas organizações, impulsionado pelo crescimento simultâneo da população atendida e das suas necessidades. Alguns estudos apontam para que o processo de institucionalização se fique a dever em grande parte à excessiva profissionalização dos seus agentes e/ou à rigidez da gestão administrativa, passando dum certo amadorismo, para o rigor exigido pela questão económica e de mercado, associado a paradigmas de qualidade.

A Revolução de Abril foi determinante para que um vasto conjunto de direitos se efectivassem. O Movimento CERCI, insurge-se a nível nacional, na criação de uma resposta ajudando pais, técnicos, governos e sociedade civil em geral a ver a deficiência mental com outro enfoque. Desta forma, procurou-se mostrar como a cultura das organizações proporciona condições favoráveis ao desenvolvimento organizacional, onde podemos concluir que o Movimento CERCI, enquanto movimento social, teve a capacidade de dar visibilidade à pessoas com deficiência, criando respostas inexistentes, através da participação activa na construção de políticas sociais, num exercício pleno de cidadania

Todo o esforço feito está traduzido em quarenta anos de história, onde a educação, reabilitação e integração das pessoas com deficiência, passou da vontade e do sonho a realidade. O Movimento CERCI é sem dúvida um exemplo impar da reabilitação em Portugal, é uma iniciativa inacabada, de um projecto sempre em movimento, exigindo uma reflexão pró-activa no dia-a-dia, com muito para crescer no espaço e no tempo.

Por último, gostaríamos de acrescentar, que pensamos não ter chegado a resultados definitivos na medida em que a presente investigação não esgota todo o conhecimento em relação ao tema em análise, mas antes a pistas de trabalho, que deverão continuar-se. É verdade que não se pretendeu um trabalho exaustivo, sempre difícil em questões relacionadas com a dinâmica das organizações e sua interacção. Sobretudo parece justificar-se a continuidade do trabalho em termos comparativos com outras instituições do terceiro sector e da economia social.

Ao longo do trabalho, várias questões foram surgindo como propostas futuras de investigação, abrindo novos caminhos à pesquisa nesta área. Assim, iremos enumerar de seguida algumas delas:

Que mudanças são necessárias operar na actualidade destas organizações, para minorar as questões relacionadas com a ausência do suporte familiar destes cidadãos? E ainda acerca deste problema, estarão as CERCI preparadas para assumir esta problemática, ou será o Estado “obrigado” a agir?

Compreender o papel efectivo do Serviço Social, ao longo destas quatro décadas, como agente promotor de mudança social, na medida em que o trabalho destes profissionais esteve sempre presente, desde a génese do movimento até aos nossos dias.

Qual o papel do Assistente Social, na inclusão social da pessoa com deficiência mental idosa e qual a sua participação enquanto profissional, na construção do projecto de vida destes cidadãos?

Porque motivo o Movimento CERCI apenas se expandiu ao nível do território continental, não atingindo as regiões autónomas da Madeira e Açores? Serão estas regiões auto suficientes ao nível dos recursos sociais de apoio às pessoas com deficiência e suas famílias?



## REFERÊNCIAS

ALBARELLO, Luc [et al.] (1997) - Práticas e métodos de investigação em ciências sociais. Lisboa : Gradiva.

ALMEIDA, António Matos, dir. (2006) - Aprovada a Lei Anti-discriminatória. Jornal Associação. Lisboa. APD (2006) 8.

ALVES, Marcial, ed. (2001) – CERCI Lisboa 25 anos : querer continuar a inovar. Somos : revista da CERCI Lisboa. 1 (Março-Junho 2001) 12.

ALVES, Marcial, ed. (2001) - Legendas para a História I - Educar e Reabilitar. Somos : revista da CERCI Lisboa. 1 (Março-Junho 2001) 12-15.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES, ed. lit. (2002) - Livro Branco : direitos humanos das pessoas com deficiência: da utopia à realidade. [S.l.] : Editorial Caminho.

AZEVEDO, Carlos [et al.] (2000) - Metodologia Científica : contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos. Porto : Ed. C. Azevedo.

BAPTISTA, Myrian Veras (2001) - A investigação em Serviço Social. Lisboa : São Paulo : Veras Editora e CPIHTS.

BARBALET, J. M. (1989) - A Cidadania. Lisboa : Editorial Estampa.

BARDIN, Laurence (1979) - Análise de Conteúdo. Lisboa : Edições 70.

BARROS, Luís, dir. (1975) – Cooperativa procura solução para educar e reabilitar crianças inadaptadas . Diário de Notícias. Lisboa. (6 de Agosto de 1975).

BELL, Judith (1997) - Como realizar um projecto de investigação. Lisboa : Gradiva.

BESSA, António Marques (2002) - Elites e movimentos sociais. Lisboa : Universidade Aberta.

BOUDON, Raymond, dir. (1990) - Dicionário de Sociologia. Lisboa : Publicações Dom Quixote.

BURGESS, Robert G. (2001) - A Pesquisa de Terreno: uma introdução. Oeiras : Celta.

CAÇÃO, Rogério (1995) - A FENACERCI como espelho da dinâmica do movimento CERCI. Boletim Informativo : Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor. Caldas da Rainha. 5 (1995) 4-8.

CAÇÃO, Rogério (2000) - A problemática da ética e dos valores na sociedade moderna. Revista FENACERCI. Lisboa. (2000) 22-24.

CAÇÃO, Rogério, (2005) – [Entrevista]. Entrevista realizada por Cristina Rodrigues. Lisboa : [s.n.]. Entrevista realizada ao Professor Rogério Cação, Dirigente da FENACERCI . no dia 31 de Maio de 2005 nas instalações da FENACERCI.

CAÇÃO, Rogério, dir. (1999) - II Encontro Nacional das CERCIS. Revista FENACERCI. Lisboa (1999) 8-12.

CAMPOS, Manuel Canaveira (1998) - Cooperativas de Solidariedade Social - o ponto de apoio. Revista FENACERCI. Lisboa. (1998) 7-8.

CARMO, Hermano [et al.] (1998) - Metodologia da investigação. Lisboa : Universidade Aberta.

CARREIRA, Henrique Medina (1996) - As políticas sociais em Portugal. Lisboa : Gradiva.

CARVALHO, J. Eduardo (2002) - Metodologia do Trabalho científico : “saber-fazer” da investigação para dissertações e teses. Lisboa : Escolar Editora.

COSTA, Ana Maria Benárd (2002) - A educação da criança e adolescente com necessidades educativas especiais. In LOURO, Cristina, coord. - Acção social na deficiência. Lisboa : Universidade Aberta. (2002) 91–118.

COUTINHO, Manuela (2003) - Economia Social em Portugal, a emergência do Terceiro Sector na Política Social. Lisboa : CPIHTS : APSS.

COUTINHO, Manuela (2003) - Economia social em Portugal. Lisboa : CPIHTS : APSS.

DECRETO-LEI n.º 7/98 de 15 de Janeiro. D.R. I-A Série. 12 (15 Jan. 1998) 163-165.

DESPACHO n.º 13 799/99 de 20 de Julho. D.R. II Série. 167 (20 Jul. 1999) 10571.

EIRAS, Henriques, org. (1999) - Direitos do Homem. Lisboa : Rei dos Livros.

FALEIROS, Vicente P. (1986) - Alternativas Metodológicas da Pesquisa em Serviço Social. Serviço Social e Sociedade. 7:21 (1986) 5-17.

FÉLIX, Ivone, (2005) – [Entrevista] . Entrevista realizada por Cristina Rodrigues. Lisboa : [s.n.]. Entrevista realizada à Dra. Ivone Félix, Diretora Geral da CERCIOEIRAS. no dia 12 de Julho de 2005 nas instalações da CERCIOEIRAS.

FENACERCI (s.d.) - Caracterização da realidade CERCI's. Lisboa : [s.n.]. Documento acessível nas instalações da FENACERCI em Lisboa.

FENACERCI (2005) - FENACERCI [Em linha]. Lisboa : FENACERCI. [Consult. 13 Mar. 2005]. Disponível em WWW:URL:<http://www.fenacerci.pt>>.

FENACERCI (2015) - FENACERCI [Em linha]. Lisboa : FENACERCI. [Consult. 13 Mar. 2015]. Disponível em WWW:URL:<http://www.fenacerci.pt>> .

FERREIRA, S. (2000) - O papel das organizações do terceiro sector na reforma das políticas públicas de protecção social : uma abordagem teórico-histórica. Coimbra : Biblioteca da Faculdade de Economia. Dissertação de Mestrado.

FERRERA, Maurizio [et al.] (2000) - O Futuro da Europa social. Oeiras : Celta.

FILHO, Artur Portela, dir. (1976) – As crianças «diferentes». Revista Opção. Lisboa. 1:10 (1 a 7 de Julho de 1976) 28-29

FODDY, William (1996) - Como perguntar. Oeiras : Celta.

FONSECA, Vitor (1980) - Reflexões sobre a educação especial em Portugal. Lisboa : Morais.

FREITAS, M.<sup>a</sup> Lorena [et al.] (1998) - A Influência do Movimento de Reconceptualização Latino Americano, em Portugal na Década de 70: os discursos e as práticas antes e após o 25 de Abril. Estudos e Documentos. Lisboa. 1:12 (1998).

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DA ACÇÃO EDUCATIVA (1967) - A educação de crianças mentalmente diminuídas. Lisboa : Ministério da Educação Nacional. (Folhas de Informação, Série C)

GHIGLIONE, R. [et al.] (1993) - O Inquérito : teoria e prática. Oeiras : Celta.

GONÇALVES, Élia (s.d.) - Como nasceu o Movimento CERCI. Lisboa : [s.n.]. Documento policopiado acessível na Biblioteca da CERCI.

GONÇALVES, Élia, (2005) – [Entrevista]. Entrevista realizada por Cristina Rodrigues. Portela : [s.n.]. Entrevista realizada à Professora Élia Gonçalves, Sócia Fundadora da CERCI Lisboa, no dia 22 de Setembro de 2005 na sua residência na Portela.

GUERRA, Isabel C. (2006) - Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – sentidos e formas de uso. Estoril : Principia.

GUERRA, Rui (1982) - Movimento Cooperativo e Associativo de Pais para o apoio às crianças deficientes intelectuais. “Margem” Revista Bimestral de Educação Especial. Lisboa. 5:28/29 (1982) 11-16.

HESPANHA, P. [et al.] (2000) - Entre o estado e o mercado : as fragilidades das instituições de protecção social em Portugal. Coimbra : Quarteto.

HESPANHA, P. et al. (1997) - Novas perspectivas sobre os direitos sociais. Intervenção Social. 7:15/16 (1997) 121-129.

HESPANHA, Pedro (2000) – Em torno do papel providencial da sociedade civil portuguesa. Cidadania e Políticas Sociais. Coimbra : Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

HUBNER, Maria Martha (1998) - Guia para a elaboração de monografias e projectos de dissertação de mestrado e doutoramento. São Paulo : Pioneira Thomson Learning e Mackenzie.

KARSCH, Ursula (1988) - A produção académica do assistente social: alguns pontos de vista sobre pesquisa. Serviço Social e Sociedade. 9:28 (1988) 121-126.

KERLINGER, Fred (1980) - Metodologia da pesquisa em ciências sociais. São Paulo : EPU

LAKATOS, Eva Maria, (1985) - Sociologia geral. 5.<sup>a</sup> ed. São Paulo : Atlas, 1985.

LEI n.º 101/97 de 13 de Setembro : Estende às Cooperativas de Solidariedade Social os direitos, deveres e benefícios das IPSS. D.R. I-A Série. 212 (13 Set. 1997) 4917.



LEI n.º 51/96 de 7 de Setembro : Código Cooperativo. D.R. I-A série. 208 (7 Set. 1996) 3018-3032.

LOPES, Norberto, dir. (1981) – Movimento CERCI reorganiza-se para alcançar os seus objetivos. A Capital. Lisboa. (23 de Janeiro de 1981) 5.

MELUCCI, Alberto (1997) – Juventude, tempo e movimentos sociais. Juventude e Contemporaneidade. 5-6 (Maio a Dezembro) p.5-14

MORATO, Pedro Parrot (1995) - Deficiência mental e aprendizagem. Lisboa : SNRIPD. (Livros SNR ; 4).

MOURA, Barros (1996) - A pessoa com deficiência na União Europeia. Revista FENACERCI. Lisboa. (1996) 26-28.

MOZZICAFREDO, Juan (1984) - A questão do estado no processo político português : 1974 - 1976. Cadernos de Ciências Sociais. Lisboa. 1:2 (1984) p. 37-68.

MOZZICAFREDO, Juan (2002) - Estado-Providência e cidadania em Portugal. Oeiras : Celta.

NEGREIROS, M.<sup>a</sup> Augusta, [et al.] (1992) - A construção do conhecimento da serviços social em Portugal : período de 1774 a 1978. Lisboa : ISSS.

PEREIRA, Filomena (1996) - As representações dos professores de educação espacial e as necessidades das famílias. Lisboa : SNRIPD. (Livros SNR ; 8).

PEREIRINHA, José (1997) - A (re)definição dos direitos sociais face à crise do Estado-Providência e ao fenómeno da Exclusão Social. Intervenção Social. Lisboa. 7:15/16 (1997) 131-142.

PINTO, Maria da Costa (2002) - Mensagem da directora do centro de informação das nações unidas em Portugal. In ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES, ed. lit. (2002) - Livro Branco : direitos humanos das pessoas com deficiência: da utopia à realidade. [S.I.] : Editorial Caminho. p. 21.

PORTUGAL. Instituto de Informática (2015) – Segurança social [Em linha]. Lisboa : Instituto de Informática. [Consult. 18 Fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<http://www4.seg-social.pt/>>.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (2015) - Instituto Nacional de Estatística : Statistics Portugal [Em linha]. Lisboa : INE. [Consult. 18 Fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ine.pt>.

PORTUGAL. Instituto Nacional para a Reabilitação (2015) – INR : Instituto Nacional para a Reabilitação [Em linha]. Lisboa : INR. [Consult. 18 Fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.inr.pt/>.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. (1992) - Constituição da República Portuguesa. Porto : Porto Editora.

QUEIRÓS, M.<sup>a</sup> José, [et al.] (1994) - O trabalho social...da organização para o movimento - o caso da experiência CERCI. Intervenção Social. Lisboa. 4:10 (1994) 25-38.

QUIVY, Raymond [et al.] (1992) - Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa : Gradiva.

RÁDIO TELEVISÃO PORTUGUESA (s.d.) – [Movimento CERCI] [Registo vídeo]. Lisboa : RTP. 35:00 min.

RATO, Jorge (2005) – [Entrevista]. Entrevista realizada por Cristina Rodrigues. Lisboa : [s.n.]. Entrevista realizada ao Professor Jorge Rato, Dirigente da FENACERCI . no dia 31 de Maio de 2005 nas instalações da FENACERCI.

RETO, Fátima [et al.] (2001) - Família e deficiência. In SILVA, Luísa Ferreira da, ed. lit. - Acção social na área da família. Lisboa : Universidade Aberta (2001) 217-245.

ROCHER, Guy (1989) - Sociologia geral - a organização social. 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa : Editorial Presença. Vol. 2.

ROCHER, Guy (1989) - Sociologia geral - mudança social a acção histórica. 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa : Editorial Presença. Vol. 3.

RODRIGUES, António, (2005) – [Entrevista]. Entrevista realizada por Cristina Rodrigues. Lisboa : [s.n.]. Entrevista realizada ao Dr. António Rodrigues, Tesoureiro da Direção da CERCI Lisboa, no dia 11 de Abril de 2005 nas instalações da CERCI Lisboa.

RODRIGUES, Luísa, (2005) – [Entrevista]. Entrevista realizada por Cristina Rodrigues. Lisboa : [s.n.]. Entrevista realizada à Monitora Luísa Rodrigues, colaboradora da CERCI Lisboa, no dia 24 de Janeiro de 2005 nas instalações da CERCI Lisboa.

SANCHES, Julieta (2001) - 25 Anos de Solidariedade. Revista SOMOS. n.º 1, Março/Junho, Lisboa : CERCI.

SANCHES, Julieta, (2005) – [Entrevista]. Entrevista realizada por Cristina Rodrigues. Lisboa : [s.n.] . Entrevista realizada a Julieta Sanches, Presidente da CERCI Lisboa e da FENACERCI, no dia 18 de Abril de 2005 nas instalações da CERCI Lisboa.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1995) - Um Discurso Sobre as Ciências. Porto : Edições Afrontamento.

SANTOS, Leonor, (2005) – [Entrevista]. Entrevista realizada por Cristina Rodrigues. Lisboa : [s.n.]. Entrevista realizada à Professora Leonor Santos, Secretária da Direção da CERCI Lisboa, no dia 31 de Janeiro de 2005 nas instalações da CERCI Lisboa.

SILVA, Augusto Santos [et al.] (1986) - Metodologia das Ciências Sociais. Porto : Afrontamento.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Centro de Estudos Sociais (2015) - CES : Centro de Estudos Sociais, Laboratório Associado, Universidade de Coimbra [Em linha]. Coimbra : Universidade Coimbra. [Consult. 18 Fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ces.uc.pt>.

VALA, Jorge (1986) - A Análise de Conteúdo. In SILVA, Augusto Santos, org. - Metodologia das Ciências Sociais. Porto : Afrontamento. p. 101-128.

VAZ, Manuel, dir. (1976) – CERCI – Cooperativa de pais para a reabilitação de deficientes - «Na impossibilidade de modificar as estruturas, temos lutado por modificar as pessoas». Jornal 25 de Abril do Povo. Lisboa. 1:1 (3 de Julho de 1976) 17.

VEIGA, Carlos Veloso (1999) - Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas : uma visão global. Lisboa : SNRIPD. (Livros SNR ; 13).



## BIBLIOGRAFIA

BERGSTROM, Magnus [et al.] (1994) - Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa. 26.<sup>a</sup> Ed. Lisboa : Notícias.

ECO, Umberto (1995) - Como se faz uma tese em ciências humanas. Lisboa : Editorial Presença.

FERNANDES, A. José (1995) - Métodos e regras para elaboração de trabalhos académicos e científicos. Porto : Porto Editora.

FRADA, João José Cúcio (1997) - Guia prático para a elaboração e apresentação de trabalhos científicos. Lisboa : Edições Cosmos.

GRION, Laurinda (2002) - Como redigir relatórios e monografias com sucesso. São Paulo : Ed. Érica.

ONU (2002) Declaração de Madrid, [Em linha]. Madrid : [Consult. 19 Abr. 2006]  
Disponível em WWW: <URL:  
[http://www.europarl.europa.eu/intcoop/eurolat/key\\_documents/summits\\_eu\\_alc/ii\\_17\\_5\\_2002\\_madrid\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/intcoop/eurolat/key_documents/summits_eu_alc/ii_17_5_2002_madrid_pt.pdf)>.

PORTO EDITORA (1994) - Dicionário da língua portuguesa. 7.<sup>a</sup> Ed. Porto : Porto Editora.

PORTO EDITORA (1995) - Dicionário de sinónimos. 2.<sup>a</sup> Ed. Porto : Porto Editora.

UNESCO (1994). Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais [Em linha]. Salamanca : [Consult. 19 Abr. 2006]  
Disponível em WWW: <URL:  
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, dir. (2001) – O debate contemporâneo do serviço social : o terceiro setor em questão. LIBERTAS – Revista do Serviço Social. Juiz de Fora. 1:2 (2001) p. 85-103



## **APÊNDICES**

---





## **LISTA DE APÊNDICES**

- Apêndice A** - Guião da entrevista
- Apêndice B** - Transcrição das entrevistas
- Apêndice C** - Análise das entrevistas
- Apêndice D** - Sinópse das entrevistas



## **APÊNDICE A**

---

Guião da entrevista



## **Guião da Entrevista**

1. Participou na génese do movimento CERCI? Em que momento? Com que estatuto? Com que cargo ou funções?
2. Em seu entender, o que levou pais, técnicos e amigos a mobilizarem-se?
3. Qual o papel do movimento na promoção dos direitos das pessoas com deficiência em Portugal? (episódios significativos)
4. Considera que a FENACERCI, tem um papel efectivo na promoção dos direitos destes cidadãos com deficiência, na construção de políticas sociais e no acompanhamento e implementação real dessas políticas? ( episódios significativos)
5. Que mudanças constatou no movimento CERCI, enquanto movimento social? (Princípios / Filosofia inerente; Objectivos; Recursos; Prioridades; Estrutura)
6. Quais as mudanças sentidas ao longo destes 30 anos, no que diz respeito aos serviços prestados e à organização interna? (profissionalização; equipa técnica)
7. Como entende hoje a FENACERCI dentro do Movimento CERCI. O movimento ainda se perpétua enquanto movimento social?



## **APÊNDICE B**

---

Transcrição das entrevistas





## Entrevista n.º 1 – Pré-Teste

Nome: Luísa Maria de Sousa Rodrigues

CERCÍ: Lisboa – Centro dos Olivais

Data Entrevista: 24 Janeiro 2005

### Corpus da Entrevista

**Participou na génese do Movimento CERCÍ?** Olha, posso dizer-te que **sim**. **Eu entrei na CERCÍ a 1 de Setembro de 1975, estava a ser levantado o chão e algumas paredes, do lado do ginásio estava-se a fazer a cozinha, havia já umas divisórias que eram as possíveis salas, do outro lado da escola. Portanto, ainda acartei muito tijolo, muito cimento, fiz muita massa, com alguns dos sócios efectivos da CERCÍ, fiz chão, tectos, coloquei lâmpadas, forrei chão com alcatifa, coloquei vidros, pronto, comecei praticamente tudo das paredes, do levantar das paredes. Onde é que ficava o Centro? Era nos Olivais, na Rua Cidade da Beira, que era o antigo Lote 2. Como é que os pais conseguiram esse espaço? A CERCÍ estava a ser construída por alguns pais, com filhos portadores de Deficiência Mental**, tinha haver também com pessoas, com questões políticas, portanto tinha a ver com pessoal de esquerda, vivia-se o movimento em Portugal, e daí vinham **os arquitectos, os desenhadores** e pais como já disse, com filhos com deficiência mental, e **duas Assistentes Sociais, na altura que era da Caixa da Indústria. Depois foi a população que morava por cima do Lote 2, veio ajudar**. Faziam-se ali uns petiscos, e dali se falava de política e o que é que dali vinha nascer. A deficiência mental naquela altura era muito desconhecida, via-se um ou outro miúdo, mas não se via deficientes na rua, daí o interesse e empolgação do pessoal do prédio que vinha ajudar. Depois começou-se as dinamizações. **Com que estatuto é que a Luísa estava na altura? Eu entrei para trabalhar na secretaria**, eu tive de deixar de estudar porque o meu pai entretanto teve um acidente e eu tive de ir trabalhar. Fui de férias com uma amiga, e disse: - “Pai, arranja-me um emprego que eu vou trabalhar.” Havia ali uma obras e o meu pai foi saber o que se passava, também andava lá a ajudar, e falou com alguém, não sei se foi com a Paula Calçado se com Élia Pessegueiro e arranjaram-me emprego, portanto eu quando vim de férias tinha um emprego que era empregada de secretaria. Tive lá seis meses **e depois?** E depois o psicólogo passou-me para as salas. **E o que é que fazia nas salas? Quais eram as funções?** Na altura, eu não sei, **éramos pessoal auxiliar ou vigilantes, depois os estatutos vieram-se a ganhar, mas estava na sala como auxiliar, portanto fazíamos tudo, estava numa sala dos profundos. Luísa, em seu entender o que é que levou pais, técnicos e amigos a mobilizarem-se para criar este movimento?** Eu penso que **não havia saídas para o ensino especial, havia colégios, que eram muito caros** e eram autênticos armazéns, e **havia poucas escolas, eram tudo do foro particulares**, não me lembro de haver assim nada do estado, **a maior parte dos miúdos estavam em casa com as famílias, ou com os avós** e outros vinham, dos Centros de Atendimento do Centro de Paralisia Cerebral. **Eram pais que se encontravam uma vez por semana, lembro-me que era à quarta-feira, ia tudo ao Centro de Paralisia Cerebral ter consultas**, e eram miúdos que vinham com PC de estimulação e os **outros estavam no insucesso escolar, miúdos que já tinham repetido um, dois, três anos, nas escolas normais, nas escolas públicas. Qual o papel do movimento, e que papel é que o movimento tem tido na promoção dos direitos das pessoas com deficiência em Portugal? Ou seja, como é que este movimento, enquanto movimento social, que nasce no pós 25 de Abril, vem promover os direitos sociais destas pessoas?** Primeiro **integrar estas pessoas na sociedade**, depois as pessoas **fazerem-se auto-representar, e adquirindo direitos na sociedade como qualquer um de nós. Alguns exemplos concretos? O que é que passou a existir? O emprego protegido**, acho eu, mesmo **a própria saúde, a acessibilidade, o poderem-se auto-representar, no desporto, nas artes, as pessoas têm tido o seu espaço. Porque no fundo estas pessoas estavam escondidas, certo? Estavam escondidas completamente, a sociedade desconhecia e quando vinham à rua, eram repugnados**. Eu cheguei a estar num parque infantil onde estavam educadoras da João de Deus a dizer: - “Tirem-me daqui estes meninos, que os meus meninos estão incomodados”. E tinha colegas minhas que diziam: - “Então vão buscar os vossos meninos, porque os nossos meninos não incomodam, quem está incomodada é a senhora”. **Os miúdos eram quase vistos como bichos, são seres diferentes, que têm atitudes diferentes e**

como eram miúdos que estavam muito fechados em casa, ao ver muita gente na rua invadiam o espaço dos outros, mas havia logo o receio, eles fazem mal e têm atitudes que não são adequadas, e essencialmente fazem mal e vão bater, era o medo. Deficiência mental estava muito ligada à agressividade ao mostro, que tem atitudes que enfurece as pessoas. **Mais algum exemplo?** Ir de autocarro e na paragem seguinte o autocarro ficar mais ou menos vazio, irmos a um café, e ficarmos com o café só para nós, porque os miúdos se babam, porque cheiram mal, porque se agarram às pessoas, e era um STOP. Nem nós éramos bem vindos, nem eles. Quem são estes loucos todos que andam aqui na rua. Chegaram-me a dizer à uns anos atrás: - Estas pessoas deviam estar em casa, não deviam andar misturadas com as outras pessoas, podem ser perigosas, constituem um perigo para os outros. **Podemos dizer que o trabalho foi a dois níveis? Um ao nível do comportamento e de trabalha-los, e a outro nível, trabalhar a sociedade para os aceitar? O movimento CERCI tem a sua grande importância, foi o todos nós começamos a criar o nosso espaço, há espaço para todos e penso que a CERCI não escondeu os miúdos, veio sempre para a rua, mostrou-os no café, no cinema, nos espectáculos, nos centros de saúde, à porta das outras escolas, nós estava-mos em todo o lado, nunca escondemos dos nossos miúdos,** eu penso que ainda não se esconde isso, ainda haja alguma coisa boa na CERCI, que é o mostrar, não ter medo, agente expõem-se. **Considera que a FENACERCI tem tido um papel efectivo na promoção dos direitos destes cidadãos com deficiência, ao nível da construção de políticas sociais dirigidas à deficiência, e ao acompanhamento e implementação real destas políticas, ou seja, a necessidade destas instituições se agruparem numa federação? E o que eu pergunto é, se esta federação tem apoiado as suas cooperativas a criar políticas sociais para a deficiência e a lutar pelos seus direitos, não só das cooperativas mas também da pessoa deficiente?** Olha, eu conheço muito pouco o trabalho da FENACERCI, também por culpa minha e também não sei se eles divulgam muito o trabalho. Nós conhecemos alguma coisa nas reuniões, e na formação que temos depois com o pessoal que está a frente da FENACERCI. **Eu penso que sim, ao criar-se uma federação, se ganha mais força, não se está sozinho, depois avança-se em termos de políticas sociais, na construção do cidadão com deficiência, na auto-representação, eu penso que tem o seu valor.** Eu não lho dou tanto, por falta de conhecimento, [...] mas pronto, **acho que o movimento tem sempre força e ninguém está sozinho, penso que a união cria a força.** Eu penso que a FENACERCI serve para isso, agora que devia divulgar mais aquilo que faz, devia, porque tanto eu como muita gente que trabalha na CERCI desconhece a função da FENACERCI, a não ser pessoal como vocês, mais especializado, virado para as políticas sociais, o cidadão comum que trabalha na CERCI, não sabe muito bem a função da FENACERCI. Mas penso que sim que é uma federação que deve ter a sua força e que tem de trabalhar no encaminhamento dos nossos utentes, do cidadão com deficiência, se não for a FENACERCI quem faz? **Luísa, relativamente ainda ao movimento, acha que o movimento da CERCI tem mudado? E de que maneira! Ao longo destes trinta anos?** Mudou muito, acho que tem pouco haver. Primeiro porque o pessoal que arrancou com o Movimento CERCI já se ausentou, partiram, e outros reformaram-se e deixaram. Depois vem pessoal novo, eu penso que há gente nova que entrou que ainda vem com a garra, que tem muito a ver com a sua formação pessoal e o seu projecto de vida, mas acho que se perdeu muito, até porque as instituições tornaram-se autênticas empresas e foi-se perdendo. A prioridade continua a ser sempre os seus utentes, agora as estruturas, os objectivos, a filosofia está diferente, o Governo também mudou, foram 30 anos, a CERCI estava muito ligada ao 25 de Abril, nós não queremos politizar as coisas, mas é não é, assim como do 25 de Abril já se perdeu tanto, do sentimento do 25 de Abril, assim as coisas evoluem, e evoluem de uma maneira diferente. É normal que se tenha mudado, e há um distanciamento muito grande entre o que foi a CERCI há trinta anos assim como há um distanciamento do que foi o 25 de Abril há trinta anos, ouve muitos ganhos mas penso que se perdeu muita coisa. **Isso tem a ver com o espírito? Com a filosofia? Actualmente que trabalha nas CERCI, tanto do ponto de vista dos pais, como do ponto de vista das famílias já não há o espírito dos movimento? O espírito associativo?** Não, os pais não vêm à Instituição, os pais à uns anos atrás estavam presentes, eles faziam parte dos órgãos sociais, faziam parte da Mesa da Assembleia Geral, os pais foram-se desvinculando da CERCI, eles foram envelhecendo e foram deixando. Eles estavam presentes na vida do filho, assim como estavam presentes nas assembleias gerais, nos órgãos sociais, eles foram desvinculando-se [...], fizeram meio percurso e o resto

abandonaram, também estão velhos, as expectativas também foram morrendo em relação ao que têm em casa e parte do sonho morre também. **E relativamente às mudanças sentidas ao longo destes trinta anos no que diz respeito aos serviços prestados? A diferença? A diferença é abismal.** Enquanto nós trabalhávamos para dentro da nossa casa, e as coisas eram muito feitas ali, voltamos mais para o exterior, portanto crescemos, a instituição cresceu e nós crescemos também e a CERCI está muito grande, quando nós prestávamos só serviço dentro e agora criamos serviços para o exterior, alargámos portas e as coisas evoluíram e de que maneira e ainda bem. A equipa técnica está muito mais rica tem um leque maior de atendimentos e de pessoal especializado, enquanto à uma anos não se tinha. **Ou seja, houve uma profissionalização?** Houve uma preocupação de formação e profissionalização, e arranjar pessoal mais indicado para estar nos nossos serviços, com os nossos miúdos, e até mesmo para os serviços que prestamos fora, há pessoal mais especializado, que está mais apto, há uns anos não, o atendimento também era mais restrito, portanto o pessoal era mais restrito e a formação, embora houve muita preocupação em 1978 e 1979, a fazer formação, e quem não tinha recebeu, na base da pedagogia e recebeu através do Ministério da Educação e através da CERCI que arranjou pessoal para fazer formação, dentro das instalações, quando não tinha íamos fora, agora não o pessoal já vem especializado, é diferente, embora se aposte na formação interna, o pessoal que vem já vem com mais bagagem, também as coisas evoluíram, as Faculdades também abriram outras portas, eu penso que há uma preocupação maior cada vez mais em arranjar pessoal mais especializado para o nosso tipo de serviços, que são mais especializados. **E ao nível da organização interna da CERCI, em questões de gestão, de organização da casa, a diferença? Na altura eram pais, eram técnicos fazia-se tudo muito tendo em conta os conhecimentos, a entreatuda uns dos outros? Há pouco falou que são empresas, a dinâmica interna sofreu alterações?** Muito, muito. **Há uns anos atrás eram pais, eram técnicos e pessoas interessadas, assim como é agora,** só que o crescimento [...] eu penso que se perdeu um bocado o controle [...]. **Relativamente à FENACERCI, como é que entende hoje o papel da FENACERCI dentro do movimento CERCI? Portanto o Movimento nasce há trinta anos, a FENACERCI tem vinte, tem como objectivo a união de todas as cooperativas a nível nacional, de lutar pelos seus interesses, pelos seus direitos, faz com que o movimento se perpetue, enquanto movimento social, enquanto movimento de mudança do após o 25 de Abril, ou tem outro papel?** Pode ter esse, mas penso que tem outro papel em termos sociais, que é o salto que falta dar em termos de auto-representação em relação aos utentes das CERCI. Penso que há um vínculo que se **tem de criar entre a CERCI e a FENACERCI,** é o pontapé de saída para a sociedade, penso que **há muita coisa por fazer, fala-se também muito no deficiente e na pessoa portadora de deficiência mas ainda faz um bocadinho eco, acho que em termos físicos há muito pouca coisa feita, eu penso que a FENACERCI pode vir a reforçar e deve, as leis e obrigar o Estado a perpetua-las, aí sim, e penso que também a FENACERCI deveria ter qualquer coisa a nível de gestão, arranjar um controlo,** as CERCI são autónomas, muito bem, mas depois tem que haver ali um vínculo em termos de crescimento, penso que as CERCI estão a crescer muito, e há instituições que estão a crescer muito, e acho que tem que haver ali um equilíbrio. Penso que a FENACERCI que é um órgão que está de fora podia arranjar esse equilíbrio. **Um era obrigar o Estado a registar e a fazer aquilo que devia de fazer e outro era controlar um bocado mais as instituições e não deixa-las crescer tanto [...]**

## Entrevista n.º 2 – Pré-Teste

Nome: Maria Leonor Santos

CERCÍ: Lisboa – Direcção

Data Entrevista: 31 Janeiro 2005

### Corpus da Entrevista

**Prof<sup>a</sup>. Leonor participou na génese do Movimento CERCÍ? Sim, sim. Em que momento e com que estatuto? Com o estatuto, primeiro de ser Professora de Educação Especial**, estando portanto também preocupada, estava a trabalhar no ensino privado, nos Colégios de Ensino Especial e estava deveras preocupada por não haver respostas significativas para a pessoa com deficiência mental, estávamos então agora aqui a falar de deficiência mental, que não tinha realmente estruturas de atendimento, isto ao nível do Estado. Tinha sim respostas privadas, de carácter privado, em Colégios com fins lucrativos e que não davam realmente essa resposta cabal uma vez que aos pais também interessava ter alguma estrutura de resposta, que fosse, enfim, mais acessível e onde não tivessem de despendar as verbas que despendiam, sendo que também esses próprios colégios eram pagos ou comparticipados pela Segurança Social, mas que na realidade aquilo que faz falta a uns, não se compadece com aquilo que os outros lucram, as entidades que estavam ligadas aos colégios queriam dinheiro, tinham fins lucrativos, não estavam ali para fazer benesses, dar benesses a ninguém, estavam ali para ganhar o seu dinheiro, embora houvesse respostas adequadas e eu estive a trabalhar num. O engraçado é que eu estava exactamente a trabalhar num colégio de ensino especial, que eu tinha criado, a pedido claro do proprietário, que não percebia nada de educação especial, o senhor era construtor civil, e tinha-me pedido para eu colaborar com outra colega no ressurgimento desse colégio que nasceu exactamente em 1973, portanto, um ano antes do 25 de Abril, e portanto eu tenho a certeza que naquela altura o colégio tinha boas respostas e tinha qualidade, que vem depois a perder, naturalmente, vem depois a perde-la, e foi nesse contexto em que eu estava preocupada como penso que muita gente estava, estou a falar agora de técnicos e pessoas especializadas pelo então Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, e foi nessa condição; e conhecendo uma mãe, Dra. Élia Gonçalves, que eu conheço também, deveras preocupada com a situação e que me diz estar a iniciar conversações com outros pais e pessoas amigas, e técnicos, faltavam-lhes técnicos na altura, tinham duas técnicas de Serviço Social, da então Caixa do Comércio, tinham outros pais e depois amigos, pessoas preocupadas também com a situação e que lhe faltavam a opinião de técnicos, e foi aí que eu aderi a essas reuniões, para se falar um bocadinho também dos aspectos técnicos, inclusive, isto, tão simples como isto, como é que ao formarmos uma cooperativa, uma associação que nome lhe vamos dar? Nessa altura eu vinha de uma Escola Pedagógica, o Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, onde a Directora era uma pessoa muito próxima do Jean Piaget, e na altura a terminologia encontrada para pessoas com deficiência a quem não se queriam chamar, nem débeis, nem idiotas, porque estas eram as classificações antigas, passaram a chamar todo aquele indivíduo que fugia um bocadinho à direita ou a esquerda do caminho cognitivo encontrado como um padrão normal, então chamar-se-iam a essas crianças inadaptadas. E foi numa reunião à noite entre técnicos e pais que se falou: - E que nome se dá à Cooperativa? Se é para isso que vamos, para uma cooperativa. E então eu e a outra colega dissemos: - Atenção deficiência mental não pode entrar aí, inadaptados sim, **Cooperativa para a Educação**, mas também se reabilita, **Reabilitação, de Crianças Inadaptadas** e daí surge o nome CERCÍ. Por acaso, logo ao lado, estava um homem extraordinário que já faleceu, e deixo-lhe a minha homenagem, o João Calçado, que de imediato fez o logo da primeira CERCÍ, que é a menina e a borboleta, que por aí andar, vi ele exactamente traçando a bonequinha, a borboleta e todo o contexto do logo, que era muito bonito, na minha opinião era muito bonito. E pronto, e daí se inicia alguma proximidade, se assim quisermos, entre técnicos, pais, arrancar com a cooperativa, onde? Como? Não esquecer, que estávamos em 1975, portanto já tinha sido o 25 de Abril, estávamos em 1975, portanto estávamos na fase das ocupações, que me assustaram sempre, nunca gostei muito de ir ocupar a casa dos outros, procurámos por aí por essa Lisboa, à procura de ver casas. E o engraçado é que na

diversidade política ou de tendências políticas estava ali um bocadinho de tudo, digo e sem desagravo e sem desagrado que sou socialista mas tinha ao meu lado UDP, e o MES, Movimento da Esquerda Socialista. O MÊS e a UDP iam muito pelo ocupar casas e eu muito mais pacata e muito mais cautelosa dizia: - Ocupar não! Vamos ver de um sítio. Não se ocupa nada a ninguém, não vá agente todos ir parar à choldra, era sempre o que eu dizia e riamo-nos muito com isso. E encontrámos, encontrámos o local ideal e nasceu o primeiro centro CERC I Lisboa, em Olivais naquela estrutura daquele prédio, com colunas por baixo onde surge o primeiro centro, e dá-me a impressão que é aí que começa o grande movimento, o grande movimento CECRI, o haver a necessidade de dimensionar isto para um país. Começamos a ser contactados, estou-me a lembrar, por exemplo, eu fui de imediato contactada por famílias de Estremoz, e surge a segunda CERC I, segunda, terceira ou quarta, agora já não posso, aqui à distância de 30 anos, não me lembro muito bem, mas foi das primeiras a surgir foi a de Estremoz.

**E relativamente ao cargo e às funções que teve?** Nessa altura, as minhas funções como lhe digo, estava no Colégio de Ensino Especial privado, tive de ser muito cautelosa para poder de alguma maneira explicar a uns que isto não era uma questão de concorrência, e explicar aos outros que o estar no privado não me incapacitava para querer um outro modelo, de alternativa às famílias e aos problemas sociais da altura. **E tendo em conta esses problemas sociais, em seu entender o que é que levou pais, técnicos e amigos a mobilizarem-se?** Exactamente a falha de respostas, porque na altura, já não me lembro, mas falava-se em 300 mil pessoas com deficiência mental, falava-se, mas eram mais, eram muitos mais. Estamos a falar em Lisboa, este movimento está a surgir em Lisboa, mas o país real não era Lisboa, até porque Lisboa tinha muitas respostas, tinha muitos Colégios para aquelas que tinham capacidade, estamos a falar o sair daqui, e a dimensão de um país tão pequeno que em termos da deficiência e das necessidades era um enorme país, porque as necessidades eram muitas. **E onde estavam essas pessoas?** Essas pessoas estavam por todo o país, bastava tão só estar atento e percorrer aldeias, como eu trabalhei em aldeias, portanto sei, e percorrer vilas do Alto Alentejo que era o que eu conhecia melhor, o Baixo Alentejo que eu conhecia muito bem, Ribatejo que eu conhecia muito bem, bastava isso para se verificar que havia imensas crianças com deficiência mental que não tinham nem o Colégio, nem a Escola, o ensino regular, era impensável nessa altura, nem tinham classes especiais, porque também existia o modelo classe especial, que fazia o atendimento a 15 crianças, com 3 horas diárias, para ter equivalência ao 3º ano de escolaridade, para todos os efeitos equivalente ao 4º ano de escolaridade. **Portanto estavam em casa?** Estavam em casa, na rua por exemplo, vi muitos na rua brincando entretidos sentados às soleiras da porta, vi muitos, sobretudo deficientes motores com comprometimento mental, vi muita, muita criança assim.

**Em seu entender qual o papel que o movimento tem tido na promoção dos direitos da pessoa deficiente em Portugal?** Nestes 30 anos? **Sim.** Bom, pelo menos, tem quanto a mim a vantagem de ter mudado mentalidades, e ter ajudado em muitos locais a muda-las, ou seja, ao criar um local, num sítio, um atendimento para as pessoas que estavam perfeitamente ignoradas, criou logo uma mente social da necessidade de dar respostas a essas pessoas, foi o mesmo que dizer: - Estes também têm direito a ter uma escola, estamos a falar de Escola, na altura era uma Escola. E portanto a partir daí os pais, os familiares, os próprios técnicos, os professores, as pessoas amigas, começaram a ter uma mente social colectiva de dar resposta às necessidades mais prementes, que era não ter aquele indivíduo nem na rua, nem em casa, nem escondidos, estamos a falar também que havia crianças escondidas, e mostravam-nas. O próprio movimento ajudou os pais e as outras pessoas. "MOSTREM", não há nada para esconder, há apenas que arranjar respostas mais adequadas para os objectivos que vocês querem para que o vosso filho tenha um percurso de vida.

**Considera que a FENACERC I tem tido um papel efectivo na promoção dos direitos dos cidadãos deficientes, e ao nível da construção de políticas sociais dirigidas a eles e se essas são implementadas na realidade ou não?** Eu considero que sim, que tem tido, agora isto também depende muito das próprias políticas sociais, de saúde, de educação, ou seja, as próprias políticas educativas, todas articuladas com as outras políticas sociais, de saúde, etc. E penso que a FENACERC I teria um papel muito mais preponderante, se algures ou algum dia, os nossos políticos pensassem que a resposta para um indivíduo tem que ser articulada entre as várias respostas necessárias, ou seja, não têm de estar a

compartimentar o indivíduo e a dizer, agora é segurança social, amanhã é educação, logo mais é saúde e portanto os ministérios teriam de fazer uma articulação real, claro sempre também articulado com a entidade representativa das CERCI, ou seja que associações for, neste caso estamos a falar da FENACERCI. Teriam de ter políticas orientadas para a pessoa com deficiência e articular essas respostas para as necessidades. O que tem acontecido é que tem havido um perfeito divorcio, entra as diversas políticas, ou seja, um miúdo nasce com deficiência, não importa qual; vai fazer uma intervenção precoce, nessa intervenção precoce imediatamente a saúde, segurança social (serviço social), educação, têm que articular respostas face àquela pessoa que tem aquelas necessidades, e não compartimenta-lo. De manhã tem uma necessidade, a tarde tem outra e à noite tem outra, e depois ninguém articula nada. **Eu penso que a FENACERCI tem tido um papel preponderante, e se não tivesse, não se teria justificado que se cria-se uma Federação e ela foi criada com a CERCI Lisboa, a dizer que era necessário, e como tal essa Federação tem um papel importantíssimo assim ela seja considerada como um parceiro para discutir políticas sociais, educativas e da saúde e que seja respeitada nessa base. Porque quando a FENACERCI apresenta uma proposta qualquer, pensou muito a pessoa com deficiência no todo e não compartimentada em várias respostas, só que depois as políticas é que não respondem dignamente a essa situação,** mas isso já não é um problema meu é das políticas.

**Acha que o movimento CERCI tem mudado, durante estes trinta anos e em que aspectos?** O movimento não tem mudado na essência, ele pode é ter mudado na existência, mas isso é outra história. A essência do movimento foi demasiado bela e boa para mudar, ou seja, se hoje tivéssemos de fazer mais um movimento, para qualquer outra coisa ia-mos buscar a essência daquele e estava tudo bem. A existência é que tem mudado, porque vamos lá ver, hoje, o movimento de hoje não é o movimento de há trinta anos que havia uma CERCI, duas, três, quatro, cinco, seis, hoje há 50 (53), e portanto, não havendo ainda respostas, já há muitas respostas a nível do país, tanto que há algumas zonas que eu penso que estão mais carenciadas. Se agente olhar para o mapa da distribuição da CERCI há muito mais CERCI para o litoral, muito mais junto dos centros mais desenvolvidos, por exemplo um Alentejo, um Alto Alentejo, que eu conheço muito bem, temos a CERCI Diana, temos a CERCI Estremoz, temos a CERCI Portalegre. Bom, mas vejamos a dimensão do Alto Alentejo, em baixo, no Baixo Alentejo, temos a CERCI Beja, CERCI Santiago do Cacém, pronto, lá está, uma grande dimensão em termos geográficos, províncias muito grandes que se calhar precisavam de respostas mais locais, mais localizadas, onde houver mais necessidades. Penso também e agora se fizessem o movimento, criar talvez um observatório e tentar perceber onde é que estão as grandes falhas, as grandes necessidades mas isso já fica para vocês, para os mais novos, para aqueles que agora estão cheios de força e querem singrar, criar coisas, dar respostas, ver o país real com olhos de ver e claro com uma federação mostrar aos poderes políticos o que é que há a mudar, porque isto agora também tem a ver com as mudanças das instituições, as instituições de hoje não fazem o que faziam as instituições há dez anos, há quinze, há vinte, há trinta.

Quais as mudanças sentidas ao longo destes 30 anos, no que diz respeito aos serviços prestados? Eu não conheço a realidade de todas as CERCI mas penso que **as CERCI através de todo o seu caminho nestes anos, foram encontrar respostas, diversificar respostas para públicos alvo mais diferenciados. E é assim, isto também tem que ver muito com as políticas educativas e com a escola inclusiva,** isto tem muito que ver com isso. Quando em determinada altura alguém que no fundo é iluminado, que está lá em cima, os chamados cérebros, os crânios, se sentam a uma secretária e dizem assim: - A partir de hoje vamos ter uma escola integradora! E começamos a integração. Muito bem, não foi acautelado nada, mas isso em Portugal nada é acautelado, a descolonização também não foi, é uma prática que nós temos, somos pessoas muito criativas, agente deita-se com uma ideia e levanta-se com outra e está tudo a andar. E então não foi acautelada a integração, naturalmente que não foi. Uma dia... eu até tenho, eu estive nessa altura, eu estive no terreno, e verifiquei, a mim não me fez muita confusão, lá está, eu vinha com o movimento CERCI, eu vinha com outras ideias, mas aquelas colegas da educação especial já velhotas, um dia elas levantaram-se e disseram-lhes assim: - Hoje já não tem mais quadro especial, os seus quinze meninos vão ser integrados nas turmas, e elas choraram a seguir, e ninguém olhou para as lágrimas dessa gente, ninguém quis saber que as lágrimas caíssem pelo rosto. Mas o que é que elas estavam cheias de medo, é que aqueles meninos que estavam

ali com elas, aqueles quinze meninos, que estavam acarinhados, que se olhava por eles, não estamos a falar de grandes deficiências, estamos a falar de indivíduos com comprometimentos cognitivos, com dificuldades graves de aprendizagem, etc. O que é que elas viram? Bom, eles vão agora para as salas, não estão preparados para estar num grupo, e elas choraram, porque no dia seguinte eles também choravam e estavam pendurados nas árvores, não queriam ir para as salas das colegas, e então choravam eles e chorava a professora de educação especial. E caminhando assim docemente na bela República das Bananas, pronto, integrou-se tudo nas salas do ensino regular, estava tudo integrado, a lei estava cumprida. Só que passado pouco tempo, de repente também ainda não tinha-mos bem avaliado a integração e já estava-mos na inclusão. Houve alguém que se levantou e disse: - A partir de hoje já é inclusão, e portanto, os meninos deixaram de estar integrados para estar inclusos, ou incluídos ou como lhe queiram chamar, uma terminologia que seja mais agradável. E assim continuamos, e não é por acaso, também não é por acaso que agora ou recentemente de à uns anos a esta data que se põe no papel e se faz formalmente, porque dantes fazia-se informalmente estes projectos de parceria. Porquê? Será que é uma fantasia? Será que é um capricho de alguns? Não é. É porque o Estado percebeu que pode dar apoio aos meninos nas escolas, os meninos deficientes que estão nas escolas, em inclusão, se tiver técnicos para fazer determinados trabalhos, porque não é o professor de apoio que consegue fazer tudo, muito menos os professores de apoio acabadinhos de sair das escolas base de formação que não são especializados, nunca trabalharam e estão caídos como destacados como professores de apoio, ou seja, isto é outra coisa engraçada, os professores estão a apoiar colegas que já têm vinte anos de serviço ou trinta, estão a ensinar aos colegas como é que se ensina um menino deficiente, eles que nunca sequer deram uma aula, é dramático, é extremamente dramático, e depois precisão de outros técnicos. Ah, mas é que o Estado não tem quadros técnicos, não tem quadros de psicólogos, não tem quadros de Técnicos de Serviço Social, não tem quadros de Terapeutas da Fala, não tem quadros de Terapeutas Ocupacionais, não tem quadros de Fisioterapeutas, daí que estes projectos resultem, porque a CERCI pode ter esses técnicos e pode estar a apoiar na diversidade específica da necessidade de cada um daqueles miúdos, daí que isto esteja a ser um sucesso, claro que é um sucesso, até porque é um serviço barato, muito barato. E ainda que mais queres saber?

**E ainda dentro das mudanças sentidas ao longo destes 30 anos relativamente à organização interna, à gestão das instituições, à profissionalização, às equipas técnicas, houve mudanças?** Houve, claro que houve. **No início eu lembro-me muito bem, que a maior parte das Direcções e das equipas que estavam nas CERCIs, eram em grande parte formadas por pais, famílias, havia muitas famílias, estou agora a falar de algumas CERCIs, de muitos pais que sendo os principais interessados, porque tinham os seus filhos com problemas, e queriam-nos numa escola especial, mas a maior parte das famílias não tinham preparação nenhuma pedagógica, nem técnica para poderem orientar as cooperativas. Provavelmente haverá ainda hoje algumas, não sei porque eu não conheço o mundo todo CERICI, isso notou-se e houve realmente uma preocupação.** Por exemplo, a CERICI Lisboa à trinta anos atrás, havia pais na direcção, mas havia sempre um staff de técnicos, havia muitos professores especializados, hoje não há, havia terapeutas da fala, alguns poucos porque também não havia muitos terapeutas da fala. **Houve uma coisa interessantíssima na altura desse movimento CERICI, do aparecimento das CERCIs, estou a falar na de Lisboa, foi o serviço cívico, os jovens do serviço cívico, foi uma experiência muito interessante, voluntários,** havia muitos estagiários do ISPA também, a fazerem esse trabalho. **Digamos que isto dos corpos técnicos e das equipas técnicas, foi sendo sempre construído a pouco e pouco, e como também, esta população, que era uma população da valência educativa, passou para uma população da valência ocupacional houve a necessidade de agregar outros técnicos mais ligados às problemáticas das pessoas com deficiência que vão tendo um percurso, vão ficando jovens, adultos, idosos. Daí que houve depois um disparar para outras categorias profissionais, estou a falar das técnicas de serviço social, estou a falar das fisioterapeutas, dos terapeutas ocupacionais, dos terapeutas da fala, para toda essa quantidade e esse leque diversificado de técnicos que no fundo foram responder às necessidades dessa população que entretanto vai crescendo mais, não esquecer isto que é muito importante, qualquer cooperativa CERICI tem aqueles jovens, tem aqueles adultos e vai ficar com eles toda a vida, não os vai por na rua nem aos 24, nem aos 25, não os vão mandar para casa, porque eles são da**

cooperativa, são o seu público alvo, são os seus clientes e esses clientes vão ficar lá até “*omnium seculo seculo oron*” é a resposta para aquelas pessoas, e portanto a instituição, esta ou qualquer outra tem que encontrar respostas, e aí estão, começam a aparecer residências e vai haver muita necessidade de residências; começam a aparecer para o nosso modelo e para outras experiências sócio-ocupacionais para que o indivíduo saia da instituição, não fique como uma ostra, não fique ali fechado, dentro de quatro paredes, para ter ocupações variadas e pode acontecer que tenham de voltar à instituição e aí tem de haver outras respostas e outras soluções, certo? Portanto, **serão essas necessidades constantes, por mudanças políticas, por mudanças sociais que vão obrigar as instituições a adaptar-se e a criar novas respostas, porque se não as criarem**, e é assim, **isso já pode ser um segundo movimento, já não é aquele movimento**, e tal, **do pós 25 de Abril, que a malta ia nos carros**, cada um levava o carrinho, outras vezes levava este, levava eu, levava a outra e íamos com alquitóques para contactar de uma carros para os outros, é pessoal, estamos a chegar não sei onde, e lá íamos nós, não era vender a banha da cobra, **era responder a alguém que nos solicitava: - Como é que vocês fizeram, que agente também quer fazer? Se calhar daqui a uns tempos há um segundo movimento, que é: - Como é que vocês estão a olhar o presente e a dimensionar o futuro porque agente também quer ir por aí. Só assim se justifica a existência das CERCI**, é nessa valência ocupacional e é na valência educativa, mantendo projectos, e isso é discutível, não sei se projectos se uma outra valência de atendimento não tem que ser um projecto anual, tem de ser uma coisa de continuidade, para que as escolas tenham sim, mas que tenham também os recursos necessários porque mais tarde ou mais cedo, eu não quero ser uma velha do Restelo, mas mais tarde ou mais cedo as Escolas deparam-se com o mesmo problema, esteve incluído e depois tem de ir para uma instituição porque não há respostas, e a instituição tem que se preparar para dar a melhor resposta, é o segundo movimento. **Então, quer dizer que também a par das políticas sociais durante estes 30 anos, a CERCI também teve que se adaptar ao crescimento dos seus próprios utentes?** Naturalmente. Mas naturalmente, porque lá está a tal situação. Um cliente, está com 18 ou 19 anos, 20, 21, 22, 23, 24 anos, a CERCI não vai pôr em casa como faz um Colégio de Ensino Especial, acaba-se a vertente educativa, então adeus, muito obrigado, gostámos muito, levem lá outra vez e depois vai a CERCI agarrar nessa idade. Aqui é que está o desfasamento da clivagem, é aqui que eu situo-o a clivagem, que é: tu incluis e depois tu tens de segregar ou então segregas, que não segregas porque a CERCI não se faz para segregar nem se fez para segregar ninguém, fez-se para dar uma resposta para quem não tinha nenhuma, é só isto. Fez-se para dar uma resposta para quem não tinha nenhuma, não foi para ir buscar meninos deficientes, vocês não querem agente aproveita, não foi isso. Vocês não têm, Estado, e a agente vai criar a resposta, não é segregar. Segregar é mais ou menos numa sociedade em que estamos todos, há meia dúzia de leprosos e metem-se num “gueto”. Aqui ninguém segregou ninguém, aqui foi-se encontrar uma resposta para quem não a tinha. Andou mais depressa a CERCI que andou o Estado, mas muito mais. E mais, e anda agora mais rápido que o Estado, porque já está com os projectos de parceria porque dá resposta, depois tem que negociar uns tostões com o Ministério da Educação, que como sempre quer “galinha gorda por pouco dinheiro”, e na verdade também não há isso já não existe, agora só galinhas constipadas. Como é que entende a FENACERCI dentro do movimento social? Como o culminar ou **como uma entidade que congrega todas as necessidades de todas as cooperativas, porque é a que pode ter melhor visão da realidade regionais e sociais, porque depois tudo isto varia, parece que temos uma política social e educativa para o país todo igualzinha mas não temos, há aqui discrepâncias brutais e a FENACERCI é o órgão por excelência neste momento, consegue perceber o tipo de associados que tem, como cada um funciona, as respostas que tem de acordo com a região onde está implementada e portanto será sempre um órgão que pode manter vivo o movimento das diferenças, da continuidade, das novas necessidades, das novas respostas da reformulação.** O movimento ainda se perpetua hoje enquanto movimento social? **Estão não se perpetua?** Então mas há mais algum? Eu não conheço. **Assim movimento social que esteja constantemente a querer mudar, a inovar, a reformular, a avaliar.** Porque isso é outra coisa que agente não faz, agente no nosso país agente não avalia nada, agente muda constantemente de modelo sem avaliar o anterior mas isso já é próprio de nós, é uma das nossas tradições, que está muito mal, que está péssimo. Mas a FENACERCI, o Movimento em si, é um movimento hoje, não é de andar, é de observar, de mudar, de tentar inovar e de ajudar, um movimento inter CERCI. **Há**



uma necessidade de manter esse movimento vivo para poder fazer fluir a informação, trocar experiências, implementar intervenções de acordo com as realidades locais, porque há muita diferença entre uma Lisboa e uma CERCI ali de Peniche que fica aqui ao norte e uma CERCI do Alentejo. Embora a filosofia, o movimento é o que mantém a filosofia e pode ajudar a criar outras respostas onde ainda não existem. Agora que tirem o cavaleiro da chuva porque isto já não morre. Qual é a filosofia? A filosofia é esta, são estruturas que fazem falta e que fazem parte, tenham elas educacional ou não, isto cada uma poderá ter as valências que quiser de acordo com as necessidades, mas é a única estrutura que localmente pode perceber o que a pessoa com deficiência e as famílias necessitam e o tipo de respostas, portanto é sempre um movimento vivo. Olha, é tal e qual como tu deitas uma pedra a um lago, tu irás ver que a pedra bate e depois faz uma série de circunferências que vão alargando até às bordas do lago até às margens. É esse movimento contínuo, até atingir a margem, aqui o objectivo, que não para, é esse movimento sincronizado de pequenas ondas circulares que se vão espalhando até às margens para atingir o objectivo. Não é por acaso que agente dizia que para alguns isto foi uma pedra no charco, porque realmente cresceu mais do que aquilo que se pretendia, fizeram-se grandes acordos com o Ministério da Educação, nasce a questão dos Professores Destacados virem para as CERCI, o que foi um amargo de boca para os Colégios, ainda hoje não esquecem, ainda hoje falam nisso, “À porque as CERCI têm os professores destacados e nós não temos”, pois esqueceram-se é que a CERCI dá serviços e dá atendimento que nenhum dos outros dão. É as piscinas, é as hipoterapias, é os passeios, é os conhecimentos de toda a comunidade, é os protocolos que faz com a comunidade e agente sabe muito bem que tudo isto custa muito dinheiro. A forma de atendimento que nós por filosofia escolhemos, sai caro, sai muito caro e nós não temos fins lucrativos, não andamos a guardar dinheiro está tudo posto ao serviço dos nossos clientes e é isso que é importante. E dir-me-ás: e isso é movimento? Isso é movimento CERCI. Porque esse movimento teve vários timings, vários tempos. No princípio seria informar e ir divulgar, hoje é intervir, trocar ideias, articular com outras CERCI, se necessário criar outras para que dêem respostas, mas eu continuo, lá está a pedra na água e ainda as ondas vão perto da pedra, ainda falta muito para atingirem o objectivo ou a margem, serão respostas já muito diversificadas e muito mais alargadas a nível do país. Digo eu?

### Entrevista n.º 3

Nome: António Rodrigues

CERCÍ: Lisboa – Tesoureiro da Direcção

Data Entrevista: 11 Abril 2005

#### Corpus da Entrevista

**Gostaria de saber se participou na génese e no movimento da CERCÍ, portanto, se participou no arranque, em que medida ou em que momento, com que estatuto?** Sim, participei no arranque, não exactamente no ano do arranque mas alguns meses depois, num movimento ou numa, como é que eu hei-de dizer, num ângulo de transição. Durante alguns anos foi criado um cargo ou uma transição que era do serviço cívico e então todos os alunos tinham que participar nesse serviço cívico, em várias instituições e julgo que na altura até a CERCÍ não estava incluído nessas instituições e foi requerido ao Ministério de Educação que a CERCÍ estivesse incluída e então eu e mais alguns amigos meus então participámos aqui nesse serviço cívico. **O que é que faziam concretamente?** Eram monitores de educação física, tínhamos naquela sala nos Olivais que era antigamente o ginásio, portanto era aí que fazíamos alguma parte, outra parte levávamos os alunos para o Parque do Vale do Silêncio para fazer ali alguma actividade física, pronto e era nessa base que eu estive nesse ano, nesse primeiro ano julgo que 1975/76. **Durante quanto tempo 75/76?** Foi só nesse ano lectivo, depois no outro ano lectivo já estive no primeiro ano da faculdade, mas depois continuei, alguns dos meus colegas só fizeram o cívico e foram embora, eu continuei a dar uma ajuda nos serviços administrativos com outras pessoas. **Em regime de voluntariado?** Sim, ao princípio, como regime de voluntariado e depois mesmo como part-time, porque eu depois a partir daí fui tirar um curso à noite, não tirei de dia e durante o dia estava cá. **Em seu entender o que e que mobilizou pais e técnicos para o arranque deste movimento?** Eu julgo que a necessidade. Na altura do 25 de Abril não havia instituições, as instituições que havia julgo que eram privadas e talvez caras e não havia muitas e então os pais juntaram-se [...] era na altura que o movimento cooperativo fazia sentido e faz com certeza ainda hoje, mas na altura mais, com mais propriedade, porque eram nos anos de 75/76 e então a forma cooperativa foi a forma com que eles se juntaram para fazer pais e técnicos e outras pessoas. **E diga-me, ao nível do papel o que este movimento teve na promoção dos direitos das pessoas com deficiência alguns exemplos que se recorde, de coisas que tenham mudado?** Não me recordo assim de nenhuma coisa em especial, mas logo este movimento que começou com a CERCÍ Lisboa e depois como bola de neve foi aumentando e neste momento julgo que são 50 CERCÍ, foi tomando um peso que o Estado e os Governos tiveram que ver esse peso e transformar legislação e outras coisas que estaria errada. **Considera que ao nível do papel FENACERCÍ tem havido um papel efectivo como força de pressão?** Sim pois a determinada altura as CERCÍ acharam por bem criar a FENACERCÍ como uma voz única e não como cada uma e fazer a sua pressão ou fazer as suas reivindicações, mas a FENACERCÍ como única para ter esse poder mais efectivo. **E acha que o movimento ainda se perpetua enquanto movimento social, enquanto movimento de mudança?** Sim... sim... agora não tanto individualmente cada uma mas através da FENACERCÍ julgo que no todo, na globalidade sim. **Tem alguma coisa de que se recorde à época que seja significativo?** O significativo e o que me recordo da época é a grande solidariedade e a grande entrega a todas as pessoas, para que nas mais pequenas coisas de construção que se fazia e as próprias pessoas faziam essa construção e ajudavam aos fins de semana até com materiais ou com trabalho, era uma vontade, no somatório de vontades que na altura se mobilizou.

## Entrevista n.º 4

Nome: Ivone Félix

CERCÍ: Cooperativa São Pedro Barcarena (CERCIOEIRAS)

Data Entrevista: 12 Julho 2005

### Corpus da Entrevista

Ivone, participou na génese do movimento CERCÍ? Não, quando entrei na cooperativa já foi em 1980 portanto já tinha sido a cerca de 5 anos. E quando entrou, entrou com que estatuto, ou cargo ou função? Entrei como Terapeuta Operacional que é a minha formação e portanto foi com esse estatuto sem outro cargo. E actualmente? Actualmente sou Vice-Presidente da Direcção e sou Directora Pedagógica da Cooperativa de São Pedro. Em seu entender o que levou pais, técnicos e amigos a mobilizarem-se por esta causa? Eu penso que foi um profundo descontentamento com as condições até aí para as pessoas com deficiência mental, a falta de respostas e as respostas que existiam eram de facto para além de poucas, muitíssimo desadequadas, portanto penso que foi isso que mobilizou os pais em encontrarem de facto respostas dignas, por um lado, e que respondessem às suas necessidades e às necessidades dos seus filhos, ou das pessoas com deficiência em geral. Em seu entender, qual o papel que o movimento CERCÍ tem tido na promoção dos direitos das pessoas com deficiência em Portugal, alguns episódios significativos ou o que considera que foi alcançado através deste movimento? Olhe eu não lhe sei dizer exactamente o que e que tem a ver com o movimento ou o que e que tem a ver com as políticas sociais em geral, porque eu penso que uma coisa anda sempre um bocadinho ao lado da outra; agora é evidente que se não tivesse havido este movimento não tinha existido a visibilidade que as pessoas com deficiência mental hoje têm e portanto, de certeza que isso acabou por impulsionar também mudança nas políticas sociais do nosso país, e lembro-me assim de algumas coisas, por exemplo, eu acho que um dos direitos que eles tiveram e que para mim é importantíssimo é o direito à Pensão Social, todas estas pessoas de facto terem o direito ao seu dinheiro e acho que isto é de uma dignidade e não vamos discutir se é muito ou pouco mas penso que de facto dignifica estas pessoas poderem de dizer: "Eu tenho o meu dinheiro que posso pagar o meu serviço" e portanto isto cria logo uma situação diferente em termos da dependência quer dos familiares, quer das instituições, penso que as questões relativas também a sua integração, quer por exemplo, nas escolas regulares, com todos os processos que vai e vem que acontecem, mas o facto é que apesar de tudo isso mudou e podemos ver isso quando as nossas instituições abrem essencialmente com os problemas de comportamento e com aquelas crianças que eram muito borderline na altura, portanto a escola tinha posto-os para fora e neste momento apesar de tudo e apesar de nós dizermos que cada vez temos pessoas com deficiências mais graves e profundas e isto pode ser também bom sinal, pode ser um sinal que apesar de tudo a sociedade vai integrando as pessoas com deficiência mental. Ao nível da formação profissional parece-me que também este movimento que surge como uma necessidade também de que estas pessoas podem ser integradas, que estas pessoas podem estar no mercado de trabalho, que estas pessoas podem competir também em termos de mercado de trabalho. É a questão das acessibilidades, é a questão do desporto adaptado, que é este movimento que acaba por trazer muito e também com novas metodologias e novas abordagens e é a questão das residências para pessoas com deficiência mental que cada vez mais isto implica, que de facto estas pessoas podem um dia vir a ter a sua autonomia naturalmente esta é a sua casa ou terão a sua casa, o seu quarto, o seu espaço, não tendo que ficar sempre, por um lado sendo um peso para a família, e por outro lado não tendo famílias que consigam cuidar deles da melhor forma. Há-de haver muito mais coisas que neste momento não me lembro. Considera que a FENACERCÍ tem tido um papel efectivo na promoção dos direitos destes cidadãos em dois vectores, por um lado, se tem contribuído para a construção de políticas sociais dirigidas à pessoa com deficiência e no acompanhamento e implementação real dessas políticas. Tendo a FENACERCÍ um objectivo de advocacia, no fundo se tem contribuído para construir políticas sociais, ou as que já existem, tem feito

**pressão no sentido delas serem implementadas?** É assim, eu penso que de facto fez bem em fazer essas duas perguntas porque são coisas diferentes. **Eu penso que a FENACERCÍ tem tido um papel importante, aliás eu acho que todos os movimentos associativos têm que ter um papel importante e acredito que lutar sozinha é completamente diferente de lutarmos todos juntos e portanto penso que a FENACERCÍ conseguiu de facto congregar as CERCÍ e portanto ter de facto uma força e um peso que seria impossível de cada instituição de por si ter, e portanto conseguir também mais facilmente levar a quem tem direito, e nomeadamente aos decisores deste país quer as preocupações, quer as necessidades desta população no seu todo, e quando falo na população falo de pais, falo das pessoas com deficiência mental, e falo também dos profissionais entendendo aqui os profissionais também como os directores e as pessoas da direcção, não profissionais remunerados mas pessoas que se preocupem um pouco com esta temática e portanto penso que a FENACERCÍ tem conseguido tocar nalguns pontos sensíveis, ainda desta problemática e conseguido modificar com a sua pressão e com o conhecimento que leva a algumas situações. Relativamente à implementação do que já existe não sei se aí a FENACERCÍ tem tido um papel tão activo** e também não sei se não tem tido, porque não pode ter, porque e depois, cada casa é de facto uma casa, e a FENACERCÍ é quanto muito, só um órgão que pode sugerir, e portanto não pode chegar a cada casa e dizer implemente-se desta ou daquela maneira. Aí tenho algumas dúvidas se a FENACERCÍ tem conseguido concretizar esse objectivo, também não podemos esquecer que nós vivemos num país, e isso é uma realidade, que apesar de pequenino tem de facto políticas muito diferentes quando se está no norte ou quando se está no sul e nós temos constatado isso, há coisas simples, um acordo de cooperação é diferente a sua realização é diferente por exemplo em Lisboa do que é diferente no norte, os documentos que são exigidos, o tempo para a sua implementação, a exigência daquilo que é feito, portanto é difícil para uma estrutura que é central como um país que de facto tem políticas diferentes de centro regional para centro regional ou direcção regional de educação para outra conseguir implementar coisas comuns num país que ainda é (in)comum a este nível. **Pensa que o movimento tem mudado, pronto já está a vinte e cinco anos na instituição, em que aspectos, que mudanças é que constatou, e pensando que é um movimento social, em termos de princípios, da filosofia inerente, dos objectivos, das estruturas dos próprios equipamentos?** **Eu acho que o movimento tem mudado e tem mudado muito nalguns aspectos positivamente e tem mudado noutros negativamente, eu acho que o envolvimento de pais e profissionais é completamente diferentes e aí eu acho que é um aspecto negativo.** Cada vez menos as pessoas, sejam pais, sejam profissionais entendem isto como um movimento. E entendem isto, os pais como um serviço que necessitam e que portanto pagam ou não mas que é um serviço não se querendo envolver de outra forma, assim como os profissionais, portanto é um trabalho, e portanto como todas as regras do trabalho. E isso penso que se nota e nota-se muito quando às vezes queremos fazer listas para uma nova direcção, quando queremos movimentar os pais para exigir uma ou outra situação que se considera que é importante para os seus filhos, portanto de facto as pessoas não se envolvem ou envolvem-se muito pouco. Por outro lado, em termos de **mudanças positivas** é evidente que tem havido, que tem existido, de facto hoje ao nível dos equipamentos as coisas são diferentes, houve um investimento grande e conseguimos hoje ter equipamentos como o nosso e como outros que eu conheço que não têm nada a ver com a génese, com o início e que são uma resposta digna para as pessoas com deficiência mental e penso que para as famílias também, já lhei falei na questão da pensão social, na questão dos direitos da pessoa com deficiência, na acessibilidade e quando falo de acessibilidade não é só a acessibilidade de arquitectura, das barreiras arquitectónicas, são outro tipo de acessibilidades que apesar de tudo se eu olhar para traz não tem nada a ver, ouve mudanças significativas e **há uma preocupação social maior face a este grupo de pessoas.** Preocupo-me um pouco em termos de futuro, se calhar é uma preocupação infundada, é sempre um bocadinho dos velhos do Restelo, quando a gente for como é que vai ser, que eu acho que é infundada, porque as coisas depois surgem naturalmente e se não é da mesma maneira é de outra, um bocadinho **em termos do futuro, não só destas instituições mas novas instituições que eu penso que à necessidade de criar, e que de facto não vejo um movimento nem de pais nem de profissionais no sentido de criar outras instituições que dêem resposta de facto a margens que neste momento não são atendidas se pensarmos um bocadinho nas listas de espera, que as várias instituições têm, portanto ai às vezes questiono-me como é que vai ser. Outra questão diferente,**

**quais as mudanças sentidas ao longo deste trinta anos no que diz respeito aos serviços prestados? Ou seja, relativamente à organização interna das CERCÍ ao nível das equipas técnicas, da profissionalização dos técnicos e do funcionamento, como é que avalia essas mudanças?** Eu acho que a mudança é imensa, pronto eu acho que começou tudo, ou pelo menos a minha, daquilo que eu sei, **começou** um bocadinho com boas vontades, praticamente não existiam técnicos, técnicos enquanto formação específica superior, nem psicólogos, nem técnicos de serviço social, nem terapeutas portanto eram muito pessoal, auxiliares, vigilantes e depois havia alguém com boa vontade que geria de certa forma a instituição. Penso que aí se deu um salto muito significativo, a maioria das instituições passaram a contar nos seus quadros e a ter essa necessidade de ter profissionais habilitados nas diferentes áreas para intervirem com as famílias, com os utentes, com a comunidade nas diferentes áreas. Penso que mesmo ao nível da gestão das instituições, que eu às vezes chamo muito uma gestão de mercearia, era muito o deve e o haver, cada vez mais há uma necessidade de se partir para novas tecnologias, para novos mercados em termos da própria gestão, que a gestão já não pode ser do meu ponto de vista a técnica do serviço social ou a terapeuta. Eu acho que começa-se a partir para de facto uma grande gestão no sentido de ter um gestor financeiro, que de facto faça uma parte da gestão destas instituições que no fundo já movimentam muito dinheiro e muito pessoal e já não são micro-empresas, já começam a ser médias empresas e algumas grandes com o volume que têm, e ainda precisamos de caminhar um bocadinho, um bocadinho mais. **Como é que entende hoje a FENACERCI dentro do Movimento CERCÍ? Isto se considerar que o movimento ainda se perpetua, enquanto movimento social?** Eu acho que considero, considerar considero e eu também acho que **naturalmente** estes movimentos têm pontos mais altos e depois perdem um bocadinho a força e depois muitas vezes voltam a retoma-la, quando há necessidade disso e portanto penso que não é um movimento morto, pronto um bocadinho adormecido nesta fase. Eu penso, **eu continuou a ver como importante o papel da FENACERCI, não sei se eles próprios não têm que reflectir um bocadinho nalgumas mudanças internas; não sei se não têm que ter um peso social maior e de reivindicação** embora de facto isso não dependa, quer dizer a FENACERCI enquanto direcção que está mas enquanto a assembleia de todas as CERCÍ de os mandatarem para isso, e também o que eu sinto, muitas vezes isso não acontece, as pessoas também... ainda agora **na última assembleia geral eu também não sei muito bem se os associados percebem muito bem qual é o papel da FENACERCI**, qual o papel mais importante e mais reivindicativo de maior peso pode ter ou não, também fico com alguma dúvida se de facto as pessoas sabem, **até porque neste momento começa-se a notar uma coisa interessante felizmente que é começarem a aparecer pessoas novas, quer nas direcções, quer nas equipas técnicas, portanto as pessoas de a trinta anos começam a sair e começam de facto a aparecer pessoas novas, portanto estas pessoas novas têm que ter um tipo de adaptação e também de conhecimento do que é que isto foi e para onde é que isto vai, agora penso que o papel da FENACERCI, do meu ponto de vista, continua a ser importante e continua, e pode, mas tem que ser mudado**, se calhar alguns aspectos que têm que ser mudados.

## Entrevista n.º 5

Nome: Jorge Rato

CERCI: Sesimbra - Educação Física

Data Entrevista: 30 Maio 2005

### Corpus da Entrevista

**Participou no Movimento CERCI na sua Génese?** Quando eu cheguei à CERCISIMBRA, que existe desde 1976 (onde estou desde Setembro de 1983, destacado) já havia esse percurso. **E entrou na instituição com que Cargo ou com que Funções?** Entrei como professor destacado, para a Escola de Educação Especial, que em rigor era o que havia naquela altura, não havia mais nenhum outro serviço ou valência como a gente hoje em dia sei lhe dizer. **Só esteve ligado à CERCISIMBRA até hoje?** E é amor de vida. **Em seu entender o que é que levou pais, técnicos e amigos a mobilizarem-se, e também um pouco tendo em conta a História da CERCISIMBRA?** A necessidade de ter escola para os seus filhos. E quando surgiram as CERCI, surgiram muitas coisas, eu participei num movimento de iniciativas de base, iniciativas sociais de base, como em comissões de moradores na zona onde vivia, penso que terá sido desse grande impulso, de dar resposta, de haver iniciativas de base para dar resposta a necessidades sentidas. E pronto, a história das CERCI é para as crianças e jovens com deficiência mental, e foi o ponto de partida. **Em seu entender qual é o papel que o Movimento CERCI tem tido na promoção dos direitos das pessoas com deficiência em Portugal? Relate-me alguns episódios significativos.** O episódio inicial é paradigmático, é Escola para Crianças com Deficiência que começou por existir em paralelo ao sistema regular de ensino, teve um caminho de aproximação, e é uma construção sucessiva de respostas que hoje em dia, a gente já redigiu em filosofia, hoje diz-se que se apoiam os projectos de vida de cidadãos com deficiência mental e aquilo naquela altura começou num certo ponto, do percurso, ou da idade, com um grupo de jovens, e o facto é que ter-se o objectivo de dar o apoio a essa gente, que não deixa de existir, após o fim da escola não deixa de existir a necessidade de ter um percurso de vida com uma série de achegas, de apoios, isso foi a coerência e foi a base de, digamos foi a obrigação do desafio ligado ao paradigma da igualdade e isso foi dando corpo ao projecto, que hoje em dia existe. E se a agente for ver, por exemplo na revista da FENACERCI que é publicada com regularidade há uns 8 / 10 anos, nós vemos que este discurso de dizer que se apoia os projectos de vida tem ali uma consubstanciação, começou a partir da Escola de Educação Especial, criando depois respostas a seguir à história como o CAO e a Formação Profissional, mais tarde as Residências. E em certa altura também houve o despertar para aquilo que vem antes, já com uma preocupação de fazer face ao problema, de estar a dizer isto, já é um bocadinho mais teórico, mas o percurso foi ligado a um certo número de pessoas, a teoria vem muito de perto, ou às vezes a teoria saltava mais alto, isso também haveria que ver o balanço de todas as CERCI quando é que houve esta ou aquela ideia. **Quase podemos dizer que temos uma intervenção actualmente dos 0 aos 100?** Se lá chegarem, pois dos zero de certeza, mas acho que é uma fórmula que também é outra abordagem do apoio ao longo de toda a vida, apoio aos Projectos de Vida, ao Percurso de Vida. **Comemorando a FENACERCI os seus 20 anos, considera que ela tem tido um papel efectivo na promoção dos direitos destes cidadãos, na construção de políticas sociais, dirigidas à pessoa com deficiência e à sua implementação real destas políticas?** Eu acho que a maneira mais bonita de ver a implementação real, mas nós também devemos sublinhar o valores e enunciar os pressupostos éticos, mas pelo volume de negócios das CERCI se houvesse quem se pudesse dar ao trabalho de somar, das CERCI e de outras ONG que prestam um perfil de serviço semelhante, mas estamos a falar das CERCI e é disso que falamos com mais facilidade, meramente o indicador do somatório do volume de negócios, que não é para negociar acções na bolsa nem é para especular no imobiliário, é preso à resposta e às necessidades concretas das pessoas com o melhor saber que a gente tem, elaboração partilhada, isso também fala por si, é uma coisa muito grande e é um volume de negócios

bastante grande e a partir de certa altura e eu penso que a FENACERCI faz 20 anos. A FENACERCI a partir de certa altura felizmente ligada ao desafio e ao paradigma de fazer as coisas, aduziu a isso a necessidade de haver enquadramentos legais facilitadores. Continuamos a trabalhar para isso, de haver sustentabilidade financeira para as respostas, nas tradições da nossa sociedade é uma coisa que cabe principalmente à Administração, na anglo-saxónica é um bocadinho diferente à muita tradição, das fortunas privadas contribuírem sob diversas formas para as respostas sociais, nós vivemos na sociedade em que vivemos e esse papel cabe mormente ao Estado, não é que não se deva, coisa que a FENACERCI também faz, iniciar uma política ou contribuir para uma política de mecenato social, que é importância, que é digno, que dignifique a todos, mas, quer dizer na prática, estruturando respostas indo à procura dos meios que lhe dêem corpo tem feito muita coisa e depois também veio a dimensão da elaboração e da necessidade de contribuir para os enquadramentos legais e isso também, não aprendemos tudo sozinhos, não é, a partir de certa altura, neste canto do mundo em que a gente vive à quase 60 anos em paz que é a Europa também proporciona alguns recursos às políticas sociais e eu acho que o Movimento CERCI sob tirar bom partido das hipóteses que a União Europeia punha à disposição dos cidadãos para políticas sociais, nós aprendemos algumas coisas daquilo que fazemos nos estabelecimentos das matrizes de valores de padrões de qualidade. Fomos buscar alguma coisa à experiência, não tivemos que fazer todos os erros, ficámos com alguma parte da cartilha, adaptámo-la, e eu acho que aí há várias matizes dos quais se pode falar, digamos, há uma matriz de valor e de exigências de qualidade no atendimento às pessoas com quem trabalhamos e às suas famílias que a gente foi buscar lá fora. Tivemos sempre uma preocupação de não adaptar cegamente de ver como é que é a nossa “panela da sopa” e adaptar a coisa cá ao sabor Português, isto para usar uma imagem e isso teve dimensões, do ponto de vista, como eu já falei, do enquadramento legal, de alguma filosofia que também nos move e que a gente tenta inculcar quando fala publicamente sobre o papel das pessoas com deficiência na sociedade e o seu lugar na sociedade, mas também dimensões meramente técnicas. A FENACERCI por exemplo em termos da comunicação aumentativa e alternativa prestou ou tem bom trabalho, eventualmente não tão divulgado quanto merece-se da adaptação de instrumentar a comunicação alternativa dando-lhe um sabor Português porque é necessário. **Acha que o Movimento das CERCI no seu todo tem mudado? Portanto em que aspectos, e que mudanças é que constatou no Movimento CERCI enquanto movimento social, pensando nos princípios, na filosofia inerente, nos objectivos, nos recursos, nas estruturas?** Isso é um bocado complicado, às vezes muda-se por impulsos exteriores, eu acho que no movimento CERCI há uma coisa que contrariamente, por exemplo a outros sectores da sociedade em que houve movimentos, a sociedade reagiu por exemplo contra as Cooperativas Agrícolas e havendo uma carga preconceituosa elas não tiveram créditos, não poderão se desenvolver, nós temos uma matriz de origem semelhante somos cooperativas, [...] desse ponto de vista a gente teve margem, para junto do conjunto da sociedade afirmar e instituir como uma meta, não só do movimento CERCI, mas do conjunto da sociedade, estabelecermos metas de alguma condignidade e de decência cívica e humana que devem ser atingidas, e isso tivemos hipótese de poder afirmar estes valores, ao contrário de outros movimentos, se calhar dos movimentos das iniciativas de base sociais da altura em que o Movimento CERCI apareceu que foi logo a seguir à queda do regime forte da ditadura Salazarista, do Estado Novo, esta teve condições desse ponto de vista para não ser ostracizada pela sociedade, que é uma sociedade democrática e com parlamento e com direitos democráticos mas que estabeleceu algumas regras. Pronto, essas Cooperativas puderam indo se afirmando, também não tiveram o caminho fácil, portanto aí haverá uma história de ser feita, em termos, por exemplo, da criação em termos legais do ramo das Cooperativas de Solidariedade Social, que foi um instrumento, não sei se mais tarde na entrevista isso vem a perguntar-me, mas a criação lá está um exemplo de facilitação e adequação do enquadramento legal, da 3ª República Portuguesa, não sei, é como chamam ao Regime do 25 de Abril, a FENACERCI deu os seus contributos. O Movimento também mudou, porque, o dinheiro que hoje em dia se movimenta para dar corpo aos fins de apoio aos projectos de vida das pessoas, por si só é um volume de dinheiro mesmo em termos de cada CERCI que exige alguma profissionalização na gestão, portanto aí também há tarefas, mas aí eu acho que se deve ter a humildade ou pelo menos o rigor histórico de dizer que houve um impulso e penso que todas as CERCI que deram um salto grande, deram-no numa certa fase, no início

dos anos 90, com a criação da Formação Profissional, porque obrigou exactamente, e pelo volume de recursos que era afecto a essa démarche, foi uma coisa que obrigou a um salto, no sentido de uma gestão mais empresarial, depois outra coisa que a história ainda não está escrita que é: **Como é que se preserva graus de democraticidade e de proximidade e de consulta? E eu acho que aí também**, e eu estou à 18 anos na Direcção na FENACERCI, também há um esforço de preservar, em paralelo e articulado a esta profissionalização, agora estou a falar do ponto de vista da FENACERCI, **de preservar mecanismos efectivos de consulta** para que aquilo que uma Direcção da FENACERCI faça, não seja, a invenção das necessidades mais afectas às cinco Organizações que estão na Direcção, acho que é impossível acusar-se a Direcção da FENACERCI disso. **Porque nós tentamos criar mecanismos de consulta do conjunto do movimento, estruturas de preservação e de análise sobre a qualidade técnica e os caminhos a prosseguir nesse campo. Esta já respondeu um pouco, a questão é: Quais as mudanças sentidas ao longo dos 30 anos no que diz respeito aos serviços prestados e relativamente à organização interna das CERCI. A questão da Profissionalização e da melhoria das equipas técnicas, essas mudanças falou que vinha pela integração da Formação Profissional que tem certas exigências ao nível da profissionalização dos técnicos?** Isso era em termos dos números, que não, está ligado a isso, mas não é mecânico em termos dos paradigmas de qualidade, aquilo que a gente tem mérito próprio depois é em caracterizar as necessidades, e é ir buscar recursos para todas as valências iguais, não quer dizer que tenhamos conseguido, **mas houve também, é alargar a todas as esferas de intervenção, paradigmas de qualidade e isso implica formação dos técnicos, também dito isso nós somos Cooperativas e somos empresas com um alto grau de formação académica das suas equipas, há uma taxa bastante alta, de formação de vários técnicos, Não só a nível da intervenção que se tem com a população utente, os clientes mas também com a gestão das suas próprias Cooperativas.** “Nim”, mas mais sim, eu queria dizer, pois há pouco não falei da formação, mas por exemplo, a **formação com o pessoal é uma questão importante**, depois também a CERCI como factor, **isso também é uma coisa do Movimento Cooperativo, hoje em dia uma CERCI não é deslocalizável** mas há empresas que são. **Agora aquilo que as CERCI também têm que outras Cooperativas terão é dar coesão social a um certo território de inserção**, eu acho que aí também, e as CERCI e benzas Deus, e Deus queira que isso se preserve, **tem um espírito e uma curiosidade em relação ao meio, porque se trata de fazer a integração ou de otimizar para cada projecto de vida, para cada um dos projectos de vida dos seus utentes**, isto é teoria, mas corresponde muitas vezes à prática, **só conseguem fazer isso se tiverem um quadro activo de interacção com o meio de inserção, e então, para a dimensão das empresas Portuguesas as CERCI são empresas de médio porte eventualmente alto, algumas CERCI têm 250 elementos das equipas técnicas de atendimento e às vezes tem quadros de inserção laboral dos próprios utentes** que também são empresas, portanto, são, **por um lado, tem um papel importante em termos da coesão do Apoio Social às famílias que apoiam directamente, tem um conhecimento do meio que são chamadas ao trabalho em rede e sinergias de resolução perante problemas sociais**, nem que não se considere as famílias dos utentes só, mas vai para além disso. Vai para além disso, vai nomeadamente na intervenção precoce, vai alguns projectos de articulação com o sistema regular de ensino onde há graus diferenciados de proximidade do atendimento dos utentes, e que vão para além da problemática inicial da deficiência mental, também na formação profissional também acontece isso, nós não podemos fazer futurologia, mas daí poderão decorrer no campo de intervenção social novos alargamentos de tarefas ou talvez a gente não precisa de fazer tudo, podemos ajudar a criar outras respostas, penso que é uma das tarefas nos últimos 3 ou 4 anos que se começa a falar e que numa fase próxima terá que ter concretizado, poderá ou terá, porque **as CERCI têm uma alta sensibilidade para os problemas sociais, tem que pensar se tem hipótese de resolver tudo, e havia, esse campo que se abre ou de criar mais respostas, um bocadinho fora do campo do atendimento directo a deficiência mental, ou esse, ou a ajudar a criar respostas. Para terminar: Como entende hoje a FENACERCI dentro do Movimento CERCI? E se o Movimento ainda se perpétua enquanto Movimento Social?** Eu acho que já estava a falar um bocadinho nesse sentido, não há nenhuma receita, **a FENACERCI não deve esquecer** e acho que não esquece nem nunca esquecerá **o objectivo primordial, que hoje tem, já facetas mais alargadas**, há duas coisas, ainda tenho que voltar **enquanto Cooperativa de Solidariedade Social e depois em termos da missão das CERCI, a**



missão das CERCI está muito centrada, não exclusivamente, mas centrada no apoio aos projectos de vida das pessoas com deficiência mental. As Cooperativas de Solidariedade Social, abarcam dentro do âmbito do atendimento social ou podem abarcar, as pessoas que vão consultar o Código Cooperativo um leque muito largo de tarefas e de serviços que se podem utilizar. Portanto há muitas coisas, a FENACERCI até agora e também pela expressão na sociedade Portuguesa, das Cooperativas de Solidariedade Social, outras que não as CERCI, ainda não foi solicitada para assumir tarefas em relação a outras Cooperativas de Solidariedade Social que não as CERCI, pode ser que isso venha a acontecer, há um sinalzinho é que a gente mudou, a FENACERCI hoje, já não é a Federação das Cooperativas de Educação e de Reabilitação de Cidadãos ou Crianças Inadaptadas, é a Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, pronto, nós não poderemos no futuro abarcar o apoio enquanto Federação de Cooperativa de Solidariedade Social a outras Cooperativas de Solidariedade Social diferentes das CERCI se os nossos estatutos não estiverem abertos a isso, portanto há a via de prevenção, e essa coisa esta feita, presentemente não é um campo real. As CERCI enquanto tais, também é interessante ver, portanto há um pequeno sinal disso que é a CERCI MAC, de Macedo de Cavaleiros, a CERCI de Macedo de Cavaleiros apareceu agora, não é, no século XXI e ainda há algum território onde a existência de respostas deste cariz, não corresponde à existência de pessoas com necessidades de atendimento, há muitas teorias sobre isso, pessoalmente eu defendo que isso, os sociólogos que vão investigar, mas as CERCI estão e as outras propostas estão, onde há população, mas efectivamente um pouco lá para cima para Trás-os-Montes principalmente e junto à fronteira há um desfaseamento verificável ou que carece de verificável, mas quase de certeza entre a inexistência de respostas de Macedo, e veja-se onde é Macedo de Cavaleiros e por acaso parece sintomático que tenha havido essa iniciativa de pais e técnicos para fazerem lá uma CERCI nova que eu espero que tenha um desenvolvimento rápido em relação às suas tarefas. Eu acho que a formação é sempre exigente pode vir qualquer coisa de outros ramos do Cooperativismo de Solidariedade Social que não é o das CERCI e as próprias CERCI também ainda têm bastantes coisas para fazer, a problemática mesmo relativamente ao apoio aos cidadãos com deficiência mental há bastantes coisas feitas mas não está tudo esgotado.

## Entrevista n.º 6

Nome: Rogério Cação

CERCÍ: Peniche

Data Entrevista: 31.Mai.2005

### Corpus da Entrevista

O meu nome é Rogério Cação e pertenço à CERCÍ Peniche, onde estou acerca de 20 anos. **Em 1º lugar gostaria de saber se participou na génese do Movimento CERCÍ ou em que momento?** Eu **estive na génese do movimento CERCÍ** na medida em que **a CERCÍ Peniche foi criada em 1977, oficialmente e começou a ser preparada muito antes**, e eu **embora não de uma forma muito directa digamos assim, mas como munícipe e como colega de trabalho de alguns professores que estiveram mais envolvidos do que eu, mas acompanhei de facto muito de perto o projecto de criação da CERCÍ Peniche**. Efectivamente só dez anos depois é que comecei a trabalhar de uma forma mais directa, uma vez que **fui destacado para uma CERCÍ, neste caso para a CERCÍ Peniche** e só a partir desse momento é que eu posso dizer que estive envolvido directamente. É claro que o meu percurso no acompanhamento das CERCÍ é praticamente permanente a partir desta altura da criação da CERCÍ Peniche. Até porque eu depois tive também não só funções no Conselho Directivo de uma Escola em Peniche e tinha-mos uma articulação muito grande com a CERCÍ, mas também porque depois fui Vereador da Câmara Municipal, exactamente nestas áreas da educação, da cultura, do desporto, das escolas, e portanto por via dessa função. Estive ligado à génese sem querer com isto agora adquirir o estatuto de fundador da CERCÍ que não sou de facto. **Que cargo ou função tinha na altura em quando entrou?** Eu quando entrei para a CERCÍ **entrei com um cargo** muito próximo de **Coordenador da Pré-Profissional**, historicamente é fácil perceber porquê. Na altura tinha saído, isto estamos a falar em 1986/87, tinha saído um despacho que permitia às CERCÍ construir estruturas para a pré-profissional, através de um acordo entre o Ministério da Educação e o Instituto do Emprego e Formação Profissional. A CERCÍ Peniche tinha conseguido financiamento para a construção de um centro de pré-profissional na altura, que mais tarde viria a ser transformado em Centro de Formação Profissional. Queriam alguém que pudesse conceber o modelo técnico, pedagógico e de funcionamento daquele centro e foram-me convidar, na altura em que os destacamentos eram também feitos um bocadinho por convite das próprias organizações, foram-me convidar se eu estaria interessado em deslocar-me para a CERCÍ Peniche em regime de destacamento. Eu na altura disse que era um desafio para mim até porque eu estava ligado à estrutura directiva da Escola, mas pareceu-me aliciante porque era um projecto novo e disse que sim. OK e fui. Sim, vou com o compromisso de ficar lá só um ou dois anos até concluir a instalação. **A verdade depois é que esse um ou dois anos foi-se consolidando na medida em que eu comecei a descobrir sucessivamente novos desafios e fui começando a gostar deste tipo de trabalho de ajudar pessoas a encontrar caminhos para a cidadania, para a inserção e de uma forma natural fui ficando**. Para o ano é que vou embora, para o ano é que é, sabes quando a gente começa a dizer para o ano é que é, vamos ficando e enquanto o Ministério da Educação foi-me deixando ficar, a verdade se diga, e pronto, mesmo um dia que eu retome a minha função de Professor efectivo que sou, **continuo ligado à CERCÍ, vou continuar com o meu trabalho voluntário, como aliás, como grande parte do que faço é em regime de voluntariado**. **Em seu entender o que levou pais, técnicos e amigos a mobilizarem-se dando origem a este movimento?** É assim, há uma ideia próxima disso, penso eu, **que é o facto de na área da educação não haver respostas educacionais estruturadas para crianças com deficiência mental, e grande parte delas tinham de ficar em casa ao encargo dos pais, que tinham assim um duplo problema. Por um lado os filhos não participavam num espaço de desenvolvimento que é a Escola com graves problemas daí provenientes e por outro lado também, temos que ser comezinhos aqui, também tinham o problema de ter alguém que tomasse contados filhos pelo facto de não estarem escolarizados. E isso fez com que numa altura, em que estas questões de fundo, de cidadania eram muito facilmente colocadas à discussão, estamos a falar num período pós revolucionário, estamos a falar nas comissões de bairro, nas comissões de**

moradores, estamos a falar dos movimentos para a igualdade dos cidadãos, estamos a falar do movimento para a democracia, entendido de uma forma plena, digamos que esta questão, este problema tornou-se emergente e mereceu a sensibilidade das pessoas e portanto, foi relativamente fácil mobilizar em torno de um conjunto de pais que tinham um problema um conjunto de munícipes, de autarcas, de professores, de técnicos que partilhavam estas preocupações e que achava que podiam ter um papel e uma construção de uma resposta. Portanto as CERCI decorrem, por um lado da sinalização de um problema, e esse problema é esta ausência de resposta por parte da educação e também para muitos pais ao nível do acompanhamento dos filhos, e por outro lado, decorre também de um certo ambiente favorável à mobilização que decorria um bocado de uma certa euforia, uma certa vivência democrática e de alguma maneira vibratória do 25 de Abril. Julgo que a conjugação das duas situações tornou possível a criação da CERCI Lisboa, que foi a primeira e aliás a CERCI continua a ser a CERCI de Lisboa porque é a primeira, todas as outras são por assim dizer filhas ideológicas da CERCI Lisboa porque nascem exactamente a partir do modelo que se viu que funcionava, provavelmente se a CERCI Lisboa tivesse sido um fracasso hoje não teríamos CERCI o que acontece é que a CERCI Lisboa não só funcionou, relativamente às respostas que queria dar, como inclusivamente cresceu e isso fez com que a partir daí nos anos seguintes, aliás o grande espaço de crescimento das CERCI decorre até ali assim aos anos 80, grande parte, e depois a partir dos anos 80 a 85 e só agora recentemente é que começam a aparecer algumas cooperativas de solidariedade social que cabem dentro deste modelo, mas de facto é aquele momento a seguir a 1975/76/77/78/79 até aos anos 80 que é o grande espaço de crescimento das CERCI exactamente porque o ambiente potenciava ou facilitava, se quisermos, a criação deste tipo de respostas. **Qual o papel que o movimento tem tido, este movimento social, ao logo destes trinta anos, na promoção dos direitos das pessoas com deficiência em Portugal? Relate alguns episódios significativos.** Eu julgo, e já agora vou dizer porque é que acho que este movimento teve um papel diferente de outro tipo de organizações que já existiam e prestavam também um bom trabalho ao nível dos apoios disponibilizados. Ao nascer como nasceu, ou seja, ao nascer num clima de afirmação de direitos que é um clima pós revolucionário que é propício a esse tipo de coisas, este movimento partiu também desde logo desse princípio, ou seja, do princípio de necessidade de afirmar direitos das pessoas que justificavam o seu aparecimento. Digamos assim, enquanto as organizações que já estavam no terreno e havia algumas, as APPACDM por exemplo são anteriores à criação das CERCI, tinham uma atitude eu diria um tanto ou quanto passiva, do ponto de vista, sim senhor, de organizar as suas respostas mas numa lógica muito, digamos do utente, utente do serviço, muito à espera das directivas que vinham de cima, a verdade é que as CERCI aparecem, e aparecem exactamente no sentido completamente contrário, ou seja, nós vamos construir qualquer coisa de novo e vamos afirmar, inclusivamente as nossas ideias e os nossos projectos as nossas propostas e é um bocado nesta lógica que se gera um movimento de mudança, que levou inclusivamente o próprio Ministério da Educação a reestruturar-se nos serviços de educação especial, na altura e que estabelecesse um quadro de parcerias que começaram a aparecer as primeiras tentativas de regulamentação da educação especial propriamente dita, não quer dizer que não houvesse já um edifício legal para sustentar aquilo que se fazia mas é com as CERCI e com esta dinâmica que começa a aparecer esta necessidade de criar ideias. E depois é assim, as CERCI estão presentes nos grandes debates que são feitos a partir de 1975/76, estão sempre presentes. Desde logo no debate sobre a Integração, é curioso porque as CERCI acabaram por criar modelos obviamente segregados de atendimento das pessoas com deficiência, mas desde logo assumiram como objectivo, grande parte delas, que a meta era exactamente uma Escola que pudesse responder a toda a gente onde estas respostas particulares, privadas pudessem estar integradas, ou seja, um modelo de integração, mas um modelo de integração não conseguido a qualquer custo, mas que de alguma maneira, desse resposta cabal às necessidades específicas deste tipo de crianças e portanto as tais estruturas segregada que eram as CERCI tiveram sempre presentes em todos os debates da integração ao longo dos tempos, onde estão presentes hoje nos debates sobre a Escola Inclusiva, mesmo alguns fenómenos menos abertos à modernidade que ainda subsistem neste caso deste tipo de organizações como em qualquer outro lado, nunca deixaram de participar no debate da Escola Inclusiva. Se quisermos um exemplo daquilo que é o contributo destas organizações, aquilo que eu posso dizer é que, por exemplo o último

trabalho que foi feito sobre Escola Inclusiva do Conselho Nacional de Educação tinha lá o parecer emitido pela FENACERCI, e portanto isto dá de alguma maneira a ideia da preocupação que as CERCI e a sua organização mais representativa, que a FENACERCI tem relativamente às matérias que tem a ver com a educação especial. Há, de facto, depois referências, se nós formos analisar a evolução da própria legislação e a Portaria 1.102/97 que é um marco do ponto de vista do enquadramento legal do funcionamento das CERCI independentemente de agora estar balizada, mas isso é por outras razões, daí a que formalizou esta perspectiva integradora do trabalho das CERCI ao incluir as alíneas b) e c). A alínea b) que aponta para aquelas actividades complementares na intervenção no ensino regular e que permite hoje que a nível nacional as CERCI e as Escolas trabalhem em parceria com crianças com necessidades educativas especiais que estão integradas nas Escolas, e por outro lado, criou a alínea c) que foi a mãe dos projectos de intervenção precoce, independentemente das limitações que decorriam do facto daquela alínea aparecer como um instrumento regulamentador dos apoios às cooperativas, mas de facto é uma plataforma de lançamento do que são hoje grandes projectos de intervenção precoce. Eu diria que as CERCI se têm algumas características que lhes podem caracterizar, é de facto uma abertura total à inovação, uma participação efectiva nos debates, independentemente das posições mais ou menos compreensivas que se possam ter tomado ao longo dos tempos tem haver também com a própria evolução do movimento cooperativo, e continua a ser hoje, e isso para mim é indiscutível, ou continua a ser hoje, ao nível de todos os debates que se fazem em Portugal, uma referência, por aspectos mais positivos ou mais negativos, isso é discutível, mas uma referência a ter em conta, em matérias de decisão sobre questões que tinham a ver com a educação especial, particularmente de crianças com deficiência mental. Portanto, julgo que negar isto é negar evidências ao longo dos tempos e isso é perfeitamente perceptível. **No fundo a questão que se segue vai um pouco no sentido do que acaba de dizer. Considera que a FENACERCI tem tido um papel efectivo na promoção dos direitos destes cidadãos, e na construção de políticas sociais dirigidas à pessoa com deficiência e no fundo no acompanhamento e implementação real dessas políticas. Ou seja, as CERCI fazendo-se representar através da FENACERCI, tem havido um trabalho conjunto na medida em que não participa só na construção de políticas sociais, mas também “obriga” o Estado à implementação real dessas políticas?** A FENACERCI foi criada em 1985, e foi criada numa altura em que o número de CERCI e a dimensão das CERCI já começava a ser grande, a ter alguma representatividade. Estamos a falar na altura em que foi lançada a Campanha Pirlampo Mágico exactamente, porque com o crescimento das CERCI começaram a avolumar-se os problemas, e aquilo que se fazia com meia dúzia de tostões, porque era tudo improvisado, começou a gerar necessidades de recursos, necessidades de meios, que obviamente eram superiores, aqueles que estavam disponíveis na altura. Mas não só por isso, começou-se a ganhar consciência que as CERCI não poderiam ficar pelo seu espaço de intervenção, pelo seu quintal, ou seja, começou-se a chegar à conclusão que a vida não acabava no quintal da instituição do quintal a, b, c, ou d, e começou-se a chegar à conclusão que havia um conjunto de pontos de identidade, independentemente das diferenças culturais, geográficas, físicas das organizações, que havia um conjunto de pontos de identidade, os primeiros dos quais tinham a ver com os problemas que procuravam resolver, que eram os mesmos, os segundos dos quais tinham a ver com as pessoas que atendiam, que eram as mesmas, eram pessoas com os mesmos tipos de problemas eram parceiros ou pares, se quisermos considerar assim e depois também com o mesmo tipo de dificuldades ao nível do relacionamento com os interlocutores institucionais, e portanto era preciso criar alguma coisa, que congregando todas estas realidades estes problemas, estas representações, pudesse depois reivindicar, representar esses problemas e essas organizações junto dos interlocutores institucionais, junto do Estado e não só, junto do Estado e da comunidade. Porque de facto cada organização já tinha uma forte ligação à comunidade, as CERCI sempre tiveram uma fortíssima ligação às comunidades de origem mas depois não tinham uma projecção nacional deste volume de trabalho que parcelarmente desenvolvem e a FENACERCI surge com esse objectivo. O que é que se ganha com isso? Ganha-se desde logo, do ponto de vista duma ideia global da acção, porque a FENACERCI passou a congrega nela um espaço geográfico imenso, que é um espaço de norte a sul de Portugal, porque desde o início que existem CERCI na zona Norte, em Guimarães, em Espinho etc., e na zona sul, em Beja, Portimão, etc., passou haver uma entidade que representava não

uma realidade concelhia ou regional, mas uma realidade Nacional. E por outro lado, podia e devia ter um conjunto de objectivos que eram altamente benéficos ou facilitadores da acção das associadas. Desde logo, nos aspectos negociais, ou seja, havia um interlocutor para ir junto do Estado, não falar em nome de 50 utentes ou clientes da Organização a, b, c ou d, mas falar de 1000 ou 2000 clientes ou utentes como se queira chamar, do conjunto das CERCÍ e alguém que inclusivamente aparecia como representante de um universo razoável, no sentido de fazer valer direitos das pessoas representadas, havia alguém que inclusivamente podia, através de processos de economia de escala promover processos ou caminhos para a modernidade através da formação, através da reflexão, através do debate, através inclusivamente do apoio jurídico, e portanto a FENACERCÍ tem um papel fundamental na mudança, na mediada em que procura ser a interprete daquilo que para nós são as dificuldades das organizações, mas também procura depois, num movimento contrário, fazer chegar às organizações aquilo que são as orientações mais modernas, mais actuais, sobre não só os processos, como as metodologia, como as estratégias de acção e por aí adiante. Não é por acaso que, por exemplo, neste momento a FENACERCÍ elege como prioridades a ética e a qualidade. Não é por acaso, são duas temáticas que hoje em dia são indispensáveis para a afirmação das organizações no quadro das intervenções que protagonizam. Eu diria que a FENACERCÍ teve de facto um papel aglutinador, de extrema importância, mas também um papel contrário disseminador de importância não menos relevante. Diria ainda que por exemplo, uma das acções bastante importante que a FENACERCÍ patrocinou, foi a **campanha Pirlampo Mágico**, não propriamente enquanto iniciativa de recolha de fundos, porque se calhar seria importante, mas não é o factor mais decisivo que decorre da campanha, mas sobretudo porque a campanha teve dois ou três efeitos fundamentais: primeiro **deu visibilidade à CERCÍ** e ao dar visibilidade, segundo aspecto, **conferiu-nos responsabilidade** e em terceiro lugar permitiu um amplo debate em torno aquilo que era a pessoa com deficiência mental das suas famílias, contribuindo para mudar uma imagem, uma representação social que se tinha. Se hoje a representação social que se faz da pessoa com deficiência mental é substancialmente diferente daquela que existia à 20 anos atrás, onde se confundia muitas vezes a deficiência mental com a doença mental. Grande parte disto deve-se a estes espaços de reflexão que foram disponibilizados a partir da Campanha Pirlampo Mágico. Isto é o exemplo de uma acção concreta que reflecte a importância da FENACERCÍ, isto para não falar, por exemplo, de espaços de reflexão tão importantes como são os Encontros Nacionais. Não é porque se juntam ali duzentas pessoas ou cento e cinquenta pessoas, é porque se juntam cem ou duzentas sensibilidades, cem ou duzentas experiências de várias regiões do país, cem ou duzentas expectativas, cem ou duzentas ambições e sonhos, e portanto, dessas centenas de realidades que se vão ali mesclando, a FENACERCÍ vai ao fim e ao cabo beber aquilo que são as bases para as orientações políticas que tem que defender junto dos interlocutores institucionais. **Pensa que o Movimento CERCÍ tem mudado ao longo destes 30 anos? Em que aspectos e que mudanças constatou enquanto movimento social, princípios, filosofia, etc.?** É assim, o movimento CERCÍ mudou para melhor e para pior, na minha opinião. Mudou para melhor na medida em que é indiscutível que ganhámos em modernidade, ganhamos em eficácia, ganhamos em especialização, em alguns casos. Nós hoje nas CERCÍ temos estruturas bem equipadas, ganhamos em equipamento, temos recursos humanos eu diria especializados, temos meios de controlo e gestão financeira, relativamente sofisticados, somos capazes inclusivamente de responder a processos de fiscalização por parte de entidades fiscalizadoras, coisas que não aconteciam em 1975, onde em 1975 era tudo ao molho e fé em Deus, era um dos voluntários que fazia as contas da cooperativa, era um professor que pegava nas carrinhas e ia distribuir as crianças e a educadora se fosse preciso fazia o lanche, hoje em dia não, temos estruturas com dimensões muito razoáveis, temos estruturas que são indiscutivelmente importantes no panorama da intervenção social em Portugal, quer no quadro do apoio às pessoas com deficiência mental, quer no quadro das parcerias locais para a intervenção social global. Não é por acaso que as CERCÍ estão em tudo o que são Comissões Locais de Educação, em Comissões de Crianças e Jovens em Risco que estão nas CLA e em tudo o que vai aparecendo exactamente porque lhes é reconhecido essa capacidade de intervenção. Eu diria também que as CERCÍ evoluíram do ponto de vista do Marketing Social, mudaram símbolos, por exemplo, antigamente os símbolos das CERCÍ eram todos iguais, com umas figuras humanas de mão dada com uma florinha no meio, evoluíram para imagens

gráficas com algum grau de modernidade. Hoje em dia grande parte das CERCÍ já têm, eu diria uma preocupação com as imagens e com os símbolos que denota um crescimento e uma evolução ao nível do marketing social, eu diria que as CERCÍ cresceram também ao nível dos processos de articulação com a comunidade, deixaram de ser espaços que eram as casas dos “tontinhos”, isto nos primórdios, e passaram a ser espaços abertos que são procurados pela comunidade, quase todas as CERCÍ prestam serviços ao exterior, de natação, terapias, fisioterapias, de UNIVA e de outro tipo de espaços de mediação para o dever e por aí adiante e são espaços procurados pela comunidade, e aí há uma evolução positiva. Diria que hoje as CERCÍ são de grosso modo, não quer dizer que não haja excepções, organizações modernas, relativamente sólidas, bem apetrechadas e com condições de, com algum conflito controlável, de se adaptarem a situações de mudança. O lado menos positivo, para mim e isto pode parecer um pouco retrógrado da minha parte, mas não é, é que nós somos Cooperativas e neste progresso fomos nos afastando um bocadinho daquilo que são os valores e os princípios cooperativos, ou seja, nós no quadro cooperativas sempre defendemos sermos empresas mas somos também associações de pessoas e com valores muito próprios para defender, desde logo o valor da democracia interna, desde logo o valor da participação, desde logo o valor da voluntariedade, desde logo o valor da igualdade, e por aí adiante. E eu penso que este processo de crescimento, de consolidação, deixou-nos pouco tempo para aprofundarmos esses valores cooperativos. E portanto penso que hoje somos menos cooperativas do que éramos em 1975/76/77, penso eu, este foi o aspecto menos positivo. De facto que houve uma mudança, que há uma preocupação com a formação, que houve uma preocupação com os quadros dirigentes, que há inclusivamente, embora seja muito recente, uma tentativa de renovação dos quadros dirigentes, nós passámos por períodos de cristalização, em que as pessoas que criaram algumas das nossas cooperativas pensavam que tinham com isso tinham criado também um direito vitalício de lá poderem permanecer, mas que felizmente grande parte chegou à conclusão que era preciso ir dando lugar à gente nova, com novas ideias, com novas energias para enfrentar os desafios que são sucessivos. Nós estamos num tipo de espaço de intervenção onde nada está acabado, onde nada é definitivo, está em permanente mudança, trabalhamos com pessoas e portanto precisamos de gente nova, e isso também se está a assistir. Recentemente tem havido uma renovação das camadas dirigentes, que eu acho que é importante, embora, lá está, penso que se deve reflectir também nesta mudança, a tal necessidade de aprofundar os princípios e os valores cooperativos de que falávamos ainda há bocadinho. Que não era preciso aprofundar muito em 1975, porque eles eram emergentes, eram eles que determinavam a acção mas hoje em dia penso que se calhar se torna a colocar na ordem do dia a necessidade de nos virarmos um bocadinho para esta nossa dimensão cooperativa, que não nos transforme um bocadinho naquele espaço quase de funcionalismo público que funciona das 9h às 5h da tarde, sem obviamente querer por isto dizer que nós agora deveríamos de voltar aos primórdios, ou seja, a improvisar tudo e mais alguma coisa, não. Penso que há aqui espaços de meio termo, espaços de equilíbrio, onde nós podemos afirmar a nossa diferença enquanto modelo organizacional relativamente a outros modelos organizacionais e essa diferença só a podemos afirmar no quadro dos princípios e valores que defendemos, neste caso que é os cooperativos. **Como entende hoje a FENACERCÍ dentro do movimento CERCÍ? O movimento ainda se perpetua enquanto movimento social?** Eu acho que sim e aliás, há quem não goste da palavra Movimento CERCÍ. Eu gosto, porque movimento é isso mesmo, é dinâmico, gosto mais de movimento do que Espaço CERCÍ ou Universo CERCÍ, acho que movimento dá-nos ideia de qualquer coisa que está a andar, e o caminho faz-se a andar, como dizia o Machado, não há caminho, faz-se a andar. **Julgo que a FENACERCÍ está no momento em que tem de rever o seu papel perante as CERCÍ. Não propriamente porque se tenha esgotado o papel principal para que foi criado, foi o papel de representação, de apoio e de coordenação se quisermos, mas porque começam a existir novas funções, novas tarefas que podem ser cometidas à FENACERCÍ, e sobretudo porque também a FENACERCÍ teve de entrar num processo gradual de modernização e de abertura, e também a FENACERCÍ, sofreu um bocado da virtude e do defeito de que falámos há bocado. Da virtude do aumento de recursos, da especialização, da melhoria, da capacidade de intervenção, da eficácia, mas também, ao invés também por um afastamento de alguns valores cooperativos. É claro que, pelo menos na nossa opinião, nós continuamos a ser uma expressão evidente de um movimento social determinado, porquê? Porque nos**

Identificamos com um conjunto de objectivos, mas dentro de um determinado modelo de organização social, que dá origem a um determinado modelo de intervenção. Eu penso em que na altura em que as CERCÍ assumirem a passividade que eu vejo em muitas IPSS, a nossa grande diferença é essa, eu não gostaria de estar aqui a fazer críticas que não são críticas são modelos distintos, algumas IPSS, e são milhares em Portugal, cumprem o seu papel e portanto sobre isso que não haja confusões, mas cumprem o seu papel de uma forma que eu diria rasoirada, ou seja, à medida daquilo que vão tendo, a qualidade não interessa muito, interessa é resolver o problema, se só têm dez, resolvem o problema com dez. Nós temos sabido funcionar ao contrário, ou seja, construir coisas à medida das necessidades das pessoas mas dentro de padrões de qualidade e de dignidade que não abdicamos. E enquanto for assim, somos um movimento social claro, que é um movimento pela qualidade e pelos direitos e nessa medida faz todo o sentido que continuemos juntos esta caminhada. A FENACERI a única coisa que tem de ir fazendo, é ir se ajustando aos novos requisitos que a própria sociedade vai remetendo para dentro deste tal movimento, deste tal conjunto de organizações em movimento. A partir do momento em que nós assumamos uma atitude de conformismo, de comodismo ou de considerarmos que já somos tão importantes e fazemos tudo tão bem feito que já podemos ensinar aos outros, então nesse dia eu deixo de entender isto como movimento social e passo a entender isto como uma Federação qualquer que representa um conjunto qualquer de organizações. Estou a exagerar nesta alusão para dizer que eu acho que ainda há muita dinâmica que tem que ser potenciada, e portanto, continuo a ver este universo de intervenção, como um movimento social, na medida em que hoje é possível reproduzir algumas das razões que determinaram o aparecimento do movimento em 1975, porquê? Basta que nós tracemos um cenário que em 1975 era um cenário de transição do Estado Novo para um Estado Democrático, e portanto uma mudança de mentalidades que era preciso impor e agora construamos aqui uma fronteira que é a fronteira entre um estado democrático e um estado que tem de conviver com uma sociedade de informação e com a globalização e aqui surgem novos desafios que eu acho que implicam o retomar e o redimensionar o próprio movimento enquanto movimento social.

Entrevista n.º 7

Nome: Julieta Sanches

CERCÍ/FENACERCÍ: Presidente da Direcção

Data Entrevista: 18 Abril 2005

Corpus da Entrevista

**Participou na génese do Movimento CERCÍ?** Não, na génese, **na génese não participei**. Digamos que eu, **quando ouvi um apelo pela Rádio em que os pais se estavam a juntar e os técnicos, para fazer qualquer coisa que na altura não se sabia ainda o que era**. Eu fiquei atenta e realmente não tive nas tais reuniões que tiveram que existir e era o apelo que faziam pela rádio era para as pessoas se juntarem em tal sitio, que foi no LNEC e em vários sítios cá de Lisboa, **fiquei atenta** e falando com uma amiga minha que é a Cremilde Calado, que neste momento está no ELO Social que ela também tinha ouvido, e eu disse-lhe: “Então vais lá e vais ver o que aquilo é e depois dizes-me alguma coisa”. E assim foi. Ela foi, ela veio e penso que logo na altura, embora não tendo feito parte dos sócios fundadores, mas penso que logo na altura ela começou juntamente com o grupo a organizar o tal movimento, que viria a transformar-se no Movimento CERCÍ, neste caso na CERCÍ de Lisboa. Digamos, que **eu apareço no primeiro peditório que ouve na Ponte 25 de Abril, e que foi logo em 1975, exactamente para a angariação de fundos para que a CERCÍ pudesse funcionar**. Não havia dinheiro, a não ser realmente a vontade forte desta gente toda que se juntou e então eu aí já **apareço voluntariamente a tratar do peditório e a juntar-me às pessoas no sentido da angariação de fundos**. Depois, digamos que isto foi em 1975, eu fiquei sempre perto, porque **a minha filha na altura estava com resposta no Colégio [...]** e por conseguinte eu estava a ver como é que as coisas corriam. Acontece que na altura depois **o Colégio da Descobertas sofreu ali algumas convulsões de autogestão etc., as coisas não estavam a correr muito bem e de maneira que eu vim logo procurar a CERCÍ no sentido de pôr a Vera na CERCÍ**. Na altura não havia vaga, mas ela foi observada e então a Vera entrou em 13 de Outubro de 1976, digamos que a **CERCÍ nasceu a 13 de Outubro de 1975**, e a Vera entra um ano mais tarde, e eu aí **torno-me sócia efectiva da CERCÍ e começo desde logo a colaborar como voluntária na CERCÍ e passado pouco tempo, fiz parte e fui convidada para fazer parte do Conselho Cooperativo**. Porque havia três Conselhos, era o Conselho Pedagógico, o Conselho Cooperativo e o Conselho Executivo, que era o que corresponde hoje à Direcção. De maneira que havia três Conselhos distintos com várias pessoas nos vários Conselhos, e eu fiz parte desde logo, passado pouco tempo houveram eleições e por conseguinte eu fiz parte logo a seguir do Conselho Cooperativo. E pronto, a partir daí nunca mais deixei como voluntária de participar em todas as acções de CERCÍ sempre que me pediam, fora das minhas horas de trabalho porque eu trabalhava fora da CERCÍ e sempre atenta ao movimento e a ajudar a construir aquilo que hoje em dia é a CERCÍ e desde essa altura me empenhei e voluntariei-me no sentido de cá estar, ainda hoje. **E quando é que entra com funções concretas a trabalhar na CERCÍ?** Depois ainda **fui Presidente da Mesa da Assembleia Geral durante um período, que eram chamados os Presidentes A-DOC**, porque o Presidente da Mesa da Assembleia Geral teve que ir para o Estrangeiro, então fui eu nomeada Presidente da Mesa da Assembleia Geral durante uns tempos até o senhor regressar, e depois regressou ao fim de uns tempos, isto depois de eu ter, de já noutras eleições haver um novo Conselho Cooperativo e portanto eu poder ser eleita com Presidente da Mesa da Assembleia Geral. Depois estive uns tempos sem exercer nenhum cargo específico e em **1979 a CERCÍ convidou-me para eu vir trabalhar para a CERCÍ e assumir a Coordenação do Centro dos Olivais**. Só que eu na altura não podia assumir isso porque eu vinha ganhar metade daquilo que eu estava a ganhar e portanto era sozinha e naturalmente não podia abdicar de meio ordenado, como é óbvio e então com grande pena minha, porque o meu sonho era vir trabalhar para a CERCÍ, com grande pena minha não foi possível. Mas depois entanto nesse ano, entre os 1979/80 eu conheci o meu Diogo, que é hoje o meu marido, e então já havia outro ordenado e ele sabendo da vontade enorme que eu tinha de vir trabalhar eu perguntei à CERCÍ se ainda estaria disponível o lugar de Coordenação nos Olivais. Eles na altura disseram-me que sim senhora e eu disse, então eu agora



estou em condições de poder ir e assumir esse lugar e deixei o trabalho que tinha e vim trabalhar para a CERCÍ como Coordenadora do Centro dos Olivais. Estive lá seis meses na Coordenação porque entretanto o Ministério da Educação fez sair uma norma em que os Coordenadores tinham que ter determinadas habilitações que eu não tinha, e portanto teve de ser eleito um novo Coordenador e eu tive que vir para os **serviços administrativos**, que aliás era a minha função antes. **Assegurei a secção de pessoal, assegurei a caixa, portanto estive durante uns anos naquela tarefa. Depois vim a assumir a chefia dos serviços administrativos e depois de assumir a chefia dos serviços administrativos, passado um ano ou dois propuseram-me para a Direcção e eu aceitei e ocupei o lugar de secretária da Direcção** durante uns tempos, **durante um mandato, depois houve novamente eleições propuseram-me para Presidente da Direcção** e até hoje ainda cá estou [...]. **Em seu entender o que é que levou pais, técnicos e amigos a mobilizarem-se e a organizarem-se dando corpo a este movimento social?** Foi a necessidade que os pais tinham de uma resposta educacional para os seus filhos como sabe a deficiência mental há trinta anos, as pessoas com deficiência mental, a maioria estavam em casa portanto não tinham resposta no ensino regular, os Colégios particulares que haviam e que recebiam pessoas com deficiência, nessa altura ainda eram poucos e eram caros e esgotavam-se facilmente e daí a necessidade realmente de técnicos ligados à Segurança Social, na altura as Caixas de Previdência, e muito particularmente a Caixa da Indústria, as Assistentes Sociais daquela altura eram procuradas constantemente pelos pais para encontrar escola para os seus filhos, e elas próprias não tendo resposta, juntamente com outros pais que tinham ido lá também procurar e com certeza que se conheciam, daí juntarem-se num esforço comum no sentido de construir este movimento, a que se chamou CERCÍ que foi a primeira que nasceu, que foi esta, e foi realmente a necessidade a de dar uma resposta a estas crianças que estavam todas em casa, sem nenhuma resposta educacional, estamos a falar ainda da educação. **Então o Serviço Social não estava neste movimento social internamente, estava nas Caixas da Indústria e do Comércio?** Estava na Caixa da Indústria e juntou-se ao movimento, juntou-se aos pais, sabendo das necessidades, juntou-se aos pais trazendo outros amigos, tanto os pais como as próprias Assistentes Sociais e juntaram-se todos no sentido de formarem este movimento. **Qual o papel que o movimento tem tido na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, alguns episódios significativos que se recorde?** Tem muitos. Para já o direito à Escola, que eles não tinham, em primeira mão e fundamentalmente. **Depois do direito à Escola a criação de legislação que a CERCÍ Lisboa conseguiu conjuntamente com o Ministério da Educação, que sempre entendeu que a educação deveria estar no mesmo ministério onde estava a educação das outras crianças, porque já avia as APPACDM mas que eram muito ligadas à Segurança Social e por conseguinte e lá continuaram até à muito pouco tempo, a CERCÍ Lisboa, neste caso a primeira CERCÍ entendeu que, apesar de termos amigos nas Caixas de Previdência, como na altura se chamavam, entendemos todos que o ideal seria nós ficarmos no Ministério da Educação e portanto essa foi a grande luta que se conseguiu que o Ministério da Educação fez legislação própria para absorver a CERCÍ Lisboa nesta situação, a CERCÍ Lisboa e mais três ou quatro que nasceram logo nesse ano, porque a CERCÍ Lisboa, além da defesa dos direitos das crianças que na altura agregou, andou pelo país fora a dinamizar, outras pessoas, outros técnicos e outros pais no sentido de nascerem mais CERCÍ e até ao fim desse ano nasceram mais três ou quatro CERCÍ e por conseguinte, entendeu-se que o primeiro passo seria criar legislação e criou-se essa legislação. **E como é que essa legislação foi criada, houve uma reivindicação e o Ministério alterou ou houve um trabalho conjunto através de grupos de trabalho?** Houve em primeira mão uma reivindicação e em segunda mão grupos de trabalho em que as coisas foram acertadas, e buriladas, e trabalhadas no sentido da legislação se criar e isso foi logo um segundo direito que nós tivemos, uma coisa foi criar a Escola, outra situação foi oficializar a Escola e isso logo à partida e isso foi um direito inalienável. **Considera que a FENACERCÍ, agora num patamar mais amplo, tem tido um papel efectivo na promoção dos direitos destes cidadãos, na construção de políticas sociais?** Claro, claro que sim. **A FENACERCÍ foi criada também mais tarde, também onde a CERCÍ Lisboa esteve presente foi uma das sócias fundadoras da FENACERCÍ, e é evidente que ela foi criada exactamente para a defesa dos direitos e dos problemas comuns a todas as CERCÍ. Logo a seguir dos primeiros trabalhos da FENACERCÍ, foi realmente o direito ao ensino gratuito. Como sabe, as crianças do ensino regular não pagam mensalidades, nós pagávamos mensalidades, além de haver uma comparticipação dos****

Estado, além de haver uma participação inclusivamente da Segurança Social, os pais também tinham que pagar uma mensalidade. Daí que foi das primeiras defesas que a FENACERCI fez, ou dos problemas que apresentou e reivindicou, e demorou tempo a ser contemplado mas finalmente conseguimos, foi realmente o ensino gratuito para estas crianças. Logo a seguir foi essa luta, além de que a promoção dos direitos da pessoa com deficiência mental, tem sido um dos papéis que a FENACERCI tem desempenhado, não só em Portugal, como também a nível Europeu e a nível Internacional. A FENACERCI faz parte de várias organizações e associações europeias e internacionais que trabalham directamente ou no Parlamento ou na ONU, no sentido da defesa dos direitos das pessoas com deficiência e muitas das orientações que a própria União Europeia e a própria ONU manda em favor das pessoas com deficiência mental, são trabalho também da FENACERCI, porque trabalhamos em conjunto no sentido da promoção da defesa desses direitos. É evidente que depois a FENACERCI foi trabalhando também com a Segurança Social e mais tarde vem a modificar uma outra legislação em que de certa forma as Cooperativas não tinham direito a verbas de PIDAC para construção e para acordos com a Segurança Social e isso foi quase que a legislatura toda do Dr. Cavaco Silva, porque para fundar uma legislação no nosso país já se sabe que demora muito tempo de maneira que finalmente também a FENACERCI conseguiu e em 1994, saiu nova legislação onde as CERCI estão explicitadas exactamente para depois se poder fazer acordos com a Segurança Social e a verbas de PIDAC para construção, etc. porque antigamente não se podia também. **Acha que o Movimento tem mudado, em que aspectos? Tem mudado porque tem crescido.** Muitas vezes a mudança não acompanha tão facilmente o crescimento, mas de qualquer maneira tem mudado dado que também as crianças que vieram para as nossas escolas de educação especial acabaram por crescer, e naturalmente as CERCI começaram a procurar respostas no sentido de dar continuidade ao trabalho que tinha iniciado. **E em termos de princípios, filosofia inerente?** Essa mantém-se. Eu penso que sim que se mantém a missão, e vai melhorando e vai inovando e por conseguinte eu acho que o Movimento CERCI continua vivo tal qual como no primeiro momento. **Quais são as mudanças sentidas ao longo destes 30 anos no que diz respeito, aos serviços prestados, relativamente à organização interna das CERCI, à profissionalização dos técnicos, à equipa técnica, como é que avalia esta mudança? O que é que mudou? Mudou tudo.** As Escolas de Educação Especial, neste momento, as CERCI continuam com as suas escolas de educação especial, mas estão já a trabalhar em projectos directamente com as Escolas do Ensino Regular. Porque como houve a inclusão nas escolas do ensino regular, das crianças com deficiência, naturalmente as CERCI, acompanharam este movimento no sentido de ajudar à inclusão das crianças na escola do ensino regular, não se limitam às suas escolas de educação especial é um passo em frente no sentido de ajudar, a que a escola seja melhor e possa receber todas as crianças. Em segunda mão, teve que dar **respostas ocupacionais**, dado que as crianças de outrora ficaram jovens e adultos e por conseguinte houve que continuar o trabalho. Depois nasceram as **residências**, porque entretanto começou-se a sentir o envelhecimento dos pais, o desgaste dos pais e portanto começaram as CERCI também a pensar em residências e hoje quase que todas as CERCI tem uma residência, não são suficientes mas são aquelas que é possível. Depois veio a formação, **a Pré-Profissional e mais tarde a Formação Profissional**, para encaminhar jovens, que tendo algumas capacidades poderiam perfeitamente ser trabalhados no sentido da integração socioprofissional e daí nasceram os Centros Pré-Profissional, o nosso centro Pré-Profissional foi também dos primeiros e depois mais tarde com os Fundos Europeus veio a Formação Profissional. Começamos a trabalhar com crianças dos 0 aos 6 anos de idade que antigamente não trabalhávamos, e dadas as necessidades e a procura que existia começamos a fazer programas também de **Intervenção Precoce**. Temos também programas de **apoio domiciliário**. Temos projectos com as Escolas, temos programas Europeus, com a adesão à União Europeia começamos a trabalhar também com projectos europeus e por conseguinte digamos que trabalhamos as crianças desde os zero anos de idade até jovens e adultos com as respostas todas que é possível para esta população. **Então necessariamente teve que haver uma profissionalização e uma evolução das equipas técnicas?** Logicamente que em comparação com o que era antigamente, nós vivíamos nos primeiros tempos, nós abarcávamos a situação do serviço cívico, de estudantes que nos vinham procurar, de pessoas de boa vontade, que embora tendo muito boa vontade de ajudar mas não eram profissionais mas de qualquer maneira quero deixar aqui o

meu louvor para essas pessoas porque foram muito importantes para o movimento. É evidente que hoje as CERCI já não são o que eram há trinta anos, tiveram realmente que se profissionalizar, e hoje os nossos quadros são altamente qualificados e falando aqui da CERCI Lisboa e penso que todas as CERCI, procuramos sempre ter nos nossos quadros pessoas com habilitação própria, para a função que desempenham. Nunca tivemos tantos Licenciados. **Como entende hoje a FENACERCI dentro do Movimento CERCI? A FENACERCI é um pivot, em que gira tudo, em que todo o papel político que as CERCI poderiam e já desempenharam anteriormente à FENACERCI e individualmente, digamos que hoje é a FENACERCI que congrega esse papel, além da defesa dos direitos das pessoas com deficiência mental, que já aqui falámos atrás e que para nós ter uma FENACERCI é realmente um pilar que nós todos precisamos no sentido de que todos os nossos esforços individuais, nunca teriam a mesma força do que este esforço colectivo que a federação tem todos os dias e no dia a dia, junto dos políticos no sentido de termos cada vez mais assegurados os direitos das pessoas com deficiência mental, embora seja um papel difícil o da FENACERCI porque nem sempre tem os frutos que desejaria ter, mas digamos que é uma federação que nunca esmorece e portanto continua sempre a batalhar nas mesmas teclas do que lhe interessa defender e ao fim e ao cabo, é aquilo que o dever ou a missão para a qual ela foi criada. Mas não só reivindica com também trabalha activamente junto das suas associadas? Também trabalha activamente junto das suas associadas e das entidades públicas e privadas. Aliás faz parte de imensos grupos de trabalho tanto públicos quanto privados no sentido de ajudar à tal promoção dos direitos. É chamada para várias situações e digamos que o papel dela não se esgota só aí. Também tem um grande papel junto das associadas no sentido de dar formação aos seus profissionais o que é para nós algo muito importante. Por último, o movimento ainda se perpetua enquanto movimento social? Claro, e vai perpetuar-se por muito tempo e a prova é que ainda à muito pouco tempo nasceu uma CERCI e portanto a nossa vontade é que hajam mais CERCI, que se criem mais CERCI, porque as respostas ainda não estão todas dadas. Ainda há pessoas com deficiência mental a precisar de resposta que ainda estão em casa.**

## Entrevista n.º 8

**Nome:** Élia Gonçalves

**CERCÍ:** Fundadora do Movimento CERCÍ

**Data Entrevista:** 22 Setembro 2005

### Corpus da Entrevista

**Participou no movimento CERCÍ, em que momento e com que estatuto?** Claro que sim, participei, apelidaram-me de mãe CERCÍ, que eu tenho muito orgulho de ter este grande filhote, eu costumo dizer que tenho três filhos de facto, os meus dois e mais a CERCÍ, é de facto um orgulho mas vou-lhe contar uma coisa que possivelmente não sabe, nem a maior parte das pessoas que lá estão na CERCÍ não devem saber, que é o seguinte. Isto nasceu de uma vontade enorme do 25 de Abril de fazer qualquer coisa de especial. Pessoalmente fazia-me muita impressão que as crianças portadoras de deficiência estivessem por aí fora e encafuadas em casa, porque não estavam na rua. Os Colégios particulares que existiam, pouquíssimos e para bons níveis financeiros, respondiam a dificuldades de aprendizagem, mais nada. Atenção. E uma coisa que existia, que era um tipo de classes especiais, também eram dificuldades de aprendizagem, que existiam na escola do regular, mais nada. E como é que isto surge, de uma conversa que houve, de uma primeira reunião que houve na Picheleira, que isto ninguém sabe, onde se encontrou um pequeno grupo e a partir daí decidimos: “Não. Temos de fazer qualquer coisa de diferente.” Isto foi em Março de 1975, não tenho a certeza, e o que é certo é que nos começamos a organizar para fazer qualquer coisa, não se sabia o nome que se iria dar, não se sabia nada de nada, mas tinha-se de fazer qualquer coisa. Começaram com “N” projectos até que decidimos ser uma cooperativa, precisávamos de dez elementos, foram quatro pais na altura, duas Assistentes Sociais, um Psicólogo e três pessoas interessadas, que era um número de dez para ser cooperativa. O ser cooperativa foi pensado, não foi associação foi cooperativa, exactamente para implicar toda a gente neste processo e nasceu desta vontade. Hoje é fácil, toda a gente conhece o que é a CERCÍ felizmente, podem não saber com muito pormenor, mas sabem. Na altura ninguém sabia, e o porquê de ser CERCÍ, porque é que escolhemos esta sigla e não outra? Primeiro porque era C de **Cooperativa**, depois porque o ideal era a Educação em primeiro lugar e a Reabilitação, o E de **Educação** e o R de **Reabilitação**, partindo do pressuposto que a crianças era um ser com todos os direitos como qualquer outra pessoa, depois eram **Crianças**, porque de facto era o que nós tínhamos na altura, e o conceito **Inadaptado** foi por ser um conceito abrangente, para depois pensar-se posteriormente se calhar fazer outro tipo de triagem, mas na altura nós não sabíamos ainda o que íamos encontrar e este conceito era um conceito extremamente lato, foi por isso este nome. Foi assim pensado em pequeno grupo de duas três pessoas. **Portanto a segunda pergunta mais ou menos já respondeu que era, em seu entender o que levou pais, técnicos e amigos a mobilizarem-se, portanto esta ausência de resposta para estes jovens e para estas crianças não existia, e eu pergunto qual o papel do movimento na promoção dos direitos das pessoas com deficiência em Portugal.** Eu não respondi aqui qual o meu estatuto. **O estatuto foi de facto ser a dinamizadora disto, este grupo que de facto tinha de ter uma certa liderança, e dos dez havia pessoas que lideravam mais do que outras como é óbvio nos grupos são sempre assim e eu era das que liderava, e a minha função foi exactamente coordenar isto tudo.** E quando começou o centro, o primeiro centro que foi nos Olivais, foi de facto de Direcção Psico-Pedagógica. **O espaço, como é que foi conseguido o espaço?** Foi divertidíssimo para descobrir o espaço. Não havia espaço para coisa nenhuma, ia-se aos Ministérios, ninguém pensava que nós iríamos fazer alguma coisa de jeito, porque naquela loucura do pós 25 de Abril, que havia com que houvesse muitos projectos, mas muitos também caíam, porque não eram concretizáveis, e aquele espaço foi depois de andar quilómetros e quilómetros por essa Lisboa a ver o que é que haveria aí, um sítio que se conseguisse, e íamos tentando, passámos por várias Juntas de Freguesia a pedir se havia espaços, não havia espaços devolutos, a pedir aos Ministérios se haviam espaços devolutos, também nos diziam que não, e nós continuávamos. As noites todas eram passadas no carro à procura de espaços. E isto é engraçadíssimo porque depois no

outro dia estava toda a gente a trabalhar, eu não dei uma única falta por causa disto, até que depois vimos que talvez arquitectonicamente fosse possível um espaço de um prédio social, da zona dos Olivais, aproveitar esse espaço, o prédio tinha o primeiro andar e não havia rés-do-chão, eram tudo colunas e portanto era fechar aquele espaço, pedir autorização para fechar aquele espaço e começar aí a escola primeira, e isso era da Caixa Nacional de Pensões que nos deu esse espaço por uma renda de 200\$00, desde que o fim se mantenha sempre para o apoio a crianças com deficiência. E assim foi, um prédio muito problemático, extremamente difícil, um prédio de gente carenciada, com muitas dificuldades, a implementação aí não foi fácil, foi preciso fazer um trabalho com todo o prédio. Para lhe dar uma ideia, sempre que nós tínhamos arroz doce ou chocolates, cheirava bem, a escola era assaltada e os miúdos do prédio iam todos comer lá, passámos a ter sempre lanche com bolinhos para o outro pessoal, se não partiam-nos tudo, era mesmo assim. Fizemos cursos nocturnos de alfabetização para aquele prédio, toda uma maneira diferente de tratar com eles para ver se os cativávamos para a causa e inclusivamente integrámos pessoas que moravam no prédio, o caso da Luísa Rodrigues. **E relativamente ao apelo, sei que houve um apelo pela rádio?** Houve um apelo pela rádio e pela televisão, isso foi logo tudo. **Fizemos apelos pela rádio e pela televisão e os apelos foi para nos juntarmos para ver o que é que nós poderíamos fazer. O primeiro foi no dia 25 de Junho de 1975, no Instituto Superior Técnico e foi "catastrófico", eu utilizo este adjectivo, porque estava à espera de meia dúzia de pais e apareceram mil pessoas foi uma coisa impressionante, o auditório estava perfeitamente cheio a abarrotar e as pessoas estavam sequiosas de uma resposta e pensavam que nós já tínhamos a resposta, mas nós ainda não tínhamos a resposta, estávamos a construir a resposta. Era para construir conjuntamente com outras pessoas, de maneira que foi uma situação de facto caótica, para tomar o pulso aquela reunião foi extremamente difícil, mas conseguiu-se. Depois no dia 13 de Julho fez-se uma segunda no LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), onde já apresentamos o espaço onde íamos trabalhar. Dissemos que íamos trabalhar exactamente nos Olivais explicámos qual era o espaço o que é que se pretendia e aí anunciámos que as obras iriam começar no dia 25 de Agosto, que era um feriado. Convidávamos toda a gente a ir trabalhar, todos os que estivessem presentes a dar o seu melhor naquilo que soubessem e mesmo tarefas a que não estivessem habituados, tal como eu não estive, eu nunca tinha pegado numa coisa de tijolos e andar por ali fora ou pegar nos baldes com massa etc. também o fiz ao mesmo tempo que observava crianças e conversava com pais. Naquela confusão total fazia-se de tudo. De facto nós anunciamos no dia 25 de Agosto que iríamos começar a construir a Escola e garantimos que em Outubro iríamos abrir a Escola, ninguém acreditou em nós, quando nós sabemos que as coisas para se fazerem demoram anos, nós íamos fazer isto em 50 e tal dias, mas de facto 58 dias depois, no dia 13 de Outubro a escola abriu, para espanto de toda agente e entraram os primeiros jovens na CERCÍ de Lisboa, nome que ainda não dizia nada a ninguém. **Onde entra aqui o papel das famílias, o papel das famílias e dos pais na altura era muito importante? Tinham um peso que se calhar posso dizer superior aos dos dias de hoje.** Vamos lá ver, isto nasceu de facto de um grupo de pais acima de tudo, mas nesse grupo de pais, não há dúvida nenhuma que eram pais diferenciados culturalmente, tenho que o dizer. E o que nós queríamos era de facto que os outros pais, todos, percebessem que se o Estado não dava resposta, tínhamos que ser nós a encontrar a resposta, mas exigindo obviamente apoios para que isto acontecesse. Porque no início ninguém nos deu nenhum apoio, mas ninguém. Quando isto começou, os primeiros dinheiros obviamente foram nossos. **Para espaço, material?** Para tudo. **Depois começamos a pedir a instituições e como ninguém acreditou na primeira leva ninguém deu nada. Os Governos dessa altura eram todos provisórios e caíam constantemente. Pessoalmente eu ia ao Ministro da Educação, sempre que um tomava posse eu pedia logo uma reunião, explicava o movimento, mais ao secretário de estado e por aí a fora até ao director de serviço a explicar tudo, sim senhora, estavam empenhadíssimos, daí a pouco tempo esse governo caía e repetia isso tudo. Portanto não era nada fácil e isso tudo veio a dar dinheiro posteriormente mas no início foi muito difícil e as empresas colaboraram muito. Nós íamos ter com as empresas, do cimento, dos tijolos, etc. fazíamos o discurso para o que era e pedíamos descontos ou até darem-nos se possível. Nunca pedinhei tanto na vida, mas como não era para mim não tinha problema rigorosamente nenhum e foi assim que as coisas surgiram, com muita gente interessada, muita gente anónima que ali trabalhou, que é preciso ver, não são só os****

nomes dos graúdos que ficaram para a posteridade, há gente anónima que teve um contributo fabuloso. Qual o papel que o movimento teve na promoção dos direitos da pessoa com deficiência em Portugal, o que é que se retira deste grande Movimento? É que começa a CERCI de Lisboa mas na minha cabeça nunca pensei ficar por Lisboa, porque de facto conhecia o país e sabia que tudo estava nas mesmas condições, pior ainda que Lisboa, que sempre foi a capital, o centro com o tal poder decisório e com os tais poucos Colégios que existiam eram de facto sediados em Lisboa e no Porto. Começamos a dar muitas entrevistas na rádio nomeadamente era esse o meu papel, e falava para escolas, e falava para Alcoitão, para os cursos das várias terapias para encontrar gente, também não tínhamos pessoal qualificado na altura, havia muito pouco. Falar em todo o lado, no Instituto Aurélio da Costa Ferreira, que era o sítio da formação na altura, em todo o lado, e dinamizar outros pais, passar a mensagem para outros pais de outras terras e quem nos ia ouvindo ia-nos pedindo ajuda. E assim nasceu logo rapidamente Barreiro e Almada, que nasceram logo a seguir, porque estavam aqui pais próximo, porque nos ouviram. E então o que é que nós fizemos, andámos pelo país inteiro, à medida que alguém nos surgia de uma terra qualquer, convocava-se uma reunião na Câmara Municipal ou noutro sítio qualquer, que eles achassem por bem, explicávamos o nosso modelo e dizíamos: - “Estamos prontos a ajudar. Não ficam dependentes de nós, vão ser autónomos e nós damos a ajuda toda que for necessária”. E assim foi pelo país inteiro. Ora não sei se sabe que as CERCI têm o fim da palavra CERCI tem a ver com a terra, CERCISA – Seixal e Almada, CERCIMB – Moita e Barreiro, CERCI AV – Aveiro, etc. Portanto isto espalhou-se assim, portanto isto significou anos seguidos sem férias a ir de terra em terra falar e ajudar em tudo o que fosse necessário. Agora, o que é que isto veio fazer, veio fazer com que os deficientes aparecessem, em que se fala-se na deficiência, que era coisa que não se falava. Portanto também veio empurrar legislação. Por exemplo, o destacamento dos Professores foi uma coisa nova, porque nós precisava-mos de Professores, eu própria estava no ensino secundário, fui destacada, modelos novos que apareceram e depois veio tudo a empurrar, porque precisávamos de terapeutas, disto e daquilo, não eram quadros do Ministério da Educação mas que nós queríamos, pelo menos que viessem como apoio, com algum dinheiro, embora depois a Escola, a CERCI depois desse o resto, veio empurrar. Paralelamente a tudo isto é preciso perceber que em Portugal já havia um modelo de integração de cegos, nós fomos pioneiros na Europa na integração de cegos em 1972 tínhamos cegos integrados em Portugal, coisa que também não se sabe muito, mas eram só cegos, ou seja, tinham todas as aptidões cognitivas, e, mesmo assim tinham muita dificuldade porque eram muito rejeitados. Mas depois o Ministério ao mesmo tempo que tinha a sub-visão do Ensino Especial, também pensava nestes problemas foi ajudando e foi conhecendo a nossa realidade. Aos poucos e até agora houve um grande movimento no Ministério da Educação para integrar os jovens com deficiência. Tanto que nós passamos de integração para hoje termos a palavra inclusão. Desde a Declaração de Salamanca de 1994 já temos a inclusão. Portanto houve um grande processo e eu acho que nós impulsionámos também esse processo. Considera que a FENACERCI, fazendo uma pontuação de que actualmente comemora os seus 20 anos, surgiu também numa necessidade das CERCI e composta por várias pessoas que também fazem parte das CERCI, como a CERCI Lisboa, CECD Mira Sintra, CERCIB a CERCI de Cascais, que a FENACERCI tem tido um papel efectivo na promoção dos direitos dos cidadãos com deficiência na construção de novas políticas sociais, no acompanhamento e na implementação real dessas políticas? Eu já não acompanho o que a FENACERCI tem feito, vou sabendo, mas antes da FENACERCI houve uma coordenação do Movimento CERCI, que estava personificada em mim, portanto era eu que no fim de cada reunião e nós fazíamos reuniões inter-centros. Começámos a fazê-la muito cedo, em 1976, começámos a primeira reunião foi no Barreiro com as quatro CERCI existentes na altura. Depois fazíamos reuniões mensais que era extremamente interessante e cada vez vinha mais um e fazíamos em centros diversificados para conhecermos a realidade também física e o próprio pessoal. E isso foi o berço da FENACERCI e depois no fim dava sempre uma entrevista à televisão onde explicava o que é que tinha acontecido. A televisão era sempre chamada fosse em que terra fosse, porque era extremamente importante, porque tinha aquela divulgação grande de telejornal, poucos minutos que fossem ficava a imagem, e por outro lado, tudo o que se tinha decidido era entregue nos vários ministérios. E porque é que era eu fazia este serviço, porque efectivamente eu estava centrada no sítio do poder, que era Lisboa,

e tinha a experiência já, uma vez que tinha arrancado com os meus colegas nesta grande aventura. Eu é que era a coordenadora do Movimento e daí, depois, é que veio a FENACERCI. Quando já chega a FENACERCI, que eu acho que foi uma boa opção, porque desde o princípio se pensou numa Federação, também desde o início, eu tenho para aí rascunhos de papéis que dizem: “E porque não uma Federação”. Foi uma boa opção, mas eu já não participei nisso. Tenho tido conhecimento de coisa que vão fazendo, agora para os 20 Anos já me convidaram, eu acho que sim, foi uma boa solução, porque era impossível isto ficar centralizado numa ou duas pessoas, e tinha de ser uma estrutura e uma estrutura que possa de facto dialogar com as várias governamentais. **Que mudanças constatou ao longo destes 30 Anos no Movimento CERCI enquanto Movimento Social, ou seja, tendo em conta os princípios, a filosofia inerente?** Eu não lhe posso responder com muita segurança relativamente a isso, porque na minha trajectória depois fiz outras coisas, também tendo a ver com isto, eu fui trabalhar para o Ministério da Educação, e aí também tinha as equipas de Educação Especial e era um mundo muito mais vasto, mas aquilo que eu vejo é o seguinte, as CERCI cresceram, tiveram a sua maturidade, diferenciaram-se o que também é importante, porque as primeiras tinham todas um modelo muito homogéneo, depois foram crescendo como qualquer pessoa que cresce e é de facto diferentes uns dos outros e transformaram-se muito, hoje em dia, porque as políticas são outras. Pela inclusão a esmagadora maioria dos miúdos estão nas escolas regulares, portanto ficou com uma população muito pesada e além disso teve que ir muito mais para a via ocupacional e profissional que era fundamental que se fizesse, aliás quando nós sonhamos isto, para lhe dar a ideia da nossa capacidade lírica no momento, quando nós sonhamos e em determinada altura sonhei uma coisa que é uma loucura e já agora conto-lhe a minha loucura: as CERCI deveriam ser espalhadas por todo o país e cada uma delas ia produzir coisas diferentes de tal maneira que nós éramos auto-suficientes. Nós ainda na CERCI Lisboa começámos a construir brinquedos que vendíamos a outras CERCI. E o meu sonho era: as do Alentejo como celeiro iam fazer as batatas e as cebolas; as outras faziam outras coisas; e depois trocávamos tudo. Isto também já era um pouco de loucura mas sonhei com isso, com uma certa independência a nível de todo o movimento, claro que isso era um bocado difícil. Hoje as CERCI estão muito viradas para a parte ocupacional e profissional e que é extremamente importante, por uma razão muito simples, quando se começou a falar em inclusão, eu fui uma das que disse no Ministério, estamos a trabalhar na inclusão mas no fim de nós fazermos a inclusão há muitos jovens que voltam para as CERCI. Acharam que eu era louca quando disse isto, que não estava a acreditar na inclusão. Eu acredito na inclusão só que conheço muito bem estas populações e sei que no fim vão, e é isso que tem acontecido. Muitas delas vão agora para os Centros de Emprego Protegido ou para a Formação Profissional como é lógico. A CERCI é sempre aquele suporte extremamente importante e começou a ter uma outra vertente, que antigamente não tinham que era a Intervenção Precoce, na altura não se falava ainda disso, hoje a Intervenção Precoce começou nas CERCI. A outra grande evolução que é extremamente positiva foi o contacto com as Escolas do Ensino Regular e projectos em conjunto e isso é fundamental e é uma mais valia para a Escola do Regular também, porque vai encontrar técnicos nas CERCI que a Escola do regular não tem. Por sua vez os alunos da CERCI podem ter os companheiros, os seus pares do regular e fazer algumas actividades com eles. Este foi o crescimento e este crescimento é perfeitamente normal que aconteça e foi muito positivo. A FENACERCI creio que tem continuado a trocar experiências deste teor como nós fazíamos antigamente, eu penso que continua e se assim for, é extremamente positivo, pelo menos a revista mostra esse intercâmbio. **Ainda relativamente ao crescimento quais as mudanças sentidos ao longo destes 30 Anos no que diz respeito aos serviços prestados e à organização interna, por exemplo a questão das profissionalização, das equipas técnicas?** Os serviços prestados como lhe disse passou a ser a Intervenção Precoce, os CAO, os CEP e a Formação Profissional mais intensivamente do que a parte educacional foi-se perdendo, só para os casos mais profundos, mais nada. Agora, os quadros tiveram que mudar obviamente, se nos vamos para uma Formação Profissional, obviamente temos de ter outro tipo de técnicos. E a própria gestão passou a ser uma gestão diferente daquela que era. A primeira gestão havia muito amadorismo, havia muita vontade mas éramos amadores, agora as gestões penso eu que sejam mais profissionais. **Mas também no início houve uma aposta na formação dos Técnicos?** Logo, a CERCI de Lisboa fez várias conferências, as melhores cabeças da época, que ainda hoje são

consideradas, como a Maria de Lurdes Levy, a Maria da Graça Andrada, Gomes Pedro, que são nomes sonantes hoje que eram meus amigos, todos eles fizeram conferências eu pedi e fizeram tudo gratuitamente e viam os miúdos nos consultórios gratuitamente. Eu cheguei a ir com miúdos e a passar à frente dos meninos que pagavam nos consultórios, fizeram tudo isso. Fizemos cursos internos. Fizemos um curso muito interessante em que entravam além dos técnicos, entrava todo o pessoal auxiliar, para mudar as cabeças, mudar a estrutura, porque um dos nossos lemas no primeiro regulamento interno, a primeira cláusula do regulamento interno dizia, qualquer coisa como isto, não lhe vou dizer *ipsis verbis* mas ideia era esta: “qualquer pessoa que esteja neste centro é educador” desde o pessoal de cozinha ao pessoal de limpeza fez esse curso também para mudar mentalidades. Portanto apostou-se muito nesse aspecto. **Como entende hoje a FENACERCI dentro do Movimento CERC I?** Eu tenho poucos elementos, eu penso que é importante porque *coordena e deve ajudar aqueles que mais necessitam*, porque penso que a ideia deve ser essa e *pelos acordos que tem feito, pelas ligações internacionais que tem neste momento*, portanto *tudo isso são maneiras de aprendizagem e que são de facto fundamentais*. **O Movimento ainda se perpetua enquanto Movimento Social?** Claro que sim sem dúvida nenhuma, sem dúvida nenhuma e é fundamental que assim seja e não vai morrer, é das conquistas do 25 de Abril, é das conquistas do 25 de Abril, pode ter a certeza absoluta. Quando se fala em democracia, não se pode falar de democracia sem se falar neste Movimento.



## **APÊNDICE C**

---

Análise das entrevistas



Categorias	Entrevista n.º 1
Participação na Gênese	(...) sim. Eu entrei na CERCÍ a 1 de Setembro de 1975, estava a ser levantado o chão e algumas paredes, do lado do ginásio estava-se a fazer a cozinha, a haviam já umas divisórias que eram as possíveis salas, do outro lado da escola. (...) ainda acartei muito tijolo, muito cimento, fiz muita massa, com alguns dos sócios efectivos da CERCÍ, fiz chão, tectos, coloquei lâmpadas, forrei chão com alcatifa, coloquei vidros (...) comecei praticamente tudo das paredes, do levantar das paredes (...)
1ª CERCÍ - Local	(...) Era nos Olivais, na Rua Cidade da Beira, que era o antigo Lote 2 (...)
Agentes	A CERCÍ estava a ser construída por alguns pais, com filhos portadores de Deficiência Mental (...) os arquitectos, os desenhadores (...) duas Assistentes Sociais, na altura que era da Caixa da Industria. Depois foi a população que morava por cima do Lote 2, que veio ajudar (...)
Questão Política	(...) tinha haver também com pessoas, com questões políticas, portanto tinha haver com pessoal de esquerda, vivia-se o movimento em Portugal (...) (...) foram 30 anos, a CERCÍ estava muito ligada ao 25 de Abril, agente não quero politizar as coisas, mas é (...), assim como do 25 de Abril já se perdeu tanto (...) É normal que se tenha mudado, e há um distanciamento muito grande entre o que foi a CERCÍ à trinta anos assim como há um distanciamento do que foi o 25 de Abril à trinta anos, ouve muitos ganhos mas penso que se perdeu muita coisa.
Cargo / Função	Eu entrei para trabalhar na secretaria (...) éramos pessoal auxiliar ou vigilantes, depois os estatutos vieram-se a ganhar, mas estava na sala como auxiliar, portanto fazíamos tudo, estava numa sala de profundos.
Envolvimento da Comunidade	Depois foi a população que morava por cima do Lote 2, que veio ajudar.
Porquê a mobilização?	(...) não havia saídas para o ensino especial, haviam colégios, que eram muito caros (...) haviam poucas escolas, eram tudo do foro particulares (...) a maior parte dos miúdos estavam em casa com famílias, ou com os avós (...) Eram pais que se encontravam uma vez por semana, lembro-me que era à quarta-feira, ia tudo ao Centro de Paralisia Cerebral ter consultas (...) outros estavam no insucesso escolar, miúdos que já tinham repetido um, dois, três anos, nas escolas normais (...)
Rejeição Estigma	(...) estavam escondidas completamente, a sociedade desconhecia e quando vinham à rua, eram repugnados. (...) Os miúdos eram quase vistos como bichos, são seres diferentes, que teem atitudes diferentes e como eram miúdos que estavam muito fechados em casa, ao ver muita gente na rua invadiam o espaço dos outros, mas havia logo o receio, eles fazem mal e têm atitudes que não são adequadas, e essencialmente fazem mal e vão bater, era o medo. Deficiência mental estava muito ligada à agressividade ao mostro, que tem atitudes que enfurece as pessoas. <b>Mais algum exemplo?</b> Ir de autocarro e na paragem seguinte o autocarro ficar mais ou menos meio vazio, irmos a um café, e ficarmos com o café só para nós, porque os miúdos se babam, porque cheiram mal, porque se agarram às pessoas, e era um STOP. Nem nós éramos bem vindos nem eles. Quem são estes loucos todos que andam aqui na rua. Chegaram-me a dizer à uns anos atrás: - "Estas pessoas deviam estar em casa, não deviam andar misturadas com as outras pessoas, podem ser perigosas, constituem um perigo para os outros".
Papel do Movimento	(...) integrar estas pessoas na sociedade, (...) fazerem-se auto-representar, e adquirindo direitos na sociedade como qualquer um de nós.
Objectivos Alcançados	O emprego protegido, (...) a própria saúde, a acessibilidade, o poderem-se auto-representar, no desporto, nas artes, as pessoas têm tido o seu espaço. O movimento CERCÍ tem a sua grande importância, foi o todos nós começamos a criar o nosso espaço, há espaço para todos e penso que a CERCÍ não escondeu os miúdos, veio sempre para a rua, mostrou-os no café, no cinema, nos espectáculos, nos centros de saúde, à porta das outras escolas, nós estava-mos em todo o lado, nunca escondemos dos nossos miúdos (...)

FENACERCÍ Políticas Sociais		Eu penso que sim, ao criar-se uma federação, se ganha mais força, não se está sozinho, depois avança-se em termos de políticas sociais, na construção do cidadão com deficiência, na Auto-representação, eu penso que tem o seu valor. (...) acho que o movimento tem sempre força e ninguém está sozinho, penso que a união cria a força.
FENACERCÍ Vs CERCÍ		tem de criar entre a CERCÍ e a FENACERCÍ, (...) há muita coisa por fazer, fala-se também muito no deficiente e na pessoa portadora de deficiência mas ainda faz um bocadinho eco, acho que em termos físicos há muito pouca coisa feita, eu penso que a FENACERCÍ pode vir a reforçar e deve, as leis e obrigar o Estado a perpetua-las, aí sim, e penso que também a FENACERCÍ deveria ter qualquer coisa a nível de gestão, arranjar um controlo (...) Uns, era obrigar o Estado a registar e a fazer aquilo que devia de fazer, e outro, era controlar um bocado mais as instituições e não deixa-las crescer tanto, alguém tem de fazer um STOP.
Mudanças Movimento	no	Mudou muito, acho que tem pouco haver. Primeiro porque o pessoal que arrancou com o Movimento CERCÍ já se ausentou, partiram (...) e outros reformaram-se e deixaram. (...) penso que há gente nova que entrou que ainda vem com a garra, que tem muito haver com a sua formação pessoal e o seu projecto de vida, mas acho que se perdeu muito, até porque as instituições tornaram-se autênticas empresas (...) o Governo também mudou (...)
Papel dos Pais		(...) os pais não vêm à Instituição, os pais à uns anos atrás estavam presentes, eles faziam parte dos órgãos sociais, faziam parte da Mesa da Assembleia Geral, os pais foram-se desvinculando da CERCÍ, eles foram envelhecendo e foram deixando. Eles estavam presentes na vida do filho, assim como estavam presentes nas Assembleias Gerais, nos órgãos sociais, eles foram desvinculando-se dos filhos, fizeram meio percurso e o resto abandonaram, também estão velhos, as expectativas também foram morrendo em relação ao que têm em casa e parte do sonho morre também.
Serviços Prestados		A diferença é abismal. Enquanto nós trabalhávamos para dentro da nossa casa, e as coisas eram muito feitas ali, voltamos mais para o exterior, portanto crescemos, a instituição cresceu e nós crescemos também e a CERCÍ está muito grande, quando nós prestávamos só serviço dentro e agora criamos serviços para o exterior, alargámos portas e as coisas evoluíram e de que maneira e ainda bem.
Formação de Activos		(...) a formação, embora houve muita preocupação em 1978 e 1979, a fazer formação, e quem não tinha recebeu, na base da pedagogia, e recebeu através do Ministério da Educação e através da CERCÍ que arranjou pessoal para fazer formação, dentro das instalações, quando não tinha íamos fora, agora não o pessoal já vem especializado, é diferente, embora se aposte na formação interna, o pessoal que vem já vem com mais bagagem, também as coisas evoluíram, as Faculdades também abriram outras portas, eu penso que há um preocupação maior cada vez arranjar pessoal mais especializado para o nosso tipo de serviços, que são mais especializados.
Profissionalização		A equipa técnica está muito mais rica tem um leque maior de atendimentos e de pessoal especializado, enquanto à uma anos não se tinha. Houve uma preocupação de formação e profissionalização, e arranjar pessoal mais indicado para estar nos nossos serviços, com os nossos miúdos (...) há pessoal mais especializado, que está mais apto, à uns anos não, o atendimento também era mais restrito (...)
Mudanças Organização	na	Há uns anos atrás eram pais, eram técnicos e pessoas interessadas, assim como é agora (...) cresceu-se de mais e é diferente, eu acho que se partilha muito menos, acho que mesmo na própria Direcção as coisas não são tão partilhadas, à uns anos as coisas eram partilhadas com os técnicos, com os trabalhadores, não eram os técnicos, eram os trabalhadores, as coisas eram definidas entre nós e a Direcção, e agora não, não se pergunta nada, a Direcção faz tudo sozinha, como é numa empresa (...) quando nós fazíamos parte do crescimento e as coisas cresciam connosco, com os trabalhadores e com a Direcção e os pais (...)

Categorias	Entrevista n.º 2
Participação na Génese	Sim, sim. (...) estava a trabalhar no ensino privado, nos Colégios de E. E. e estava deveras preocupada por não haver respostas significativas para a pessoa com deficiência mental, (...) que não tinha realmente estruturas de atendimento isto ao nível do Estado. Tinha sim respostas privadas (...) em Colégios com fins lucrativos e que não davam realmente essa resposta cabal uma vez que aos pais também interessava ter alguma estrutura de resposta, que fosse (...) mais acessível e onde não tivessem de despender as verbas (...) as entidades que estavam ligadas aos Colégios (...) tinham fins lucrativos, não estavam ali para fazer benesses (...) estavam ali para ganhar o seu dinheiro, embora houvesse respostas adequadas e eu estive a trabalhar num. (...) estava preocupada como penso que muita gente estava, estou a falar agora de técnicos e pessoas especializadas pelo então Instituto António Aurélio da Costa Ferreira (...)
Logo	(...) logo ao lado, estava um homem extraordinário que já faleceu, e deixo-lhe a minha homenagem, o João Calçado, que de imediato fez o logo da primeira CERCÍ, que é a menina e a borboleta, que por aí andar, vi ele exactamente traçando a bonequinha, a borboleta e todo o contexto do logo (...)
Nome CERCÍ	(...) como é que ao formarmos uma cooperativa (...) que nome lhe vamos dar? Nessa altura eu vinha de uma Escola Pedagógica, o Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, onde a Directora era uma pessoa muito próxima do Jean Piaget, e na altura a terminologia encontrada para pessoas com deficiência a quem não se queriam chamar, nem débeis, nem idiotas, porque estas eram as classificações antigas, passaram a chamar todo aquele indivíduo que fugia um bocadinho à direita ou a esquerda do caminho cognitivo encontrado como um padrão normal, então chamar-se-iam a essas crianças inadaptadas. E foi numa reunião à noite entre técnicos e pais que se falou: - E que nome se dá à Cooperativa? Se é para isso que vamos, para uma cooperativa. E então eu e a outra colega dissemos: - Atenção deficiência mental não pode entrar aí, inadaptados sim, Cooperativa para a Educação, mas também se reabilita, Reabilitação, de Crianças Inadaptadas e daí surge o nome CERCÍ.
Disseminação Territorial	(...) onde surge o primeiro centro, e dá-me a impressão que é aí que começa o grande movimento, o grande movimento CECRI, o haver a necessidade de dimensionar isto para um país. Começamos a ser contactados, estou-me a lembrar, por exemplo, eu fui de imediato contactada por famílias de Estremoz (...)
1ª CERCÍ - Local	(...) já tinha sido o 25 de Abril, estávamos em 1975, portanto estávamos na fase das ocupações (...) nunca gostei muito de ir ocupar a casa dos outros, procurámos por aí por essa Lisboa (...) (...) encontrámos o local ideal e nasceu o primeiro centro CERCÍ Lisboa, em Olivais naquela estrutura daquele prédio, com colunas por baixo onde surge o primeiro centro, e dá-me a impressão que é aí que começa o grande movimento (...)
Agentes	conhecendo uma mãe (...) deveras preocupada com a situação e que me diz estar a iniciar conversações com outros pais e pessoas amigas, e técnicos, faltavam-lhes técnicos na altura, tinham duas Técnicas de Serviço Social, da então Caixa do Comércio, tinham outros pais (...) amigos, pessoas preocupadas (...) com a situação e que lhe faltavam a opinião de técnicos, e foi aí que eu aderi a essas reuniões (...) e daí se inicia alguma proximidade (...) entre técnicos, pais, arrancar com a cooperativa, onde? como?
Questão Política	E o engraçado é que na diversidade política ou de tendências políticas estava ali um bocadinho de tudo, digo e sem desagravo e sem desagrado que sou socialista mas tinha ao meu lado UDP, e o MES, Movimento da Esquerda Socialista, os MES e as UDP iam muito pelo ocupar casas e eu muito mais pacata e muito mais cautelosa dizia: - Ocupar não! Vamos ver de um sítio. Não se ocupa nada a ninguém, não vá agente todos para a “Choldra”, era sempre o que eu dizia e riamo-nos muito com isso.
Cargo, Função, Estatuto	(...) estatuto, (...) Professora de Educação Especial (...)

Porquê a mobilização?	(...) a falha de respostas, porque na altura, (...) falava-se em 300 mil pessoas com deficiência mental, (...) mas eram mais, eram muitos mais. (...) e a dimensão de um país tão pequeno que em termos da deficiência e das necessidades era um enorme país, porque as necessidades eram muitas. Essas pessoas estavam por todo o país, bastava tão só estar atento e percorrer aldeias (...) vilas (...) para se verificar que havia imensas crianças com deficiência mental que não tinham nem o Colégio, nem a Escola, o ensino regular, era impensável nessa altura, nem tinham classes especiais, porque também existia o modelo classe especial (...) Estavam em casa, na rua por exemplo, vi muitos na rua brincando entretidos sentados às soleiras da porta, vi muitos, sobretudo deficientes motores com comprometimento mental, vi muita, muita criança assim.
Papel do Movimento	(...) tem quanto a mim a vantagem de ter mudado mentalidades (...) ao criar um local, num sítio, um atendimento para as pessoas que estavam perfeitamente ignoradas, criou logo uma mente social da necessidade de dar respostas a essas pessoas, foi o mesmo que dizer: - Estes também têm direito a ter uma escola, estamos a falar de Escola, na altura era uma Escola. E portanto a partir daí os pais, os familiares, os próprios técnicos, os professores, as pessoas amigas, começaram a ter uma mente social colectiva de dar resposta às necessidades mais prementes, que era não ter aquele indivíduo nem na rua, nem em casa, nem escondidos, estamos a falar também que havia crianças escondidas, e mostravam-nas. O próprio movimento ajudou os pais e as outras pessoas. "Mostrem", não há nada para esconder, há apenas que arranjar respostas mais adequadas para os objectivos que vocês querem para que o vosso filho tenham um percurso de vida.
Objectivos Alcançados	(...) fizeram-se grandes acordos com o Ministério da Educação, nasce a questão dos Professores Destacados virem para as CERCÍ (...)
FENACERCÍ Advocacia Social Políticas Sociais	Eu penso que a FENACERCÍ tem tido um papel preponderante, e se não tivesse, não se teria justificado que se cria-se uma Federação e ela foi criada com a CERCÍ Lisboa, a dizer que era necessário, e como tal essa Federação tem um papel importantíssimo, assim ela seja considerada como um parceiro para discutir políticas sociais, educativas e da saúde e que seja respeitada nessa base. Porque quando a FENACERCÍ apresenta uma proposta qualquer, pensou muito a pessoa com deficiência no todo e não compartimentada em várias respostas, só que depois as políticas é que não respondem dignamente a essa situação (...)
FENACERCÍ v/s CERCÍ	(...) como uma entidade que congrega todas as necessidades de todas as cooperativas, porque é a que pode ter melhor visão da realidade regionais e sociais, porque depois tudo isto varia, parece que temos uma política social e educativa para o país todo igualzinha, mas não temos, há aqui discrepâncias brutais e a FENACERCÍ é o órgão por excelência neste momento, consegue perceber o tipo de associados que tem, como cada um funciona, as respostas que tem de acordo com a região onde está implementada e portanto será sempre um órgão que pode manter vivo o movimento das diferenças, da continuidade, das novas necessidades, das novas respostas da reformulação.
Mudanças no Movimento (Essência: ponto de ref. No passado que ainda permanece hoje)	O movimento não tem mudado na essência, ele pode é ter mudado na existência (...) A essência do movimento foi demasiado bela e boa para mudar, ou seja, se hoje tivesse-mos de fazer mais um movimento, para qualquer outra coisa ia-mos buscar a essência daquele e estava tudo bem. A existência é que tem mudado (...) o movimento de hoje não é o movimento de à trinta anos que havia uma CERCÍ, duas, três, quatro, cinco, seis, hoje há 50 (51) (...)
Papel dos Pais	No início eu lembro-me muito bem, que a maior parte das Direcções e das equipas que estavam nas CERCÍ, eram em grande parte formadas por pais, famílias, havia muitas famílias, estou agora a falar de algumas CERCÍ, de muitos pais que sendo os principais interessados, porque tinham os seus filhos com problemas, e queriam-nos numa escola especial, mas a maior parte das famílias não tinham preparação nenhuma pedagógica, nem técnica para poderem orientar as cooperativas. Provavelmente haverá ainda hoje algumas (...)

Serviços Prestados	<p>(...) as CERCI através de todo o seu caminhar nestes anos, foram encontrar respostas, diversificar respostas para públicos alvo mais diferenciados. E é assim, isto também tem que ver muito com as políticas educativas e com a escola inclusiva (...)</p> <p>É as piscinas, é as hipoterapias, é os passeios, é os conhecimentos de toda a comunidade, é os protocolos que faz com a comunidade e agente sabe muito bem que tudo isto custa muito dinheiro.</p>
Serviço Cívico	<p>Houve uma coisa interessantíssima na altura desse movimento CERCI, do aparecimento das CERCI, estou a falar na de Lisboa, <b>foi o serviço cívico</b>, os jovens do serviço cívico, foi uma experiência muito interessante, voluntários (...)</p>
Profissionalização	<p>Digamos que isto dos corpos técnicos e das equipas técnicas, foi sendo sempre construído a pouco e pouco, e como também, esta população, que era uma população da valência educativa, passou para uma população da valência Ocupacional houve a necessidade de agregar outros técnicos mais ligados às problemáticas das pessoas com deficiência que vão tendo um percurso, vão ficando jovens, adultos, idosos. Daí que houve depois um desparar para outras categorias profissionais, estou a falar das técnicas de serviço social, estou a falar das fisioterapeutas, dos terapeutas ocupacionais, dos terapeutas da fala, para toda essa quantidade e esse leque diversificado de técnicos que no fundo foram responder às necessidades dessa população (...)</p>
<p>O Movimento ainda se Perpetua ?</p> <p>O Movimento ainda se Perpetua ?</p>	<p>(...) serão essas necessidades constantes, por mudanças políticas, por mudanças sociais que vão obrigar as instituições a adaptar-se e a criar novas respostas, porque se não as criarem (...) isso já pode ser um segundo movimento, já não é aquele movimento (...) do pós 25 de Abril, que a malta ia nos carros (...) responder a alguém que nos solicitava: - Como é que vocês fizeram, que agente também quer fazer? Se calhar daqui a uns tempos há um segundo movimento, que é: - Como é que vocês estão a olhar o presente e a dimensionar o futuro porque agente também quer ir por aí. Só assim se justifica a existência das CERCI (...)</p> <p>Estão não se perpetua? (...) Assim movimento social que esteja constantemente a querer mudar, a inovar, a reformular, a avaliar. (...) Há uma necessidade de manter esse movimento vivo para poder fazer fluir a informação, trocar experiências, implementar intervenções de acordo com as realidades locais (...) o movimento é o que mantém a filosofia e pode ajudar a criar outras respostas onde ainda não existem. <i>Agora que tirem o cavaleiro da chuva porque isto já não morre.</i> A filosofia é esta, são estruturas que fazem falta (...) cada uma poderá ter as valências que quiser de acordo com as necessidade, mas é a única estrutura que localmente pode perceber o que a pessoa com deficiência e as famílias necessitam e o tipo de respostas, portanto é sempre um movimento vivo. (...) é esse movimento sincronizado de pequenas ondas circulares que se vão espalhando até às margens para atingir o objectivo. Não é por acaso que agente dizia que para alguns isto foi uma pedra no charco, porque realmente cresceu mais do que aquilo que se pretendia (...)</p> <p>Porque esse movimento teve vários taiming, vários tempos. No princípio seria informar e ir divulgar, hoje é intervir, trocar ideias, articular com outras CERCI, se necessário criar outras para que dêem respostas, mas eu continuo (...) ainda falta muito para atingirem o objectivo (...) serão respostas já muito diversificadas e muito mais alargadas a nível do país.</p>

<b>Categorias</b>	<b>Entrevista n.º 3</b>
Participação na Génese	Sim, participei no arranque (...)
Génese Valores	O significativo e o que me recorde da época é a grande solidariedade e a grande entrega a todas as pessoas, para que nas mais pequenas coisas de construção que se fazia e as próprias pessoas faziam essa construção e ajudavam aos fins de semana até com materiais ou com trabalho, era uma vontade, no somatório de vontades que na altura se mobilizou.
Cargo Função Estatuto	(...) monitores de educação física, (...) naquela sala nos Olivais que era antigamente o ginásio (...) nesse primeiro ano julgo que 1975/76 (...) depois no outro ano lectivo já estive no primeiro ano da faculdade, mas depois continuei, alguns dos meus colegas só fizeram o cívico e foram-se embora, eu continuei a dar uma ajuda nos serviços administrativos com outras pessoas. (...) ao principio como regime voluntariado e depois mesmo como part-time (...) a partir daí fui tirar um curso à noite (...) e durante o dia estava cá. (Actualmente Tesoureiro da Direcção)
Porquê a mobilização?	(...) a necessidade (...) na altura do 25 de Abril não havia instituições, as instituições que haviam (...) eram privadas (...) caras e não havia muitas e então os pais juntaram-se (...) era na altura que o movimento cooperativo fazia sentido e faz com certeza ainda hoje, mas na altura mais, com mais propriedade porque eram nos anos de 75/76 e então a forma cooperativa foi a forma com que eles se juntaram para fazer pais e técnicos e outras pessoas.
Papel do Movimento	(...) este movimento que começou com a CERCÍ Lisboa e depois como bola de neve foi aumentando e neste momento julgo que são 50 (51) CERCÍ, foi tomando um peso que o Estado e os Governos tiveram que ver esse peso e transformar legislação (...)
FENACERCÍ Advocacia Social Políticas Sociais	(...) a determinada altura as CERCÍ acharam por bem criar a FENACERCÍ como uma voz única e não como cada uma, e fazer a sua pressão ou fazer as suas reivindicações, mas a FENACERCÍ como única para ter esse poder mais efectivo.
Serviço Cívico	Durante alguns anos foi criado um cargo ou uma transição que era do serviço cívico e então todos os alunos tinham que participar nesse serviço cívico, em várias instituições e julgo que na altura até a CERCÍ não estava incluído nessas instituições e foi requerido ao Ministério de Educação que a CERCÍ estivesse incluída e então eu e mais alguns amigos meus então participámos aqui nesse serviço cívico.
O Movimento ainda se Perpetua ?	Sim... sim... agora não tanto individualmente cada uma mas através da FENACERCÍ julgo que no todo, na globalidade sim.



Categorias	Entrevista n.º 4
Participação na Génese	Não, quando entrei na cooperativa já foi em 1980 (...)
Cargo / Função	Entreí como Terapeuta Operacional (...) Actualmente sou Vice-Presidente da Direcção e sou Directora Pedagógica da Cooperativa
Porquê a mobilização?	Eu penso que foi um profundo descontentamento com as condições até aí para as pessoas com deficiência mental, a falta de respostas e as respostas que existiam eram de facto para além de poucas, muitíssimo desadequadas (...) foi isso que mobilizou os pais em encontrarem (...) respostas dignas (...) e que respondessem às suas necessidades e às necessidades dos seus filhos, ou das pessoas com deficiência em geral.
Papel do Movimento	(...) é evidente que se não tivesse havido este movimento não tinha existido a visibilidade que as pessoas com deficiência mental hoje têm e portanto, de certeza que isso acabou por impulsionar também mudança nas políticas sociais do nosso país (...)
Objectivos Alcançados	(...) o direito à Pensão Social (...) de facto dignifica estas pessoas poderem de dizer: “Eu tenho o meu dinheiro que posso pagar o meu serviço” (...) as questões relativas também a sua integração, quer por exemplo, nas escolas regulares (...) Ao nível da formação profissional (...), que estas pessoas podem estar no mercado de trabalho, que estas pessoas podem competir também em termos de mercado de trabalho. (...) a questão das acessibilidades, a questão do desporto adaptado, que é este movimento que acaba por trazer (...) novas metodologias e novas abordagens (...)
FENACERCÍ Advocacia Social Políticas Sociais	Eu penso que a FENACERCÍ tem tido um papel importante, (...) todos os movimentos associativos têm que ter um papel importante e acredito que lutar sozinha é completamente diferente de lutarmos todos juntos (...) a FENACERCÍ consegui de facto congregar as CERCÍ e (...) ter (...) força e um peso que seria impossível de cada instituição de por si ter, e portanto conseguir também mais facilmente levar a quem tem direito, e nomeadamente aos decisores deste país quer as preocupações, quer as necessidades desta população no seu todo, e quando falo na população falo de pais, falo das pessoas com deficiência mental, e falo também dos profissionais, entendendo aqui os profissionais também como os directores e as pessoas da direcção, não profissionais remunerados mas pessoas que se preocupem um pouco com esta temática e portanto penso que a FENACERCÍ tem conseguido tocar nalguns pontos sensíveis, ainda desta problemática e conseguido modificar com a sua pressão e com o conhecimento que leva a algumas situações. Relativamente à implementação do que já existe não sei se aí a FENACERCÍ tem tido um papel tão activo (...)
FENACERCÍ v/s CERCÍ	(...) eu continuei a ver como importante o papel da FENACERCÍ, não sei se eles próprios não têm que reflectir (...) nalgumas mudanças internas; não sei se não têm que ter um peso social maior e de reivindicação (...) na última assembleia geral (...) não sei muito bem se os associados percebem (...) qual é o papel da FENACERCÍ (...) até porque neste momento começa-se a notar uma coisa interessante, felizmente que já começam a aparecer pessoas novas, quer nas direcções, quer nas equipas técnicas, (...) as pessoas de à trinta anos começam a sair e começam de facto a aparecer pessoas novas, portanto estas pessoas novas têm que ter um tipo de adaptação e também de conhecimento do que é que isto foi e para onde é que isto vai, agora penso que o papel da FENACERCÍ, do meu ponto de vista, continua a ser importante (...) mas tem que ser mudado (...)
Mudanças no Movimento	Eu acho que o movimento tem mudado e tem mudado muito nalguns aspectos positivamente (...) noutros negativamente, eu acho que o envolvimento de pais e profissionais é completamente diferentes e aí eu acho que é um <b>aspecto negativo</b> . Cada vez menos as pessoas, sejam pais, sejam profissionais entendem isto como um movimento. (...) os pais como um serviço que necessitam e que portanto pagam ou não mas que é um serviço não se querendo envolver de outra forma, assim como os profissionais, portanto é um trabalho (...) quando às

	<p>vezes queremos fazer listas para uma nova direcção, quando queremos movimentar os pais para exigir uma ou outra situação que se considera que é importante para os seus filhos, portanto de facto as pessoas não se envolvem ou envolvem-se muito pouco. (...) em termos de <b>mudanças positivas</b> é evidente que tem havido (...) hoje ao nível dos equipamentos as coisas são diferentes, houve um investimento grande e conseguimos hoje ter equipamentos como o nosso e como outros que eu conheço que não têm nada a ver com a génese, com o início e que são uma resposta digna para as pessoas com deficiência mental e penso que para as famílias também, já lhe falei na questão da pensão social, na questão dos direitos da pessoa com deficiência, na acessibilidade (...) há uma preocupação social maior face a este grupo de pessoas</p>
<p>Profissionalização</p>	<p>(...) começou (...) com boas vontades, praticamente não existiam técnicos, técnicos enquanto formação específica superior, nem psicólogos, nem técnicos de serviço social, nem terapeutas portanto eram muito pessoal, auxiliares, vigilantes e depois havia alguém com boa vontade que geria de certa forma a instituição. Penso que aí se deu um salto muito significativo, a maioria das instituições passaram a contar nos seus quadros e a ter essa necessidade de ter profissionais habilitados nas diferentes áreas para intervirem com as famílias, com os utentes, com a comunidade (...) Penso que mesmo ao nível da gestão das instituições, que eu às vezes chamo muito uma gestão de mercearia, era muito o deve e o haver, cada vez mais há uma necessidade de se partir para novas tecnologias, para novos mercados em termos da própria gestão, que a gestão já não pode ser do meu ponto de vista a técnica do serviço social ou a terapeuta. Eu acho que começa-se a partir para de facto uma grande gestão no sentido de ter um gestor financeiro, que de facto faça uma parte da gestão destas instituições que no fundo já movimentam muito dinheiro e muito pessoal e já não são micro-empresas, já começam a ser médias empresas e algumas grandes com o volume que têm (...)</p>
<p>O Movimento ainda se Perpetua?</p>	<p>(...) em termos do futuro, não só destas instituições mas novas instituições que eu penso que há necessidade de criar, e que de facto não vejo um movimento nem de pais nem de profissionais no sentido de criar outras instituições que dêem resposta de facto a margens que neste momento não são atendidas. Se pensarmos um bocadinho nas listas de espera, que as várias instituições têm, portanto aí às vezes questiono-me como é que vai ser.                  (...) naturalmente estes movimentos têm pontos mais altos e depois perdem um bocadinho a força e depois muitas vezes voltam a retoma-la, quando à necessidade disso, e portanto penso que não é um movimento morto, pronto um bocadinho adormecido nesta fase.</p>

<b>Categorias</b>	<b>Entrevista n.º 5</b>
Participação na Génese	Quando eu cheguei à CERCISIMBRA, que existe desde 1976 (onde estou desde Setembro de 1983, destacado) já havia esse percurso.
Génese / Valores	E é amor de vida.
Cargo, Função, Estatuto	(...) professor destacado (...)
Envolvimento da Comunidade	(...) hoje em dia uma CERCI não é deslocalizável (...) Agora aquilo que as CERCI também têm que outras Cooperativas terão é dar coesão social a um certo território de inserção (...) tem um espírito e uma curiosidade em relação ao meio, porque se trata de fazer a integração ou de otimizar para cada projecto de vida, para cada um dos projectos de vida dos seus utentes (...) por um lado, tem um papel importante em termos da coesão do Apoio Social às famílias que apoiam directamente (...) e um conhecimento do meio que são chamadas ao trabalho em rede e sinergias de resolução perante problemas sociais (...)
Porquê a mobilização?	A necessidade de ter escola para os seus filhos. E quando surgiram as CERCI, surgiram muitas coisas, eu participei num movimento de (...) iniciativas sociais de base, como em comissões de moradores na zona onde vivia, penso que terá sido desse grande impulso, (...) de haver iniciativas de base para dar resposta a necessidades sentidas. E pronto, a história das CERCI é para as crianças e jovens com deficiência mental, e foi o ponto de partida.
Objectivos Alcançados	(...) começou a partir da Escola de Educação Especial, criando depois respostas a seguir à história como o CAO e a Formação Profissional, mais tarde as Residências. (...) apoio ao longo de toda a vida (...)
FENACERCI Advocacia Social Políticas Sociais	Eu acho que a maneira mais bonita de ver a implementação real, mas nós também devemos sublinhar o valores e enunciar os pressupostos éticos, mas pelo volume de negócios das CERCI (...) e é disso que falamos com mais facilidade, meramente o indicador do somatório do volume de negócios, que não é para negociar acções na bolsa nem é para especular no imobiliário, é preso à resposta e às necessidades concretas das pessoas com o melhor saber que a gente tem, elaboração partilhada, isso também fala por si, é uma coisa muito grande e é um volume de negócios bastante grande e a partir de certa altura e eu penso que a FENACERCI faz 20 anos. A FENACERCI a partir de certa altura, felizmente ligada ao desafio e ao paradigma de fazer as coisas, aduziu a isso a necessidade de haver enquadramentos legais facilitadores. (...) haver sustentabilidade financeira para as respostas, nas tradições da nossa sociedade é uma coisa que cabe principalmente à Administração (...) nós vivemos na sociedade em que vivemos e esse papel cabe mormente ao Estado (...) coisa que a FENACERCI também faz, iniciar uma política ou contribuir para uma política de mecenato social (...) que é digno, que dignifique a todos (...) estruturando respostas indo à procura dos meios que lhe dêem corpo tem feito muita coisa e depois também veio a dimensão da elaboração e da necessidade de contribuir para os enquadramentos legais e isso também, não aprendemos tudo sozinhos (...) a partir de certa altura, neste canto do mundo em que a gente vive à quase 60 anos em paz que é a Europa também proporciona alguns recursos às políticas sociais e eu acho que o Movimento CERCI sob tirar bom partido das hipóteses que a União Europeia punha à disposição dos cidadãos para políticas sociais, nós aprendemos algumas coisas daquilo que fazemos nos estabelecimentos das matrizes de valores de padrões de qualidade. Fomos buscar alguma coisa à experiência, não tivemos que fazer todos os erros, ficámos com alguma parte da cartilha, adaptámo-la, e eu acho que aí à vários matizes dos quais se pode falar (...) à uma matriz de valor e de exigências de qualidade no atendimento às pessoas com quem trabalhamos e às suas famílias, que a gente foi buscar lá fora.
FENACERCI v/s CERCI	(...) a FENACERCI não deve esquecer (...) o objectivo primordial, que hoje tem, já facetas mais alargadas (...) enquanto Cooperativa de Solidariedade Social e depois em termos da missão das CERCI, a missão das CERCI está muito centrada, não exclusivamente, mas centrada no apoio aos projectos de vida das pessoas com deficiência mental. (...) a FENACERCI até agora e também pela expressão na sociedade

		Portuguesa, das Cooperativas da Solidariedade Social, outras que não as CERCI, ainda não foi solicitada para assumir tarefas em relação a outras Cooperativas de Solidariedade Social que não as CERCI, pode ser que isso venha a acontecer, há um sinal é que a gente mudou, a FENACERCI hoje, já não é a federação das Cooperativas de Educação e de Reabilitação (...)
Mudanças no Movimento	no	(...) às vezes muda-se por impulsos exteriores, eu acho que no movimento CERCI há uma coisa que contrariamente, por exemplo, a outros sectores da sociedade em que houve movimentos, a sociedade reagiu (...) a gente teve margem, para junto do conjunto da sociedade afirmar e instituir como uma meta, não só do movimento CERCI, mas do conjunto da sociedade, estabelecermos metas de alguma condignidade e de decência cívica e humana que devem ser atingidas, e isso tivemos hipótese de poder afirmar estes valores, ao contrário de outros movimentos, se calhar dos movimentos das iniciativas de base sociais, da altura em que o Movimento CERCI apareceu que foi logo a seguir à queda do regime forte da ditadura Salazarista, do Estado Novo, esta teve condições desse ponto de vista para não ser ostracizada pela sociedade, que é uma sociedade democrática e com parlamento e com direitos democráticos mas que estabeleceu algumas regras. (...) essas Cooperativas puderam indo se afirmando, também não tiveram o caminho fácil, portanto aí haverá uma história de ser feita, em termos, por exemplo, da criação em termos legais do ramo das Cooperativas de Solidariedade Social (...) O Movimento também mudou, porque, o dinheiro que hoje em dia se movimenta para dar corpo aos fins de apoio aos projectos de vida das pessoas, por si só é um volume de dinheiro mesmo em termos de cada CERCI que exige alguma profissionalização na Gestão (...) eu acho que se deve ter a humildade ou pelo menos o rigor histórico de dizer que houve um impulso e penso que todas as CERCI que deram um salto grande, deram-no numa certa fase, no início dos anos 90, com a criação da Formação Profissional, porque obrigou exactamente, e pelo volume de recursos que era afecto a essa <i>demarche</i> , foi uma coisa que obrigou a um salto, no sentido de uma Gestão mais empresarial (...)
Serviços Prestados		(...) intervenção precoce (...) projectos de articulação com o Sistema Regular de Ensino, onde há graus diferenciados de proximidade do atendimento dos utentes, e que vão para além da problemática inicial da deficiência mental, também na formação profissional (...) as CERCI têm uma alta sensibilidade para os problemas sociais, tem que pensar se tem hipótese de resolver tudo (...) esse campo que se abre ou de criar mais respostas, um bocadinho fora do campo do atendimento directo a deficiência mental, ou esse, ou a ajudar a criar respostas.
Formação de Activos		(...) mas houve também, é alargar a todas as esferas de intervenção, paradigmas de qualidade e isso implica formação dos técnicos, também dito isso nós somos Cooperativas e somos Empresas com um alto Grau de Formação Académica das suas equipas (...) há uma taxa bastante alta, de formação de vários técnicos (...) Formação com o pessoal é uma questão importante (...) isso também é uma coisa do Movimento Cooperativo (...)
Profissionalização		Como é que se preserva graus de democraticidade e de proximidade e de consulta? E eu acho que aí também (...) há um esforço de preservar, em paralelo e articulado a esta profissionalização (...) de preservar mecanismos efectivos de consulta (...) Porque nós tentamos criar mecanismos de consulta do conjunto do movimento, estruturas de preservação e de análise sobre a qualidade técnica e os caminhos a prosseguir nesse campo.
Mudanças na Organização Institucionalização	na	(...) só conseguem fazer isso se tiverem um quadro activo de interacção com o meio de inserção, e então, para a dimensão das Empresas Portuguesas as CERCI são Empresas de Médio porte eventualmente alto, algumas CERCI têm 250 elementos das equipas técnicas de atendimento e às vezes tem quadros de inserção laboral dos próprios utentes (...)
O Movimento ainda se Perpetua?		(...) também é interessante ver (...) há um pequeno sinal disso que é a CERCI MAC (...) a CERCI de Macedo de Cavaleiros apareceu agora (...) no século XXI e ainda há algum território onde a existência de respostas deste cariz, não corresponde há existência de pessoas com necessidades de atendimento (...) mas as CERCI estão e as outras propostas estão, onde há população, mas efectivamente um pouco lá para cima para Trás-dos-Montes principalmente e junto à Fronteira há um desfazamento verificável ou que carece de verificável, mas quase

	<p>de certeza entre a inexistência de respostas de Macedo, e veja-se onde é Macedo de Cavaleiros e por acaso parece sintomático que tenha havido essa iniciativa de Pais e Técnicos para fazerem lá uma CERCI nova que eu espero que tenha um desenvolvimento rápido em relação às suas tarefas. Eu acho que a Formação é sempre exigente pode vir qualquer coisa de outros ramos do Cooperativismo de Solidariedade Social que não é o das CERCI e as próprias CERCI também ainda têm bastantes coisas para fazer, a problemática mesmo relativamente ao apoio aos cidadãos com deficiência mental, há bastantes coisas feitas, mas não está tudo esgotado.</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Categorias		Entrevista n.º 6
Participação na Génese	na	(...) estive na génese do movimento CERCI (...) a CERCI Peniche foi criada em 1977, oficialmente e começou a ser preparada muito antes (...) embora não de uma forma muito directa digamos assim, mas como munícipe e como colega de trabalho de alguns professores que estiveram mais envolvidos do que eu, mas acompanhei de facto muito de perto o projecto de criação da CERCI Peniche.
Génese Valores		A verdade depois é que esse um ou dois anos, foi-se consolidando na medida em que eu comecei a descobrir sucessivamente novos desafios e fui começando a gostar deste tipo de trabalho de ajudar pessoas a encontrar caminhos para a cidadania, para a inserção e de uma forma natural fui ficando. (sentimento de pertença ao grupo) (...) continuo ligado à CERCI, vou continuar com o meu trabalho voluntário, como aliás, como grande parte do que faço é em regime de voluntariado (...)
Cargo / Função / Estatuto		(...) fui destacado para uma CERCI, neste caso para a CERCI Peniche (...) entrei com um cargo (...) Coordenador da Pré-Profissional (...)
Envolvimento da Comunidade	da	Porque de facto cada organização já tinha uma forte ligação à comunidade, as CERCI sempre tiveram uma fortíssima ligação às comunidades de origem mas depois não tinham uma projecção nacional deste volume de trabalho que parcelarmente desenvolvem e a FENACERCI surge com esse objectivo. O que é que se ganha com isso? Ganha-se desde logo, do ponto de vista dum ideia global da acção, porque a FENACERCI passou a congregar nela um espaço geográfico imenso, que é um espaço de norte a sul de Portugal, porque desde o início que existem CERCI na zona Norte, em Guimarães, em Espinho etc., e na zona sul, em Beja, Portimão, etc., passou haver uma entidade que representava não uma realidade concelhia ou regional, mas uma realidade Nacional.
Porquê a mobilização?		que é o facto de na área da educação não haver respostas educacionais estruturadas para crianças com deficiência mental, e grande parte delas tinham de ficar em casa ao encargo dos pais, que tinham assim um duplo problema. Por um lado, os filhos não participavam num espaço de desenvolvimento que é a Escola, com graves problemas daí provenientes, e por outro lado, também (...) tinham o problema de ter alguém que tomasse conta dos filhos, pelo facto de não estarem escolarizados. E isso fez com que numa altura, em que estas questões de fundo, de cidadania eram muito facilmente colocadas à discussão, estamos a falar num período pós revolucionário, estamos a falar nas comissões de bairro, nas comissões de moradores, estamos a falar dos movimentos para a igualdade dos cidadãos, estamos a falar do movimento para a democracia, entendido de uma forma plena, digamos que esta questão, este problema tornou-se emergente e mereceu a sensibilidade das pessoas e portanto, foi relativamente fácil mobilizar em torno de um conjunto de pais que tinham um problema, um conjunto de munícipes, de autarcas, de professores, de técnicos que partilhavam estas preocupações e que achava que podiam ter um papel e uma construção de uma resposta. Portanto as CERCI decorrem, por um lado da sinalização de um problema, e esse problema é esta ausência de resposta por parte da educação e também para muitos pais ao nível do acompanhamento dos filhos, e por outro lado, decorre também de um certo ambiente favorável à mobilização que decorria um bocado de uma certa euforia, uma certa vivência democrática e de alguma maneira vibratória do 25 de Abril. Julgo que a conjugação das duas situações tornou possível a criação da CERCI Lisboa, que foi a primeira, e aliás a CERCI, continua a ser a CERCI de Lisboa porque é a primeira, <b>todas as outras são por assim dizer filhas ideológicas da CERCI Lisboa</b> porque nascem exactamente a partir do modelo que se viu que funcionava, provavelmente se a CERCI Lisboa tivesse sido um fracasso, hoje não teríamos CERCI o que acontece é que a CERCI Lisboa não só funcionou, relativamente às respostas que queria dar, como inclusivamente cresceu e isso fez com que a partir daí nos anos seguintes, aliás o grande espaço de crescimento das CERCI decorre até (...) aos anos 80, grande parte, e depois a partir dos anos 80 a 85 e só agora recentemente é que começam a aparecer algumas cooperativas de solidariedade social que cabem dentro deste modelo, mas de facto é aquele momento a seguir a 1975/76/77/78/79 até aos anos 80 que é o grande espaço de

	<p>crescimento das CERCI exactamente porque o ambiente potenciava ou facilitava, se quisermos, a criação deste tipo de respostas.</p>
<p>Objectivos Alcançados</p>	<p><b>Políticas Sociais</b> – (...) as CERCI aparecem, (...) exactamente no sentido completamente contrário, ou seja, nós vamos construir qualquer coisa de novo e vamos afirmar, inclusivamente, as nossas ideias, e os nossos projectos, as nossas propostas, e é um bocado nesta lógica que se gera um movimento de mudança, que levou inclusivamente o próprio Ministério da Educação a reestruturar-se nos serviços de educação especial, na altura e que estabelecesse um quadro de parcerias que começaram a aparecer as primeiras tentativas de regulamentação da educação especial propriamente dita, não quer dizer que não houvesse já um edifício legal para sustentar aquilo que se fazia mas é com as CERCI e com esta dinâmica que começa a aparecer esta necessidade de criar ideias. E depois é assim, as CERCI estão presentes nos grandes debates que são feitos a partir de 1975/76, estão sempre presentes. Desde logo (...) as CERCI tiveram sempre presentes em todos os debates da integração ao longo dos tempos, onde estão presentes hoje nos debates sobre a Escola Inclusiva (...)</p>
<p>FENACERCI Advocacia Social Políticas Sociais</p>	<p>Se quisermos um exemplo daquilo que é o contributo destas organizações, (...) o último trabalho que foi feito sobre Escola Inclusiva do Conselho Nacional de Educação tinha lá o parecer emitido pela FENACERCI, e portanto isto dá de alguma maneira a ideia da preocupação que as CERCI e a sua organização mais representativa, que a FENACERCI tem relativamente às matérias que tem haver com a educação especial. Há, de facto, depois referências, se nós formos analisar a evolução da própria legislação e a Portaria 1.102/97 que é um marco do ponto de vista do enquadramento legal do funcionamento das CERCI (...) que formalizou esta perspectiva integradora do trabalho das CERCI ao incluir as alíneas b) e c). A alínea b) que aponta para aquelas actividades complementares na intervenção no ensino regular e que permite hoje que a nível nacional as CERCI e as Escolas trabalhem em parceria com crianças com necessidades educativas especiais que estão integradas nas Escolas, e por outro lado, criou a alínea c) que foi a mãe dos projectos de intervenção precoce (...)</p> <p>Desde logo, nos aspectos negociais, ou seja, havia um interlocutor para ir junto do Estado, não falar em nome de 50 utentes ou clientes da Organização a, b, c ou d, mas falar de 1000 ou 2000 clientes ou utentes como se queira chamar, do conjunto das CERCI e alguém que inclusivamente aparecia como representante de um universo razoável, no sentido de fazer valer direitos das pessoas representadas, havia alguém que inclusivamente podia, através de processos de economia de escala promover processos ou caminhos para a modernidade através da formação, através da reflexão, através do debate, através inclusivamente do apoio jurídico, e portanto a FENACERCI tem um papel fundamental na mudança, na mediada em que procura ser a interprete daquilo que para nós são as dificuldades das organizações, mas também procura depois, num movimento contrário, fazer chegar às organizações aquilo que são as orientações mais modernas, mais actuais, sobre não só os processos, como as metodologia, como as estratégias de acção e por aí adiante. Não é por acaso que, por exemplo, neste momento a FENACERCI elege como prioridades a ética e a qualidade. Não é por acaso, são duas temáticas que hoje em dia são indispensáveis para a afirmação das organizações no quadro das intervenções que protagonizam. Eu diria que a FENACERCI teve de facto um papel aglutinador, de extrema importância, mas também um papel contrário disseminador de importância não menos relevante. (...) uma das acções bastante importante que a FENACERCI patrocinou, foi a <b>campanha Pírilampo Mágico</b>, não propriamente enquanto iniciativa de recolha de fundos, porque se calhar seria importante, mas não é o factor mais decisivo que decorre da campanha, mas sobretudo porque a campanha teve dois ou três efeitos fundamentais: primeiro <b>deu visibilidade à CERCI</b> e ao dar visibilidade, segundo aspecto, <b>conferiu-nos responsabilidade</b> e em terceiro lugar <b>permitiu um amplo debate em torno aquilo que era a pessoa com deficiência mental das suas famílias</b>, contribuindo para mudar uma imagem, uma representação social que se tinha. Se hoje a representação social que se faz da pessoa com deficiência mental é substancialmente diferente daquela que existia à 20 anos atrás, onde se confundia muitas vezes a deficiência mental com a doença mental. Grande parte disto, devem-se a estes espaços de reflexão que foram disponibilizados a partir da Campanha Pírilampo</p>

<p>FENACERCÍ Advocacia Social Políticas Sociais</p>	<p>Mágico. Isto é o exemplo de uma acção concreta que reflecte a importância da FENACERCÍ, isto para não falar, por exemplo, de espaços de reflexão tão importantes como são os <b>Encontros Nacionais</b>. (...) é porque se juntam cem ou duzentas sensibilidades, cem ou duzentas experiências de várias regiões do país, cem ou duzentas expectativas, cem ou duzentas ambições e sonhos, e portanto, dessas centenas de realidades que se vão ali mesclando, a FENACERCÍ vai ao fim e ao cabo beber aquilo que são as bases para as orientações políticas que tem que defender junto dos interlocutores institucionais.</p>
<p>FENACERCÍ CERCÍ</p> <p>v/s</p>	<p>A FENACERCÍ foi criada em 1985, e foi criada numa altura em que o número de CERCÍ e a dimensão das CERCÍ já começava a ser grande, a ter alguma representatividade. Estamos a falar na altura em que foi lançada a Campanha Pírilampo Mágico exactamente, porque com o crescimento das CERCÍ começaram a avolumar-se os problemas, e aquilo que se fazia com meia dúzia de tostões, porque era tudo improvisado, começou a gerar necessidades de recursos, necessidades de maios, que obviamente eram superiores aqueles que estavam disponíveis na altura. Mas não só por isso, começou-se a ganhar consciência que as CERCÍ não poderiam ficar pelo seu espaço de intervenção, pelo seu quintal (...)</p> <p>(...) e começou-se a chegar à conclusão que havia um conjunto de pontos de identidade, independentemente das diferenças culturais, geográficas, físicas das organizações, que havia um conjunto de pontos de identidade, os primeiros dos quais tinham haver com os problemas que procuravam resolver, que eram os mesmos, os segundos dos quais tinham haver com as pessoas que atendiam, que eram as mesmas, eram pessoas com os mesmos tipos de problemas eram parceiros ou pares, (...) e depois também com o mesmo tipo de dificuldades ao nível do relacionamento com os interlocutores institucionais, (...) era preciso criar alguma coisa, que congregando todas estas realidades estes problemas, estas representações, pudesse depois reivindicar, representar esses problemas e essas organizações junto dos interlocutores institucionais, junto do Estado e não só, junto do Estado e da comunidade.</p> <p>Julgo que a FENACERCÍ está no momento em que tem de rever o seu papel perante as CERCÍ. Não propriamente porque se tenha esgotado o papel principal para que foi criado, foi o papel de representação, de apoio e de coordenação se quisermos, mas porque começam a existir novas funções, novas tarefas que podem ser cometidas à FENACERCÍ, e sobretudo porque também a FENACERCÍ teve de entrar num processo gradual de modernização e de abertura (...) do aumento de recursos, da especialização, da melhoria, da capacidade de intervenção, da eficácia, mas também, ao invés também por um afastamento de alguns valores cooperativos. (...) na nossa opinião, nós continuamos a ser uma expressão evidente de um movimento social determinado, porquê? Porque nos identificamos com um conjunto de objectivos, mas dentro de um determinado modelo de organização social, que dá origem a um determinado modelo de intervenção. (...) são modelos distintos, algumas IPSS, e são milhares em Portugal, cumprem o seu papel (...) mas cumprem o seu papel de uma forma que eu diria rasoirada (...) Nós temos sabido funcionar ao contrário, ou seja, construir coisas à medida das necessidades das pessoas mas dentro de padrões de qualidade e de dignidade que não abdicamos. E enquanto for assim, somos um <b>movimento social claro</b>, que é um movimento pela qualidade e pelos direitos e nessa medida faz todo o sentido que continuemos juntos esta caminhada. A partir do momento em que nós assumamos uma atitude de conformismo, de comodismo então nesse dia eu deixo de entender isto como movimento social e passo a entender isto como uma Federação qualquer que representa um conjunto qualquer de organizações.</p>
	<p>o movimento CERCÍ mudou para melhor e para pior, na minha opinião. <b>Mudou para melhor</b> na medida em que é indiscutível que ganhámos em modernidade, ganhamos em eficácia, ganhamos em especialização (...) Nós hoje nas CERCÍ temos estruturas bem equipadas, ganhamos em equipamento, temos recursos humanos eu diria especializados, temos meios de controlo e gestão financeira, relativamente sofisticados, somos capazes inclusivamente de responder a processos de fiscalização por parte de entidades fiscalizadoras, coisas que não aconteciam em 1975,</p>



<p>Mudanças Movimento</p> <p>no</p>	<p>onde em 1975 (...) era um dos voluntários que fazia as contas da cooperativa, era um professor que pegava nas carrinhas e ia distribuir as crianças e a educadora se fosse preciso fazia o lanche, hoje em dia não, temos estruturas com dimensões muito razoáveis, (...) que são indiscutivelmente importantes no panorama da intervenção social em Portugal, quer no quadro do apoio às pessoas com deficiência mental, quer no quadro das parcerias locais para a intervenção social global. Não é por acaso que as CERCI estão em tudo o que são Comissões Locais de Educação, em Comissões de Crianças e Jovens em Risco que estão nas CLA's e em tudo o que vai aparecendo exactamente porque lhes é reconhecido essa capacidade de intervenção. (...) as CERCI evoluíram do ponto de vista do Marketing Social, mudaram símbolos, por exemplo, antigamente os símbolos das CERCI eram todos iguais, com umas figuras humanas de mão dada com uma florinha no meio, evoluíram para imagens gráficas com algum grau de modernidade (...) CERCI cresceram também ao nível dos processos de articulação com a comunidade, deixaram de ser espaços que eram as casas dos "tontinhos", isto nos primórdios, e passaram a ser espaços abertos que são procurados pela comunidade, quase todas as CERCI prestam serviços ao exterior, de natação, terapias, fisioterapias, de UNIVA's e de outro tipo de espaços de mediação (...) são espaços procurados pela comunidade, e aí há uma evolução positiva. (...) hoje as CERCI são (...) organizações modernas, relativamente sólidas bem apetrechadas e com condições de, com algum conflito controlável, de se adaptarem a situações de mudança. <b>O lado menos positivo</b>, (...) é que nós somos Cooperativas e neste progresso fomos nos afastando um bocadinho daquilo que são os valores e os princípios cooperativos, ou seja, nós no quadro cooperativas sempre defendemos sermos empresas mas somos também associações de pessoas e com valores muito próprios para defender, desde logo o valor da democracia interna, desde logo o valor da participação, desde logo o valor da voluntariedade, desde logo o valor da igualdade, e por aí adiante. E eu penso que este processo de crescimento, de consolidação, deixou-nos pouco tempo para aprofundarmos esses valores cooperativos.</p>
<p>Mudanças Organização Institucionalização</p> <p>na</p>	<p>E portanto penso que hoje, somos menos cooperativas do que éramos em 1975 (...) que houve uma mudança, que há uma preocupação com a formação, que houve uma preocupação com os quadros dirigentes, que há inclusivamente, embora seja muito recente, uma tentativa de renovação dos quadros dirigentes, nós passámos por períodos de cristalização, em que as pessoas que criaram algumas das nossas cooperativas pensavam que tinham com isso tinham criado também um direito vitalício de lá poderem permanecer, mas que felizmente grande parte chegou à conclusão que era preciso ir dando lugar à gente nova, com novas ideias, com novas energias para enfrentar os desafios que são sucessivos. Nós estamos num tipo de espaço de intervenção onde nada está acabado, onde nada é definitivo, está em permanente mudança, trabalhamos com pessoas e portanto precisamos de gente nova, e isso também se está a assistir. penso que se deve reflectir também nesta mudança, a tal necessidade de aprofundar os princípios e os valores cooperativos de que falávamos ainda à bocadinho. Que não era preciso aprofundar muito em 1975, porque eles eram emergentes, eram eles que determinavam a acção mas hoje em dia penso que se calhar se torna a colocar na ordem do dia a necessidade de nos virarmos um bocadinho para esta nossa dimensão cooperativa (...) Penso que há aqui espaços de meio termo, espaços de equilíbrio, onde nós podemos afirmar a nossa diferença enquanto modelo organizacional relativamente a outros modelos organizacionais e essa diferença só a podemos afirmar no quadro dos princípios e valores que defendemos, neste caso que é os cooperativos.</p>
<p>O Movimento ainda se Perpetua ?</p>	<p>Eu diria que as CERCI se têm algumas características que (...) é de facto uma abertura total à inovação, uma participação efectiva nos debates, independentemente das posições mais ou menos compreensivas que se possam ter tomado ao longo dos tempos tem haver também com a própria evolução do movimento cooperativo, e continua a ser hoje, e isso para mim é indiscutível, ou continua a ser hoje, ao nível de todos os debates que se fazem em Portugal, uma referência, por aspectos mais positivos ou mais negativos, isso é discutível, mas uma referência a ter em conta, em matérias de decisão sobre questões que tinham haver com a educação especial, particularmente de crianças com deficiência mental. Portanto, julgo que negar isto é negar evidências ao longo dos tempos isso é perfeitamente perceptível.</p>

	<p>Eu acho que sim e aliás, há quem não goste da palavra Movimento CERC I. Eu gosto, porque movimento é isso mesmo, é dinâmico, gosto mais de movimento do que Espaço CERC I ou Universo CERC I, acho que movimento dá-nos ideia de qualquer coisa que está a andar, e o caminho faz-se a andar (...)</p> <p>(...) eu acho que ainda há muita dinâmica que tem que ser potenciada, e portanto, continuo a ver este universo de intervenção, como um movimento social, na medida em que hoje é possível reproduzir algumas das razões que determinaram o aparecimento do movimento em 1975, porquê? Basta que nós tracemos um cenário que em 1975 era um cenário de transição do Estado Novo para um Estado Democrático, e portanto uma mudança de mentalidades que era preciso impor e agora construímos aqui uma fronteira que é a fronteira entre um estado democrático e um estado que tem de conviver com uma sociedade de informação e com a globalização e aqui surgem novos desafios que eu acho que implicam o retomar e o redimensionar o próprio movimento enquanto movimento social.</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Categorias	Entrevista n.º 7
Participação na Génese	(...) na génese não participei (...) quando ouvi um apelo pela Rádio em que os pais se estavam a juntar e os técnicos, para fazer qualquer coisa que na altura não se sabia ainda o que era. Eu fiquei atenta e realmente não tive nas tais reuniões que tiveram que existir, (...) o apelo que faziam pela rádio era para as pessoas se juntarem (...) no LNEC e em vários sítios cá de Lisboa, fiquei atenta (...) eu apareço no primeiro pedido que ouve na Ponte 25 de Abril, e que foi logo em 1975, exactamente para a angariação de fundos para que a CERCÍ pudesse funcionar. Não havia dinheiro, a não ser realmente a vontade forte desta gente toda que se juntou e então eu aí já apareço voluntariamente a tratar do pedido e a juntar-me às pessoas no sentido da angariação de fundos. (...) a minha filha na altura estava com resposta no Colégio (...) sofreu ali algumas convulsões de autogestão (...) as coisas não estavam a correr muito bem e de maneira que eu vim logo procurar a CERCÍ (...) CERCÍ nasceu a 13 de Outubro de 1975.
Disseminação Territorial	(...) andou pelo país fora a dinamizar, outras pessoas, outros técnicos e outros pais no sentido de nascerem mais CERCÍ e até ao fim desse ano nasceram mais três ou quatro CERCÍ (...)
Cargo, Função, Estatuto	(...) torno-me sócia efectiva da CERCÍ e começo desde logo a colaborar como voluntária na CERCÍ e passado pouco tempo (...) fui convidada para fazer parte do Conselho Cooperativo. Porque havia três Conselhos, era o Conselho Pedagógico, o Conselho Cooperativo e o Conselho Executivo (...) fui Presidente da Mesa da Assembleia Geral durante um período, que eram chamados os Presidentes A-DOC (...) 1979 a CERCÍ convidou-me para eu vir trabalhar para a CERCÍ e assumir a Coordenação do Centro dos Olivais. (...) serviços administrativos (...) Assegurei a secção de pessoal, assegurei a caixa, portanto estive durante uns anos naquela tarefa. Depois vim a assumir a chefia dos serviços administrativos e depois de assumir a chefia dos serviços administrativos, passado um ano ou dois propuseram-me para a Direcção e eu aceitei e ocupei o lugar de secretária da Direcção (...) durante um mandato, depois houve novamente eleições propuseram-me para Presidente da Direcção (...)
Porquê a mobilização?	Foi a necessidade que os pais tinham de uma resposta educacional para os seus filhos (...) a maioria estavam em casa portanto não tinham resposta no ensino regular, os Colégios particulares que haviam e que recebiam pessoas com deficiência, nessa altura ainda eram poucos e eram caros e esgotavam-se facilmente e daí a necessidade realmente de técnicos ligados à Segurança Social, na altura as Caixas de Previdência, e muito particularmente a Caixa da Industria, as Assistentes Sociais daquela altura eram procuradas constantemente pelos pais para encontrar escola para os seus filhos, e elas próprias não tendo resposta, juntamente com outros pais que tinham ido lá também procurar e com certeza que se conheciam, daí juntarem-se num esforço comum no sentido de construir este movimento, a que se chamou CERCÍ que foi a primeira que nasceu, que foi esta, e foi realmente a necessidade a de dar uma resposta a estas crianças que estavam todas em casa, sem nenhuma resposta educacional, estamos a falar ainda da educação. (...) Estava na Caixa da Industria e juntou-se ao movimento, juntou-se aos pais, sabendo das necessidades, juntou-se aos pais trazendo outros amigos, tanto os pais como as próprias Assistentes sociais e juntaram-se todos no sentido de formarem este movimento.
Papel do Movimento	o direito à Escola (...) Depois do direito à Escola a criação de legislação que a CERCÍ Lisboa conseguiu conjuntamente com o Ministério da Educação, que sempre entendeu que a educação deveria estar no mesmo ministério onde estava a educação das outras crianças, porque já avia as APPACDM mas que eram muito ligadas à Segurança Social (...) a CERCÍ Lisboa, neste caso a primeira CERCÍ entendeu que, apesar de termos amigos nas Caixas de Previdência, como na altura se chamavam, entendemos todos que o ideal seria nós ficarmos no Ministério da Educação e portanto essa foi a grande luta que se conseguiu que o Ministério da Educação fez legislação própria para absorver a CERCÍ Lisboa nesta situação, a CERCÍ Lisboa e mais três ou quatro que nasceram logo nesse ano, porque a CERCÍ Lisboa, além da defesa dos direitos das crianças que na altura agregou, andou pelo país fora a dinamizar, outras pessoas, outros técnicos e outros pais no sentido de

	nascerem mais CERCÍ e até ao fim desse ano nasceram mais três ou quatro CERCÍ e por conseguinte, entendeu-se que o primeiro passo seria criar legislação e criou-se essa legislação.
Objectivos Alcançados	Houve em primeira mão uma reivindicação e em segunda mão grupos de trabalho em que as coisas foram acertadas, e boriladas, e trabalhadas no sentido da legislação se criar e isso foi logo um segundo direito que nós tivemos, uma coisa foi criar a Escola, outra situação foi oficializar a Escola e isso logo à partida e isso foi um direito inalienável.
FENACERCÍ Advocacia Social Políticas Sociais	A FENACERCÍ foi criada também mais tarde, também onde a CERCÍ Lisboa esteve presente foi uma das sócias fundadoras da FENACERCÍ, e é evidente que ela foi criada exactamente para a defesa dos direitos e dos problemas comuns a todas as CERCÍ. (...) dos primeiros trabalhos da FENACERCÍ, foi realmente o direito ao ensino gratuito. (...) as crianças do ensino regular não pagam mensalidades, nós pagávamos mensalidades, além de haver uma comparticipação dos Estado, além de haver uma comparticipação inclusivamente da Segurança Social, os pais também tinham que pagar uma mensalidade. Daí que foi das primeiras defesas que a FENACERCÍ fez, ou dos problemas que apresentou e reivindicou, e demorou tempo a ser contemplado mas finalmente conseguimos, foi realmente o ensino gratuito para estas crianças. (...) a promoção dos direitos da pessoa com deficiência mental, tem sido um dos papeis que a FENACERCÍ tem desempenhado, não só em Portugal, como também a nível Europeu e a nível Internacional. A FENACERCÍ faz parte de várias organizações e associações europeias e internacionais que trabalham directamente ou no Parlamento ou na ONU, no sentido da defesa dos direitos das pessoas com deficiência e muitas das orientações que a própria União Europeia e a própria ONU manda em favor das pessoas com deficiência mental, são trabalho também da FENACERCÍ, porque trabalhamos em conjunto no sentido da promoção da defesa desses direitos. (...) a FENACERCÍ foi trabalhando também com a Segurança Social e mais tarde vem a modificar uma outra legislação em que de certa forma as Cooperativas não tinham direito a verbas de PIDAC para construção e para acordos com a Segurança Social (...)
FENACERCÍ v/s CERCÍ	A FENACERCÍ é um pivot, em que gira tudo, em que todo o papel político que as CERCÍ poderiam e já desempenharam anteriormente à FENACERCÍ e individualmente, digamos que hoje é a FENACERCÍ que congrega esse papel, além da defesa dos direitos das pessoas com deficiência mental (...) FENACERCÍ é realmente um pilar que nós todos precisamos no sentido de que todos os nossos esforços individuais, nunca teriam a mesma força do que este esforço colectivo que a Federação tem, todos os dias e no dia a dia, junto dos políticos no sentido de termos cada vez mais assegurados os direitos das pessoas com deficiência mental, embora seja um papel difícil o da FENACERCÍ, porque nem sempre tem os frutos que desejaria ter, mas digamos que é uma Federação que nunca esmorece e portanto continua sempre a batalhar nas mesmas teclas do que lhe interessa defender e ao fim e ao cabo, é aquilo que o dever ou a missão para a qual ela foi criada. Também trabalha activamente junto das suas associadas e das entidades públicas e privadas. (...) faz parte de imensos grupos de trabalho tanto públicos quanto privados no sentido de ajudar à tal promoção dos direitos. É chamada para várias situação e digamos que o papel dela não se esgota só aí. Também tem um grande papel junto das associadas no sentido de dar formação aos seus profissionais o que é para nós algo muito importante.
Mudanças no Movimento	Tem mudado porque tem crescido. (...) tem mudado dado que também as crianças que vieram para as nossas escolas de educação especial, acabaram por crescer, e naturalmente as CERCÍ começaram a procurar respostas no sentido de dar continuidade ao trabalho que tinha iniciado.
Serviço Cívico	(...) nós vivíamos nos primeiros tempos, nós abarcávamos a situação do serviço cívico, de estudantes que nos vinham procurar, de pessoas de boa vontade, que embora tendo muito boa vontade de ajudar mas não eram profissionais mas de qualquer maneira quero deixar aqui o meu louvor para essas pessoas porque foram muito importantes para o movimento.
	É evidente que hoje as CERCÍ já não são o que eram à trinta anos, tiveram realmente que se profissionalizar, e hoje os nossos quadros são

Profissionalização	altamente qualificados (...) procuramos sempre ter nos nossos quadros pessoas com habilitação própria, para a função que desempenha. Nunca tivemos tantos Licenciados.
Mudanças na Organização Institucionalização	O que é que mudou? Mudou tudo. As Escolas de <b>Educação Especial</b> , neste momento, as CERCI continuam com as suas escolas de educação especial, mas estão já a trabalhar em projectos directamente com as Escolas do Ensino Regular. Porque como houve a inclusão nas escolas do ensino regular, das crianças com deficiência, naturalmente as CERCI, acompanharam este movimento no sentido de ajudar à inclusão das crianças na escola do ensino regular, não se limitam às suas escolas de educação especial é um passo em frente no sentido de ajudar, a que a escola seja melhor e possa receber todas as crianças. Em segunda mão, teve que dar <b>respostas ocupacionais</b> , dado que as crianças de outrora ficaram jovens e adultos e por conseguinte houve que continuar o trabalho. Depois nasceram as <b>residências</b> , porque entretanto começou-se a sentir o envelhecimento dos pais, o desgaste dos pais e portanto começaram as CERCI também a pensar em residências e hoje quase que todas as CERCI tem uma residência, não são suficientes mas são aquelas que é possível. Depois veio a formação, <b>a Pré-Profissional e mais tarde a Formação Profissional</b> , para encaminhar jovens, que tendo algumas capacidades poderiam perfeitamente ser trabalhados no sentido da integração Sócio-Profissional e daí nasceram os Centros Pré-Profissional, o nosso centro Pré-Profissional foi também dos primeiros e depois mais tarde com os Fundos Europeus veio a Formação Profissional. Começamos a trabalhar com crianças dos 0 aos 6 anos de idade que antigamente não trabalhávamos, e dadas as necessidades e a procura que existia começamos a fazer programas também de <b>Intervenção Precoce</b> . Temos também programas de <b>apoio domiciliário</b> . (...) com a adesão à União Europeia começamos a trabalhar também com projectos europeus e por conseguinte digamos que trabalhamos as crianças desde os zero anos de idade até jovens e adultos com as respostas todas que é possível para esta população.
O Movimento ainda se Perpetua?	<b>princípios, filosofia inerente?</b> Essa mantém-se. Eu penso que sim que se mantém a missão, e vai melhorando e vai inovando e por conseguinte eu acho que o Movimento CERCI continua vivo tal qual como no primeiro momento. Claro, e vai perpetuar-se por muito tempo e a prova é que ainda à muito pouco tempo nasceu uma CERCI e portanto a nossa vontade é que hajam mais CERCI, que se criem mais CERCI, porque as respostas ainda não estão todas dadas. Ainda há pessoas com deficiência mental a precisar de resposta que ainda estão em casa.

Categorias	Entrevista n.º 8
Participação na Génese	<p>Claro que sim, participei, apelidaram-me de mãe CERCÍ (...) Fizemos apelos pela rádio e pela televisão e os apelos foi para nos juntarmos para ver o que é que nós poderíamos fazer. O primeiro foi no dia 25 de Junho de 1975, no Instituto Superior Técnico e foi “catastráfico”, eu utilizo este adjectivo, porque estava à espera de meia dúzia de pais e apareceram mil pessoas, foi uma coisa impressionante, o auditório estava perfeitamente cheio a abarrotar e as pessoas estavam sequiosas de uma resposta e pensavam que nós já tínhamos a resposta, mas nós ainda não tínhamos a resposta, estávamos a construir a resposta. Era para construir conjuntamente com outras pessoas, de maneira que foi uma situação de facto caótica, para tomar o pulso aquela reunião foi extremamente difícil, mas consegui-se. Depois no dia 13 de Julho fez-se uma segunda no LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), onde já apresentamos o espaço onde íamos trabalhar. Dissemos que íamos trabalhar exactamente nos Olivais explicámos qual era o espaço o que é que se pretendia e aí anunciámos que as obras iriam começar no dia 25 de Agosto, que era um feriado. Convidávamos toda a gente a ir trabalhar, todos os que estivessem presentes a dar o seu melhor naquilo que soubessem e mesmo tarefas a que não estivessem habituados, tal como eu não estive, eu nunca tinha pegado (...) tijolos e andar por ali fora ou pegar nos baldes com massa etc. também o fiz ao mesmo tempo que observava crianças e conversava com pais. Naquela confusão total fazia-se de tudo. De facto nós anunciamos no dia 25 de Agosto que iríamos começar a construir a Escola e garantimos que em Outubro iríamos abrir a Escola, ninguém acreditou em nós, quando nós sabemos que as coisas para se fazerem demoram anos, nós íamos fazer isto em <b>50</b> e tal dias, (...) no dia 13 de Outubro a escola abriu, para espanto de toda agente e entraram os primeiros jovens na CERCÍ de Lisboa, nome que ainda não dizia nada a ninguém.</p> <p>Depois começamos a pedir a instituições e como ninguém acreditou na primeira leva ninguém deu nada. Os Governos dessa altura eram todos provisórios e caíam constantemente. Pessoalmente eu ia ao Ministro da Educação, sempre que um tomava posse eu pedia logo uma reunião, explicava o movimento (...) ao secretário de estado e por aí a fora até ao director de serviço a explicar tudo, sim senhora, estavam empenhadíssimos, daí a pouco tempo esse governo caía e repetia isso tudo. (...) empresas colaboraram muito. Nós íamos ter com as empresas, do cimento, dos tijolos, etc. fazíamos o discurso para o que era e pedíamos descontos ou até darem-nos se possível. (...) e foi assim que as coisas surgiram, com muita gente interessada, muita gente anónima que ali trabalhou, que é preciso ver, não são só os nomes dos garaudos que ficaram para a posteridade, há gente anónima que teve um contributo fabuloso.</p>
Génese Valores	<p>Isto nasceu de uma vontade enorme do 25 de Abril de fazer qualquer coisa de especial. Pessoalmente fazia-me muita impressão que as crianças portadores de deficiência estivessem por aí (...) encafuadas em casa (...) Os Colégios particulares que existiam, pouquíssimos e para bons níveis financeiros, respondiam a dificuldades de aprendizagem, mais nada. (...) classes especiais, também eram dificuldades de aprendizagem, que existiam na escola do regular, mais nada. (...) isto surge, de uma conversa que houve, de uma primeira reunião (...) na Picheleira, (...) onde se encontrou um pequeno grupo e a partir daí decidimos: “Não. Temos de fazer qualquer coisa de diferente.” Isto foi em Março de 1975 (...) e o que é certo é que nos começamos a organizar para fazer qualquer coisa, não se sabia o nome que se iria dar, não se sabia nada de nada, mas tinha-se de fazer qualquer coisa.</p>
Nome CERCÍ	<p>(...) porquê de ser CERCÍ, porque é que escolhemos esta sigla e não outra? Primeiro porque era C de <b>Cooperativa</b>, depois porque o ideal era a Educação em primeiro lugar e a Reabilitação, o E de <b>Educação</b> e o R de <b>Reabilitação</b>, partindo do pressuposto que a crianças era um ser com todos os direitos como qualquer outra pessoa, depois eram <b>Crianças</b>, porque de facto era o que nós tínhamos na altura, e o conceito <b>Inadaptado</b> foi por ser um conceito abrangente, para depois pensar-se posteriormente se calhar fazer outro tipo de triagem, mas na altura nós não sabíamos ainda o que íamos encontrar e este conceito era um conceito extremamente lato, foi por isso este nome.</p>

Disseminação Territorial	(...) começa a CERC I de Lisboa mas na minha cabeça nunca pensei ficar por Lisboa, porque de facto conhecia o país e sabia que tudo estava nas mesmas condições, pior ainda que Lisboa, que sempre foi a capital, o centro com o tal poder decisório e com os tais poucos Colégios que existiam eram de facto sediados em Lisboa e no Porto. Começamos a dar muitas entrevista na rádio nomeadamente era esse o meu papel, e falava para escolas, e falava para Alcoitão, para os cursos das várias terapias para encontrar gente, também não tínhamos pessoal qualificado na altura, havia muito pouco. Falar em todo o lado, no Instituto Aurélio da Costa Ferreira, que era o sítio da formação na altura, (...) dinamizar outros pais, passar a mensagem para outros pais de outras terras e quem nos ia ouvindo ia-nos pedindo ajuda. E assim nasceu logo rapidamente Barreiro e Almada, que nasceram logo a seguir, porque estavam aqui pais próximo, porque nos ouviram. E então o que é que nós fizemos, andámos pelo país inteiro, à medida que alguém nos surgia de uma terra qualquer, convocava-se uma reunião na Câmara Municipal ou noutro sítio qualquer, que eles achassem por bem, explicávamos o nosso modelo e dizíamos: - “Estamos prontos a ajudar. Não ficam dependentes de nós, vão ser autónomos e nós damos a ajuda toda que for necessária”. E assim foi pelo país inteiro. (...) o fim da palavra CERC I tem haver com a terra, CERCISA – Seixal e Almada, CERCIMB – Moita e Barreiro, CERCIAV – Aveiro, etc. Portanto isto espalhou-se assim (...) isto significou anos seguidos sem férias a ir de terra em terra falar e ajudar em tudo o que fosse necessário.
1ª CERC I Local	Foi divertidíssimo para descobrir o espaço. Não havia espaço para coisa nenhuma, ia-se aos Ministérios, ninguém pensava que nós iríamos fazer alguma coisa de jeito, porque naquela loucura do pós 25 de Abril, que havia com que houvesse muitos projectos, mas muitos também caíam, porque não eram concretizáveis, e aquele espaço foi depois de andar quilómetros e quilómetros por essa Lisboa a ver (...) passámos por várias Juntas de Freguesia a pedir se havia espaços, não havia espaços devolutos, a pedir aos Ministérios se haviam espaços devolutos, também nos diziam que não, e nós continuávamos. As noites todas eram passadas no carro à procura de espaços. E isto é engraçadíssimo porque depois no outro dia estava toda a gente a trabalhar, eu não dei uma única falta por causa disto, até que depois vimos que talvez arquitectonicamente fosse possível um espaço de um prédio social, da zona dos Olivais, aproveitar esse espaço, o prédio tinha o primeiro andar alto e não havia rés-do-chão, eram tudo colunas e portanto era fechar aquele espaço, pedir autorização para fechar aquele espaço e começar aí a escola primeira, e isso era da Caixa Nacional de Pensões que nos deu esse espaço por uma renda de 200\$00, desde que o fim se mantenha sempre para o apoio a crianças com deficiência. E assim foi, um prédio muito problemático (...) com muitas dificuldades, a implementação aí não foi fácil, foi preciso fazer um trabalho com todo o prédio. Fizemos cursos nocturnos de alfabetização para aquele prédio, toda uma maneira diferente de tratar com eles para ver se os cativávamos para a causa e inclusivamente integrámos pessoas que moravam no prédio, o caso da Luisa Rodrigues.
Agentes	(...) até que decidimos ser uma cooperativa, precisávamos de dez elementos, foram quatro pais (...) duas Assistentes Sociais, um Psicólogo e três pessoas interessadas, que era um número de dez para ser cooperativa. O ser cooperativa foi pensado, não foi associação foi cooperativa, exactamente para implicar toda a gente neste processo e nasceu desta vontade.
Cargo / Função / Estatuto	O estatuto foi de facto ser a dinamizadora disto, este grupo que de facto tinha de ter uma certa liderança (...) eu era das que liderava, e a minha função foi exactamente coordenar isto tudo. Professora destacada e mãe (...)
Papel do Movimento	(...) veio fazer com que os deficientes aparecessem (...) empurrar legislação (...) Aos poucos e até agora houve um grande movimento no Ministério da Educação para integrara os jovens com deficiência. Tanto que nós passamos de integração para hoje termos a palavra inclusão. Desde a Declaração de Salamanca de 1994 já temos a inclusão. Portanto houve um grande processo e eu acho que nós impulsionámos também esse processo.
	Génese da FENACERC I - mas antes da FENACERC I houve uma coordenação do Movimento CERC I, que estava personificada em mim, portanto era eu que no fim de cada reunião e nós fazíamos reuniões inter-centros. Começámos a faze-la muito cedo, em 1976 (...) a primeira

<p>FENACERCÍ Advocacia Social Políticas Sociais</p>	<p>reunião foi no Barreiro com as quatro CERCÍ existentes na altura. Depois fazíamos reuniões mensais que era extremamente interessante e cada vez vinha mais um e fazíamos em centros diversificados para conhecermos a realidade também física e o próprio pessoal. E isso foi o <u>berço da FENACERCÍ</u> e depois no fim dava sempre uma entrevista à televisão onde explicava o que é que tinha acontecido. A televisão era sempre chamada fosse em que terra fosse, porque era extremamente importante (...) poucos minutos que fossem ficava a imagem, e por outro lado, <u>tudo o que se tinha decidido era entregue nos vários ministérios</u>. E porque (...) eu estava centrada no sítio do poder, que era Lisboa, e tinha a experiência já, uma vez que tinha arrancado com os meus colegas nesta grande aventura. (...) porque desde o princípio se pensou numa Federação (...) “E porque não uma Federação”. Foi uma boa opção (...) porque era impossível isto ficar centralizado numa ou duas pessoas, e tinha de ser um estrutura e uma estrutura que possa de facto dialogar com as várias governamentais.</p>
<p>FENACERCÍ v/s CERCÍ</p>	<p>(...) coordena e deve ajudar aqueles que mais necessitam (...) pelos acordos que tem feito, pelas ligações internacionais que tem neste momento (...) tudo isso são maneiras de aprendizagem e que são de facto fundamentais.</p>
<p>Mudanças no Movimento</p>	<p>(...) as CERCÍ cresceram, tiveram a sua maturidade, diferenciaram-se o que também é importante, porque as primeiras tinham todas um modelo muito homogéneo, depois foram crescendo como qualquer pessoa que cresce e é de facto diferentes uns dos outros e transformaram-se muito, hoje em dia, porque as políticas são outras. Pela inclusão a esmagadora maioria dos miúdos estão nas escolas regulares (...) teve que ir muito mais para a via ocupacional e profissional que era fundamental que se fizesse, aliás quando nós sonhamos isto, para lhe dar a ideia da nossa capacidade lírica no momento, quando nós sonhamos e em determinada altura sonhei uma coisa que é uma loucura e já agora conto-lhe a minha loucura: as CERCÍ deveriam ser espalhadas por todo o país e cada uma delas ia produzir coisas diferentes de tal maneira que nós éramos auto-suficientes. Nós ainda na CERCÍ Lisboa começámos a construir brinquedos que vendia-mos a outras CERCÍ. Hoje as CERCÍ estão muito viradas para a parte ocupacional e profissional e que é extremamente importante, por uma razão muito simples, quando se começou a falar em inclusão (...) Eu acredito na inclusão só que conheço muito bem estas populações e sei que no fim vão, e é isso que tem acontecido.</p> <p>A CERCÍ é sempre aquele suporte extremamente importante e começou a ter uma outra vertente, que antigamente não tinham que era a Intervenção Precoce, na altura não se falava ainda disso (...) A outra grande evolução que é extremamente positiva foi o contacto com as Escolas do Ensino Regular e projectos em conjunto e isso é fundamental e é uma mais valia para a Escola do Regular também, porque vai encontrar técnicos nas CERCÍ que a Escola do regular não tem. Por sua vez os alunos da CERCÍ podem ter os companheiros, os seus pares do regular e fazer algumas actividades com eles. Este foi o crescimento e este crescimento é perfeitamente normal que aconteça e foi muito positivo.</p>
<p>Papel dos Pais</p>	<p>isto nasceu de facto de um grupo de pais acima de tudo, mas nesse grupo de pais, não há dúvida nenhuma que eram pais diferenciados culturalmente (...) E o que nós queríamos era de facto que os outros pais todos percebessem que se o Estado não dava resposta, tínhamos que ser nós a encontrar a resposta, mas exigindo obviamente apoios para que isto acontecesse. Porque no início ninguém nos deu nenhum apoio, mas ninguém. Quando isto começou, os primeiros dinheiros obviamente foram nossos.</p>
<p>Serviços Prestados</p>	<p>Os serviços prestados (...) passou a ser a Intervenção Precoce, os CAO, os CEP e a Formação Profissional mais intensivamente do que a parte educacional foi-se perdendo, só para os casos mais profundos (...)</p>
<p>Formação de Activos</p>	<p>(...) a CERCÍ de Lisboa fez várias conferências, as melhores cabeças da época, que ainda hoje são consideradas, como a Maria de Lurdes Levy, a Maria da Graça Andrada, Gomes Pedro (...) Fizemos cursos internos. Fizemos um curso muito interessante em que entravam além dos técnicos, entrava todo o pessoal auxiliar, para mudar as cabeças, mudar a estrutura, porque um dos nossos lemas no primeiro regulamento</p>



	interno, a primeira clausula do regulamento interno dizia (...): “qualquer pessoa que esteja neste centro é educador” Desde o pessoal de cozinha ao pessoal de limpeza fez esse curso também para mudar mentalidades. Portanto apostou-se muito nesse aspecto.
Profissionalização	(...) os quadros tiveram que mudar obviamente, se nós vamos para uma Formação Profissional, <u>obviamente temos de ter outro tipo de técnicos</u> . E a própria <u>gestão passou a ser uma gestão diferente</u> daquela que era. A primeira gestão havia muito amadorismo, havia muita vontade mas éramos amadores, agora as <u>gestões penso eu que sejam mais profissionais</u> .
O Movimento ainda se Perpetua ?	Claro que sim sem dúvida nenhuma, sem dúvida nenhuma e é fundamental que assim seja e não vai morrer, é das conquistas do 25 de Abril (...) pode ter a certeza absoluta. Quando se fala em democracia, não se pode falar de democracia sem se falar neste Movimento.



## **APÊNDICE D**

---

Sinótese das entrevistas



## Sinópsse das Entrevistas

Entrevistas	Categoria de Análise: <b>Génese</b>
Entrevista n.º 1	(...) sim. Eu entrei na CERC I a 1 de Setembro de 1975, estava a ser levantado o chão e algumas paredes, do lado do ginásio estava-se a fazer a cozinha, a haviam já umas divisórias que eram as possíveis salas, do outro lado da escola. (...) ainda acartei muito tijolo, muito cimento, fiz muita massa, com alguns dos sócios efectivos da CERC I, fiz chão, tectos, coloquei lâmpadas, forrei chão com alcatifa, coloquei vidros (...) comecei praticamente tudo das paredes, do levantar das paredes (...)
Entrevista n.º 2	Sim, sim. (...) estava a trabalhar no ensino privado, nos Colégios de E. E. e estava deveras preocupada por não haver respostas significativas para a pessoa com deficiência mental, (...) que não tinha realmente estruturas de atendimento isto ao nível do Estado. Tinha sim respostas privadas (...) em Colégios com fins lucrativos e que não davam realmente essa resposta cabal uma vez que aos pais também interessava ter alguma estrutura de resposta, que fosse (...) mais acessível e onde não tivessem de despende as verbas (...) as entidades que estavam ligadas aos Colégios (...) tinham fins lucrativos, não estavam ali para fazer benesses (...) estavam ali para ganhar o seu dinheiro, embora houvesse respostas adequadas e eu estive a trabalhar num. (...) estava preocupada como penso que muita gente estava, estou a falar agora de técnicos e pessoas especializadas pelo então Instituto António Aurélio da Costa Ferreira (...)
Entrevista n.º 3	Sim, participei no arranque (...)
Entrevista n.º 4	Não, quando entrei na cooperativa já foi em 1980 (...)
Entrevista n.º 5	Quando eu cheguei à CERCISIMBRA, que existe desde 1976 (onde estou desde Setembro de 1983, destacado) já havia esse percurso.
Entrevista n.º 6	(...) estive na génese do movimento CERC I (...) a CERC I Peniche foi criada em 1977, oficialmente e começou a ser preparada muito antes (...) embora não de uma forma muito directa digamos assim, mas como munícipe e como colega de trabalho de alguns professores que estiveram mais envolvidos do que eu, mas acompanhei de facto muito de perto o projecto de criação da CERC I Peniche.
Entrevista n.º 7	(...) na génese não participei (...) quando ouvi um apelo pela Rádio em que os pais se estavam a juntar e os técnicos, para fazer qualquer coisa que na altura não se sabia ainda o que era. Eu fiquei atenta e realmente não tive nas tais reuniões que tiveram que existir, (...) o apelo que faziam pela rádio era para as pessoas se juntarem (...) no LNEC e em vários sítios cá de Lisboa, fiquei atenta (...) eu apareço no primeiro peditório que ouve na Ponte 25 de Abril, e que foi logo em 1975, exactamente para a angariação de fundos para que a CERC I pudesse funcionar. Não havia dinheiro, a não ser realmente a vontade forte desta gente toda que se juntou e então eu aí já apareço voluntariamente a tratar do peditório e a juntar-me às pessoas no sentido da angariação de fundos. (...) a minha filha na altura estava com resposta no Colégio (...) sofreu ali algumas convulsões de autogestão (...) as coisas não estavam a correr muito bem e de maneira que eu vim logo procurar a CERC I (...) CERC I nasceu a 13 de Outubro de 1975.
Entrevista n.º 8	Claro que sim, participei, apelidaram-me de mãe CERC I (...) Fizemos apelos pela rádio e pela televisão e os apelos foi para nos juntarmos para ver o que é que nós poderíamos fazer. O primeiro foi no dia 25 de Junho de 1975, no Instituto Superior Técnico e foi “catastráfico”, eu utilizo este adjectivo, porque estava à espera de meia dúzia de pais e apareceram mil pessoas, foi uma

	<p>coisa impressionante, o auditório estava perfeitamente cheio a abarrotar e as pessoas estavam sequiosas de uma resposta e pensavam que nós já tínhamos a resposta, mas nós ainda não tínhamos a resposta, estávamos a construir a resposta. Era para construir conjuntamente com outras pessoas, de maneira que foi uma situação de facto caótica, para tomar o pulso aquela reunião foi extremamente difícil, mas consegui-se. Depois no dia 13 de Julho fez-se uma segunda no LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), onde já apresentamos o espaço onde íamos trabalhar. Dissemos que íamos trabalhar exactamente nos Olivais explicámos qual era o espaço o que é que se pretendia e aí anunciámos que as obras iriam começar no dia 25 de Agosto, que era um feriado. Convidávamos toda a gente a ir trabalhar, todos os que estivessem presentes a dar o seu melhor naquilo que soubessem e mesmo tarefas a que não estivessem habituados, tal como eu não estive, eu nunca tinha pegado (...) tijolos e andar por ali fora ou pegar nos baldes com massa etc. também o fiz ao mesmo tempo que observava crianças e conversava com pais. Naquela confusão total fazia-se de tudo. De facto nós anunciamos no dia 25 de Agosto que iríamos começar a construir a Escola e garantimos que em Outubro iríamos abrir a Escola, ninguém acreditou em nós, quando nós sabemos que as coisas para se fazerem demoram anos, nós íamos fazer isto em 50 e tal dias, (...) no dia 13 de Outubro a escola abriu, para espanto de toda agente e entraram os primeiros jovens na CERCI de Lisboa, nome que ainda não dizia nada a ninguém.</p> <p>Depois começamos a pedir a instituições e como ninguém acreditou na primeira leva ninguém deu nada. Os Governos dessa altura eram todos provisórios e caíam constantemente. Pessoalmente eu ia ao Ministro da Educação, sempre que um tomava posse eu pedia logo uma reunião, explicava o movimento (...) ao secretário de estado e por aí a fora até ao director de serviço a explicar tudo, sim senhora, estavam empenhadíssimos, daí a pouco tempo esse governo caía e repetia isso tudo. (...) empresas colaboraram muito. Nós íamos ter com as empresas, do cimento, dos tijolos, etc. fazíamos o discurso para o que era e pedíamos descontos ou até darem-nos se possível. (...) e foi assim que as coisas surgiram, com muita gente interessada, muita gente anónima que ali trabalhou, que é preciso ver, não são só os nomes dos garaudos que ficaram para a posteridade, há gente anónima que teve um contributo fabuloso.</p>
<b>Entrevistas</b>	<p style="text-align: center;"><b>Categoria de Análise: Génese</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Sub-categoria: Valores</b></p>
Entrevista n.º 3	O significativo e o que me recorde da época é a grande solidariedade e a grande entrega a todas as pessoas, para que nas mais pequenas coisas de construção que se fazia e as próprias pessoas faziam essa construção e ajudavam aos fins de semana até com materiais ou com trabalho, era uma vontade, no somatório de vontades que na altura se mobilizou.
Entrevista n.º 5	E é amor de vida.
Entrevista n.º 6	A verdade depois é que esse um ou dois anos, foi-se consolidando na medida em que eu comecei a descobrir sucessivamente novos desafios e fui começando a gostar deste tipo de trabalho de ajudar pessoas a encontrar caminhos para a cidadania, para a inserção e de uma forma natural fui ficando. (sentimento de pertença ao grupo) (...) continuo ligado à CERCI, vou continuar com o meu trabalho voluntário, como aliás, como grande parte do que faço é em regime de voluntariado (...)
Entrevista n.º 8	Isto nasceu de uma vontade enorme do 25 de Abril de fazer qualquer coisa de especial. Pessoalmente fazia-me muita impressão que as crianças portadores de deficiência estivessem por aí (...) encafuadas em casa (...) Os Colégios particulares que existiam, pouquíssimos e para bons níveis financeiros, respondiam a dificuldades de aprendizagem, mais nada. (...) classes especiais,

	também eram dificuldades de aprendizagem, que existiam na escola do regular, mais nada. (...) isto surge, de uma conversa que houve, de uma primeira reunião (...) na Picheleira, (...) onde se encontrou um pequeno grupo e a partir daí decidimos: “Não. Temos de fazer qualquer coisa de diferente.” Isto foi em Março de 1975 (...) e o que é certo é que nos começamos a organizar para fazer qualquer coisa, não se sabia o nome que se iria dar, não se sabia nada de nada, mas tinha-se de fazer qualquer coisa.
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Génese</b> <b>Sub-categoria: Logo</b>
Entrevista n.º 2	(...) logo ao lado, estava um homem extraordinário que já faleceu, e deixo-lhe a minha homenagem, o João Calçado, que de imediato fez o logo da primeira CERIC, que é a menina e a borboleta, que por aí andar, vi ele exactamente traçando a bonequinha, a borboleta e todo o contexto do logo (...)
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Génese</b> <b>Sub-categoria: Nome CERIC</b>
Entrevista n.º 2	(...) como é que ao formarmos uma cooperativa (...) que nome lhe vamos dar? Nessa altura eu vinha de uma Escola Pedagógica, o Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, onde a Directora era uma pessoa muito próxima do Jean Piaget, e na altura a terminologia encontrada para pessoas com deficiência a quem não se queriam chamar, nem débeis, nem idiotas, porque estas eram as classificações antigas, passaram a chamar todo aquele indivíduo que fugia um bocadinho à direita ou a esquerda do caminho cognitivo encontrado como um padrão normal, então chamar-se-iam a essas crianças inadaptaadas. E foi numa reunião à noite entre técnicos e pais que se falou: - E que nome se dá à Cooperativa? Se é para isso que vamos, para uma cooperativa. E então eu e a outra colega dissemos: - Atenção deficiência mental não pode entrar aí, inadaptaados sim, Cooperativa para a Educação, mas também se reabilita, Reabilitação, de Crianças Inadaptaadas e daí surge o nome CERIC.
Entrevista n.º 8	(...) porquê de ser CERIC, porque é que escolhemos esta sigla e não outra? Primeiro porque era C de <b>Cooperativa</b> , depois porque o ideal era a Educação em primeiro lugar e a Reabilitação, o E de <b>Educação</b> e o R de <b>Reabilitação</b> , partindo do pressuposto que a crianças era um ser com todos os direitos como qualquer outra pessoa, depois eram <b>Crianças</b> , porque de facto era o que nós tínhamos na altura, e o conceito <b>Inadaptaado</b> foi por ser um conceito abrangente, para depois pensar-se posteriormente se calhar fazer outro tipo de triagem, mas na altura nós não sabíamos ainda o que íamos encontrar e este conceito era um conceito extremamente lato, foi por isso este nome.
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Génese</b> <b>Sub-categoria: Disseminação Territorial</b>
Entrevista n.º 2	(...) onde surge o primeiro centro, e dá-me a impressão que é aí que começa o grande movimento, o grande movimento CERIC, o haver a necessidade de dimensionar isto para um país. Começamos a ser contactados, estou-me a lembrar, por exemplo, eu fui de imediato contactada por famílias de Estremoz (...)
Entrevista n.º 7	(...) andou pelo país fora a dinamizar, outras pessoas, outros técnicos e outros pais no sentido de nascerem mais CERIC e até ao

	fim desse ano nasceram mais três ou quatro CERC I (...)
Entrevista n.º 8	(...) começa a CERC I de Lisboa mas na minha cabeça nunca pensei ficar por Lisboa, porque de facto conhecia o país e sabia que tudo estava nas mesmas condições, pior ainda que Lisboa, que sempre foi a capital, o centro com o tal poder decisório e com os tais poucos Colégios que existiam eram de facto sediados em Lisboa e no Porto. Começamos a dar muitas entrevista na rádio nomeadamente era esse o meu papel, e falava para escolas, e falava para Alcoitão, para os cursos das várias terapias para encontrar gente, também não tínhamos pessoal qualificado na altura, havia muito pouco. Falar em todo o lado, no Instituto Aurélio da Costa Ferreira, que era o sítio da formação na altura, (...) dinamizar outros pais, passar a mensagem para outros pais de outras terras e quem nos ia ouvindo ia-nos pedindo ajuda. E assim nasceu logo rapidamente Barreiro e Almada, que nasceram logo a seguir, porque estavam aqui pais próximo, porque nos ouviram. E então o que é que nós fizemos, andámos pelo país inteiro, à medida que alguém nos surgia de uma terra qualquer, convocava-se uma reunião na Câmara Municipal ou noutra sítio qualquer, que eles achassem por bem, explicávamos o nosso modelo e dizíamos: - “Estamos prontos a ajudar. Não ficam dependentes de nós, vão ser autónomos e nós damos a ajuda toda que for necessária”. E assim foi pelo país inteiro. (...) o fim da palavra CERC I tem haver com a terra, CERCISA – Seixal e Almada, CERCIMB – Moita e Barreiro, CERCI AV – Aveiro, etc. Portanto isto espalhou-se assim (...) isto significou anos seguidos sem férias a ir de terra em terra falar e ajudar em tudo o que fosse necessário.
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: 1ª CERC I – Local</b>
Entrevista n.º 1	(...) Era nos Olivais, na Rua Cidade da Beira, que era o antigo Lote 2 (...)
Entrevista n.º 2	(...) já tinha sido o 25 de Abril, estávamos em 1975, portanto estávamos na fase das ocupações (...) nunca gostei muito de ir ocupar a casa dos outros, procurámos por aí por essa Lisboa (...) (...) encontrámos o local ideal e nasceu o primeiro centro CERC I Lisboa, em Olivais naquela estrutura daquele prédio, com colunas por baixo onde surge o primeiro centro, e dá-me a impressão que é aí que começa o grande movimento (...)
Entrevista n.º 8	Foi divertidíssimo para descobrir o espaço. Não havia espaço para coisa nenhuma, ia-se aos Ministérios, ninguém pensava que nós iríamos fazer alguma coisa de jeito, porque naquela loucura do pós 25 de Abril, que havia com que houvesse muitos projectos, mas muitos também caíam, porque não eram concretizáveis, e aquele espaço foi depois de andar quilómetros e quilómetros por essa Lisboa a ver (...) passámos por várias Juntas de Freguesia a pedir se havia espaços, não havia espaços devolutos, a pedir aos Ministérios se haviam espaços devolutos, também nos diziam que não, e nós continuávamos. As noites todas eram passadas no carro à procura de espaços. E isto é engraçadíssimo porque depois no outro dia estava toda a gente a trabalhar, eu não dei uma única falta por causa disto, até que depois vimos que talvez arquitectonicamente fosse possível um espaço de um prédio social, da zona dos Olivais, aproveitar esse espaço, o prédio tinha o primeiro andar alto e não havia rés-do-chão, eram tudo colunas e portanto era fechar aquele espaço, pedir autorização para fechar aquele espaço e começar aí a escola primeira, e isso era da Caixa Nacional de Pensões que nos deu esse espaço por uma renda de 200\$00, desde que o fim se mantenha sempre para o apoio a crianças com deficiência. E assim foi, um prédio muito problemático (...) com muitas dificuldades, a implementação aí não foi fácil, foi preciso fazer um trabalho com todo o prédio. Fizemos cursos nocturnos de alfabetização para aquele prédio, toda uma maneira diferente de tratar com eles para ver se os cativávamos para a causa e inclusivamente integrámos pessoas que moravam no prédio, o caso da Luisa Rodrigues.



<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Agentes</b>
Entrevista n.º 1	A CERCÍ estava a ser construída por alguns pais, com filhos portadores de Deficiência Mental (...) os arquitectos, os desenhadores (...) duas Assistentes Sociais, na altura que era da Caixa da Industria. Depois foi a população que morava por cima do Lote 2, que veio ajudar (...)
Entrevista n.º 2	conhecendo uma mãe (...) deveras preocupada com a situação e que me diz estar a iniciar conversações com outros pais e pessoas amigas, e técnicos, faltavam-lhes técnicos na altura, tinham duas Técnicas de Serviço Social, da então Caixa do Comércio, tinham outros pais (...) amigos, pessoas preocupadas (...) com a situação e que lhe faltavam a opinião de técnicos, e foi aí que eu aderi a essas reuniões (...) e daí se inicia alguma proximidade (...) entre técnicos, pais, arrancar com a cooperativa, onde? como?
Entrevista n.º 8	(...) até que decidimos ser uma cooperativa, precisávamos de dez elementos, foram quatro pais (...) duas Assistentes Sociais, um Psicólogo e três pessoas interessadas, que era um número de dez para ser cooperativa. O ser cooperativa foi pensado, não foi associação foi cooperativa, exactamente para implicar toda a gente neste processo e nasceu desta vontade.
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Questão Política</b>
Entrevista n.º 1	(...) tinha haver também com pessoas, com questões políticas, portanto tinha haver com pessoal de esquerda, vivia-se o movimento em Portugal (...) (...) foram 30 anos, a CERCÍ estava muito ligada ao 25 de Abril, agente não quero politizar as coisas, mas é (...), assim como do 25 de Abril já se perdeu tanto (...) É normal que se tenha mudado, e há um distanciamento muito grande entre o que foi a CERCÍ à trinta anos assim como há um distanciamento do que foi o 25 de Abril à trinta anos, ouve muitos ganhos mas penso que se perdeu muita coisa.
Entrevista n.º 2	E o engraçado é que na diversidade política ou de tendências políticas estava ali um bocadinho de tudo, digo e sem desagravo e sem desagrado que sou socialista mas tinha ao meu lado UDP, e o MES, Movimento da Esquerda Socialista, os MES e as UDP iam muito pelo ocupar casas e eu muito mais pacata e muito mais cautelosa dizia: - Ocupar não! Vamos ver de um sítio. Não se ocupa nada a ninguém, não vá agente todos para a “Choldra”, era sempre o que eu dizia e riamo-nos muito com isso.
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Cargo / Função / Estatuto</b>
Entrevista n.º 1	Eu entrei para trabalhar na secretaria (...) éramos pessoal auxiliar ou vigilantes, depois os estatutos vieram-se a ganhar, mas estava na sala como auxiliar, portanto fazíamos tudo, estava numa sala de profundos.
Entrevista n.º 2	(...) estatuto, (...) Professora de Educação Especial (...)
Entrevista n.º 3	(...) monitores de educação física, (...) naquela sala nos Olivais que era antigamente o ginásio (...) nesse primeiro ano julgo que 1975/76 (...) depois no outro ano lectivo já estive no primeiro ano da faculdade, mas depois continuei, alguns dos meus colegas só fizeram o cívico e foram-se embora, eu continuei a dar uma ajuda nos serviços administrativos com outras pessoas. (...) ao principio como regime voluntariado e depois mesmo como part-time (...) a partir daí fui tirar um curso à noite (...) e durante o dia estava cá. <i>(Actualmente Tesouteiro da Direcção)</i>
Entrevista n.º 4	Entreí como Terapeuta Operacional (...) Actualmente sou Vice-Presidente da Direcção e sou Directora Pedagógica da

	Cooperativa
Entrevista n.º 5	(...) professor destacado (...)
Entrevista n.º 6	(...) fui destacado para uma CERC I, neste caso para a CERC I Peniche (...) entrei com um cargo (...) Coordenador da Pré-Profissional (...)
Entrevista n.º 7	(...) torno-me sócia efectiva da CERC I e começo desde logo a colaborar como <b>voluntária</b> na CERC I e passado pouco tempo (...) fui convidada para fazer parte do <b>Conselho Cooperativo</b> . Porque havia três Conselhos, era o Conselho Pedagógico, o Conselho Cooperativo e o Conselho Executivo (...) fui <b>Presidente da Mesa da Assembleia Geral</b> durante um período, que eram chamados os Presidentes A-DOC (...) 1979 a CERC I convidou-me para eu vir trabalhar para a CERC I e assumir a <b>Coordenação do Centro dos Olivais</b> . (...) <b>serviços administrativos</b> (...) Assegurei a secção de pessoal, assegurei a caixa, portanto estive durante uns anos naquela tarefa. Depois vim a assumir a <b>chefia dos serviços administrativos</b> e depois de assumir a chefia dos serviços administrativos, passado um ano ou dois propuseram-me para a Direcção e eu aceitei e ocupei o lugar de <b>secretária da Direcção</b> (...) durante um mandato, depois houve novamente eleições propuseram-me para <b>Presidente da Direcção</b> (...)
Entrevista n.º 8	O estatuto foi de facto ser a dinamizadora disto, este grupo que de facto tinha de ter uma certa liderança (...) eu era das que liderava, e a minha função foi exactamente coordenar isto tudo. Professora destacada e mãe (...)
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Envolvimento da Comunidade</b>
Entrevista n.º 1	Depois foi a população que morava por cima do Lote 2, que veio ajudar.
Entrevista n.º 4	
Entrevista n.º 5	(...) hoje em dia uma CERC I não é deslocalizável (...) Agora aquilo que as CERC I também têm que outras Cooperativas terão é dar coesão social a um certo território de inserção (...) tem um espírito e uma curiosidade em relação ao meio, porque se trata de fazer a integração ou de otimizar para cada projecto de vida, para cada um dos projectos de vida dos seus utentes (...) por um lado, tem um papel importante em termos da coesão do Apoio Social às famílias que apoiam directamente (...) e um conhecimento do meio que são chamadas ao trabalho em rede e sinergias de resolução perante problemas sociais (...)
Entrevista n.º 6	Porque de facto cada organização já tinha uma forte ligação à comunidade, as CERC I sempre tiveram uma fortíssima ligação às comunidades de origem mas depois não tinham uma projecção nacional deste volume de trabalho que parcelarmente desenvolvem e a FENACERC I surge com esse objectivo. O que é que se ganha com isso? Ganha-se desde logo, do ponto de vista duma ideia global da acção, porque a FENACERC I passou a congregar nela um espaço geográfico imenso, que é um espaço de norte a sul de Portugal, porque desde o início que existem CERC I na zona Norte, em Guimarães, em Espinho etc., e na zona sul, em Beja, Portimão, etc., passou haver uma entidade que representava não uma realidade concelhia ou regional, mas uma realidade Nacional.
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Porquê a Mobilização?</b>
Entrevista n.º 1	(...) não havia saídas para o ensino especial, haviam colégios, que eram muito caros (...) haviam poucas escolas, eram tudo do foro particulares (...) a maior parte dos miúdos estavam em casa com famílias, ou com os avós (...) Eram pais que se encontravam uma vez por semana, lembro-me que era à quarta-feira, ia tudo ao Centro de Paralisia Cerebral ter consultas (...) outros estavam no insucesso escolar, miúdos que já tinham repetido um, dois, três anos, nas escolas normais (...)

Entrevista n.º 2	<p>(...) a falha de respostas, porque na altura, (...) falava-se em 300 mil pessoas com deficiência mental, (...) mas eram mais, eram muitos mais. (...) e a dimensão de um país tão pequeno que em termos da deficiência e das necessidades era um enorme país, porque as necessidades eram muitas.</p> <p>Essas pessoas estavam por todo o país, bastava tão só estar atento e percorrer aldeias (...) vilas (...) para se verificar que havia imensas crianças com deficiência mental que não tinham nem o Colégio, nem a Escola, o ensino regular, era impensável nessa altura, nem tinham classes especiais, porque também existia o modelo classe especial (...) Estavam em casa, na rua por exemplo, vi muitos na rua brincando entretidos sentados às soleiras da porta, vi muitos, sobretudo deficientes motores com comprometimento mental, vi muita, muita criança assim.</p>
Entrevista n.º 3	<p>(...) a necessidade (...) na altura do 25 de Abril não havia instituições, as instituições que haviam (...) eram privadas (...) caras e não havia muitas e então os pais juntaram-se (...) era na altura que o movimento cooperativo fazia sentido e faz com certeza ainda hoje, mas na altura mais, com mais propriedade porque eram nos anos de 75/76 e então a forma cooperativa foi a forma com que eles se juntaram para fazer pais e técnicos e outras pessoas.</p>
Entrevista n.º 4	<p>Eu penso que foi um profundo descontentamento com as condições até aí para as pessoas com deficiência mental, a falta de respostas e as respostas que existiam eram de facto para além de poucas, muitíssimo desadequadas (...) foi isso que mobilizou os pais em encontrarem (...) respostas dignas (...) e que respondessem às suas necessidades e às necessidades dos seus filhos, ou das pessoas com deficiência em geral.</p>
Entrevista n.º 5	<p>A necessidade de ter escola para os seus filhos. E quando surgiram as CERCÍ, surgiram muitas coisas, eu participei num movimento de (...) iniciativas sociais de base, como em comissões de moradores na zona onde vivia, penso que terá sido desse grande impulso, (...) de haver iniciativas de base para dar resposta a necessidades sentidas. E pronto, a história das CERCÍ é para as crianças e jovens com deficiência mental, e foi o ponto de partida.</p>
Entrevista n.º 6	<p>que é o facto de na área da educação não haver respostas educacionais estruturadas para crianças com deficiência mental, e grande parte delas tinham de ficar em casa ao encargo dos pais, que tinham assim um duplo problema. Por um lado, os filhos não participavam num espaço de desenvolvimento que é a Escola, com graves problemas daí provenientes, e por outro lado, também (...) tinham o problema de ter alguém que tomasse conta dos filhos, pelo facto de não estarem escolarizados. E isso fez com que numa altura, em que estas questões de fundo, de cidadania eram muito facilmente colocadas à discussão, estamos a falar num período pós revolucionário, estamos a falar nas comissões de bairro, nas comissões de moradores, estamos a falar dos movimentos para a igualdade dos cidadãos, estamos a falar do movimento para a democracia, entendido de uma forma plena, digamos que esta questão, este problema tornou-se emergente e mereceu a sensibilidade das pessoas e portanto, foi relativamente fácil mobilizar em torno de um conjunto de pais que tinham um problema, um conjunto de munícipes, de autarcas, de professores, de técnicos que partilhavam estas preocupações e que achava que podiam ter um papel e uma construção de uma resposta. <u>Portanto as CERCÍ decorrem, por um lado da sinalização de um problema, e esse problema é esta ausência de resposta por parte da educação e também para muitos pais ao nível do acompanhamento dos filhos, e por outro lado, decorre também de um certo ambiente favorável à mobilização que decorria um bocado de uma certa euforia, uma certa vivência democrática e de alguma maneira vibratória do 25 de Abril. Julgo que a conjugação das duas situações tornou possível a criação da CERCÍ Lisboa, que foi a primeira, e aliás a CERCÍ, continua a ser a CERCÍ de Lisboa porque é a primeira, <b>todas as outras são por assim dizer filhas ideológicas da CERCÍ Lisboa</b> porque nascem exactamente a partir do modelo que se viu que</u></p>

	funcionava, provavelmente se a CERCI Lisboa tivesse sido um fracasso, hoje não teríamos CERCI o que acontece é que a CERCI Lisboa não só funcionou, relativamente às respostas que queria dar, como inclusivamente cresceu e isso fez com que a partir daí nos anos seguintes, aliás o grande espaço de crescimento das CERCI decorre até (...) aos anos 80, grande parte, e depois a partir dos anos 80 a 85 e só agora recentemente é que começam a aparecer algumas cooperativas de solidariedade social que cabem dentro deste modelo, mas de facto é aquele momento a seguir a 1975/76/77/78/79 até aos anos 80 que é o grande espaço de crescimento das CERCI exactamente porque o ambiente potenciava ou facilitava, se quisermos, a criação deste tipo de respostas.
Entrevista n.º 7	Foi a necessidade que os pais tinham de uma resposta educacional para os seus filhos (...) a maioria estavam em casa portanto não tinham resposta no ensino regular, os Colégios particulares que haviam e que recebiam pessoas com deficiência, nessa altura ainda eram poucos e eram caros e esgotavam-se facilmente e daí a necessidade realmente de técnicos ligados à Segurança Social, na altura as Caixas de Previdência, e muito particularmente a Caixa da Industria, as Assistentes Sociais daquela altura eram procuradas constantemente pelos pais para encontrar escola para os seus filhos, e elas próprias não tendo resposta, juntamente com outros pais que tinham ido lá também procurar e com certeza que se conheciam, daí juntarem-se num esforço comum no sentido de construir este movimento, a que se chamou CERCI que foi a primeira que nasceu, que foi esta, e foi realmente a necessidade a de dar uma resposta a estas crianças que estavam todas em casa, sem nenhuma resposta educacional, estamos a falar ainda da educação. (...) Estava na Caixa da Industria e juntou-se ao movimento, juntou-se aos pais, sabendo das necessidades, juntou-se aos pais trazendo outros amigos, tanto os pais como as próprias Assistentes sociais e juntaram-se todos no sentido de formarem este movimento.
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Rejeição / Estigma</b>
Entrevista n.º 1	(...) estavam escondidas completamente, a sociedade desconhecia e quando vinham à rua, eram repugnados. (...) Os miúdos eram quase vistos como bichos, são seres diferentes, que teem atitudes diferentes e como eram miúdos que estavam muito fechados em casa, ao ver muita gente na rua invadiam o espaço dos outros, mas havia logo o receio, eles fazem mal e têm atitudes que não são adequadas, e essencialmente fazem mal e vão bater, era o medo. Deficiência mental estava muito ligada à agressividade ao mostro, que tem atitudes que enfurece as pessoas. <b>Mais algum exemplo?</b> Ir de autocarro e na paragem seguinte o autocarro ficar mais ou menos meio vazio, irmos a um café, e ficarmos com o café só para nós, porque os miúdos se babam, porque cheiram mal, porque se agarram às pessoas, e era um STOP. Nem nós éramos bem vindos nem eles. Quem são estes loucos todos que andam aqui na rua. Chegaram-me a dizer à uns anos atrás: - "Estas pessoas deviam estar em casa, não deviam andar misturadas com as outras pessoas, podem ser perigosas, constituem um perigo para os outros".
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Papel do Movimento</b>
Entrevista n.º 1	(...) integrar estas pessoas na sociedade, (...) fazerem-se auto-representar, e adquirindo direitos na sociedade como qualquer um de nós.
Entrevista n.º 2	(...) tem quanto a mim a vantagem de ter mudado mentalidades (...) ao criar um local, num sitio, um atendimento para as pessoas que estavam perfeitamente ignoradas, criou logo uma mente social da necessidade de dar respostas a essas pessoas, foi o mesmo que dizer: - Estes também têm direito a ter uma escola, estamos a falar de Escola, na altura era uma Escola. E portanto a

	partir daí os pais, os familiares, os próprios técnicos, os professores, as pessoas amigas, começaram a ter uma mente social colectiva de dar resposta às necessidades mais prementes, que era não ter aquele indivíduo nem na rua, nem em casa, nem escondidos, estamos a falar também que havia crianças escondidas, e mostravam-nas. O próprio movimento ajudou os pais e as outras pessoas. “Mostrem”, não há nada para esconder, há apenas que arranjar respostas mais adequadas para os objectivos que vocês querem para que o vosso filho tenham um percurso de vida.
Entrevista n.º 3	(...) este movimento que começou com a CERCI Lisboa e depois como bola de neve foi aumentando e neste momento julgo que são 50 (51) CERCI, foi tomando um peso que o Estado e os Governos tiveram que ver esse peso e transformar legislação (...)
Entrevista n.º 4	(...) é evidente que se não tivesse havido este movimento não tinha existido a visibilidade que as pessoas com eficiência mental hoje têm e portanto, de certeza que isso acabou por impulsionar também mudança nas políticas sociais do nosso país (...)
Entrevista n.º 7	o direito à Escola (...) Depois do direito à Escola a criação de legislação que a CERCI Lisboa conseguiu conjuntamente com o Ministério da Educação, que sempre entendeu que a educação deveria estar no mesmo ministério onde estava a educação das outras crianças, porque já avia as APPACDM mas que eram muito ligadas à Segurança Social (...) a CERCI Lisboa, neste caso a primeira CERCI entendeu que, apesar de termos amigos nas Caixas de Previdência, como na altura se chamavam, entendemos todos que o ideal seria nós ficarmos no Ministério da Educação e portanto essa foi a grande luta que se conseguiu que o Ministério da Educação fez legislação própria para absorver a CERCI Lisboa nesta situação, a CERCI Lisboa e mais três ou quatro que nasceram logo nesse ano, porque a CERCI Lisboa, além da defesa dos direitos das crianças que na altura agregou, andou pelo país fora a dinamizar, outras pessoas, outros técnicos e outros pais no sentido de nascerem mais CERCI e até ao fim desse ano nasceram mais três ou quatro CERCI e por conseguinte, entendeu-se que o primeiro passo seria criar legislação e criou-se essa legislação.
Entrevista n.º 8	(...) veio fazer com que os deficientes aparecessem (...) empurrar legislação (...) Aos poucos e até agora houve um grande movimento no Ministério da Educação para integrara os jovens com deficiência. Tanto que nós passamos de integração para hoje termos a palavra inclusão. Desde a Declaração de Salamanca de 1994 já temos a inclusão. Portanto houve um grande processo e eu acho que nós impulsionámos também esse processo.
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Objectivos Alcançados</b>
Entrevista n.º 1	O emprego protegido, (...) a própria saúde, a acessibilidade, o poderem-se auto-representar, no desporto, nas artes, as pessoas têm tido o seu espaço. O movimento CERCI tem a sua grande importância, foi o todos nós começamos a criar o nosso espaço, há espaço para todos e penso que a CERCI não escondeu os miúdos, veio sempre para a rua, mostrou-os no café, no cinema, nos espectáculos, nos centros de saúde, à porta das outras escolas, nós estava-mos em todo o lado, nunca escondemos dos nossos miúdos (...)
Entrevista n.º 2	(...) fizeram-se grandes acordos com o Ministério da Educação, nasce a questão dos Professores Destacados virem para as CERCI (...)
Entrevista n.º 4	(...) o direito à Pensão Social (...) de facto dignifica estas pessoas poderem de dizer: “Eu tenho o meu dinheiro que posso pagar o meu serviço” (...) as questões relativas também a sua integração, quer por exemplo, nas escolas regulares (...) Ao nível da formação profissional (...), que estas pessoas podem estar no mercado de trabalho, que estas pessoas podem competir também

	em termos de mercado de trabalho. (...) a questão das acessibilidades, a questão do desporto adaptado, que é este movimento que acaba por trazer (...) novas metodologias e novas abordagens (...)
Entrevista n.º 5	(...) começou a partir da Escola de Educação Especial, criando depois respostas a seguir à história como o CAO e a Formação Profissional, mais tarde as Residências. (...) apoio ao longo de toda a vida (...)
Entrevista n.º 6	<b>Políticas Sociais</b> – (...) as CERCI aparecem, (...) exactamente no sentido completamente contrário, ou seja, nós vamos construir qualquer coisa de novo e vamos afirmar, inclusivamente, as nossas ideias, e os nossos projectos, as nossas propostas, e é um bocado nesta lógica que se gera um movimento de mudança, que levou inclusivamente o próprio Ministério da Educação a reestruturar-se nos serviços de educação especial, na altura e que estabelecesse um quadro de parcerias que começaram a aparecer as primeiras tentativas de regulamentação da educação especial propriamente dita, não quer dizer que não houvesse já um edifício legal para sustentar aquilo que se fazia mas é com as CERCI e com esta dinâmica que começa a aparecer esta necessidade de criar ideias. E depois é assim, as CERCI estão presentes nos grandes debates que são feitos a partir de 1975/76, estão sempre presentes. Desde logo (...) as CERCI tiveram sempre presentes em todos os debates da integração ao longo dos tempos, onde estão presentes hoje nos debates sobre a Escola Inclusiva (...)
Entrevista n.º 7	Houve em primeira mão uma reivindicação e em segunda mão grupos de trabalho em que as coisas foram acertadas, e boriladas, e trabalhadas no sentido da legislação se criar e isso foi logo um segundo direito que nós tivemos, uma coisa foi criar a Escola, outra situação foi oficializar a Escola e isso logo à partida e isso foi um direito inalienável.
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: FENACERCI – Políticas Sociais / Advocacia Social</b>
Entrevista n.º 1	Eu penso que sim, ao criar-se uma federação, se ganha mais força, não se está sozinho, depois avança-se em termos de políticas sociais, na construção do cidadão com deficiência, na Auto-representação, eu penso que tem o seu valor. (...) acho que o movimento tem sempre força e ninguém está sozinho, penso que a união cria a força.
Entrevista n.º 2	Eu penso que a FENACERCI tem tido um papel preponderante, e se não tivesse, não se teria justificado que se cria-se uma Federação e ela foi criada com a CERCI Lisboa, a dizer que era necessário, e como tal essa Federação tem um papel importantíssimo, assim ela seja considerada como um parceiro para discutir políticas sociais, educativas e da saúde e que seja respeitada nessa base. Porque quando a FENACERCI apresenta uma proposta qualquer, pensou muito a pessoa com deficiência no todo e não compartimentada em várias respostas, só que depois as políticas é que não respondem dignamente a essa situação (...)
Entrevista n.º 3	(...) a determinada altura as CERCI acharam por bem criar a FENACERCI como uma voz única e não como cada uma, e fazer a sua pressão ou fazer as suas reivindicações, mas a FENACERCI como única para ter esse poder mais efectivo.
Entrevista n.º 4	Eu penso que a FENACERCI tem tido um papel importante, (...) todos os movimentos associativos têm que ter um papel importante e acredito que lutar sozinha é completamente diferente de lutarmos todos juntos (...) a FENACERCI consegui de facto congregar as CERCI e (...) ter (...) força, e um peso que seria impossível de cada instituição de por si ter, e portanto conseguir também mais facilmente levar a quem tem direito, e nomeadamente aos decisores deste país quer as preocupações, quer as necessidades desta população no seu todo, e quando falo na população falo de país, falo das pessoas com deficiência mental, e falo também dos profissionais, entendendo aqui os profissionais também como os directores e as pessoas da direcção, não

	<p>profissionais remunerados mas pessoas que se preocupem um pouco com esta temática e portanto penso que a FENACERCI tem conseguido tocar nalguns pontos sensíveis, ainda desta problemática e conseguido modificar com a sua pressão e com o conhecimento que leva a algumas situações. Relativamente à implementação do que já existe não sei se aí a FENACERCI tem tido um papel tão activo (...)</p>
Entrevista n.º 5	<p>Eu acho que a maneira mais bonita de ver a implementação real, mas nós também devemos sublinhar o valores e enunciar os pressupostos éticos, mas pelo volume de negócios das CERCI (...) e é disso que falamos com mais facilidade, meramente o indicador do somatório do volume de negócios, que não é para negociar acções na bolsa nem é para especular no imobiliário, é preso à resposta e às necessidades concretas das pessoas com o melhor saber que a gente tem, elaboração partilhada, isso também fala por si, é uma coisa muito grande e é um volume de negócios bastante grande e a partir de certa altura e eu penso que a FENACERCI faz 20 anos. A FENACERCI a partir de certa altura, felizmente ligada ao desafio e ao paradigma de fazer as coisas, aduziu a isso a necessidade de haver enquadramentos legais facilitadores. (...) haver sustentabilidade financeira para as respostas, nas tradições da nossa sociedade é uma coisa que cabe principalmente à Administração (...) nós vivemos na sociedade em que vivemos e esse papel cabe mormente ao Estado (...) coisa que a FENACERCI também faz, iniciar uma política ou contribuir para uma política de mecenato social (...) que é digno, que dignifique a todos (...) estruturando respostas indo à procura dos meios que lhe dêem corpo tem feito muita coisa e depois também veio a dimensão da elaboração e da necessidade de contribuir para os enquadramentos legais e isso também, não aprendemos tudo sozinhos (...) a partir de certa altura, neste canto do mundo em que a gente vive à quase 60 anos em paz que é a Europa também proporciona alguns recursos às políticas sociais e eu acho que o Movimento CERCI sob tirar bom partido das hipóteses que a União Europeia punha à disposição dos cidadãos para políticas sociais, nós aprendemos algumas coisas daquilo que fazemos nos estabelecimentos das matrizes de valores de padrões de qualidade. Fomos buscar alguma coisa à experiência, não tivemos que fazer todos os erros, ficámos com alguma parte da cartilha, adaptámo-la, e eu acho que aí à vários matizes dos quais se pode falar (...) à uma matriz de valor e de exigências de qualidade no atendimento às pessoas com quem trabalhamos e às suas famílias, que a gente foi buscar lá fora.</p>
Entrevista n.º 6	<p>Se quisermos um exemplo daquilo que é o contributo destas organizações, (...) o último trabalho que foi feito sobre Escola Inclusiva do Conselho Nacional de Educação tinha lá o parecer emitido pela FENACERCI, e portanto isto dá de alguma maneira a ideia da preocupação que as CERCI e a sua organização mais representativa, que a FENACERCI tem relativamente às matérias que tem haver com a educação especial. Há, de facto, depois referencias, se nós formas analisar a evolução da própria legislação e a Portaria 1.102/97 que é um marco do ponto de vista do enquadramento legal do funcionamento das CERCI (...) que formalizou esta perspectiva integradora do trabalho das CERCI ao incluir as alíneas b) e c). A alínea b) que aponta para aquelas actividades complementares na intervenção no ensino regular e que permite hoje que a nível nacional as CERCI e as Escolas trabalhem em parceria com crianças com necessidades educativas especiais que estão integradas nas Escolas, e por outro lado, criou a alínea c) que foi a mãe dos projectos de intervenção precoce (...)</p> <p>Desde logo, nos aspectos negociais, ou seja, havia um interlocutor para ir junto do Estado, não falar em nome de 50 utentes ou clientes da Organização a, b, c ou d, mas falar de 1000 ou 2000 clientes ou utentes como se queira chamar, do conjunto das CERCI e alguém que inclusivamente aparecia como representante de um universo razoável, no sentido de fazer valer direitos das pessoas representadas, havia alguém que inclusivamente podia, através de processos de economia de escala promover processos ou caminhos para a modernidade através da formação, através da reflexão, através do debate, através inclusivamente</p>

	<p>do apoio jurídico, e portanto a FENACERCI tem um papel fundamental na mudança, na mediada em que procura ser a interprete daquilo que para nós são as dificuldades das organizações, mas também procura depois, num movimento contrário, fazer chegar às organizações aquilo que são as orientações mais modernas, mais actuais, sobre não só os processos, como as metodologia, como as estratégias de acção e por aí adiante. Não é por acaso que, por exemplo, neste momento a FENACERCI elege como prioridades a ética e a qualidade. Não é por acaso, são duas temáticas que hoje em dia são indispensáveis para a afirmação das organizações no quadro das intervenções que protagonizam. Eu diria que a FENACERCI teve de facto um papel aglutinador, de extrema importância, mas também um papel contrário disseminador de importância não menos relevante. (...) uma das acções bastante importante que a FENACERCI patrocinou, foi a <b>campanha Pírilampo Mágico</b>, não propriamente enquanto iniciativa de recolha de fundos, porque se calhar seria importante, mas não é o factor mais decisivo que decorre da campanha, mas sobretudo porque a campanha teve dois ou três efeitos fundamentais: primeiro <b>deu visibilidade à CERCI</b> e ao dar visibilidade, segundo aspecto, <b>conferiu-nos responsabilidade</b> e em terceiro lugar <b>permitiu um amplo debate em torno aquilo que era a pessoa com deficiência mental das suas famílias</b>, contribuindo para mudar uma imagem, uma representação social que se tinha. Se hoje a representação social que se faz da pessoa com deficiência mental é substancialmente diferente daquela que existia à 20 anos atrás, onde se confundia muitas vezes a deficiência mental com a doença mental. Grande parte disto, devem-se a estes espaços de reflexão que foram disponibilizados a partir da Campanha Pírilampo Mágico. Isto é o exemplo de uma acção concreta que reflecte a importância da FENACERCI, isto para não falar, por exemplo, de espaços de reflexão tão importantes como são os <b>Encontros Nacionais</b>. (...) é porque se juntam cem ou duzentas sensibilidades, cem ou duzentas experiências de várias regiões do país, cem ou duzentas expectativas, cem ou duzentas ambições e sonhos, e portanto, dessas centenas de realidades que se vão ali mesclando, a FENACERCI vai ao fim e ao cabo beber aquilo que são as bases para as orientações políticas que tem que defender junto dos interlocutores institucionais.</p>
Entrevista n.º 7	<p>A FENACERCI foi criada também mais tarde, também onde a CERCI Lisboa esteve presente foi uma das sócias fundadoras da FENACERCI, e é evidente que ela foi criada exactamente para a defesa dos direitos e dos problemas comuns a todas as CERCI. (...) dos primeiros trabalhos da FENACERCI, foi realmente o direito ao ensino gratuito. (...) as crianças do ensino regular não pagam mensalidades, nós pagávamos mensalidades, além de haver uma comparticipação dos Estado, além de haver uma comparticipação inclusivamente da Segurança Social, os pais também tinham que pagar uma mensalidade. Daí que foi das primeiras defesas que a FENACERCI fez, ou dos problemas que apresentou e reivindicou, e demorou tempo a ser contemplado mas finalmente conseguimos, foi realmente o ensino gratuito para estas crianças. (...) a promoção dos direitos da pessoa com deficiência mental, tem sido um dos papéis que a FENACERCI tem desempenhado, não só em Portugal, como também a nível Europeu e a nível Internacional. A FENACERCI faz parte de várias organizações e associações europeias e internacionais que trabalham directamente ou no Parlamento ou na ONU, no sentido da defesa dos direitos das pessoas com deficiência e muitas das orientações que a própria União Europeia e a própria ONU manda em favor das pessoas com deficiência mental, são trabalho também da FENACERCI, porque trabalhamos em conjunto no sentido da promoção da defesa desses direitos. (...) a FENACERCI foi trabalhando também com a Segurança Social e mais tarde vem a modificar uma outra legislação em que de certa forma as Cooperativas não tinham direito a verbas de PIDAC para construção e para acordos com a Segurança Social (...)</p>
Entrevista n.º 8	<p>Génese da FENACERCI - mas antes da FENACERCI houve uma coordenação do Movimento CERCI, que estava personificada em mim, portanto era eu que no fim de cada reunião e nós fazíamos reuniões inter-centros. Começámos a fazê-la muito cedo, em</p>



	<p>1976 (...) a primeira reunião foi no Barreiro com as quatro CERCÍ existentes na altura. Depois fazíamos reuniões mensais que era extremamente interessante e cada vez vinha mais um e fazíamos em centros diversificados para conhecermos a realidade também física e o próprio pessoal. E isso foi o berço da FENACERCÍ e depois no fim dava sempre uma entrevista à televisão onde explicava o que é que tinha acontecido. A televisão era sempre chamada fosse em que terra fosse, porque era extremamente importante (...) poucos minutos que fossem ficava a imagem, e por outro lado, <u>tudo o que se tinha decidido era entregue nos vários ministérios</u>. E porque (...) eu estava centrada no sítio do poder, que era Lisboa, e tinha a experiência já, uma vez que tinha arrancado com os meus colegas nesta grande aventura. (...) porque desde o princípio se pensou numa Federação (...) “E porque não uma Federação”. Foi uma boa opção (...) porque era impossível isto ficar centralizado numa ou duas pessoas, e tinha de ser um estrutura e uma estrutura que possa de facto dialogar com as várias governamentais.</p>
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: FENACERCÍ v/s CERCÍ</b>
Entrevista n.º 1	<p>tem de criar entre a CERCÍ e a FENACERCÍ, (...) há muita coisa por fazer, fala-se também muito no deficiente e na pessoa portadora de deficiência mas ainda faz um bocadinho eco, acho que em termos físicos há muito pouca coisa feita, eu penso que a FENACERCÍ pode vir a reforçar e deve, as leis e obrigar o Estado a perpetua-las, aí sim, e penso que também a FENACERCÍ deveria ter qualquer coisa a nível de gestão, arranjar um controlo (...) Uns, era obrigar o Estado a registar e a fazer aquilo que devia de fazer, e outro, era controlar um bocado mais as instituições e não deixa-las crescer tanto, alguém tem de fazer um STOP.</p>
Entrevista n.º 2	<p>(...) como uma entidade que congrega todas as necessidades de todas as cooperativas, porque é a que pode ter melhor visão da realidade regionais e sociais, porque depois tudo isto varia, parece que temos uma política social e educativa para o país todo igualzinha, mas não temos, há aqui discrepâncias brutais e a FENACERCÍ é o órgão por excelência neste momento, consegue perceber o tipo de associados que tem, como cada um funciona, as respostas que tem de acordo com a região onde está implementada e portanto será sempre um órgão que pode manter vivo o movimento das diferenças, da continuidade, das novas necessidades, das novas respostas da reformulação.</p>
Entrevista n.º 4	<p>eu continuou a ver como importante o papel da FENACERCÍ, não sei se eles próprios não têm que reflectir (...) nalgumas mudanças internas; não sei se não têm que ter um peso social maior e de reivindicação (...) na última assembleia geral (...) não sei muito bem se os associados percebem (...) qual é o papel da FENACERCÍ (...) até porque neste momento começa-se a notar uma coisa interessante, felizmente que já começarem a aparecer pessoas novas, quer nas direcções, quer nas equipas técnicas, portanto as pessoas de à trinta anos começam a sair e começam de facto a aparecer pessoas novas, (...) estas pessoas novas têm que ter um tipo de adaptação e também de conhecimento do que é que isto foi e para onde é que isto vai, agora penso que o papel da FENACERCÍ, do meu ponto de vista, continua a ser importante (...) mas tem que ser mudado (...)</p>
Entrevista n.º 5	<p>(...) a FENACERCÍ não deve esquecer (...) o objectivo primordial, que hoje tem, já facetas mais alargadas (...) enquanto Cooperativa de Solidariedade Social e depois em termos da missão das CERCÍ, a missão das CERCÍ está muito centrada, não exclusivamente, mas centrada no apoio aos projectos de vida das pessoas com deficiência mental. (...) a FENACERCÍ até agora e também pela expressão na sociedade Portuguesa, das Cooperativas da Solidariedade Social, outras que não as CERCÍ, ainda não foi solicitada para assumir tarefas em relação a outras Cooperativas de Solidariedade Social que não as CERCÍ, pode ser que isso venha a acontecer, há um sinal é que a gente mudou, a FENACERCÍ hoje, já não é a federação das Cooperativas de</p>

	Educação e de Reabilitação (...)
Entrevista n.º 6	<p>A FENACERCI foi criada em 1985, e foi criada numa altura em que o número de CERCI e a dimensão das CERCI já começava a ser grande, a ter alguma representatividade. Estamos a falar na altura em que foi lançada a Campanha Pirlampo Mágico exactamente, porque com o crescimento das CERCI começaram a avolumar-se os problemas, e aquilo que se fazia com meia dúzia de tostões, porque era tudo improvisado, começou a gerar necessidades de recursos, necessidades de maíos, que obviamente eram superiores aqueles que estavam disponíveis na altura. Mas não só por isso, começou-se a ganhar consciência que as CERCI não poderiam ficar pelo seu espaço de intervenção, pelo seu quintal (...)</p> <p>(...) e começou-se a chegar à conclusão que havia um conjunto de pontos de identidade, independentemente das diferenças culturais, geográficas, físicas das organizações, que havia um conjunto de pontos de identidade, os primeiros dos quais tinham haver com os problemas que procuravam resolver, que eram os mesmos, os segundos dos quais tinham haver com as pessoas que atendiam, que eram as mesmas, eram pessoas com os mesmos tipos de problemas eram parceiros ou pares, (...) e depois também com o mesmo tipo de dificuldades ao nível do relacionamento com os interlocutores institucionais, (...) era preciso criar alguma coisa, que congregando todas estas realidades estes problemas, estas representações, pudesse depois reivindicar, representar esses problemas e essas organizações junto dos interlocutores institucionais, junto do Estado e não só, junto do Estado e da comunidade.</p> <p>Julgo que a FENACERCI está no momento em que tem de rever o seu papel perante as CERCI. Não propriamente porque se tenha esgotado o papel principal para que foi criado, foi o papel de representação, de apoio e de coordenação se quisermos, mas porque começam a existir novas funções, novas tarefas que podem ser cometidas à FENACERCI, e sobretudo porque também a FENACERCI teve de entrar num processo gradual de modernização e de abertura (...) do aumento de recursos, da especialização, da melhoria, da capacidade de intervenção, da eficácia, mas também, ao invés também por um afastamento de alguns valores cooperativos. (...) na nossa opinião, nós continuamos a ser uma expressão evidente de um movimento social determinado, porquê? Porque nos identificamos com um conjunto de objectivos, mas dentro de um determinado modelo de organização social, que dá origem a um determinado modelo de intervenção. (...) são modelos distintos, algumas IPSS, e são milhares em Portugal, cumprem o seu papel (...) mas cumprem o seu papel de uma forma que eu diria rasoirada (...) Nós temos sabido funcionar ao contrário, ou seja, construir coisas à medida das necessidades das pessoas mas dentro de padrões de qualidade e de dignidade que não abdicamos. E enquanto for assim, somos um movimento social claro, que é um movimento pela qualidade e pelos direitos e nessa medida faz todo o sentido que continuemos juntos esta caminhada. A partir do momento em que nós assumamos uma atitude de conformismo, de comodismo então nesse dia eu deixo de entender isto como movimento social e passo a entender isto como uma Federação qualquer que representa um conjunto qualquer de organizações.</p>
Entrevista n.º 7	<p>A FENACERCI é um pivot, em que gira tudo, em que todo o papel político que as CERCI poderiam e já desempenharam anteriormente à FENACERCI e individualmente, digamos que hoje é a FENACERCI que congrega esse papel, além da defesa dos direitos das pessoas com deficiência mental (...) FENACERCI é realmente um pilar que nós todos precisamos no sentido de que todos os nossos esforços individuais, nunca teriam a mesma força do que este esforço colectivo que a Federação tem, todos os dias e no dia a dia, junto dos políticos no sentido de termos cada vez mais assegurados os direitos das pessoas com deficiência mental, embora seja um papel difícil o da FENACERCI, porque nem sempre tem os frutos que desejaria ter, mas</p>

	<p>digamos que é uma Federação que nunca esmorece e portanto continua sempre a batalhar nas mesmas teclas do que lhe interessa defender e ao fim e ao cabo, é aquilo que o dever ou a missão para a qual ela foi criada.</p> <p>Também trabalha activamente junto das suas associadas e das entidades públicas e privadas. (...) faz parte de imensos grupos de trabalho tanto públicos quanto privados no sentido de ajudar à tal promoção dos direitos. É chamada para várias situações e digamos que o papel dela não se esgota só aí. Também tem um grande papel junto das associadas no sentido de dar formação aos seus profissionais o que é para nós algo muito importante.</p>
Entrevista n.º 8	(...) coordena e deve ajudar aqueles que mais necessitam (...) pelos acordos que tem feito, pelas ligações internacionais que tem neste momento (...) tudo isso são maneiras de aprendizagem e que são de facto fundamentais.
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Mudanças no Movimento</b>
Entrevista n.º 1	Mudou muito, acho que tem pouco haver. Primeiro porque o pessoal que arrancou com o Movimento CERC I já se ausentou, partiram (...) e outros reformaram-se e deixaram. (...) penso que há gente nova que entrou que ainda vem com a garra, que tem muito haver com a sua formação pessoal e o seu projecto de vida, mas acho que se perdeu muito, até porque as instituições tornaram-se autênticas empresas (...) o Governo também mudou (...)
Entrevista n.º 2	O movimento não tem mudado na essência, ele pode é ter mudado na existência (...) A essência do movimento foi demasiado bela e boa para mudar, ou seja, se hoje tivesse-mos de fazer mais um movimento, para qualquer outra coisa ia-mos buscar a essência daquele e estava tudo bem. A existência é que tem mudado (...) o movimento de hoje não é o movimento de à trinta anos que havia uma CERC I, duas, três, quatro, cinco, seis, hoje há 50 (51) (...)
Entrevista n.º 4	Eu acho que o movimento tem mudado e tem mudado muito nalguns aspectos positivamente (...) noutros negativamente, eu acho que o envolvimento de pais e profissionais é completamente diferentes e aí eu acho que é um <b>aspecto negativo</b> . Cada vez menos as pessoas, sejam pais, sejam profissionais entendem isto como um movimento. (...) os pais como um serviço que necessitam e que portanto pagam ou não mas que é um serviço não se querendo envolver de outra forma, assim como os profissionais, portanto é um trabalho (...) quando às vezes queremos fazer listas para uma nova direcção, quando queremos movimentar os pais para exigir uma ou outra situação que se considera que é importante para os seus filhos, portanto de facto as pessoas não se envolvem ou envolvem-se muito pouco. (...) em termos de <b>mudanças positivas</b> é evidente que tem havido (...) hoje ao nível dos equipamentos as coisas são diferentes, houve um investimento grande e conseguimos hoje ter equipamentos como o nosso e como outros que eu conheço que não têm nada a ver com a génese, com o início e que são uma resposta digna para as pessoas com deficiência mental e penso que para as famílias também, já lhe falei na questão da pensão social, na questão dos direitos da pessoa com deficiência, na acessibilidade (...) há uma preocupação social maior face a este grupo de pessoas
Entrevista n.º 5	(...) às vezes muda-se por impulsos exteriores, eu acho que no movimento CERC I há uma coisa que contrariamente, por exemplo, a outros sectores da sociedade em que houve movimentos, a sociedade reagiu (...) a gente teve margem, para junto do conjunto da sociedade afirmar e instituir como uma meta, não só do movimento CERC I, mas do conjunto da sociedade, estabelecermos metas de alguma condignidade e de decência cívica e humana que devem ser atingidas, e isso tivemos hipótese de poder afirmar estes valores, ao contrário de outros movimentos, se calhar dos movimentos das iniciativas de base sociais, da altura em que o Movimento CERC I apareceu que foi logo a seguir à queda do regime forte da ditadura Salazarista, do Estado

	<p>Novo, esta teve condições desse ponto de vista para não ser ostracizada pela sociedade, que é uma sociedade democrática e com parlamento e com direitos democráticos mas que estabeleceu algumas regras. (...) essas Cooperativas puderam indo se afirmando, também não tiveram o caminho fácil, portanto aí haverá uma história de ser feita, em termos, por exemplo, da criação em termos legais do ramo das Cooperativas de Solidariedade Social (...) O Movimento também mudou, porque, o dinheiro que hoje em dia se movimenta para dar corpo aos fins de apoio aos projectos de vida das pessoas, por si só é um volume de dinheiro mesmo em termos de cada CERCI que exige alguma profissionalização na Gestão (...) eu acho que se deve ter a humildade ou pelo menos o rigor histórico de dizer que houve um impulso e penso que todas as CERCI que deram um salto grande, deram-no numa certa fase, no início dos anos 90, com a criação da Formação Profissional, porque obrigou exactamente, e pelo volume de recursos que era afecto a essa <i>demarche</i>, foi uma coisa que obrigou a um salto, no sentido de uma Gestão mais empresarial (...)</p>
Entrevista n.º 6	<p>o movimento CERCI mudou para melhor e para pior, na minha opinião. <b>Mudou para melhor</b> na medida em que é indiscutível que ganhámos em modernidade, ganhámos em eficácia, ganhámos em especialização (...) Nós hoje nas CERCI temos estruturas bem equipadas, ganhámos em equipamento, temos recursos humanos eu diria especializados, temos meios de controlo e gestão financeira, relativamente sofisticados, somos capazes inclusivamente de responder a processos de fiscalização por parte de entidades fiscalizadoras, coisas que não aconteciam em 1975, onde em 1975 (...) era um dos voluntários que fazia as contas da cooperativa, era um professor que pegava nas carrinhas e ia distribuir as crianças e a educadora se fosse preciso fazia o lanche, hoje em dia não, temos estruturas com dimensões muito razoáveis, (...) que são indiscutivelmente importantes no panorama da intervenção social em Portugal, quer no quadro do apoio às pessoas com deficiência mental, quer no quadro das parcerias locais para a intervenção social global. Não é por acaso que as CERCI estão em tudo o que são Comissões Locais de Educação, em Comissões de Crianças e Jovens em Risco que estão nas CLA's e em tudo o que vai aparecendo exactamente porque lhes é reconhecido essa capacidade de intervenção. (...) as CERCI evoluíram do ponto de vista do Marketing Social, mudaram símbolos, por exemplo, antigamente os símbolos das CERCI eram todos iguais, com umas figuras humanas de mão dada com uma florinha no meio, evoluíram para imagens gráficas com algum grau de modernidade (...) CERCI cresceram também ao nível dos processos de articulação com a comunidade, deixaram de ser espaços que eram as casas dos "tontinhos", isto nos primórdios, e passaram a ser espaços abertos que são procurados pela comunidade, quase todas as CERCI prestam serviços ao exterior, de natação, terapias, fisioterapias, de UNIVA's e de outro tipo de espaços de mediação (...) são espaços procurados pela comunidade, e aí há uma evolução positiva. (...) hoje as CERCI são (...) organizações modernas, relativamente sólidas bem apetrechadas e com condições de, com algum conflito controlável, de se adaptarem a situações de mudança. <b>O lado menos positivo</b>, (...) é que nós somos Cooperativas e neste progresso fomo-nos afastando um bocadinho daquilo que são os valores e os princípios cooperativos, ou seja, nós no quadro cooperativas sempre defendemos sermos empresas mas somos também associações de pessoas e com valores muito próprios para defender, desde logo o valor da democracia interna, desde logo o valor da participação, desde logo o valor da voluntariedade, desde logo o valor da igualdade, e por aí adiante. E eu penso que este processo de crescimento, de consolidação, deixou-nos pouco tempo para aprofundarmos esses valores cooperativos.</p>
Entrevista n.º 7	<p>(...) nós vivíamos nos primeiros tempos, nós abarcávamos a situação do serviço cívico, de estudantes que nos vinham procurar, de pessoas de boa vontade, que embora tendo muito boa vontade de ajudar mas não eram profissionais mas de qualquer maneira quero deixar aqui o meu louvor para essas pessoas porque foram muito importantes para o movimento.</p>

Entrevista n.º 8	<p>(...) as CERCI cresceram, tiveram a sua maturidade, diferenciaram-se o que também é importante, porque as primeiras tinham todas um modelo muito homogéneo, depois foram crescendo como qualquer pessoa que cresce e é de facto diferentes uns dos outros e transformaram-se muito, hoje em dia, porque as políticas são outras. Pela inclusão a esmagadora maioria dos miúdos estão nas escolas regulares (...) teve que ir muito mais para a via ocupacional e profissional que era fundamental que se fizesse, aliás quando nós sonhamos isto, para lhe dar a ideia da nossa capacidade lírica no momento, quando nós sonhamos e em determinada altura sonhei uma coisa que é uma loucura e já agora conto-lhe a minha loucura: as CERCI deveriam ser espalhadas por todo o país e cada uma delas ia produzir coisas diferentes de tal maneira que nós éramos auto-suficientes. Nós ainda na CERCI Lisboa começámos a construir brinquedos que vendia-mos a outras CERCI. Hoje as CERCI estão muito viradas para a parte ocupacional e profissional e que é extremamente importante, por uma razão muito simples, quando se começou a falar em inclusão (...) Eu acredito na inclusão só que conheço muito bem estas populações e sei que no fim vão, e é isso que tem acontecido.</p> <p>A CERCI é sempre aquele suporte extremamente importante e começou a ter uma outra vertente, que antigamente não tinham que era a Intervenção Precoce, na altura não se falava ainda disso (...) A outra grande evolução que é extremamente positiva foi o contacto com as Escolas do Ensino Regular e projectos em conjunto e isso é fundamental e é uma mais valia para a Escola do Regular também, porque vai encontrar técnicos nas CERCI que a Escola do regular não tem. Por sua vez os alunos da CERCI podem ter os companheiros, os seus pares do regular e fazer algumas actividades com eles. Este foi o crescimento e este crescimento é perfeitamente normal que acontece e foi muito positivo.</p>
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Papel dos Pais</b>
Entrevista n.º 1	<p>(...) os pais não vêm à Instituição, os pais à uns anos atrás estavam presentes, eles faziam parte dos órgãos sociais, faziam parte da Mesa da Assembleia Geral, os pais foram-se desvinculando da CERCI, eles foram envelhecendo e foram deixando. Eles estavam presentes na vida do filho, assim como estavam presentes nas Assembleias Gerais, nos órgãos sociais, eles foram desvinculando-se dos filhos, fizeram meio percurso e o resto abandonaram, também estão velhos, as expectativas também foram morrendo em relação ao que têm em casa e parte do sonho morre também.</p>
Entrevista n.º 2	<p>No início eu lembro-me muito bem, que a maior parte das Direcções e das equipas que estavam nas CERCI, eram em grande parte formadas por pais, famílias, havia muitas famílias, estou agora a falar de algumas CERCI, de muitos pais que sendo os principais interessados, porque tinham os seus filhos com problemas, e queriam-nos numa escola especial, mas a maior parte das famílias não tinham preparação nenhuma pedagógica, nem técnica para poderem orientar as cooperativas. Provavelmente haverá ainda hoje algumas (...)</p>
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Serviços Prestados</b>
Entrevista n.º 1	<p>A diferença é abismal. Enquanto nós trabalhávamos para dentro da nossa casa, e as coisas eram muito feitas ali, voltamos mais para o exterior, portanto crescemos, a instituição cresceu e nós crescemos também e a CERCI está muito grande, quando nós prestávamos só serviço dentro e agora criamos serviços para o exterior, alargámos portas e as coisas evoluíram e de que eira e ainda bem.</p>
Entrevista n.º 2	<p>(...) as CERCI através de todo o seu caminhar nestes anos, foram encontrar respostas, diversificar respostas para públicos alvo</p>

	mais diferenciados. E é assim, isto também tem que ver muito com as políticas educativas e com a escola inclusiva (...) É as piscinas, é as hipoterapias, é os passeios, é os conhecimentos de toda a comunidade, é os protocolos que faz com a comunidade e agente sabe muito bem que tudo isto custa muito dinheiro.
Entrevista n.º 5	(...) intervenção precoce (...) projectos de articulação com o Sistema Regular de Ensino, onde há graus diferenciados de proximidade do atendimento dos utentes, e que vão para além da problemática inicial da deficiência mental, também na formação profissional (...) as CERCI têm uma alta sensibilidade para os problemas sociais, tem que pensar se tem hipótese de resolver tudo (...) esse campo que se abre ou de criar mais respostas, um bocadinho fora do campo do atendimento directo a deficiência mental, ou esse, ou a ajudar a criar respostas.
Entrevista n.º 8	Os serviços prestados (...) passou a ser a Intervenção Precoce, os CAO, os CEP e a Formação Profissional mais intensivamente do que a parte educacional foi-se perdendo, só para os casos mais profundos (...)
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Serviço Cívico</b>
Entrevista n.º 2	Houve uma coisa interessantíssima na altura desse movimento CERCI, do aparecimento das CERCI, estou a falar na de Lisboa, <b>foi o serviço cívico</b> , os jovens do serviço cívico, foi uma experiência muito interessante, voluntários (...)
Entrevista n.º 3	Durante alguns anos foi criado um cargo ou uma transição que era do serviço cívico e então todos os alunos tinham que participar nesse serviço cívico, em várias instituições e julgo que na altura até a CERCI não estava incluído nessas instituições e foi requerido ao Ministério de Educação que a CERCI estivesse incluída e então eu e mais alguns amigos meus então participámos aqui nesse serviço cívico.
Entrevista n.º 7	(...) nós vivíamos nos primeiros tempos, nós abarcávamos a situação do serviço cívico, de estudantes que nos vinham procurar, de pessoas de boa vontade, que embora tendo muito boa vontade de ajudar mas não eram profissionais mas de qualquer maneira quero deixar aqui o meu louvor para essas pessoas porque foram muito importantes para o movimento.
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Formação Activos</b>
Entrevista n.º 1	(...) a formação, embora houve muita preocupação em 1978 e 1979, a fazer formação, e quem não tinha recebeu, na base da pedagogia e recebeu através do Ministério da Educação e através da CERCI que arranjou pessoal para fazer formação, dentro das instalações, quando não tinha íamos fora, agora não o pessoal já vem especializado, é diferente, embora se aposte na formação interna, o pessoal que vem já vem com mais bagagem, também as coisas evoluíram, as Faculdades também abriram outras portas, eu penso que há um preocupação maior cada vez arranjar pessoal mais especializado para o nosso tipo de serviços, que são mais especializados.
Entrevista n.º 5	(...) mas houve também, é alargar a todas as esferas de intervenção, paradigmas de qualidade e isso implica formação dos técnicos, também dito isso nós somos Cooperativas e somos Empresas com um alto Grau de Formação Académica das suas equipas (...) há uma taxa bastante alta, de formação de vários técnicos (...) Formação com o pessoal é uma questão importante (...) isso também é uma coisa do Movimento Cooperativo (...)
Entrevista n.º 8	(...) a CERCI de Lisboa fez várias conferências, as melhores cabeças da época, que ainda hoje são consideradas, como a Maria de Lurdes Levy, a Maria da Graça Andrada, Gomes Pedro (...) Fizemos cursos internos. Fizemos um curso muito interessante em que entravam além dos técnicos, entrava todo o pessoal auxiliar, para mudar as cabeças, mudar a estrutura, porque um dos

	nossos lemas no primeiro regulamento interno, a primeira clausula do regulamento interno dizia (...): “qualquer pessoa que esteja neste centro é educador” Desde o pessoal de cozinha ao pessoal de limpeza fez esse curso também para mudar mentalidades. Portanto apostou-se muito nesse aspecto.
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: Profissionalização</b>
Entrevista n.º 1	A equipa técnica está muito mais rica tem um leque maior de atendimentos e de pessoal especializado, enquanto à uma anos não se tinha. Houve uma preocupação de formação e profissionalização, e arranjar pessoal mais indicado para estar nos nossos serviços, com os nossos miúdos (...) há pessoal mais especializado, que está mais apto, à uns anos não, o atendimento também era mais restrito (...)
Entrevista n.º 2	Digamos que isto dos corpos técnicos e das equipas técnicas, foi sendo sempre construído a pouco e pouco, e como também, esta população, que era uma população da valência educativa, passou para uma população da valência Ocupacional houve a necessidade de agregar outros técnicos mais ligados às problemáticas das pessoas com deficiência que vão tendo um percurso, vão ficando jovens, adultos, idosos. Daí que houve depois um desparar para outras categorias profissionais, estou a falar das técnicas de serviço social, estou a falar das fisioterapeutas, dos terapeutas ocupacionais, dos terapeutas da fala, para toda essa quantidade e esse leque diversificado de técnicos que no fundo foram responder às necessidades dessa população (...)
Entrevista n.º 4	(...) começou (...) com boas vontades, praticamente não existiam técnicos, técnicos enquanto formação específica superior, nem psicólogos, nem técnicos de serviço social, nem terapeutas portanto eram muito pessoal, auxiliares, vigilantes e depois havia alguém com boa vontade que geria de certa forma a instituição. Penso que aí se deu um salto muito significativo, a maioria das instituições passaram a contar nos seus quadros e a ter essa necessidade de ter profissionais habilitados nas diferentes áreas para intervirem com as famílias, com os utentes, com a comunidade (...) Penso que mesmo ao nível da gestão das instituições, que eu às vezes chamo muito uma gestão de mercearia, era muito o deve e o haver, cada vez mais há uma necessidade de se partir para novas tecnologias, para novos mercados em termos da própria gestão, que a gestão já não pode ser do meu ponto de vista a técnica do serviço social ou a terapeuta. Eu acho que começa-se a partir para de facto uma grande gestão no sentido de ter um gestor financeiro, que de facto faça uma parte da gestão destas instituições que no fundo já movimentam muito dinheiro e muito pessoal e já não são micro-empresas, já começam a ser médias empresas e algumas grandes com o volume que têm (...)
Entrevista n.º 5	Como é que se preserva graus de democraticidade e de proximidade e de consulta? E eu acho que ai também (...) há um esforço de preservar, em paralelo e articulado a esta profissionalização (...) de preservar mecanismos efectivos de consulta (...) Porque nós tentamos criar mecanismos de consulta do conjunto do movimento, estruturas de preservação e de análise sobre a qualidade técnica e os caminhos a prosseguir nesse campo.
Entrevista n.º 7	É evidente que hoje as CERCÍ já não são o que eram à trinta anos, tiveram realmente que se profissionalizar, e hoje os nossos quadros são altamente qualificados (...) procuramos sempre ter nos nossos quadros pessoas com habilitação própria, para a função que desempenha. Nunca tivemos tantos Licenciados.
Entrevista n.º 8	(...) os quadros tiveram que mudar obviamente, se nós vamos para uma Formação Profissional, <u>obviamente temos de ter outro tipo de técnicos</u> . E a própria <u>gestão passou a ser uma gestão diferente</u> daquela que era. A primeira gestão havia muito amadorismo, havia muita vontade mas éramos amadores, agora as gestões penso eu que sejam mais profissionais.

Entrevistas	Categoria de Análise: <b>Mudanças na Organização / Institucionalização</b>
Entrevista n.º 1	Há uns anos atrás eram pais, eram técnicos e pessoas interessadas, assim como é agora (...) cresceu-se de mais e é diferente, eu acho que se partilha muito menos, acho que mesmo na própria Direcção as coisas não são tão partilhadas, à uns anos as coisas eram partilhadas com os técnicos, com os trabalhadores, não eram os técnicos, eram os trabalhadores, as coisas eram definidas entre nós e a Direcção, e agora não, não se pergunta nada, a Direcção faz tudo sozinha, como é numa empresa (...) quando nós fazíamos parte do crescimento e as coisas cresciam connosco, com os trabalhadores e com a Direcção e os pais (...)
Entrevista n.º 5	(...) só conseguem fazer isso se tiverem um quadro activo de interacção com o meio de inserção, e então, para a dimensão das Empresas Portuguesas as CERC I são Empresas de Médio porte eventualmente alto, algumas CERC I têm 250 elementos das equipas técnicas de atendimento e às vezes tem quadros de inserção laboral dos próprios utentes (...)
Entrevista n.º 6	E portanto penso que hoje, somos menos cooperativas do que éramos em 1975 (...) que houve uma mudança, que há uma preocupação com a formação, que houve uma preocupação com os quadros dirigentes, que há inclusivamente, embora seja muito recente, uma tentativa de renovação dos quadros dirigentes, nós passámos por períodos de cristalização, em que as pessoas que criaram algumas das nossas cooperativas pensavam que tinham com isso tinham criado também um direito vitalício de lá poderem permanecer, mas que felizmente grande parte chegou à conclusão que era preciso ir dando lugar à gente nova, com novas ideias, com novas energias para enfrentar os desafios que são sucessivos. Nós estamos num tipo de espaço de intervenção onde nada está acabado, onde nada é definitivo, está em permanente mudança, trabalhamos com pessoas e portanto precisamos de gente nova, e isso também se está a assistir. penso que se deve reflectir também nesta mudança, a tal necessidade de aprofundar os princípios e os valores cooperativos de que falávamos ainda à bocadinho. Que não era preciso aprofundar muito em 1975, porque eles eram emergentes, eram eles que determinavam a acção mas hoje em dia penso que se calhar se torna a colocar na ordem do dia a necessidade de nos virarmos um bocadinho para esta nossa dimensão cooperativa (...) Penso que há aqui espaços de meio termo, espaços de equilíbrio, onde nós podemos afirmar a nossa diferença enquanto modelo organizacional relativamente a outros modelos organizacionais e essa diferença só a podemos afirmar no quadro dos princípios e valores que defendemos, neste caso que é os cooperativos.
Entrevista n.º 7	O que é que mudou? Mudou tudo. As Escolas de <b>Educação Especial</b> , neste momento, as CERC I continuam com as suas escolas de educação especial, mas estão já a trabalhar em projectos directamente com as Escolas do Ensino Regular. Porque como houve a inclusão nas escolas do ensino regular, das crianças com deficiência, naturalmente as CERC I, acompanharam este movimento no sentido de ajudar à inclusão das crianças na escola do ensino regular, não se limitam às suas escolas de educação especial é um passo em frente no sentido de ajudar, a que a escola seja melhor e possa receber todas as crianças. Em segunda mão, teve que dar <b>respostas ocupacionais</b> , dado que as crianças de outrora ficaram jovens e adultos e por conseguinte houve que continuar o trabalho. Depois nasceram as <b>residências</b> , porque entretanto começou-se a sentir o envelhecimento dos pais, o desgaste dos pais e portanto começaram as CERC I também a pensar em residências e hoje quase que todas as CERC I tem uma residência, não são suficientes mas são aquelas que é possível. Depois veio a formação, <b>a Pré-Profissional e mais tarde a Formação Profissional</b> , para encaminhar jovens, que tendo algumas capacidades poderiam perfeitamente ser trabalhados no sentido da integração Sócio-Profissional e daí nasceram os Centros Pré-Profissional, o nosso centro Pré-Profissional foi também dos primeiros e depois mais tarde com os Fundos Europeus veio a Formação Profissional.



	<p>Começamos a trabalhar com crianças dos 0 aos 6 anos de idade que antigamente não trabalhávamos, e dadas as necessidades e a procura que existia começamos a fazer programas também de <b>Intervenção Precoce</b>. Temos também programas de <b>apoio domiciliário</b>. (...) com a adesão à União Europeia começamos a trabalhar também com projectos europeus e por conseguinte digamos que trabalhamos as crianças desde os zero anos de idade até jovens e adultos com as respostas todas que é possível para esta população.</p>
<b>Entrevistas</b>	<b>Categoria de Análise: O Movimento ainda se perprtua?</b>
Entrevista n.º 2	<p>(...) serão essas necessidades constantes, por mudanças políticas, por mudanças sociais que vão obrigar as instituições a adaptar-se e a criar novas respostas, porque se não as criarem (...) isso já pode ser um segundo movimento, já não é aquele movimento (...) do pós 25 de Abril, que a malta ia nos carros (...) responder a alguém que nos solicitava: - Como é que vocês fizeram, que agente também quer fazer? Se calhar daqui a uns tempos há um segundo movimento, que é: - Como é que vocês estão a olhar o presente e a dimensionar o futuro porque agente também quer ir por aí. Só assim se justifica a existência das CERCI (...)</p> <p>Estão não se perpetua? (...) Assim movimento social que esteja constantemente a querer mudar, a inovar, a reformular, a avaliar. (...) Há uma necessidade de manter esse movimento vivo para poder fazer fluir a informação, trocar experiências, implementar intervenções de acordo com as realidades locais (...) o movimento é o que mantém a filosofia e pode ajudar a criar outras respostas onde ainda não existem. <i>Agora que tirem o cavalinho da chuva porque isto já não morre.</i> A filosofia é esta, são estruturas que fazem falta (...) cada uma poderá ter as valências que quiser de acordo com as necessidade, mas é a única estrutura que localmente pode perceber o que a pessoa com deficiência e as famílias necessitam e o tipo de respostas, portanto é sempre um movimento vivo. (...) é esse movimento sincronizado de pequenas ondas circulares que se vão espalhando até às margens para atingir o objectivo. Não é por acaso que agente dizia que para alguns isto foi uma pedra no charco, porque realmente cresceu mais do que aquilo que se pretendia (...)</p> <p>Porque esse movimento teve vários taiming, vários tempos. No princípio seria informar e ir divulgar, hoje é intervir, trocar ideias, articular com outras CERCI, se necessário criar outras para que dêem respostas, mas eu continuo (...) ainda falta muito para atingirem o objectivo (...) serão respostas já muito diversificadas e muito mais alargadas a nível do país.</p>
Entrevista n.º 4	<p>(...) em termos do futuro, não só destas instituições mas novas instituições que eu penso que há necessidade de criar, e que de facto não vejo um movimento nem de pais nem de profissionais no sentido de criar outras instituições que dêem resposta de facto a margens que neste momento não são atendidas. Se pensarmos um bocadinho nas listas de espera, que as várias instituições têm, portanto ai ás vezes questiono-me como é que vai ser.</p> <p>(...) naturalmente estes movimentos têm pontos mais altos e depois perdem um bocadinho a força e depois muitas vezes voltam a retoma-la, quando à necessidade disso, e portanto penso que não é um movimento morto, pronto um bocadinho adormecido nesta fase.</p>
Entrevista n.º 5	<p>(...) também é interessante ver (...) há um pequeno sinal disso que é a CERCI MAC (...) a CERCI de Macedo de Cavaleiros apareceu agora (...) no século XXI e ainda há algum território onde a existência de respostas deste cariz, não corresponde há existência de pessoas com necessidades de atendimento (...) mas as CERCI estão e as outras propostas estão, onde há população , mas efectivamente um pouco lá para cima para Trás-dos-Montes principalmente e junto à Fronteira há um</p>

	<p>desfasamento verificável ou que carece de verificável, mas quase de certeza entre a inexistência de respostas de Macedo, e veja-se onde é Macedo de Cavaleiros e por acaso parece sintomático que tenha havido essa iniciativa de Pais e Técnicos para fazerem lá uma CERCI nova que eu espero que tenha um desenvolvimento rápido em relação às suas tarefas. Eu acho que a Formação é sempre exigente pode vir qualquer coisa de outros ramos do Cooperativismo de Solidariedade Social que não é o das CERCI e as próprias CERCI também ainda têm bastantes coisas para fazer, a problemática mesmo relativamente ao apoio aos cidadãos com deficiência mental, há bastantes coisas feitas, mas não está tudo esgotado.</p>
Entrevista n.º 6	<p>Eu diria que as CERCI se têm algumas características que (...) é de facto uma abertura total à inovação, uma participação efectiva nos debates, independentemente das posições mais ou menos compreensivas que se possam ter tomado ao longo dos tempos tem haver também com a própria evolução do movimento cooperativo, e continua a ser hoje, e isso para mim é indiscutível, ou continua a ser hoje, ao nível de todos os debates que se fazem em Portugal, uma referência, por aspectos mais positivos ou mais negativos, isso é discutível, mas uma referência a ter em conta, em matérias de decisão sobre questões que tinham haver com a educação especial, particularmente de crianças com deficiência mental. Portanto, julgo que negar isto é negar evidências ao longo dos tempos isso é perfeitamente perceptível.</p> <p>Eu acho que sim e aliás, há quem não goste da palavra Movimento CERCI. Eu gosto, porque movimento é isso mesmo, é dinâmico, gosto mais de movimento do que Espaço CERCI ou Universo CERCI, acho que movimento dá-nos ideia de qualquer coisa que está a andar, e o caminho faz-se a andar (...)</p> <p>(...) eu acho que ainda há muita dinâmica que tem que ser potenciada, e portanto, continuo a ver este universo de intervenção, como um movimento social, na medida em que hoje é possível reproduzir algumas das razões que determinaram o aparecimento do movimento em 1975, porquê? Basta que nós tracemos um cenário que em 1975 era um cenário de transição do Estado Novo para um Estado Democrático, e portanto uma mudança de mentalidades que era preciso impor e agora construímos aqui uma fronteira que é a fronteira entre um estado democrático e um estado que tem de conviver com uma sociedade de informação e com a globalização e aqui surgem novos desafios que eu acho que implicam o retomar e o redimensionar o próprio movimento enquanto movimento social.</p>
Entrevista n.º 7	<p><b>princípios, filosofia inerente?</b> Essa mantém-se. Eu penso que sim que se mantém a missão, e vai melhorando e vai inovando e por conseguinte eu acho que o Movimento CERCI continua vivo tal qual como no primeiro momento.</p> <p>Claro, e vai perpetuar-se por muito tempo e a prova é que ainda à muito pouco tempo nasceu uma CERCI e portanto a nossa vontade é que hajam mais CERCI, que se criem mais CERCI, porque as respostas ainda não estão todas dadas. Ainda há pessoas com deficiência mental a precisar de resposta que ainda estão em casa.</p>
Entrevista n.º 8	<p>Claro que sim sem dúvida nenhuma, sem dúvida nenhuma e é fundamental que assim seja e não vai morrer, é das conquistas do 25 de Abril (...) pode ter a certeza absoluta. Quando se fala em democracia, não se pode falar de democracia sem se falar neste Movimento.</p>